

A

**HISTORIA** Revista da FLUP

IV Série, volume 15 (1), 2025

R

O

T

S

L

# Sumário

HISTÓRIA. Revista da FLUP - IV Série. V. 15 N. 1 (2025)

Maria Cristina Cunha, Jorge Ribeiro 1 Apresentação

## Dossiê Temático:

Ricardo Seabra 5 Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)

António Rosa Marques 24 O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira

Rita Ferreira Costa 41 Retalhos de vidas femininas: mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)

Hélida Santos Conceição e Hiquel Moreira Dias 77 Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da Capitania da Bahia, 1650-1680

Duarte Viana 114 Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha

Paulo Cracel 132 Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial

Valdir Macedo Neto 157 Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória

## Outros Estudos:

Eva Gómez Fernández 179 Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)

Ernesto M. Díaz Macías 200 El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española

## Recensões:

Flávio Miranda 222 BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp.

João Pedro Alves	226	NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp.
Filipe Conceição	230	PIRES, Hélio (2024), No tempo dos Vikings, Estoril, Edições Saída de Emergência. ISBN 978-989-9138-84-1, 302 pp.
	234	Notas Biográficas dos Autores
	238	Ficha Técnica
	239	Normas editoriais

## **Apresentação**

*História – Revista da Faculdade de Letras* é uma revista científica, historicamente orientada, mas que inclui igualmente análises comparativas e multidisciplinares. Publicada em suporte eletrónico desde 2017, é com reconhecido júbilo que a Direção anuncia que este é o primeiro número que se publica após a aprovação para indexação na Scopus, a maior base de dados científica do mundo, desenvolvida pela Elsevier e que compreende milhares de títulos e editoras internacionais. Uma das justificações dadas pelo organismo que avalia os pedidos de indexação – Scopus Content Selection & Advisory Board (CSAB) – refere expressamente que a Revista “consistently includes articles that are academically sound and relevant to an international academic or professional audience in the field”. Com a disponibilização da Revista neste sistema de avaliação científica, reforça-se a sua credibilidade científica, com impacto na visibilidade do trabalho publicado junto da comunidade académica internacional. Só nos resta, pois, fazer mais e melhor...

O presente número mantém uma estrutura semelhante à dos anteriores, com três partes distintas. O dossiê temático, que abre a Revista, inclui contributos variados sobre *Fronteiras*. Da Idade Média aos nossos dias, os sete estudos debruçam-se sobre diferentes tipos de fronteira e modos de a pensar, indo assim ao encontro ao desafio colocado pela “chamada de artigos”, sem, contudo, como era previsível, esgotar o tema. Na rubrica “Outros Estudos” publicam-se dois trabalhos com características muito diversas. No primeiro, Eva Gómez Fernández refere-se a “Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)”, explorando o papel por ele desempenhado no Instituto de Cultura Hispânica (ICH) entre 1957 e 1962, nomeadamente reformulando o conceito de Hispanidade para promover a colaboração política, intelectual e militar da Espanha com a América Latina. O segundo estudo (“El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española”) resume de forma sucinta a história do Movimento Comunista na Transição Espanhola. O seu Autor, Ernesto M. Díaz Macías, procura demonstrar que há uma flutuação das referências ideológicas à medida que o contexto muda. Finalmente, a Revista publica, pela mão de Flávio Miranda, João Pedro Alves e Filipe Conceição, três resenhas a obras recentemente publicadas, com manifesto interesse para a comunidade científica em geral.

A terminar esta breve Apresentação, a Direção da Revista dirige uma palavra de reconhecimento não só aos numerosos avaliadores envolvidos, como também, e talvez

sobretudo, a quatro membros da Comissão Editorial que se encarregaram da ligação entre os Autores e a Revista: nunca será demasiado realçar o trabalho incansável das Doutoradas Carla Sequeira, Maria João O. Silva e Lisbeth Rodrigues e do Doutor Sérgio Neto, que tudo fizeram para que este número fosse dado à estampa em tempo útil.

A Comissão Editorial  
Maria Cristina Cunha  
Carla Sequeira  
Jorge Cerdeira  
Lisbeth Rodrigues  
Maria Antonieta Cruz  
Maria João Oliveira Silva  
Sérgio Neto  
Jorge Ribeiro

### **Dossiê Temático**

O conceito *fronteira* tem sido utilizado em muitos sentidos e aproveitado em abordagens científicas sobre os mais variados temas. De facto, a evolução do conceito deriva da diferente utilização da própria palavra, desde a Idade Média até aos nossos dias, motivo pelo qual inúmeros investigadores se têm dedicado ao debate sobre o significado de *fronteira* ao longo dos tempos e em diferentes espaços.

Recentemente, a palavra tem assumido, com frequência, o significado de limites (*boundaries*), ou seja, de fim de uma e início de outra unidade, normalmente territorial, mas podendo também referir-se a outros aspetos da vida social, política, económica e cultural da Humanidade. Neste sentido, atualmente o conceito *fronteira* implica uma quantidade variável de inter-relações entre duas ou mais partes distintas de um todo mais global, constituindo espaços vivos, onde se realizam trocas e relações culturais, políticas, sociais, económicas, militares ou outras.

Por tudo isto, o tema *fronteira* continua a provocar a reflexão da comunidade científica, sobretudo em tempos em que tanto se discutem as permeabilidades culturais e a abertura de territórios a “estrangeiros”. As reflexões que o tema sugere são muitíssimo amplas, como os vários estudos publicados neste dossiê temático mostram à saciedade.

Assim, no primeiro estudo, de Ricardo Seabra, constata-se a existência de fronteiras regionais nos documentos notariais do Norte de Portugal dos séculos XIV e XV, patente não só nas características dos próprios notários (nomeação e titulação que utilizam), mas também nas fórmulas diplomáticas e nos valores cobrados pela lavra de cada escritura. Também dedicado à época medieval, o estudo de António Rosa Marques aproveita as dúvidas relativas à data de construção do convento do Carmo, na vila de Moura, para refletir sobre a indefinição de fronteiras no contexto da política peninsular da segunda metade do século XIII.

Rita Ferreira da Costa, no estudo “Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)”, mostra-nos como, em espaços reduzidos e bem definidos, rodeados de paredes físicas, as fronteiras podem ser permeáveis. Tal acontecia em, pelo menos, dois recolhimentos femininos do Porto dos séculos XVII e XVIII, destinados a acolher mulheres em situação de vulnerabilidade motivada pelas razões mais diversas (viuvez, orfandade ou afastamento temporário do elemento masculino). Nestas instituições, através de uma metodologia comparativa, foi possível à Autora verificar a existência de fronteiras sociais, de distinção e de seleção do público feminino. Mas, por outro lado, o entrecruzamento de mulheres de distintas condições sociais, bem como as redes de sociabilidade estabelecidas entre os recolhimentos e algumas instituições conventuais, sobretudo no Norte de Portugal, demonstram a permeabilidade das aparentes fronteiras existentes em instituições de clausura.

Do outro lado do oceano, Héliida Santos Conceição e Híquel Moreira apresentam o estudo “Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)”, no qual investigam os conflitos e as dinâmicas das fronteiras nos sertões da capitania da Bahia através do significativo aumento das concessões de sesmarias na década de 1670. Os Autores procuraram demonstrar como a fronteira, não precisa de ser física podendo ser fruto das relações de poder entre os homens e o espaço, sendo de natureza instável, reversível e contingente, baseada no modo como as propriedades agrícolas na região do Rio Paraguaçu se instalaram, processo que terá permitido a formação de uma fronteira destinada a manter os indígenas afastados das vilas e freguesias do Recôncavo.

Já no âmbito da História contemporânea, o dossiê inclui, a partir de um estudo de caso, uma importante reflexão sobre as pontes como vínculos mediadores entre História

e memória, abrindo um leque de potencialidades para uma escrita da História abrangendo diferentes perspetivas. Em “Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha”, Duarte Viana faz uma aproximação ao significado da Ponte Internacional de Valença na História, referindo-se à solidariedade prestada aos refugiados da Guerra Civil de Espanha nessa região, que terá suscitado o estabelecimento de uma identidade modelada por um processo de socialização política.

A construção discursiva da imprensa portuguesa no colapso de fronteiras na Europa de 1938, projetando a Península Ibérica como espaço simbólico e geopolítico é o tema do estudo de Paulo Cracel, revelando como os discursos da imprensa se ajustaram aos estímulos do Estado Novo. “Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial” centram-se na cobertura dos eventos da anexação da Áustria e da crise dos Sudetas, ao mesmo tempo que se evidenciam quadros noticiosos e a instrumentalização ideológica destes eventos. Neste contexto, a imprensa surge como instrumento de mediação política e cultural, espelhando e reforçando as estratégias discursivas do Estado Novo face à incerteza de um continente no limiar da guerra.

O último artigo do dossiê temático, da autoria de Valdir Macedo Neto, analisa a atuação de Pedro Braga enquanto mediador na fronteira entre oralidade, escrita, memória e História, focando no seu papel como preservador da cultura do povoado do Vau, em Diamantina, estado brasileiro de Minas Gerais. Em “Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória”, o Autor realça a importância de um indivíduo que transita entre mundos distintos, preservando, reinterpretando e garantindo a continuidade das narrativas culturais do Vau, mesmo que num contexto de declínio da tradição oral.

Maria Cristina Cunha e Jorge Ribeiro  
(Coordenação do Dossiê Temático)  
Porto, junho de 2025

# **Dossier**

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

**Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)**

**Notaries from here and there: the border that unites them: North of Portugal and Galicia (14<sup>th</sup> to 15<sup>th</sup> centuries)**

**Notaires d'ici et d'ailleurs : la frontière qui les unit : Nord du Portugal et Galice (XIV-XV siècles)**

**Notarios de aquí y de allá: la frontera que los une: Norte de Portugal y Galicia (siglos XIV-XV)**

Ricardo Seabra  
Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa; CIDEHUS  
[ricardoseabra2@gmail.com](mailto:ricardoseabra2@gmail.com)

**Resumo:** Este estudo apresenta uma investigação em curso sobre os *negotia* lavrados pelos notários do Norte de Portugal e da Galiza, entre os séculos XIV e XV. O nosso objetivo é procurar encontrar formas que poderão apontar para a existência de fronteiras regionais na produção documental. Efetuamos não só uma análise diplomática sobre diversas cláusulas, nomeadamente a invocação, notificação, disposição e a corroboração, como também sobre a titulação e a nomeação que estes oficiais apresentam, as localidades em que a documentação foi escrita e os valores cobrados pela lavra da mesma.

**Palavras-chave:** Notariado público, Fronteira, Diplomática, Idade Média.

**Abstract:** This study presents an ongoing investigation into the *negotia* drawn up by notaries in Northern Portugal and Galicia between the 14th and 15th centuries. Our aim is to find ways of pointing to the existence of regional boundaries in documentary production. We not only carry out a diplomatic analysis of various clauses, namely invocation, notification, disposition and corroboration, but also of the titles and appointments held by these officials, the places where the documents were written and the amounts charged for drawing them up.

**Keywords:** Notary Public, Frontiers, Diplomatics, Middle Ages.

**Résumé :** Cette étude présente une enquête en cours sur les *negotia* rédigés par les notaires du nord du Portugal et de la Galice entre les XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles. Notre objectif est de trouver des moyens de signaler l'existence de frontières régionales dans la production documentaire. Nous procédons non seulement à une analyse diplomatique des différentes clauses, à savoir l'invocation, la notification, la disposition et la corroboration, mais aussi des titres et des fonctions occupés par ces fonctionnaires, des lieux où les documents ont été rédigés et des montants perçus pour leur rédaction.

**Mots-clés :** Notaire public, Frontière, Diplomatie, Moyen Âge.

**Resumen:** Este estudio presenta una investigación en curso sobre las *negotia* redactadas por los notarios del Norte de Portugal y Galicia entre los siglos XIV y XV. Nuestro objetivo es encontrar formas de señalar la existencia de fronteras regionales en la producción documental. No sólo realizamos un análisis diplomático de diversas cláusulas, a saber, invocación, notificación, disposición y corroboración, sino

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

también de los títulos y nombramientos que ostentaban estos funcionarios, los lugares donde se redactaban los documentos y las cantidades que se cobraban por redactarlos.

**Palabras clave:** Escribano público, Frontera, Diplomática, Edad Media.

## 1. Introdução

Escrever na fronteira entre a Galiza e Portugal, debruçando-nos sobre os protagonistas, lugares e produtos, leva-nos a considerar os vários notários dessas vilas e cidades fronteiriças entre a região galega e o norte de Portugal. Assim, quando falamos em fronteira, no sentido epistemológico do termo que deriva da palavra “fronte”, o seu significado remete-nos logo para fazer frente, fazer face, no sentido de uma oposição de dois lados distintos (Coelho, 1990: 59). De um lado, localidades que representam o reino de Portugal, de outro as que representam a soberania de Castela.

Relativamente às origens do notariado público, relembramos que as mesmas têm os seus antecedentes nas escolas dos glosadores e dos legistas ao longo do século XII, em Itália e França, as quais, por um lado, recompuseram sucessivamente o direito civil de tradição romana, e, por outro, o Direito da Igreja, compilado com o Decreto de Graciano, seguido de incorporação das novidades introduzidas pelo *ius novum* das decretais dos papas (Nogueira, 2008: 16). Constituem-se, assim, as duas novas ciências que são a expressão do movimento de renovação jurídica: a Legística e a Canonística. Esta nova ordem jurídico-legal de base romano-canónica proporcionou uma conformação de base técnica ao sistema documental até aí existente, surgindo, dessa maneira, o notário público como titular da função pública de conferir autenticidade legal ao documento.

É entre o segundo quartel e o final do século XII que se desenvolvem as normas referentes ao notariado, através da regulamentação do estatuto dos notários públicos e do sistema documental notarial, definidos em compilações legislativas, como a Dieta de Roncaglia (1158), e a Paz de Constança (1183), promulgadas pelas instâncias laicas e eclesiásticas (Nogueira, 2008: 15-29).

É precisamente no século XIII que o notariado se implanta na Península Ibérica, quando se definem as bases normativas do instrumento público e das funções dos notários. Em Portugal, o reinado de D. Afonso II marca o início do papel ativo da Coroa na vida social e institucional, que importava regular e organizar.

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

Ao longo do século XIII, e de forma gradual, os responsáveis pela escrita da documentação quotidiana das populações “deixam de derivar substancialmente das chancelarias eclesiásticas, sobretudo monásticas, para emergirem como um corpo social com capacidade organizativa curial própria, legitimada por uma *auctoritas publica*” (Seabra, 2024a: 26). Esta transformação não é, no entanto, fácil de acompanhar, uma vez que, ao contrário do que acontece com a atividade notarial em Castela, não existe em Portugal uma literatura jurídica que nos permita compreender o modo como se estava a moldar o desenho documental, ou seja, o modo como os documentos se deveriam transformar em instrumentos de acordo com o renovado Direito Romano.

Só no início do século XIV é que a legislação específica para o notariado seria implementada por D. Dinis (1279-1325), nomeadamente no “Regimento de 1305”. Ao longo do século XIV surge em Portugal nova legislação com o mesmo objetivo, concretamente o “Regimento de 1340” e o “Regimento de 1379”. Outros regulamentos e disposições régias definem a evolução do notariado, funcionando como instrumentos reguladores emitidos pela coroa, assim como sobre as condições necessárias para o exercício da profissão de notário, que é omissivo quanto às fórmulas a seguir por estes.

Com efeito, é nosso objetivo analisar a documentação notarial entre estes dois lados da fronteira<sup>1</sup>, nomeadamente no que diz respeito à comparação das escrituras, às diferenças/semelhanças de tipologias, formulários, notários (régios e/ou senhoriais), e à possível circulação de formulários e homens.

## 2. A documentação

Como o título do nosso estudo indica, analisaremos os *negotia* lavrados pelos notários numa vasta região do Norte de Portugal e da Galiza<sup>2</sup>, que engloba duas zonas muito diferentes entre si, tanto em termos de geografia física como humana: Minho, Trás-os-Montes e o sul do reino de Leão. Deixámos de lado os documentos escritos por escrivães jurados (*scriptores jurati*) e outros (por exemplo os escrivães dos

---

<sup>1</sup> Para uma perspetiva sobre a fronteira, especificamente entre o Minho e a Galiza, entre os séculos XIII e XV, foi realizada por Marques (2004), utilizando documentação de natureza civil, política, eclesiástica e religiosa.

<sup>2</sup> Questão que foi levantada por Ares Legaspi (2024) sobre a documentação proveniente da chancelaria episcopal de Tui em Portugal, assim como a sua comparação gráfica com a diocese de Braga (2021).

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

almojarifados) que também autenticavam atos nessas regiões por aposição do respetivo sinal. De igual modo, a necessidade de restringir a imensa massa documental que constitui os instrumentos notariais dos séculos XIV e XV levou-nos a centrar a nossa atenção no período correspondente à altura em que a prática notarial parece estar bem implantada em ambos os reinos.

A base documental que utilizámos é meramente demonstrativa, uma vez que não recorremos a documentação inédita, mas apenas a atos notariais já publicados na íntegra (ou seja, não considerámos as notícias de atos, ou aqueles cujo texto integral não foi publicado) em estudos de natureza diversa (desde coletâneas documentais, ou mesmo cartulários, a apêndices em obras de várias dimensões). A inexistência de uma política editorial sistemática de publicação de fontes no nosso país dificultou a pesquisa, mas julgamos ter conseguido reunir um número suficientemente representativo de atos elaborados pelos notários das duas regiões em análise.

A nossa abordagem ao notariado nos dois lados da fronteira na Idade Média, teve, por razões óbvias, de se cingir a uma cronologia concreta e a um espaço manifestamente mais reduzido. Dessa maneira, e tendo em conta o objetivo deste estudo, decidimos concentrar-nos nas regiões de Trás-os-Montes, Minho e zona sul da Galiza, incidindo em particular nas centúrias de trezentos e quatrocentos. Para esse efeito, baseamo-nos, como referido num *corpus* documental publicado, muito concretamente em três dos oito volumes da obra do Abade de Baçal “Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança” (Alves, 2000a, 2000b e 2000c), no trabalho de Maria Cristina Cunha e Paula Pinto Costa “Trás-os-Montes Medieval e Moderno: Fontes documentais - digitalização e transcrição” (Cunha & Costa, 2004), assim na publicação de Ramon Lorenzo “Colección Documental do Mosteiro de Montederramo” (Lorenzo, 2019).

### **3. Os documentos: tipologias**

Entre os vários tipos de negócios jurídicos que encontramos, optámos por nos focar nos contratos de transferência de domínio, nas cópias autênticas e nos instrumentos de posse. É sabido que os *negotia* são os tipos documentais que mais frequentemente encontramos nos fundos das várias instituições (sobretudo da Igreja) porque lhes permitiam provar a posse legítima de bens ou direitos. Mas é exatamente por isso que na

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

elaboração dos contratos de compra e venda ou de permuta, bem como nas cartas de doação ou nos instrumentos de renúncia, podemos encontrar formas que podem (ou não) apontar para a existência de fronteiras regionais na produção documental. Não se tratando de *negotia*, a inclusão dos instrumentos de posse na nossa análise justifica-se pelo facto de, de alguma forma, constituírem a concretização ou finalização efetiva da transferência de domínio consubstanciada em alguns negócios ou mesmo dessas posses terem ocorrido na sequência de sentenças previamente proferidas pelos juízes.

Relativamente à documentação compulsada, decidimos classificar e analisar tipologicamente de acordo com um critério específico, que recai sobre a distinção de fórmulas contratuais, mediante o tipo jurídico de cada documento. Desta maneira, dos instrumentos públicos recolhidos pudemos contabilizar: 7 aforamentos, 4 documentos de arras, 1 arrendamento, duas cartas de “desobrigação de bens”, duas doações *mortis causa*, uma doação inter-vivos, 6 empraçamentos, 1 empréstimo, 1 escambo, 11 traslados em pública-forma, 2 testamentos, duas mandas, duas notificações, 4 quitações, 5 tomas de posse, 8 procurações, 4 recibos, 3 sentenças, 15 vendas, 8 obrigações, e uma ordem de pagamento. Olhando para estes documentos, vemos que, relativamente às suas categorias documentais, estamos perante uma maioria de contratos de transferência e domínio (31), seguidos pelas cópias autênticas (11), documentos judiciais (8), negócios de remissão (8), contratos de relações pessoais (8), disposições de últimas vontades (6) e finalmente por atos de categoria díspar e de difícil classificação que decidimos agrupar no conjunto de “outros documentos” (19).

Sendo os contratos de transferência e domínio aqueles que têm maior peso no nosso acervo documental, decidimos focar-nos um pouco mais detalhadamente sobre este grupo. No que às vendas diz respeito, é de salientar que 11 delas são relativas a contratos entre particulares, enquanto duas envolvem particulares e o concelho de Bragança. Relativamente ao Mosteiro de Montederramo, as vendas são na sua maior parte entre particulares e o referido Mosteiro, sendo que o número destes contratos em que ambos os outorgantes são particulares é mais reduzido (9). Os aforamentos são predominantemente celebrados entre o Mosteiro de Castro de Avelãs e particulares (5), tendo-se encontrado um que diz respeito a um contrato entre o Mosteiro de S. Martinho da Castanheira e particulares, e um outro em que ambas as partes são particulares. Finalmente, no que se

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

refere aos emprazamentos todos, sem exceção, envolvem o Mosteiro de Castro de Avelãs e particulares.

#### 4. As cláusulas diplomáticas

Tendo em conta o *corpus* em análise, debruçamo-nos sobre alguns aspetos respeitantes às cláusulas mais presentes nos atos lavrados pelos tabeliães públicos transmontanos. Relativamente às fórmulas da invocação, são realmente escassas na documentação, registando-se apenas a presença de 7 documentos com essa cláusula. A formulação “In Dei nomine Amen” está presente em 4 desses instrumentos, sendo o primeiro deles de 8 de fevereiro de 1299 (Alves, 2000a, 64-66, doc. 34) e o último de 30 de janeiro de 1342 (Lorenzo, 2019: 1459-1460, doc. 1167). A mesma formulação, mas em língua vernácula, surge em 2 documentos, através da expressão “En nome de Deus Amen”, a primeira numa procuração de 7 de maio de 1344<sup>3</sup> e a segunda num aforamento a 27 de dezembro de 1409<sup>4</sup>. Uma terceira forma de *invocatio*, sob a forma simples de “Jhesuz”, encontra-se presente numa toma de posse de 7 de abril de 1486<sup>5</sup>.

No que diz respeito à notificação dos instrumentos notariais, essa fórmula mostrou-se muito mais numerosa e constante no *corpus* analisado, tendo 67 documentos apresentado esta cláusula, ora com a mais representativa formulação: “Conhuçada cousa seja”, como também nas formas simplificadas de “Conhoscan” e “Saibam quantos”. De salientar que os documentos que têm invocação também apresentam notificação, mas o contrário não se aplica, o que vem a confirmar as tendências formulárias de diversos estudos sobre diplomática notarial em Portugal.

Os instrumentos são, na sua grande maioria, redigidos na 3ª pessoa (“perante mim, X doou/vendeu/etc. a Y”). Segue-se a *dispositio*, iniciada com o verbo relativo à ação jurídica. Apenas no caso das vendas é, naturalmente, indicado o preço envolvido na transação, a que se acrescenta a révora, espécie de sinal dado pelo comprador ao vendedor e que acresce ao custo do bem transacionado.

---

<sup>3</sup> Arquivo Distrital de Bragança (= ADBG), Doc. 022 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 26).

<sup>4</sup> ADBG, Doc. 051 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 63).

<sup>5</sup> ADBG, Doc. 095 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 110).

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

Relativamente à *corroboratio*, verificou-se a apresentação de testemunhas em todos os documentos, sem qualquer exceção, o que não é de estranhar pois a obrigatoriedade da presença de testemunhas é antiga, estando já referida na legislação visigótica. Na documentação notarial analisada, a cláusula de corroboração é, habitualmente, acompanhada com o anúncio da validação, indicando a formulação mais comum: “em testemuynho de verdade aqui meu sinal fiiz que tal he”, sendo em seguida aposto o *signum tabellionis*.

No que diz respeito à fórmula da datação confirmou-se uma uniformidade relativamente à indicação do ano da redação do instrumento. Tanto a norte como a sul da fronteira, no dealbar do século XIV, os atos são escritos na Era de César, sendo que ao longo dessa centúria a Era de Cristo começa a ser utilizada, ficando completamente estabelecida já nos inícios de Quatrocentos. Sublinhamos que em alguns documentos galegos se aponta no escatocolo do documento, depois da data cronológica, o reinado de um monarca e o episcopado de um bispo, como por exemplo num traslado de uma carta de venda, entre Maria Rodriguez e o cónego Pedro Rodriguez, em que a carta insere especifica “reinante em Leão e Castela o Rei D. Fernando, bispo em Ourense D. Pedro” (Lorenzo, 2019: 1207, doc. 820).

Relativamente a alusões à anotação dos instrumentos públicos, como já ficou demonstrado, era usual no final do documento fazer essa menção acrescentando-se o valor pago pela redação do instrumento. Todavia, chamamos a atenção para uma referência à nota pouco habitual de Afonso Gonçalves, referente a um documento de 30 de outubro de 1491, que indica que a carta que escreve foi tirada da “nota do livro de Antonio Alvez que aqui fora Tabelião que houvera a dita nota” (Alves, 2000c: 235-236, doc. 10) , mas no ano seguinte, a 16 de julho, o tabelião Luís Gomes indica num instrumento de pura venda que a “carta era notada, e estava em poder de mim Luis Gomes Tabelião que servia o ofisio de Antonio Alvez que aqui fora Tabelião que houvera a dita notta que pedião lhe mandasse dar seis cartas e custo pello dito Juis se o dizer mandou a mim Tabelião que buscasse entre as escripturas esta e achase a dita nota, e que desse a carta della, ao dito Procurador do Concelho, da qual o thior de berbo ad verbum he este que se segue” e em seguida: “Pagou Livro Busca e Notta duzentos reais” (Alves, 2000c: 235-236, doc. 10).

## 5. Localização da lavra dos instrumentos públicos

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

Analisadas brevemente as principais cláusulas dos documentos pesquisados, passamos em seguida a indagar o local onde a documentação foi escrita. Esta vertente de estudo reveste-se de especial importância, pois lembramos que o tabelião aquando da escrituração do instrumento público, para além da cobrança da lavra do instrumento, era obrigado também, segundo as Ordenações Afonsinas e Manuelinas, a cobrar igualmente o estipêndio relativo à sua deslocação. Verificámos que a data tópica da documentação compulsada apresenta diversas localidades, estendendo-se desde Aldeia de Castanheira, termo de Penas Róias (Alves, 2000c: 665-666), até à quinta de Calelha<sup>6</sup>, passando por Alfândega da Fé<sup>7</sup>, Argemil<sup>8</sup>, ou ainda pelo Mosteiro de Castro de Avelãs<sup>9</sup>, seja na casa do cabido<sup>10</sup>, ou na *crasta* do dito mosteiro<sup>11</sup>. Encontrámos ainda referências a Chaves, mais especificamente “dentro no castello nos paaços do alto e poderoso princepe ssenhor Dom Affonso ffilho del Rey Dom Joam da escllarecida memoria Ducque de bragança e conde de barcelos e de ourem ssenhor de penaffiel” (Alves, 2000b: 171-182, doc. 3), na também à sua praça (Alves, 2000b: 182-183, doc. 3) ou à rua de Santa Maria<sup>12</sup>. Outros instrumentos referem as localidades de Grandais<sup>13</sup>, Miranda<sup>14</sup>, Mogadouro<sup>15</sup>, Monforte (Lorenzo, 2019: 1039-1040, doc. 833), a “ponte de Parada no Cabo da dita Ponte que he no termo da Villa de Outeiro” (Alves, 2000c: 235-236, doc. 10), São Martinho da Castanheira<sup>16</sup> e Torre de Moncorvo, neste caso especificando-se as moradas em que morava o “dicto Afomso Perez almoxarife”<sup>17</sup>.

Relativamente a Bragança, podemos situar a escrita dos atos “ante as pousadas de Afonso Fernandes de Lugo, tabelião”<sup>18</sup>, ou nas “pousadas de Antom Vaz”<sup>19</sup>, e nas casas

<sup>6</sup> ADBGC, Doc. 019 P (verso do pergaminho) (in Cunha & Costa, 2004, doc. 29).

<sup>7</sup> ADBGC, Doc. 031 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 42).

<sup>8</sup> A. H. N., Clero, Carpeta 1492, doc. 2 (in Lorenzo, 2019: 1048, doc. 837).

<sup>9</sup> ADBGC, Doc. 096 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 111 b).

<sup>10</sup> ADBGC, Doc. 089 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 102).

<sup>11</sup> ADBGC, Doc. 093 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 107).

<sup>12</sup> A. H. N., Clero, Carpeta 1493, doc. nº 3, in (in Lorenzo, 2019: 1219-1207, doc. 978).

<sup>13</sup> ADBGC, Doc. 051 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 63).

<sup>14</sup> ADBGC, Doc. 006 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 8).

<sup>15</sup> ADBGC, Doc. 044 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 55).

<sup>16</sup> ADBGC, Doc. 132 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 37, inserto).

<sup>17</sup> ADBGC, Doc. 055 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 68).

<sup>18</sup> ADBGC, Doc. 092 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 106).

<sup>19</sup> ADBGC, Doc. 093 P (verso) (in Cunha & Costa, 2004, doc. 108).

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

da morada de Afonso Esteves<sup>20</sup>, dentro no paço da cisterna<sup>21</sup>, ou, literalmente, “estando en cyma da cystema”<sup>22</sup>, no castelo da vila<sup>23</sup>, junto da igreja de Santa Maria<sup>24</sup>, no cabido dessa mesma igreja<sup>25</sup>, no “curall da cadea” (Alves, 2000a: 199-200, doc. 92), dentro do Mosteiro de São Francisco (Alves, 2000b: 174-178, doc. 3), nas casas de Estêvão Peres, um particular (Alves, 2000a: 274-275, doc. 127), dentro das casas de Luís Eannes, vigário<sup>26</sup>, nos paços de Maria Rodrigues, dona de Vilaranta e filha de Luís Nunes Gago<sup>27</sup>, na praça de Santiago (Alves, 2000b: 173-174, doc. 3), na Rua Direita “dentro na cassa honde jaziam os presos da correioçom de Trallos Montes”<sup>28</sup>, na sinagoga dos judeus<sup>29</sup>, no paço da Câmara (Alves, 2000c: 235-236, doc. 10), por vezes indicando que estão reunidos em relação<sup>30</sup> ou em audiência à porta do castelo<sup>31</sup> ou “ouvynndo os fectos”<sup>32</sup>.

No que diz respeito aos instrumentos notariais galegos analisados, a data tópica plasma uma multiplicidade de lugares, como Allariz, Ourense, Ponte de Caldelas. Por vezes, quando o documento é lavrado numa instituição eclesiástica, especifica-se: “no cabido” (Lorenzo, 2019: 2811, doc. 1902) ou no “mosteiro” (Lorenzo, 2019: 2812, doc. 1903) da mesma instituição. Dessa maneira, evidenciamos uma característica em comum: parece que as localidades onde a documentação é lavrada, tanto no Norte de Portugal como na Galiza, na centúria de trezentos, apontam habitualmente um lugar, vila ou cidade, e gradualmente, a partir de finais do século XIV e início do século XV, os atos tendem a especificar um pouco mais o espaço exato da feitura do negócio jurídico.

De facto, a localização em que os documentos foram lavrados não só permite conhecer mais um pouco das vilas referidas e da sua malha rural/urbanística, como também mostrar por onde os notários, autores materiais dos instrumentos, deambulavam

<sup>20</sup> ADBG, Doc. 134 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 40).

<sup>21</sup> ADBG, Doc. 087 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 101).

<sup>22</sup> ADBG, Doc. 027 P (verso do pergaminho) (in Cunha & Costa, 2004, doc. 112).

<sup>23</sup> ADBG, Doc. 095 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 110).

<sup>24</sup> ADBG, Doc. 091 P e ADBG, Doc. 100 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 105).

<sup>25</sup> ADBG, Doc. 022 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 26).

<sup>26</sup> ADBG, Doc. 062 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 74).

<sup>27</sup> A. C. Ourense, Fondo de Pergamiños Monacais, nº 2412 (in Lorenzo, 2019: 1459-1460, doc. 1167).

<sup>28</sup> ADBG, Doc. 069 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 78).

<sup>29</sup> ADBG, Doc. 023 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 28).

<sup>30</sup> ADBG, Doc. 102 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 118 (inserto A)).

<sup>31</sup> ADBG, Doc. 137 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 64 (inserto)).

<sup>32</sup> ADBG, Doc. 137 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 64).

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

para o exercício do seu ofício<sup>33</sup>. Assim, compreendemos um pouco mais as deslocações destes oficiais ao encontro da(s) sua(s) clientela(s), fossem eles particulares ou instituições. Pese embora, nesta perspetiva dos itinerários destes agentes da escrita, não observámos uma deslocação dos mesmos entre os reinos de Portugal e de Castela. O que é observado é a deslocação, por vezes, de clientes particulares a localidades nas quais possuem terras, ou tencionam possuir, vender, comprar ou escambar, ou do prior de um mosteiro que se desloca a outro reino pois parte das suas propriedades se encontram nessa área geográfica, ou das quais tomam posse no seguimento de uma venda ou um testamento.

## 6. O estipêndio da escrita documental

Como seria de esperar, os notários do Norte de Portugal atuavam de acordo com a legislação promulgada pelos vários reis. No entanto, a maior parte das leis conhecidas referem-se à atividade notarial *in judicio* e não *extra judicio*, que é a que nos interessa agora. Assim, desde cedo<sup>34</sup> se estipularam os preços a cobrar por cada escritura, embora não nos pareça que fosse então obrigatório o registo desse custo no final dos atos.

Tanto no Minho como em Trás-os-Montes, um grande número de contratos de transferência de domínio apresenta no final o valor cobrado pelo respetivo tabelião pelo seu trabalho. Note-se, no entanto, que os primeiros contratos que apontam para este custo são os de venda, que, em média, correspondem a um valor de 4 soldos. Este é, aliás, o custo que, de acordo com a lei, tanto de D. Dinis como de D. Afonso IV, deveria ser cobrado por este tipo de ato. Numa única escritura, de renúncia, é feita referência à deslocação do notário a casa das partes: “Pagou... 4 reais de duas idas a casa das partes”, facto que nos parece relevante, pois sabemos que os notários por nós identificados se deslocavam com bastante frequência.

Em 1346, Rui Lopes, tabelião de Bragança, cobrou seis soldos por um recibo<sup>35</sup>, e o mesmo tabelião levou quatro soldos por um aforamento em 1351 (Alves, 2000a: 274-

---

<sup>33</sup> Sobre a circulação de tabeliões régios, especificamente na região do Entre-Douro-e-Minho, veja-se Seabra, 2024b.

<sup>34</sup> Lei de D. Dinis de 10 de janeiro de 1305, confirmada por D. Afonso IV em 27 de agosto de 1326 (Vd. *Livro dos pregos*, 2016: doc. 41),

<sup>35</sup> ADBGC, Doc. 025 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 31).

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

275, doc. 127). Nuno Fernandes, em 1353 têm uma referência precisa sobre o pagamento da sua deslocação, “pagou seis reaes e quatro reaes de duas idas que fiz por esta razom e por vezes a caza das duas partes e pagoos por Pero Perez” (Alves, 2000a: 274-275, doc. 127), e em 1356 há uma indicação a um pagamento com nota e ida de 16 soldos, a São Martinho da Castanheira, embora o documento esteja em mau estado<sup>36</sup>. O tabelião de Bragança, Gonçalo Martins, a 12 de dezembro de 1409, cobrou pela sua ida a Grandais 20 reais com nota e caminho<sup>37</sup>. Por sua vez, Álvaro Gonçalves numa paga e quitação de 16 de abril de 1414, refere no final do documento “Pagou desta paga e da outra paga do Sam Martinho com a nota trinta reais”<sup>38</sup>, e Vasco Domingues tabelião de Bragança cobrou, a 13 de março de 1451, 20 reais “com a vista”<sup>39</sup>. Já Afonso Fernandes de Lugo, tabelião geral, num emprazamento de 1 de agosto de 1472 refere que o documento foi pago pelo “foreiro”<sup>40</sup>, e em 14 de fevereiro de 1485 o mesmo tabelião indica “Pagou 60 reais com nota. Item do caminho 30 reais. Todo esto me pagou Afonso [Annes] foreyro morador em Vilalva”<sup>41</sup>. Por seu turno, Luís Gomes, tabelião público pelo Duque em Bragança, menciona numa pública-forma de 17 de julho de 1497 “Pagou com busca que passa de tres annos 210 reais”<sup>42</sup>. Num caso muito interessante, Afonso Eanes, tabelião público do rei em Bragança a 31 de março de 1491 refere “nom pagou dinheiro”<sup>43</sup>.

Nesta dualidade de perspetivas entre o território nortenho português e o sul galego, é também interessante um outro olhar sobre o dinheiro que é estipulado nos contratos entre as partes. Ou seja, não apenas aquilo que é cobrado pelo notário para a lavra do *instrumentum publicum*, mas também o que é transacionado entre os autores do negócio. Assim, numa venda entre Maria Eanes de Baldrei ao Mosteiro de Montederramo pelo herdamento em Baldrei recebe sessenta maravedis de moeda portuguesa (Lorenzo, 2019: 1191, doc. 809) - atente-se ao facto de o notário, Fernan Perez, ser da Costa de Sadur.

<sup>36</sup> ADBG, Doc. 132 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 37 (inserto)).

<sup>37</sup> ADBG, Doc. 051 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 63).

<sup>38</sup> ADBG, Doc. 055 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 68).

<sup>39</sup> ADBG, Doc. 075 (in Cunha & Costa, 2004, doc. 89).

<sup>40</sup> ADBG, Doc. 089 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 102). O mosteiro de Castro de Avelãs empraza a Rodrigo Esteves e a sua mulher Inês Martins, moradores na aldeia de Nogueira, situada no termo de Bragança, o casal de Antão Dias.

<sup>41</sup> ADBG, Doc. 096 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 111 b).

<sup>42</sup> ADBG, Doc. 102 P (in Cunha & Costa, 2004, doc. 118).

<sup>43</sup> ADBG, Doc. 027 P (verso do pergaminho) (in Cunha & Costa, 2004, doc. 112).

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

Também num traslado de testamento de Lourenço Garcia, cavaleiro de Figueiroa, escrito por Afonso Eanes, notário de Ourense, todo o dinheiro estipulado na sua disposição de últimas vontades é em moeda portuguesa (Lorenzo, 2019: 1204, doc. 818). No caso de um aforamento de Lopo Mendes a Paulo Peres e sua mulher, de umas casas no burgo de Caldelas, especifica-se que o pagamento será efetuado na moeda “que o rei D. Fernando mandou labrar” (Lorenzo, 2019: 1191-1192, doc. 810).

## 7. Comparação de *formulae*

O processo gradual de criação do notariado trouxe consigo o estabelecimento de fórmulas nos atos lavrados por oficiais dotados de *fides publica*. No entanto, o formulário notarial não surge espontaneamente, mas herda a tradição documental anterior. De facto, e “apesar de a formação deste novo corpo social de ‘escrivães’ exigir uma cultura notarial renovada, ele manteve-se durante muitos anos agarrado aos antigos modelos que moldavam a textualidade notarial” (Gomes, 2000: 246 -247).

Assim, relativamente ao conjunto de documentos que agora analisamos, e como seria de esperar, o conjunto formular utilizado pelos notários do norte de Portugal e da Galiza no registo das escrituras era, no século XIV<sup>44</sup>, bastante uniforme. Os formulários de compra e venda seguem, de forma simplificada, os mesmos definidos pelas *Partidas* de Afonso X. Em geral, os atos iniciam-se com a *notificatio*, com o uso do verbo “saber” (Sabham todos/quantos), indicando depois as partes e, por vezes, a presença do notário. Quando tal acontece (ou seja, quando o notário se “apresenta” logo no início), o ato é redigido na terceira pessoa (ante de mim, X doou/vendeu/etc. a Y). Segue-se a *dispositio*, que começa com o verbo relativo à ação jurídica (damos/vendemos).

Apenas as vendas têm uma *sanctio* material expressa no pagamento, por parte de quem não cumprisse, de uma determinada quantidade em dinheiro (primeiro expresso em morabitanos e, depois de 1342, em soldos ou libras).

A exceção em relação ao formulário de venda surge numa escritura de Monforte de Rio Livre (Lorenzo, 2019: 1459-1460, doc. 1167), que utiliza a invocação “In Dei nomine”, o verbo “conhecer” na notificação, bem como a expressão “faço carta de

---

<sup>44</sup> A análise dos formulários notariais, particularmente no que diz respeito às cópias certificadas, foi estudada por Calleja Puerta (2020), para a centúria anterior.

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

vendiçom e firmidoe perduravil”, em vez do simples verbo relativo à ação judicial, o que não acontece em nenhuma outra venda neste período. A indicação do preço também é diferente, uma vez que é especificada a taxa de câmbio: 200 maravedis brancos “d’oyto en ssoldo o marauedil”. Em nosso entender, esta excecionalidade poderá estar relacionada com o local onde o documento foi escrito: Vilaranda, que julgamos ser na Galiza, dado que o pergaminho pertence ainda hoje à coleção de documentos do mosteiro de Montederramo.

Finalmente, uma breve referência aos instrumentos de posse. Tanto no norte de Portugal como no sul da Galiza, os notários utilizam fórmulas semelhantes, não se detetando qualquer diferença de formulação entre as posses resultantes de atividades judiciais ou negociais: a grande maioria destes documentos inicia-se com a indicação completa da data (cronológica e tópica), seguida da expressão verbal “Sabham todos/quantos”, que introduz uma breve *narratio* que serve para enquadrar as circunstâncias em que a posse se verificou. Indica-se, então, o nome do responsável pela *actio* (“F. tomou posse de X.”) e descreve-se o processo.

Apesar de não ser novidade a presença de mais do que um notário na lavra de qualquer negócio jurídico, principalmente quando um é responsável pela escrita do documento e o(s) outro(s) pela testificação ou aposição do respetivo sinal notarial. Ressaltamos o caso de um traslado de uma carta de confirmação sobre propriedades deixadas ao mosteiro de Montederramo por parte de Xil Rodriguez, redigido em Caldelas, na Galiza, no qual a escrita do documento não foi apenas presenciada por dois notários, como se indica no ato que o abade do dito mosteiro lhes apresentou uma carta em pergaminho de couro e selado de selo de cera a qual “por nós ditos notários fez ler”. No final deste traslado ambos os autores materiais do documento apontam: “E eu Fernan Falaco escrivão e notário público de nosso senhor el rei no reino da Galiza e notário público do meu senhor conde em todo o seu condado e senhorio com as sobreditas testemunhas a isto presente fui com Rodrigo Eanes de Caldelas escrivão e notário este instrumento em nossa presença fizemos por rogo e mandado do dito abade e meu nome e meu sinal fiz que tal he em testemunho de verdade”, ao que se segue “E eu Rodrigo Eanes de Caldelas escrivão do rei e seu notário público em sua corte e em todos os seus reinos a todo isto presente fui com as ditas testemunhas e com o dito Fernan Falaco notário

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

público sobredito e que em nossas presenças fizemos escrever e por rogo do dito abade pus aqui o meu sinal em testemunho de verdade” (Lorenzo, 2019: 2797, doc. 1895).

## 8. Os Notários: os régios e os senhoriais

Focaremos agora a nossa atenção nos autores materiais dos instrumentos públicos em análise. A contagem dos tabeliães levantados espelha uma diversidade, embora uniforme, de localidades onde se escreveram estes documentos. Nesse sentido, contabilizamos notários para diversas vilas como Vilarinho da Castanheira (1), Mogadouro (1), Alfândega da Fé (1), Monforte de Rio Livre (2), Outeiro (2), Chaves (3), Miranda (3), Torre de Moncorvo (13), mas particular destaque se deve para Bragança (29). Destes notários conhecemos documentação de tipologia bastante diversa, a qual iremos tratar mais adiante. O que ressaltamos é que efetivamente a maior parte destes homens são tabeliães pelo Rei, sendo que há a particularidade de alguns deles, nomeadamente 4, em 12 documentos, exercerem o seu ofício pelo Duque e Conde<sup>45</sup>. Esses agentes da escrita, todos de Bragança, surgem numa cronologia muito específica, entre 1451 e 1503, sendo eles Vasco Domingues, tabelião pelo Duque da mesma vila e Conde de Barcelos; Afonso Fernandes de Lugo, tabelião geral por D. Fernando, Duque de Bragança nas suas terras de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes – sendo, neste caso, um tabelião que exerce o seu ofício em duas comarcas distintas – Rui Nunes, tabelião pelo Duque de Bragança e Guimarães, Marquês de Vila Viçosa, conde de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos, e Luís Gomes, tabelião pelo Duque de Bragança.

Para o caso galego também contamos com notários que exercem o seu ofício em nome de senhores locais, como é o exemplo dos de Caldelas que se intitulam notários “no reino da Galiza e do senhor meu conde Don Fradique” (Lorenzo, 2019: 2797, doc. 1895) ou notários “por Don Fernando no Castro e Terra de Caldelas” (Lorenzo, 2019: docs. 1405, 1342 e 1362), embora estes exemplos remontem já ao século XIV.

De facto, a tradição notarial no território português, desde o primeiro terço do século XIII, demonstra uma evolução no sentido da autonomização dos notários enquanto profissionais da escrita. Com efeito, estes deixam de derivar substancialmente das

---

<sup>45</sup> Sobre o notariado público medieval português, se bem que numa perspetiva dupla entre nomeação laica e eclesiástica veja-se Vigil Montes, 2018: 170-178.

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

chancelarias eclesiásticas, especialmente das monásticas, passando a surgir como um corpo social com capacidade organizativa curial própria, legitimada por uma *auctoritas* publica que poderia ser conferida por uma entidade eclesiástica (nomeadamente episcopal), régia, senhorial laica ou concelhia (Gomes, 2000: 246). Ou seja, havia notários de criação real e notários criados pelo poder senhorial (quando um nobre para isso tinha privilégio da Coroa). A este respeito citamos Maria Luísa Pardo Rodriguez quando refere que “a nomeação senhorial escondia invariavelmente a cessão de tal competência por parte do rei, sempre e quando estamos a falar de jurisdição civil e tempos tardo medievos” (Pardo Rodriguez, 2015: 9). No entanto, não nos possamos olvidar que uma coisa é a nomeação por parte de senhores nobres, outra, bem diferente, é a *auctoritas* conferida ao notário. Em Portugal, é à Coroa que esses homens a devem, mesmo quando nomeados pela nobreza, já que essa mesma nomeação é um privilégio concedido por parte dos monarcas portugueses. De facto, não encontramos, do lado português, nenhum notário com uma dupla nomeação, como no caso da vicaria de Jerez no século XIV, já estudada por Javier Jimenez López de Eguileta. Porém, tudo indica, como aponta Daniel Piñol Alabart, que uma vez realizado o exame para o exercício do ofício<sup>46</sup> se levava a cabo a nomeação do notário por parte do monarca e o notário jurava o cargo, embora para Portugal não existam livros de registos como o *Notariorum* nem o *Gratiarum* (Piñol Alabart, 2015: 89) como para o caso catalão. No reino português, era na chancelaria régia que esse juramento era feito, pese embora escassas notícias de desobediência por parte de alguns tabeliães em ir prestar juramento à chancelaria, todos tinham essa obrigação, independentemente de quem os tivesse nomeado, pois de outro modo não seriam legalmente detentores da *fides publica* que só o rei podia conferir. Maria Cristina Cunha, para o caso de Braga, já apontou que a nomeação dos tabeliães caberia ao Arcebispo. Porém, a autoridade viria do rei, já que os tabeliães, mesmo instituídos por autoridade senhorial, se viam obrigados a prestar juramento na chancelaria (Cunha, 1990: 253). E para o caso da cidade do Porto, no século XV, registou-se um (único) caso de um tabelião que fez esse juramento na câmara da cidade (Seabra, 2020: 41).

## 9. Conclusão

---

<sup>46</sup> Matéria para Portugal já estudada por Cunha & Seabra, 2018.

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

De facto, ao perpassarmos a documentação notarial do norte de Portugal e do sul da Galiza são evidenciadas mais semelhanças do que diferenças: na forma de escrever, nos formulários utilizados, na tipologia produzida, e nos próprios nomes, tanto das personagens escreventes, como das personagens escritas. Sem dúvida, não podemos desconsiderar as relações de ambos os lados da fronteira já que, embora numa cronologia mais tardia, mas que se aplica perfeitamente, “*vyvem misturados galegos e portugueses huns mitidos por outros e nam acerta devysam antre huns e outros, somente huma casa de Portugal jaz mitida entre as de Galiza e as de Galiza antre as de Portugal*” (Braga, 1997: 6). Falamos, portanto, e utilizando uma expressão já conhecida, de terras mistas, nas quais é difícil discernir onde começa um território e termina outro, onde as gentes habitam um e outro lado, já que se confundem, não só por proximidade cultural, mas também pela realidade política e espacial dos territórios.

No seu conjunto, esta fronteira apresenta-se-nos altamente permeável à circulação de homens, formulários e documentos. É, sem dúvida, uma “barreira”, um marco definidor de soberanias, mas no quotidiano é sobretudo um espaço de convivência pela afinidade de vidas e interesses. Por isso, será de aceitar esse viver como irmãos de portugueses e galegos conversando, relacionando-se e matrimonializando-se entre si.

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

## Fontes Impressas

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) (2000a), *Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança (1909-1947)*, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu Abade Baçal, Tomo III.

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) (2000b), *Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança (1909-1947)*, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu Abade Baçal. Tomo V.

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) (2000c), *Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança (1909-1947)*, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu Abade Baçal, Tomo XI.

CUNHA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto (2004), *Trás-os-Montes Medieval e Moderno: Fontes documentais*, Bragança, Arquivo Distrital de Bragança.

*Livro dos pregos: estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices* (2016), Inês Morais Viegas, Marta Gomes (coord.), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

LORENZO, Ramon (2019), *Mosteiro de Montederramo. Colección documental e índices*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega.

*Ordenações Afonsinas. Livro I* (1984), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

## Bibliografia

ARES LEGASPI, Adrián (2021), “Las colecciones de documentos bajomedievales de las diócesis de Braga y Tui como fuente de estudio para la historia de la frontera gráfica”, *Anuario de Historia de la Iglesia*, 30, pp. 263-288.

ARES LEGASPI, Adrián (2024), “La escribanía del «bispado de Tuy da parte de Portugal» (1381-1477): componentes y documentos”, *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, 24/ 2, pp. 917-939.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes (1997), “A Fronteira Difusa entre Trás-os-Montes e a Galiza ou as Povoações Místicas de Santiago, Rubiães e Meãos”, *Brigantia*, 17/ 3-4, pp. 3-13.

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

CALLEJA PUERTA, Miguel (2020), “Notarios públicos entre dos reinos. Apuntes diplomáticos sobre documentos notariales castellanos en el arquivo distrital de Braga”, *Espacio Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval*, 33, pp. 69-96.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1990), “As relações fronteiriças Galaico-minhotas à luz das cortes do Século XV”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, 7, pp. 59-70.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1996), “Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 23, pp. 173-211. [Reed. in *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 93-137].

CUNHA, Maria Cristina (1990), “Tabeliães bracarenses no século XIII”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional Comemorativo*, Braga, vol. 2, pp. 249-265.

CUNHA, Maria Cristina (2018), “Notariado público no nordeste de Portugal: o caso de Torre de Moncorvo (século XIV)”, in Miguel Calleja Puerta, María Luisa Domínguez Guerrero (eds.), *Escritura, notariado y espacio urbano en la Corona de Castilla y Portugal (siglos XII-XVIII)*, Gijón, Trea, pp. 157-166.

CUNHA, Maria Cristina; SEABRA, Ricardo (2018), “*Se o auees por ydoneo e pertencente*: a propósito da atividade dos tabeliães de Lisboa nos séculos XIV e XV”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, série II, 10 (Jul. - Dez.), pp.131-139.

CUNHA, Maria Cristina; SEABRA, Ricardo (2021), “Os custos da escrita notarial em Portugal no século XV: queixas dos povos e realidade documental”, in *DE SCRIPTURA ET SCRIPTIS: CONSUMIR. Actas de las XVII Jornadas de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas*, Murcia, Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas, pp. 289-310.

GOMES, Saúl António (2000), “O Notariado Medieval Português. Algumas notas de investigação”, *Hvmanitas*, LII, pp. 241-286.

MARQUES, José (2004), “A fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota, na Idade Média”, in Francisco Ribeiro da Silva, Maria Antonieta Cruz, Jorge Martins Ribeiro, Helena Osswald (coords.), *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 697-712.

NOGUEIRA, Bernardo Sá (2008), *Tabelionado e instrumento público em Portugal: génese e implantação (1212-1279)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Ricardo Seabra – *Notários de cá e de lá: a fronteira que os une: Norte de Portugal e Galiza (séculos XIV-XV)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 5-23.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a1)

PARDO RODRIGUEZ, Maria Luisa (2015), “Introducción”, in Daniel Piñol Alabart (coord.), *La Auctoritas del Notario en la sociedad Medieval Nominacion y praticas*, Barcelona, Mateo Triguero Rubia, pp. 7-9.

PIÑOL ALABART, Daniel (2015), “La autoridad de los notarios: nominación y practica. La Corona de Aragón”, in Daniel Piñol Alabart (coord.), *La Auctoritas del Notario en la sociedad Medieval Nominacion y praticas*, Barcelona, Mateo Triguero Rubia, pp. 75-104.

SEABRA, Ricardo (2024a), *O tabelionado na cidade do Porto no século XV*, Porto, Edições Afrontamento / CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

SEABRA, Ricardo (2024b), “Os Caminhos dos Tabeliães. Circulação de notários pelas circunscrições da comarca do Entre-Douro-e-Minho no século XV”, in Almudena Bouzón Custodio; Rúben Filipe Teixeira da Conceição; María Almudena Méndez Sánchez (coord.), *O Camiño do Medievalista: ad aeternum, 4 El Camino del Medievalista*, Santiago de Compostela, pp. 125-136.

VIGIL MONTES, Néstor (2018), “El notariado público en los señoríos eclesiásticos y laicos en el Reino de Portugal (siglos XIII-XV)”, in Miguel Calleja Puerta, María Luisa Domínguez Guerrero (eds.), *Escritura, notariado y espacio urbano en la Corona de Castilla y Portugal (siglos XII-XVIII)*, Gijón, Trea, pp. 167-184.

## **O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira**

### **The Carmelite Convent of Moura: a border question**

### **Le couvent du Carmel de Moura : une question frontalière**

### **El Convento del Carmen de Moura: una cuestión fronteriza**

António Rosa Marques  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
[marquesrmantonio@gmail.com](mailto:marquesrmantonio@gmail.com)

**Resumo:** O Convento do Carmo de Moura e as hipóteses da sua construção marcam mais uma imprecisão da história da Ordem do Carmo. Uma “confusão” que surge devido à indefinição de fronteiras, poderá ser solucionada com um olhar profundo sobre a política peninsular da segunda metade do século XIII. Este artigo pretende apresentar uma proposta acerca da fundação do Convento de Moura, analisando os problemas fronteiriços entre Portugal e Castela durante o século XIII.

**Palavras-chave:** Ordem do Carmo; Moura; Ordem do Hospital; Afonso X

**Abstract:** The Carmelite Convent of Moura and the hypotheses regarding its construction highlight yet another imprecision in the history of the Carmelite Order. A “confusion that arises due to the lack of defined borders may be resolved through a deeper analysis of the peninsular politics of the second half of the 13th century. This article aims to present a proposal regarding the foundation of the Convent of Moura by examining the border disputes between Portugal and Castile during the 13th century.

**Keywords:** Carmelite Order; Moura; Order of the Hospital; Alfonso X

**Résumé :** Le Couvent du Carmel de Moura et les hypothèses concernant sa construction soulignent une autre imprécision dans l'histoire de l'Ordre du Carmel. Une « confusion » qui découle de l'absence de frontières bien définies pourrait être résolue par une analyse approfondie de la politique péninsulaire de la seconde moitié du XIIIe siècle. Cet article vise à présenter une proposition sur la fondation du Couvent de Moura en analysant les conflits frontaliers entre le Portugal et la Castille au XIIIe siècle.

**Mots-clés :** Ordre du Carmel ; Moura ; Ordre de l'Hôpital ; Alphonse X

**Resumen:** El Convento del Carmen de Moura y las hipótesis sobre su construcción ponen de manifiesto otra imprecisión en la historia de la Orden del Carmen. Una “confusión” que surge debido a la indefinición de las fronteras podría resolverse con un análisis profundo de la política peninsular de la segunda mitad del siglo XIII. Este artículo tiene como objetivo presentar una propuesta sobre la fundación del Convento de Moura, analizando los problemas fronterizos entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII.

**Palabras clave:** Orden del Carmen; Moura; Orden del Hospital; Alfonso X

## **Introdução**

A história da Ordem do Carmo está repleta de um conjunto de indefinições, imprecisões e incertezas, pelo menos no que toca ao período medieval. Se verificarmos os escassos estudos que referem esta Ordem<sup>1</sup>, encontramos imensas contradições, quer seja em datas, quer em acontecimentos ou em participantes.

O convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura não escapa a esta situação. A questão que se coloca prende-se com a própria fundação do cenóbio, visto que, naquela que podemos considerar a principal fonte para o estudo da Ordem em Portugal – a Crónica dos Carmelitas, escrita no século XVIII – frei José Pereira de Sant’Anna, defende que os cavaleiros da Ordem do Hospital foram os responsáveis pela sua construção em 1251 (Sant’Anna, 1745: 136), contrariando frei Diogo Coria y Maldonado, que, no século XVI remeteu a fundação do convento para a responsabilidade de Afonso de La Cerda, infante castelhano, neto de Afonso X, o Sábio (Sant’Anna, 1745: 132-133). Esta última hipótese foi também defendida pelo escritor espanhol Balbino Velasco Bayón, em 2001 (cf. Monteiro, 2019: 249).

Como veremos, esta “confusão” poderá estar relacionada com os problemas fronteiriços do território entre o Guadiana e o Guadalquivir, ocorridos durante a segunda metade do século XIII. Durante este período, a fronteira entre Portugal e a coroa de Castela sofria alterações contínuas, com uma constante mudança de senhorio de terras, entre as quais se inclui Moura, que era objeto de interesse tanto do rei de Portugal, como da Coroa de Castela e da Ordem do Hospital.

Por isso, a questão da fundação do Convento do Carmo de Moura ficará de parte por momentos. Neste contexto, a explicação do desenrolar dos acontecimentos que envolveram Moura durante a segunda metade do século XIII, surge como uma das facetas visíveis da disputa entre as três entidades referidas.

## **Moura no século XIII**

---

<sup>1</sup> Veja-se Velasco Bayón (2001), *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal* (dir. Franco & Mourão & Gomes, 2010), Pinheiro (2015), Monteiro (2019) e Fontes, Andrade & Rodrigues (2020).

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

Antes de mais, importa realçar as conquistas militares de D. Sancho II (1223-1248). Durante o reinado deste monarca, a fronteira portuguesa avança mais para sul, com as conquistas de terras como Serpa, Aljustrel, Mértola, Alfajar de Pena, Aiamonte, Tavira, Cacela e Moura (Ventura, 1998: 44). Moura fora conquistada, entre 1230 e 1233, pela Ordem do Hospital, e a administração da vila foi-lhe entregue por Portugal<sup>2</sup>.

Segundo Leontina Ventura (2012: 90), D. Afonso III (1248-1279) planeia o fim da reconquista na cúria solene de Ourém em novembro de 1248. Com esta decisão, o monarca aproveita simultaneamente a crise do Islão, que se agravava desde Navas de Tolosa (David & Sottomayor-Pizarro, 1989: 63), e antecipa-se a Castela, pois alcança áreas de conquista que, na teoria, eram castelhanas. Seria também, segundo aquela autora (1998: 45), uma forma de aproveitar a agitação da nobreza (que, decerto, se faria sentir, dada a recente “guerra civil”<sup>3</sup>), e direcioná-la contra os muçulmanos. Nesse mesmo ano, por um acordo entre os hospitalários e o bispo de Évora, Moura e Serpa ficariam sob autoridade dos prelados eborenses, significando um afastamento do bispo de Sevilha, do qual estariam, até então, dependentes<sup>4</sup>.

Entre 1249 e 1250, D. Afonso III conquista Faro, Albufeira, Porches e Loulé, no Algarve. O rei de Castela aproveita a situação de instabilidade interna que então se vivia em Portugal para também expandir a sua fronteira para sul, mas atua sobre territórios que eram portugueses (Mértola, Alfajar de Pena e Aiamonte), concedendo-os à Ordem de Santiago em 1250, pois considerava-as de sua conquista (González Jiménez, 2005: 22). Desta situação resulta apenas uma trégua entre ambas as coroas, mas seria já um prelúdio do problema que ocuparia o restante do século<sup>5</sup>.

Afonso X, o Sábio (1252-1284), sobe ao trono de Castela em janeiro de 1252. Uma das suas preocupações iniciais será a resolução da questão da fronteira, que estava longe

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, Pérez-Embid (1974: 38), Cosme (1992: 380) e Calado (2007: 112).

<sup>3</sup> D. Sancho II é considerado *rex inutilis* pelo papa Inocêncio IV em julho de 1245, e o seu irmão, Afonso, conde de Bolonha, entra no reino para reclamar o trono em dezembro do mesmo ano, dando início ao conflito. O infante Afonso de Castela, futuro Afonso X, participa ao lado de D. Sancho II, mas rapidamente regressa a Castela, devido à falta de apoio recebido em Portugal. O monarca deposto acompanha-o, acabando por falecer em Toledo, em 1248 (González Jiménez, 2005: 21-22).

<sup>4</sup> Veja-se Cosme (1992: 380) e *A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)* (2013: 25-28). O padroado do Algarve também foi alvo de disputa nesta cronologia, veja-se Marques (1985).

<sup>5</sup> Trata-se de um problema muito vasto. Veja-se Pérez-Embid (1975), Cristina Cunha; Cristina Pimenta (1985), José Mattoso (1993), Leontina Ventura (2012), González Jiménez (2021), etc.

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

de uma conclusão<sup>6</sup>. Nos fins desse mesmo ano, encontra-se com D. Afonso III em Badajoz, e firmam um acordo que resultará nas Pazes de 1253. Os detalhes deste acordo não são conhecidos, mas, teoricamente, ele resultaria na pacificação das relações entre ambos os monarcas, num contrato de casamento entre Beatriz de Castela, filha natural de Afonso X, num reconhecimento da soberania castelhana sobre o Algarve e territórios entre o Guadiana e Guadalquivir (Moura, Serpa, Mourão, Arouche, Aracena, e outros), e numa espécie de acordo de vassalagem, onde Portugal estaria obrigado a auxiliar Castela com 50 lanças, sempre que fosse requisitado o seu apoio (González Jiménez, 2005: 26).

José Mattoso (1993: 86) considera que este acordo está repleto de ambiguidade, talvez pela vontade dos monarcas resolverem rapidamente este problema. A documentação e a cronística de ambos os lados, revelam detalhes diferentes e contraditórios sobre este acordo. Também a atuação de ambas as coroas confirma que a resolução da questão não ficou clara. Neste caso, o que importa retirar é que nada fica resolvido com estas pazes, tendo apenas servido, provavelmente, para evitar tensões ou até mesmo um confronto. A fronteira não fica delimitada, como prova, por exemplo, a incorporação de vilas e castelos portugueses em Castela, e o facto de D. Afonso III reclamar para si o padroado das igrejas do Algarve (que supostamente vai contra o acordado) e a conceder foral a Arouche, que, juntamente com Aracena, eram as zonas de maior interesse de Castela, dada a sua posição geográfica<sup>7</sup>.

No seguimento das pazes, Afonso X concede foral a Sevilha em 1253, integrando Moura nesse reino (*Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, 1991: 80-85), sendo que, em 1259, o mesmo monarca entrega a vila novamente aos hospitalários<sup>8</sup>. Esta ação demonstra, em parte, um reconhecimento dos direitos da Ordem do Hospital sob aquela zona, que, desde tomada aos mouros, tinha ficado a seu cargo, como acima se referiu.

---

<sup>6</sup> Provavelmente esta decisão vem no seguimento da conquista de Arouche e Aracena por D. Afonso III, em 1251.

<sup>7</sup> É uma questão desenvolvida por Pérez-Embid (1975), José Mattoso (1993), Leontina Ventura (2012) e González Jiménez (2021).

<sup>8</sup> Como referido no documento: *por fazer bien e merced a don Ribalt, mariscal mayor aquende la mar de la Orden del Hospital de San Juan, [e a] los freires dessa misma Orden, tambien a los que agora y son como a los que seran daqui adelante para siempre jamas, damosles e otorgamosles las villas con sus castillos que han nombre Mora e Serpa, aquellos que son en el reino de Leon (A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554), 2013: 35)*. Também consta no *Diplomatário Andaluz de Alfonso X* (1991: 243).

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

Na década de 60, o problema volta a surgir. A conquista de Niebla por Afonso X em 1262, que até então não era território de Castela, mas sim seu vassalo<sup>9</sup>, dita o fim da presença muçulmana no Ocidente da Península Ibérica. Essa zona passaria a ser somente dividida entre Portugal e Castela. Houve uma certa agitação entre as, agora, terras vizinhas, mas foi um problema rapidamente resolvido pelos monarcas de ambos os reinos, que, novamente, não parecem ter interesse num conflito (*Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, 1991: 297).

Dois anos mais tarde, em 1264, o rei Sábio é surpreendido por uma revolta dos mudéjares, tendo contado com o auxílio português para travar esta ameaça. É após esta situação que se começa a formar uma solução para a fronteira. No mesmo ano, ambos os monarcas chegam a um acordo para, finalmente, estabelecer os limites de cada reino, nomeando, cada um deles, dois procuradores à sua escolha (*Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, 1991: 312-313). Pelo mesmo acordo, Afonso X renúncia ainda aos seus direitos sobre o Algarve, mas mantém a obrigação de auxílio militar que D. Afonso III tinha para consigo (*Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, 1991: 318).

A 16 de fevereiro de 1267, ambos os monarcas se reúnem em Badajoz para formalizar e finalizar a questão. Aqui, fica estabelecido que, a sul, o rio Guadiana serviria como fronteira natural entre ambos os reinos, entregando D. Afonso III *Aroche, Aracena e todos los otros logares de entre Guadiana e Guadalquivir* (*Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, 1991: 351-352). Ainda no mesmo ano, Afonso X renunciaria também à obrigação de auxílio militar de Portugal.

Moura (e restantes senhorios hospitalários, como Serpa) tem um destino diferente de Aroche e Aracena. À semelhança do que acontecera anteriormente, em 1259, Afonso X reconhece que a vila é da Ordem do Hospital, pelo que lhe confirma a doação anterior em 1271, iniciando-se simultaneamente um processo de troca desta vila (e outros territórios) pelo castelo e vila de Covelas do Douro e uma igreja em Castelo de Veiga, confirmando-se este escambo em 1281<sup>10</sup> (*Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, 1991: 502-

---

<sup>9</sup> Veja-se Cosme (1992: 383). O autor afirma que: “Parece ter existido, após a conquista de Sevilha, um convénio entre o rei de Castela e os chefes muçulmanos, onde o governador de Niebla, que já auxiliara o monarca cristão na capital andaluza, ficaria senhor dos territórios muçulmanos a ocidente do Andaluz, onde estava incluído o Algarve. Perante a ofensiva de Afonso III e a incapacidade de defesa do governador de Niebla, este decidiu subestabelecer os seus direitos territoriais para Fernando III”.

<sup>10</sup> Paula Pinto Costa (1993: 156-158) afirma que em 1271 o monarca castelhano já concretizara o escambo com os freires hospitalários. Já Calado (2007: 115), diz que “a permuta prolongou-se por cerca de dez anos, devido a questões de delimitação territorial entre os dois reinos ibéricos”.

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

208). Nesta década, a vila deixava de ser senhorio da Ordem do Hospital e passava a pertencer a Castela.

Acontece que, em 1282, num contexto de guerra entre Afonso X e o seu filho Sancho, o infante doa as igrejas e castelos de Moura, Serpa e Mourão à Ordem do Hospital (*A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, 2013: 61-62), e, no ano seguinte, Afonso X doará as rendas de Moura, Serpa, Mourão e Noudar à sua filha Beatriz, rainha de Portugal<sup>11</sup> (*A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, 2013: 65-69). Parece-nos que uma espécie de “disputa interna” por estes territórios fizera parte do conflito castelhano<sup>12</sup>. Apenas na década seguinte, a vila reincorporaria o território de Portugal.

### **Afonso X: algumas considerações**

Afonso X aparenta ter tido três grandes projetos de governação: império, cruzada e centralização do poder régio, que se encontram visíveis na sua atuação. Na década de 50 do século XIII, o monarca tem conflitos fronteiriços com Portugal, Navarra e Aragão, e ainda pensa no trono imperial. Estamos perante um rei que detém um enorme poder, não sendo de estranhar que ambicionasse criar um império hispânico e controlar o Sacro-Império<sup>13</sup>.

O que poderia estragar este projeto? Problemas internos. Desde cedo, Afonso X será confrontado com problemas com a aristocracia devido à sua postura perante o poder

---

<sup>11</sup> Estranhamente, no ano seguinte, esta doa o castelo de Moura a D. Vasco Martins Serrão e à sua mulher, Teresa Peres (*A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, 2013: 74).

<sup>12</sup> No sumário do documento de doação destas vilas a D. Beatriz, é dito que “não foi tomada posse destas terras nem feita entrega delas, senão no reinado de Fernando IV de Castela, por serem terras da Ordem do Hospital” (*A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, 2013: 65). Já Calado (2007: 115) afirma que só fora feita doação dos rendimentos dessas vilas, pois o direito sob a sua propriedade pertencia ao reino de Castela.

<sup>13</sup> Recorde-se que Afonso X era filho de Beatriz da Suábia e primo de Frederico II, imperador do Sacro-Império Romano Germânico, que morrera em 1250. Este imperador mantinha relações hostis com o papado, resultando até na sua excomunhão (González Jiménez, 2021: 43), algo que poderá ter despertado a atenção do ainda infante, até porque as más relações com Roma manter-se-iam. A morte de Conrado IV em 1254 marcou o início de uma menoridade no trono imperial, que Afonso X aproveitaria, pois era o parente Hohenstaufen mais próximo do imperador Conradino, logo, em teoria, o seguinte na linha de sucessão (González Jiménez, 2021: 129-134). Em simultâneo, Castela deparava-se com confrontos fronteiriços com Navarra e Aragão (González Jiménez, 2021: 89), levando a melhor sobre ambos os reinos.

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

senhorial. No começo do seu reinado, favorece famílias em ascensão, ao invés da nobreza tradicional, gerando conflitos entre os nobres (como os Haro e os Lara), para além dos conflitos com o poder régio (González Jiménez, 2021: 97). A partir de 1255, dá início ao seu projeto de código administrativo, implementando o *Fuero Real* e as *Partidas*, com vista à centralização do poder régio. A nobreza reage, abandonando o reino e iniciando uma revolta no final desse mesmo ano, encabeçada pelo irmão do monarca, o infante Henrique. Isto explica o porquê de em 1255, D. Afonso III, um rei “maquiavélico”, como considera José Mattoso (1993: 89), dar foral a Arouche, reclamar o padroado das igrejas do Algarve, impulsionar a povoação de vilas algarvias, e atuar cada vez mais incisivamente sobre a região entre o Guadiana e o Guadalquivir, a qual Castela detinha os direitos desde o acordo de 1253, sem oposição alguma.

Os acontecimentos de 1264 ditam o futuro da fronteira, que ficaria definida no tratado de Badajoz de 1267. A revolta Mudéjar (1264) apanha Afonso X desprevenido, que ainda para mais, encontrava-se numa situação financeira desfavorável devido aos gastos da conquista de Niebla (1262) (González Jiménez, 2021: 199). Serviu-lhe o apoio militar de D. Afonso III, e, neste momento, o rei de Castela terá percebido que seria mais benéfico ter Portugal como aliado, do que como inimigo. É no seguimento desta revolta que a renúncia do Algarve, bem como as já referidas ações para delimitar as fronteiras entre ambas as coroas, têm lugar, culminando, três anos depois, no estabelecimento dos limites de cada território.

Por fim, o projeto de centralização do poder e o sonho imperial caem por terra nos anos de 1272 e 1273. Nas cortes de Burgos de 1272, a nobreza apresenta uma série de reclamações contra a política do monarca, que pedira, nesse mesmo encontro, apoio para a sua pretensão imperial. A nobreza nega a ajuda, abandonando o reino, regressando mais tarde, após uma série de cedências do monarca, resultando no retrocesso na sua política centralizadora (González Jiménez, 2021: 299).

Do que se disse, verifica-se que Afonso X tem projetos que se anulam entre si. Quer um império, e, para tal, precisa do apoio da nobreza, mas, em simultâneo, quer retirar poder a essa mesma nobreza. O mesmo para a cruzada, acrescentando ainda que quer guerrear os infiéis, mas entra em conflitos fronteiriços com reinos cristãos, dentro da própria península. Abre, assim, vários conflitos em simultâneo e não consegue lidar com todos eles.

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

Devido a uma política de controlo senhorial levada a cabo desde D. Afonso II (embora com alguns avanços e recuos, deparando-se também com alguns conflitos, mas nada à escala dos reinos vizinhos), Portugal consegue tirar proveito do caos político de Castela, bem como impor-se na política peninsular, graças a autênticos jogadores políticos como D. Afonso III e D. Dinis (1279-1325), que têm controlo sobre o seu reino.

#### **D. Dinis, os infantes de La Cerda e Moura**

A “confusão” relativa ao fundador do Convento de Moura ainda não está terminada, faltando um detalhe: qual a participação de Afonso de La Cerda neste assunto?

D. Dinis sobe ao trono em 1279, sucedendo a D. Afonso III, seu pai. Mantém e reforça a política de centralização régia desde cedo, com uma procura constante de limitar os poderes, quer à nobreza, quer ao clero. Não esquecendo a importância da sua atividade política interna, o que nos interessa deste reinado são dois aspetos da sua política externa: a atuação política peninsular e a definição definitiva da fronteira entre Portugal e a coroa de Castela.

As raízes do conflito com Castela surgem em 1275<sup>14</sup>, com a morte de Fernando de La Cerda, infante herdeiro. Afonso X tinha agora em mãos um problema para o estabelecimento do seu sucessor. Não se tratava de uma questão de falta de herdeiros, mas sim de um conflito de direitos gerado pelo código administrativo que Afonso X queria impor a todo o custo. Neste momento, os candidatos ao trono seriam Afonso de La Cerda, filho primeiro do infante Fernando, neto do monarca, e Sancho, filho segundo do monarca. De acordo com o direito romano, do qual o rei Sábio era adepto, a linhagem do primogénito era privilegiada, logo, Afonso era o novo herdeiro à coroa. Segundo o direito germânico (o direito “tradicional”), que até este reinado estava em vigor, nenhum filho poderia ser deserdado ou prejudicado em relação a outro, logo, Sancho seria o herdeiro. Os últimos anos de vida de Afonso X serão marcados por esta situação, que não terá uma resolução definitiva no seu reinado.

Quem vai tentar tirar proveito desta situação será a nobreza, que irá apoiar Sancho, resultando numa guerra civil em 1282. Esta posição era óbvia e esperada. Desde início

---

<sup>14</sup> Veja-se González Jiménez (2021: 345-347) e José Augusto Sottomayor-Pizarro (2005: 45).

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

foram contra o modelo que Afonso X queria implementar, logo não poderiam apoiar Afonso de La Cerda. Para além disto, caso Sancho subisse ao trono, devê-lo-ia à nobreza, causando uma relação de dependência brutal do monarca para com a aristocracia. Sancho é deserdado no último testamento do seu pai (González Jiménez, 2021: 395), mas é ele quem acaba por sucedê-lo graças ao tal apoio. O rei Sábio morre em 1284, em Sevilha, conservando apenas o apoio da sua filha, D. Beatriz, rainha-viúva de Portugal, e de alguma nobreza que se lhe mantivera fiel.

Neste contexto, a atuação de D. Dinis na política peninsular foi pragmática e oportuna<sup>15</sup>. Na guerra civil de Castela apoiou Sancho (revelando as relações complicadas que mantinha quer com o avô, quer com a mãe), saindo este vitorioso, como acima se referiu. Contudo, a instabilidade castelhana estaria longe de ter um fim com Sancho IV, que vivia assombrado, quer com os infantes de La Cerda, que seriam uma constante “arma de arremesso” contra a sua legitimidade, quer com o papado, que não legitimava o seu casamento com Maria de Molina<sup>16</sup>, sua prima em terceiro grau, colocando em causa a sua linhagem. Com todos estes fatores, Sancho IV via a sua atuação política limitada (Sottomayor-Pizarro, 2005: 45).

Esta fragilidade fez-se sentir em 1288, quando os reis de Aragão apoiaram a pretensão de Afonso de La Cerda, que, juntamente com o seu irmão Fernando, e a sua mãe, Branca de França, refugiaram-se em Aragão dada a situação política de Castela. Nesta altura, D. Dinis vai apoiar Castela, enquanto, no desenrolar do conflito ao qual se juntará França<sup>17</sup>, permite que a mãe dos infantes de La Cerda se refugie em Portugal<sup>18</sup>. Sancho IV vê no monarca português um importante aliado, sendo por isso fundamental reforçar a aliança entre ambos. Como tal, em 1291, os monarcas encontram-se em *Ciudad Rodrigo* e firmam um acordo de casamento entre a infanta Constança de Portugal e o infante Fernando de Castela, pelo qual Serpa e Moura voltariam a pertencer ao território português no imediato (Sottomayor-Pizarro, 2005: 106).

---

<sup>15</sup> Veja-se José Augusto Sottomayor-Pizarro (2005: 105-107).

<sup>16</sup> Durante o seu reinado, o seu casamento nunca foi legitimado devido ao elevado grau de consanguinidade, sendo acusado de incesto pelo papa Martinho IV (Sottomayor-Pizarro: 45).

<sup>17</sup> Veja-se José Augusto Sottomayor-Pizarro (2005: 105-106)

<sup>18</sup> José Augusto Sottomayor-Pizarro (2005: 106) alerta para o facto de não haver qualquer referência a esta situação nas crónicas portuguesas. Contudo, considera muito possível dada a habilidade política de D. Dinis. Acrescenta ainda que o rei de Portugal pediu a libertação de Fernando de La Cerda, mas nada refere acerca de Afonso.

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

A morte prematura de Sancho IV em 1295 desencadeia uma nova onda de acontecimentos, que debilitariam ainda mais a coroa de Castela. Fernando IV sobe ao trono, menor, e ainda ilegítimo, ficando a regência a cargo do infante Henrique, irmão de Afonso X (Sottomayor-Pizarro 2005: 108). Vamos assistir a um verdadeiro jogo de interesses, quer de Portugal, quer de Aragão, que vão tentar tirar o máximo proveito da debilidade de Castela.

D. Dinis, ao reparar nesta fragilidade, vai atuar no sentido de recuperar terras anteriormente perdidas para Castela. Envia emissários para Castela, de modo a exigir o cumprimento do acordo de 1291: a aliança de casamento de Fernando IV com D. Constança, e a devolução de terras de fronteira (Moura, Serpa, Olivença, Campo Maior, São Fins dos Galegos, Ouguela, e demais castelos e vilas) que anteriormente pertenciam a Portugal (Sottomayor-Pizarro, 2005: 108). Face a esta situação, Moura e Serpa voltam a integrar o território português<sup>19</sup> e recebem foral régio (1295), ficando ainda acordada uma nova delimitação de fronteiras entre os reinos e uma trégua entre Portugal e Castela. Dois anos (repletos de estratégias políticas<sup>20</sup>) depois, é assinado o Tratado de Alcanizes. Por este, reafirma-se o casamento de Fernando IV com D. Constança, é acordado o casamento do infante D. Afonso de Portugal com Beatriz de Castela, irmã do rei, e são reajustadas as fronteiras entre Portugal e Castela, saindo Portugal claramente vencedor (Sottomayor-Pizarro, 2005: 113).

### **De volta ao Convento- fim da questão**

Todos os acontecimentos que decorreram durante a segunda metade do século XIII, tratados nas páginas anteriores, estão, a nosso ver, na origem de toda a questão da fundação do convento.

---

<sup>19</sup> *Quesçam quantos esta carta viren e leer oyeren que yo Iffante Dom Hanrique fillo do muy noble rey Dom Fernando e tutor d'el muy noble [fl 138r] Dom Fernando mio sobrino Rey de Castella e de Leon fijo d'el muy noble rey Dom Samcho entemdiendo e sabiendo por verdade que los castellos e las villas de Mora de Serpa de Aroche e de Aracena forom e de derecho devem ser del senhorio d'el reyno de Portugal e que fureom e som emde em alienados muy sem razom prometo e faço tal preito a vos muy noble Dom Denis Rey de Portugal e del Algarve que vos faga dar e entregar fasta diez dias amdados del mes de Octubre primero que vien los castellos e las villas de Mora e Serpa com sus terminos derechos qualles aviam quando eram del senhorio de Portugal (A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554), 2013: 115).*

<sup>20</sup> Veja-se José Augusto Sottomayor-Pizarro (2005: 108-112).

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

No século XVI, o padre carmelita Diego Martínez de Coria y Maldonado afirma que Afonso de La Cerda era detentor de conventos em Gibraleón (Huelva), Requena (Valência) e Moura (cf. Monteiro, 2019: 248). Esta posição baseia-se no capítulo geral de Perpignan de 1354, no qual surge o documento onde consta, pela primeira vez, o Convento de Moura, pelo qual este passaria a pertencer à província carmelita do “resto de Espanha” (Monteiro, 2019: 249). Velasco Bayón, que corrobora esta tese, acrescenta ainda que atualmente, o apelido “Lacerda” perdura na zona de Moura (cf. Monteiro, 2019: 249). João Gouveia Monteiro (2019: 249) considera a relação de Afonso com Moura duvidosa, e faz reparar que Aragão era o principal foco dos carmelitas na Península (pelo menos no período medieval), não tendo a Ordem tanta expressão nos outros reinos.

A tese de fundação hospitalária do convento carmelita de Moura aparece um século mais tarde, na crónica dos carmelitas, escrita por frei José de Sant’Anna. O carmelita português atribui a fundação do convento aos cavaleiros do Hospital, que teriam também sido, segundo o mesmo, os responsáveis por trazer os carmelitas para Portugal (Sant’Anna, 1745: 136). Outro argumento apresentado, que reforça esta hipótese, é a presença de cruces de Malta, gravadas em pedra, ao longo do convento (Monteiro, 2019: 247). Contudo, João Gouveia Monteiro (2019: 247-248) acha improvável que os carmelitas acompanhassem os cavaleiros de São João como seus missionários apostólicos, pois as Ordens, segundo ele, por norma, têm os seus próprios religiosos. Alerta também para a questão das cruces de Malta no convento, afirmando que é “um assunto que merece melhor averiguação”.

Parece-nos claro que a Ordem do Hospital está, de algum modo, relacionada com a fundação do Convento de Moura, por vários motivos. A vila foi conquistada pelos cavaleiros hospitalários, algures entre 1230 e 1233, sendo por eles mantida até cerca de 1271, quando nos aparece referido o escambo entre a Ordem e Castela (contudo, nos períodos entre 1253 e 1259, e 1267 e 1271 não é claro quem tem o senhorio do local), mesmo quando esta pertencia ao território que conheceu flutuações entre Portugal e Castela. Afonso X percebe a ligação da Ordem ao local, entregando-lhe a vila em 1259, após o acordo estabelecido com Portugal em 1253, e, confirmando-lhe essa posse em 1271, após a fronteira entre as coroas ter ficado definida no Tratado de Badajoz em 1267. Moura apenas começa a fazer parte de Castela algures entre 1271 e 1281, sendo entregue novamente à Ordem do Hospital em 1282, e as suas rendas doadas juntamente com as de

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

outros territórios a D. Beatriz, rainha de Portugal, em 1283 (não significa que pertencia novamente a Portugal, mas a proximidade ao reino é inegável). Em 1291 a vila é prometida a Portugal, sendo doada em 1295 e confirmada como parte integrante do reino em 1297, quando a fronteira é novamente firmada, nesta vez no Tratado de Alcanizes.

Não fica clara a relação, realçada pelos escritores espanhóis, entre Afonso de La Cerda e o Convento do Carmo de Moura. É certo que a data de construção do convento não é totalmente conhecida, mas deve rondar a década de 50 do século XIII<sup>21</sup>. Ora, o infante apenas nasceu em 1270. O percurso do neto de Afonso X parece não ter passado por Portugal<sup>22</sup>. É provável que tivesse fundado conventos carmelitas (é neto de Luís IX de França, que, segundo Monteiro (2019: 249), empenhou-se bastante na defesa dos carmelitas), mas em sítios onde efetivamente esteve. Em Aragão, que fora “casa” do infante durante um tempo alargado, existiam vários conventos, bem como em Requena (Valência)<sup>23</sup> e em Gibráléon (Huelva)<sup>24</sup>, estes últimos a ele ligados. E, note-se ainda, que estes dois conventos têm origem no século XIV, sendo que o cenóbio português, ao que tudo indica, fora construído no século anterior. Portanto, é pouco provável que Afonso de La Cerda tenha sido o fundador do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura.

No que respeita ao capítulo geral de Perpignan, e à inserção do convento de Moura na província do “resto de Espanha”, sabemos que, quando os carmelitas começaram a sua expansão pela Europa, tiveram de reestruturar a sua regra, ficando, entre muitas outras coisas, definido (entre 1281 e 1294) que os conventos de uma determinada região formariam uma província para uma melhor organização interna (Monteiro, 2019: 245). Nesta reunião capitular de 1354, apenas se reorganizou a então existente província de “Espanha”, que reunia todos os conventos carmelitas da península, na província da “Catalunha e Baleares”, e na província do “resto de Espanha” (Monteiro, 2019: 249).

---

<sup>21</sup> Veja-se Sant’Anna (1745: 136), Franco (2010: 79), Rosa (2010: 44) e Pinheiro (2015: 22).

<sup>22</sup> Portugal não aparenta ter integrado o itinerário de Afonso de La Cerda, ficando apenas a questão se este também ficou sob proteção de D. Dinis em 1288, juntamente com a sua mãe (Sottomayor-Pizarro, 2005: 106). É algo a verificar, mas, tendo em conta o conflito entre as coroas de Aragão e Castela, seria algo improvável o primeiro deixar escapar a sua “arma” contra o segundo, bem como o infante abrigar-se num reino aliado àquele a quem a sua existência figurava uma ameaça. Tanto que, no desenrolar do conflito, Afonso aparece sempre do lado de Aragão.

<sup>23</sup> Este é totalmente possível dada a proximidade com Aragão.

<sup>24</sup> Após a Sentença Arbitral de *Torrellas*, Afonso recebe algumas terras em Castela como compensação da sua renúncia à coroa, sendo uma delas Gibráléon (Monteiro, 2019: 249), onde seria livre de construir um convento.

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

Por fim, parece existir uma relação entre a Ordem do Hospital e a Ordem do Carmo, desde a chegada desta ao reino. A vinda dos carmelitas para Portugal pode não ter ocorrido em simultâneo com os hospitalários, e as supostas cruces de Malta podem necessitar de ser mais bem aprofundadas, mas o convento foi construído em terra que era senhorio do Hospital, não sendo de estranhar a ocorrência de alguma influência nesta edificação. Um possível sinal desta ligação aparece-nos no século XV, quando o convento de Lisboa é fundado por Nuno Álvares Pereira, e, posteriormente, doado à Ordem do Carmo. Não são conhecidas as motivações do Condestável, mas se verificarmos a sua ascendência (filho de Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital<sup>25</sup>), notamos uma clara ligação com a Ordem do Hospital, podendo esta relação ter tido um peso na sua escolha<sup>26</sup>. Aliás, Maria de Lurdes Rosa (2010: 44) diz-nos que devido à implantação da Ordem do Carmo no Alentejo, desenvolveram-se boas relações entre esta e ordens religioso-militares situadas na mesma zona, sendo provável que *tivesse sido por esta via o conhecimento e frequência assídua do Carmo de Moura, por Nuno Álvares Pereira, desde jovem*. De facto, os primeiros habitantes do seu convento provieram de Moura, e a comunicação entre o Condestável e o vigário-geral dos carmelitas dessa vila, frei Afonso de Alfama, sempre se revelou fácil, mantendo ambos boas relações (Monteiro, 2019: 203-204).

## Fontes

*A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)* (2013), Luís Adão da Fonseca; Maria Cristina Pimenta; Joana Lencart, *Militarium Ordinum Analecta*, 14, CEPESSE.

*Crónica de Portugal de 1419* (1998), Adelino de Almeida Calado (ed.), Aveiro, Universidade de Aveiro.

*Crónica geral de Espanha de 1344* (1983), Luís F. Lindley Cintra (ed.), Lisboa, Academia Portuguesa da História.

---

<sup>25</sup> Este levou a cabo uma política de transferência ou construção de património da Ordem a sul do tejo, resultando numa acumulação de património da sua descendência nessa zona, podendo ter facilitado as relações entre o seu filho e a Ordem do Carmo. Sobre esta atuação de Álvaro Gonçalves Pereira, veja-se Costa (2015).

<sup>26</sup> A 8 de dezembro de 1386 é emitido o breve *Piis fidelium votis* pelo papa Urbano VI, autorizando a construção do convento em Lisboa, com a condição do mesmo confiado a uma ordem religiosa à escolha de Nuno Álvares Pereira, mas aprovada pela Santa Sé. A 9 de setembro de 1395, o Papa Bonifácio IX outorga uma bula que permite a entrega do convento aos carmelitas (Monteiro, 2019: 200 e 204). Isto indica-nos que a entrega do convento à Ordem do Carmo foi da vontade do Condestável.

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

*Diplomatário Andaluz de Alfonso X* (1991), Manuel González Jiménez (ed.), Sevilla, Fundación el Monte.

SANT'ANNA, José Pereira de (1745), *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*, Lisboa, Oficina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram.

## Bibliografia

CALADO, Hugo Miguel Pinto (2007), *A Raia Alentejana Medieval e os Pólos de Defesa Militar: o castelo de Noudar e a defesa do património nacional*, Tese de Mestrado em “História Regional e Local”, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, [consulta em 11/06/2025]. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/484>.

COSME, João dos Santos Ramalho (1992), “O reflexo das rivalidades luso-castelhanas no espaço Raiano (1165-1580). O caso dos concelhos de Moura, Mourão, Olivença e Serpa”, *Revista de Estudios Extremeños*, 48/2, pp. 376-404, [consulta em 11/06/2025]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=259119>.

COSTA, Paula Pinto (1993), *A Ordem Militar do Hospital em Portugal séculos XII-XIV*, Tese de Mestrado em “História Medieval”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

COSTA, Paula Pinto (2015), “Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar”, *População e Sociedade*, 23, pp. 45-71, [consulta em 11/06/2025]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79110/2/102048.pdf>.

CUNHA, Maria Cristina; PIMENTA, Maria Cristina (1985), “Algumas considerações sobre as relações entre os monarcas castelhanos e a Ordem de Avis no século XIII”, in *Congresso Internacional sobre Afonso X, o Sábio*, Porto, Instituto Português do Património Cultural.

DAVID, Henrique; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1989), “*A Conquista de Faro*”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, 9, pp. 63-75, [consulta em 08/01/2025]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13131>.

*Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal (2010)*, José Eduardo Franco; José Augusto Mourão; Ana Cristina da Costa Gomes (dir.), Lisboa, Gradiva.

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

FONTES, José Luís Inglês; ANDRADE, Filomena Maria; RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2020), *Mosteiros e Conventos no Portugal Medieval: Vida Espiritual e Lógicas de Implantação*, Lisboa, Universidade Católica.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (2021), *Alfonso X el Sabio*, Sevilha, Editorial Universidad de Sevilla.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (2005), “Alfonso X y Portugal”, *Alcanate: Revista de Estudios Alfonsíes*, 4, pp. 19-34, [consulta em 06/01/2025]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1389289>.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (1998), “Las relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, 15/1, pp. 1-24, [consulta em 07/01/2025]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2337279>.

MARQUES, José (1985), “Afonso X e a Diocese de Silves”, *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, II, pp. 31-46.

MATTOSO, José (1993), “A relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio”, in José Mattoso – *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 73-94.

MONSALVO ANTÓN, José Maria (2010), *Atlas Histórico de la España Medieval*, Madrid, Editorial Síntesis.

MONTEIRO, João Gouveia (2019), *Nuno Álvares Pereira- guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do Condestável*, Lisboa, Manuscrito.

PÉREZ-EMBED, Florentino (1975), *La frontera entre los reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilla.

PÉREZ-EMBED, Florentino (1974), *Castilla y Portugal en la Sierra de Aracena*, Sevilla, Real Academia Sevillana de Buenas Letras.

PINHEIRO, Helena Isabel Henriques (2015), *Arqueologia urbana em Lisboa: o Convento do Carmo entre os séculos XIV e XIX*, Relatório de Estágio de “Mestrado em Arqueologia”, Universidade Nova de Lisboa.

ROSA, Maria de Lurdes (2010), *Santos e Demónios no Portugal Medieval*. Porto: Fio da Palavra, 2010, [consulta em 11/06/2025]. Disponível em: [https://www.academia.edu/31117525/Santos\\_e\\_dem%C3%B3nios\\_no\\_Portugal\\_medieval\\_Porto\\_Fio\\_da\\_Palavra\\_2010](https://www.academia.edu/31117525/Santos_e_dem%C3%B3nios_no_Portugal_medieval_Porto_Fio_da_Palavra_2010).

António Rosa Marques – *O Convento do Carmo de Moura: uma questão de fronteira*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 24-40.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a2)

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto (2005), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.

VELASCO BAYÓN, Balbino (2001), *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Lisboa, Paulinas.

VENTURA, Leontina (1998), “A Fronteira Luso-Castelhana na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, 15/1, pp. 25-52, [consulta em 08/01/2025]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2337292>.

VENTURA, Leontina (2012), *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores.

### Anexo 1 - Fronteira entre Portugal e Castela durante a segunda metade do século XIII



Fonte: MONSALVO ANTÓN, 2010: 200.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

## **Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)\***

### **Fragments of Women's Lives: Mobilities and Borders between the *Recolhimento do Anjo* and the *Recolhimento das Órfãs do Porto* (1672-1800)**

### **Fragments de vies féminines : Mobilités et frontières entre le *Recolhimento do Anjo* et le *Recolhimento das Órfãs do Porto* (1672-1800)**

### **Fragmentos de vidas femeninas: Movilidades y fronteras entre el *Recolhimento do Anjo* y el *Recolhimento das Órfãs do Porto* (1672-1800)**

Rita Ferreira Costa

Faculdade de Letras, Universidade do Porto

[ritaferreiracosta16@gmail.com](mailto:ritaferreiracosta16@gmail.com)

**Resumo:** Desenvolvidos para albergar mulheres em condição de vulnerabilidade - pelo afastamento temporário do elemento masculino, orfandade ou viuvez - os recolhimentos femininos, espaços de clausura sem a necessidade de professar votos religiosos, proliferaram durante a época moderna em Portugal. Na cidade do Porto, surgiram cinco espaços desta natureza, entre os séculos XVII e XIX. O Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs, instituições com o mesmo objetivo – preservar a honra social feminina –, embora com administrações distintas, são exemplos que ilustram a presença de fronteiras sociais, de distinção e seleção do público feminino que ampararam. Porém, o entrecruzamento de mulheres de diferentes condições sociais, os exemplos de solidificação de algumas carreiras dentro destes espaços e até mesmo as redes de sociabilidade estabelecidas entre os mesmos e instituições conventuais, nomeadamente a Norte de Portugal, demonstram a permeabilidade das aparentes fronteiras existentes em instituições de clausura. Deste modo, este artigo pretende explorar a permeabilidade e mobilidade dos recolhimentos femininos, através da aplicação de uma metodologia comparativa que permita analisar alguns retalhos de vida de mulheres recolhidas.

**Palavras-chave:** clausura; honra; mulheres; recolhimentos; Porto.

**Abstract:** Developed to shelter women in vulnerable life conditions due to temporary separation from the male element, orphanhood or widowhood - women's retirement houses (*recolhimentos*), cloistered spaces without the need to take religious vows, became widespread in Portugal during the early modern period. There were five places in Porto between the 17th and 19th centuries. The *Recolhimento do Anjo* and the *Recolhimento das Órfãs*,

---

\* O presente artigo corresponde às principais conclusões da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Mulheres (in)visíveis na cidade do Porto: uma análise comparativa entre o Real Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo e o Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança (1672-1800)”, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em novembro de 2024.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

institutions with the same objective – to preserve female social honor – albeit with different administrations, are examples of the existence of social boundaries, the distinction and the selection of the female public they supported. However, the intersection of women from different social backgrounds, the examples of the consolidation of some careers in these spaces and even the networks of sociability that formed between them and convents, particularly in the north of Portugal, show the permeability of the apparent boundaries existing in cloistered institutions. The aim of this article is therefore to explore the dimension of permeability and mobility in women retirement houses, using a comparative methodology that has allowed us to analyze some fragments of the lives of women that were sheltered in these spaces.

**Keywords:** cloister; honor; women; retirement houses; Porto.

**Resumen:** Desarrollados para albergar a mujeres en condiciones de vulnerabilidad - por alejamiento temporal del elemento masculino, orfandad o viudedad -, los *recolhimentos* femeninos, espacios de clausura sin necesidad de profesar votos religiosos, proliferaron durante la Edad Moderna en Portugal. En la ciudad de Porto hubo cinco espacios de este tipo entre los siglos XVII y XIX. El *Recolhimento do Anjo* y el *Recolhimento das Órfãs*, instituciones con el mismo objetivo - preservar el honor social femenino - aunque con administraciones diferentes, son ejemplos que ilustran la presencia de fronteras sociales, distinción y selección del público femenino al que apoyaban. Sin embargo, la mezcla de mujeres de diferentes orígenes sociales, los ejemplos de solidificación de algunas carreras dentro de estos espacios e incluso las redes de sociabilidad establecidas entre ellas y las instituciones conventuales, sobre todo en el norte de Portugal, demuestran la permeabilidad de las aparentes fronteras existentes en las instituciones de clausura. El objetivo de este artículo es, por tanto, explorar la dimensión de la permeabilidad y de la movilidad en esas instituciones, aplicando una metodología comparativa que nos ha permitido analizar algunos fragmentos de la vida de las mujeres que habitaron estos espacios.

**Palabras clave:** claustro; honor; mujeres; *recolhimentos*; Porto.

**Résumé:** Conçues pour accueillir les femmes en situation de vulnérabilité - en raison de l'éloignement temporaire de l'élément masculin, de l'orphelinat ou du veuvage - les *recolhimentos* féminines, espaces cloîtrés sans obligation de professer des vœux religieux, ont proliféré au cours de la période moderne au Portugal. Dans la ville de Porto, il y a eu cinq centres de ce type entre le 17<sup>e</sup> et le 19<sup>e</sup> siècle. Le *Recolhimento do Anjo* et le *Recolhimento das Órfãs*, institutions ayant le même objectif - préserver l'honneur social des femmes - bien qu'ayant des administrations différentes, sont des exemples qui illustrent la présence de frontières sociales, la distinction et la sélection du public féminin qu'ils soutenaient. Cependant, le brassage de femmes issues de milieux sociaux différents, les exemples de consolidation de certaines carrières dans ces espaces et même les réseaux de sociabilité établis entre elles et les institutions conventuelles, en particulier dans le nord du Portugal, démontrent la perméabilité des frontières apparentes existant dans les institutions cloîtrées. L'objectif de cet article est donc d'explorer la dimension de la perméabilité et de la mobilité dans les retraites féminines en appliquant une méthodologie comparative qui nous a permis d'analyser quelques fragments de la vie des femmes qui ont vécu dans ces institutions.

**Mots-clés:** cloîtres; honneur; femmes; *recolhimentos*; Porto.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

## 1. Introdução

O presente artigo divulga alguns dos resultados da aplicação de uma metodologia comparativa para o estudo das dinâmicas de transição, entre o século e a clausura, de duas instituições portuenses – o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. Apesar da sua natureza quantitativa, explorando tendências temporais na longa duração e traçando o perfil social das recolhidas, a metodologia desenvolvida e aplicada permitiu esboçar alguns retalhos de vidas destas mulheres, nunca perdendo de vista a importância da dimensão qualitativa do trabalho. É exatamente sobre esta que este artigo se debruça, ainda que não deixe de apresentar, quando pertinente, dados quantitativos que corroboram as dinâmicas exploradas. Os resultados revelam as diversas facetas que os recolhimentos portuenses assumiram, sendo estas instituições observatórios de excelência para analisar as mulheres recolhidas enquanto seres sociais ativos e objetos de estudo na História (Costa, 2024).

Ainda que os finais do século XX e inícios do XXI se destaquem pelo desenvolvimento dos estudos das mulheres e de género, através dos trabalhos de Simone de Beauvoir (1949), Michelle Perrot (1984,1998), Joan Scott (1988), Louise Tilly (1994) e os estudos de outras autoras refletem a abrangência do conceito de “género”. Reportamo-nos aos trabalhos de Irene Vaquinhas (2019) e Maria Antónia Lopes (1989). De acordo com a abordagem dos estudos mencionados, o “género” não limita as mulheres à sua biologia. Pelo contrário, coaduna-se com contextos específicos, que influenciam os comportamentos femininos, demonstrando a aplicabilidade desta noção enquanto categoria de análise social na História.

Enquanto objeto de estudo, a historiografia reconheceu apenas recentemente a pertinência científica do estudo das mulheres institucionalizadas em recolhimentos. Vejam-se os trabalhos para Braga (Araújo, 2007, 2009), Bragança (Fonseca, 2013), Coimbra (Lopes, 2005, 2023), Évora (Liberato, 2004), Lisboa (Coates, 1998; Reis, 2004; Almeida, 2012), Viana do Castelo (Magalhães, 2011) e Guimarães (Fernandes, 2022). Destacam-se, evidentemente, os trabalhos relacionados com os recolhimentos portuenses (Basto, 1943; Jesus, 2005), nomeadamente o Recolhimento do Anjo (Jesus, 2006, 2022) e o Recolhimento das Órfãs (Ferreira, 1979). Por isso, abordar o aparecimento dos recolhimentos femininos durante a época moderna é também indagar sobre dois conceitos de suma importância, a “pobreza” e a “assistência”.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Absolutamente polissémico, a intemporalidade do primeiro conceito não permite delinear fronteiras estanques entre um “pobre” e um “não-pobre” (Lopes, 2010). Todavia, facto é que a existência de mulheres em condição de vulnerabilidade acentuava o risco de pobreza moral (Sá, 2000), corrompendo, por vezes, a honra feminina e a do respetivo núcleo familiar (Osswald, 2015). Durante a Contrarreforma, o reforço do casamento enquanto sacramento (Paiva, 2014) influenciou as questões relacionadas com a vida privada das populações, designadamente a sexualidade. A inculcação de uma gramática de comportamentos lícitos e ilícitos nos indivíduos foi também fundamental para a promoção do autocontrolo nas ações (Foucault, 1994), assumindo o núcleo familiar uma preponderância essencial na vida das mulheres (Lopes, 2017).

Sem fugir à regra, a sociedade portuense era baseada no valor da “honra”, capital simbólico transversal a homens e mulheres, mas que comportava diferentes significados e exigia posturas distintas, dependendo do sexo do indivíduo e da respetiva posição social (Farge, 1990). As mulheres, interpretadas enquanto seres biológica e intelectualmente inferiores (Grieco, 1993; Hespanha, 1995; Leão, 2020) eram vistas como perigosas e lascivas (Lopes, 2017), cujos comportamentos desviantes à norma social podiam arruinar este atributo e do respetivo núcleo familiar (Crampe-Casnabet, 1991). Por este motivo, o desamparo feminino representava um risco, não apenas para as mulheres, mas também para quem as rodeava. Os seus comportamentos necessitavam de vigilância constante, surgindo os recolhimentos enquanto estruturas integradas num sistema de assistência baseado na caridade de instituições religiosas ou de particulares (Carasa, 2017). As ações caritativas perante os mais vulneráveis, entre os quais as mulheres, eram, assim, um meio para a salvação da alma (Torremocha & Ruiz, 2013).

Os trabalhos referentes à assistência em Portugal, respeitantes aos agentes caritativos, como as Misericórdias (Basto, 1995-1999; Amorim, 2018), os monarcas (Reis, 2004), os bispos (Paiva, 2004) ou particulares (Gandelman, 2005) em muito impulsionaram o estudo sobre recolhimentos. Também a historiografia espanhola valorizou o papel (in)visível de algumas mulheres, sobretudo enquanto seres socialmente ativos, capazes de tecer redes de sociabilidade e de esboçar os seus destinos, onde o estudo dos recolhimentos coloca a tónica na dinâmica destes espaços (Carasa, 2010). Assim, os recolhimentos enquadram-se em redes assistenciais que responderam a problemas locais, como bem comprova a longa tradição historiográfica

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

espanhola acerca desta temática (Muriel, 1974; Pérez Baltasar, 1985; Marinas, 1993; Sixto Barcia, 2013; Rice, 2019).

Neste trabalho, analisam-se dois espaços – o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs – que partilhavam o mesmo objetivo – preservar a honra social feminina –, mas que tinham administrações distintas. O primeiro foi administrado pelo poder episcopal do Porto sob jurisdição régia, enquanto o segundo se encontrava sob a alçada da Misericórdia local. Pretende-se, pois, compreender se os modelos administrativos influenciaram o modo como estas instituições responderam às necessidades das mulheres que ampararam. Com efeito, se, por um lado, as mulheres são interpretadas enquanto seres inferiores e, principalmente, frágeis quando o elemento masculino se encontrava ausente, as mesmas eram figuras suficientemente centrais para corromper um dos atributos mais importantes do núcleo familiar: a honra. Eram, em simultâneo, figuras marginalizadas, mas com papéis centrais na orgânica e na estrutura familiar da época moderna. É sobre elas que o presente artigo se debruça, demonstrando alguns dos caminhos que muitas traçaram.

## 2. O Recolhimento do Anjo: fundação e estatutos

Fundado em 1672, por iniciativa privada de D. Helena Pereira, viúva de Gonçalo Borges Pinto, cidadão do Porto e descendente de Paulo Borges Pinto, também cidadão, fidalgo, vereador e procurador na cidade, o Recolhimento do Anjo seguiu um modelo semelhante a outros espaços de clausura. As intenções iniciais da fundadora previam a constituição de um convento de Capuchas descalças, ainda que as suas pretensões tenham sido frustradas. O Recolhimento do Anjo ficou sob proteção régia, da rainha consorte D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Após a cedência do terreno para construção do espaço, por parte do Senado do Porto, as primeiras recolhidas ingressaram na instituição em 1674. Obedecendo à Regra Terceira de São Francisco e a uma estrutura orgânica que vai de encontro às restantes conhecidas para os espaços portugueses da mesma natureza, D. Helena Pereira assumiu as funções de regente e de administradora<sup>1</sup> da instituição até à data da sua morte, em 1690. Posteriormente, o bispo do

---

<sup>1</sup> Os recolhimentos eram possuidores de um documento que regia o quotidiano dentro da instituição – os estatutos. Nesta regra, além de todos os aspetos sobre os comportamentos femininos a adotar pelas recolhidas, ficou também estipulada a estrutura orgânica da instituição. No topo da hierarquia, a regente devia satisfazer as necessidades do administrador do espaço, sendo também responsável pelo governo da casa. Seguiam-se outras oficiais e serventes. Veja-se Costa (2024: 93).

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Porto ocupou as funções de administrador da instituição, ainda que a mesma estivesse sob jurisdição régia, tal como estabeleciam os estatutos da instituição, aprovados em 1688. A administração do Recolhimento do Anjo foi, pois, uma simbiose entre o poder episcopal e régio, ainda que seja também de notar o papel de relevo do poder local na realização deste projeto (Jesus, 2006).

As semelhanças arquitetónicas entre espaços de clausura, como conventos e recolhimentos, são bem conhecidas. Porém, escasseiam as representações acerca do Recolhimento do Anjo. Na verdade, além de alguns relatos sob o aspeto geral do edifício, as gravuras disponíveis dão ênfase à torre e igreja da irmandade dos Clérigos. Arriscamos fazer uma breve síntese da arquitetura do edifício, tendo em conta o contexto de produção da fonte, que remonta aos inícios do século XX. Possuidor de um andar único, provido de paredes lisas, o Recolhimento do Anjo era composto por rodas, locutórios, grades e uma cerca. No interior, havia um claustro com um chafariz no centro (Passos, 1919). Porém, não conseguimos corroborar esta descrição sobre o edifício dado o desconhecimento sobre a existência das plantas concernentes ao espaço. A demolição do mesmo teve lugar em 1837, depois de o espaço ter servido de hospital militar durante o cerco do Porto (1832-1834) (Jesus, 2006), altura em que as recolhidas pediram asilo no Convento de São Bento de Avé-Maria. Conjetura-se, também, a partir da mesma fonte de informação, que a imagem de São Miguel Arcanjo, pertencente ao Recolhimento do Anjo, tenha sido transferida para a posse da Igreja de São José das Taipas, após a demolição da instituição (Passos, 1919)<sup>2</sup>.

### 3. O Recolhimento do Anjo: perfil social das recolhidas

O Recolhimento do Anjo era destinado a meninas e mulheres de condição nobre, honradas, entre os 12 e os 40 anos, naturais da cidade ou bispado do Porto, fazendo jus à sua nomenclatura de “real”<sup>3</sup>. Era uma instituição que aplicava o conceito de “pobreza selecionada” ao público que acolhia: mulheres de condição nobre, mas sem meios económico-financeiros para manter a sua condição social sem correr o risco de colocar em causa a sua honra e a do

---

<sup>2</sup> É difícil aferir a veracidade desta informação. A Igreja de São José das Taipas possui, efetivamente, no seu núcleo museológico, uma imagem de São Miguel Arcanjo. Porém, a proveniência da mesma é desconhecida. No entanto, não se deixa de cogitar a hipótese desta peça ser um testemunho material do Recolhimento do Anjo do Porto.

<sup>3</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto (doravante BPMP), *Reservados*, Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688, manuscrito 781.



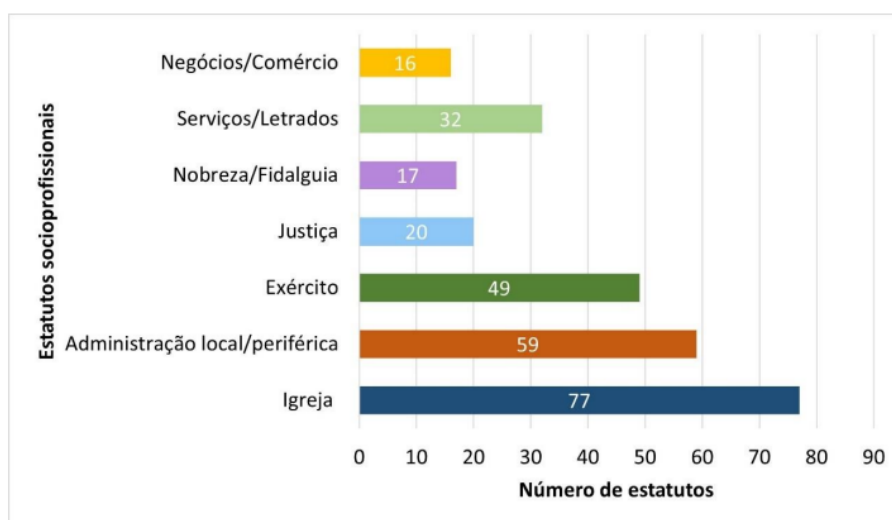
Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

recolhimento situado no Porto? Terá sido a falta de recursos disponíveis nas instituições existentes nos locais mencionados? Talvez a existência de redes de sociabilidade extensíveis à cidade do Porto que, por motivos familiares, fomentaram estas deslocações? São questões complexas devido à escassez de dados respeitantes a esta categoria de análise.

Além disso, o perfil social denuncia mulheres com ligações a homens que exerciam cargos na Igreja (77) e na administração local (59), não descurando a existência de relações sociais presentes no exército (49), tal como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Estatuto socioprofissional das relações sociais das mulheres do Recolhimento do Anjo (1672-1800), em números absolutos



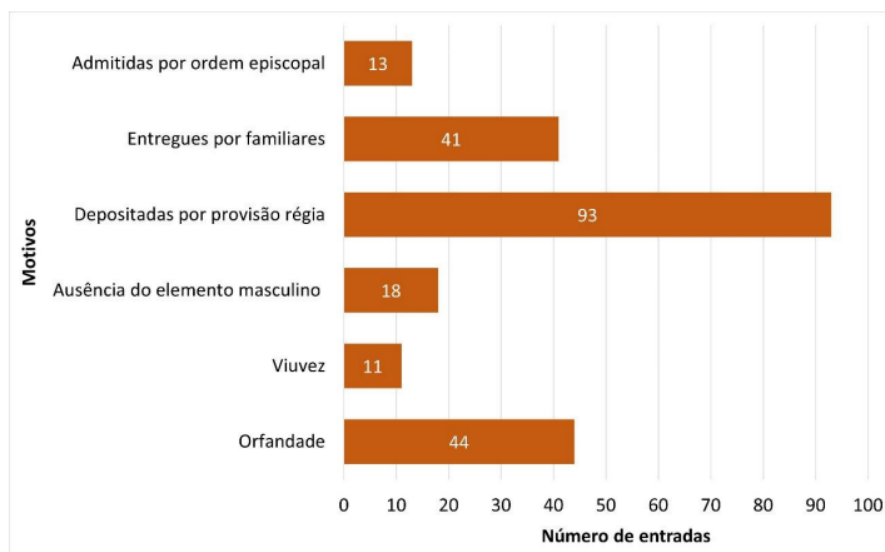
Fonte: adaptado de Jesus (2006, vol. I: 157).

Além disso, parte das relações sociais femininas identificadas no Recolhimento do Anjo era afiliada à Ordem de Cristo, o que representava uma certidão de pureza de sangue destas mulheres, ainda que estas referências sejam pontuais (Jesus, 2006). As motivações de ingresso ajudam também a compreender alguns aspetos essenciais (Gráfico 2).

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Gráfico 2 - Motivos de ingresso das mulheres no Recolhimento do Anjo (1672-1800), em números absolutos



Fonte: adaptado de Jesus (2006, vol. I: 157)

Destaque-se o depósito por provisão régia (93) e a entrega de mulheres por familiares (41), que ilustram as considerações tecidas anteriormente sobre o público-alvo deste recolhimento. Contudo, é importante considerar os motivos que levaram ao abandono da instituição e aos destinos tomados por algumas destas mulheres. Este aspeto é fundamental para compreender a permeabilidade das fronteiras, sociais e territoriais, entre os recolhimentos e os conventos, particularmente a Norte de Portugal.

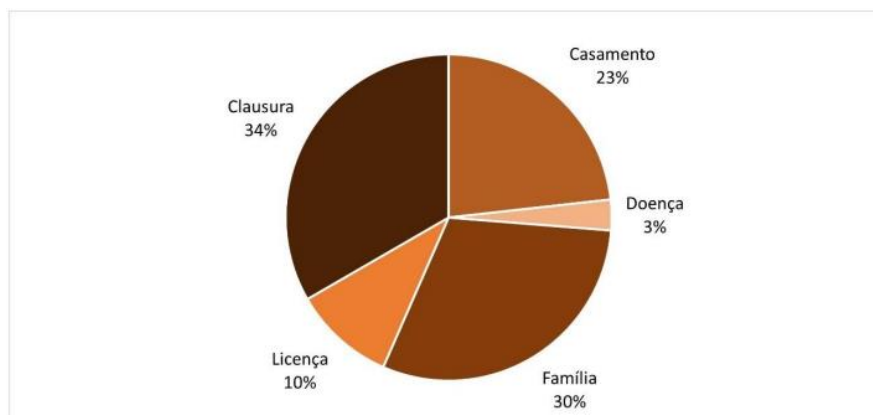
#### 4. O Recolhimento do Anjo: os destinos das recolhidas

Se é verdade que o abandono da instituição para ingressar na companhia da família foi um motivo de saída com peso substancial no Recolhimento do Anjo, o interesse e a especial importância deste tópico materializam-se nas saídas desta instituição para outros espaços de clausura, como conventos e recolhimentos (Gráfico 3).

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Gráfico 3 – Motivos de saída do Recolhimento do Anjo (1672-1800), em percentagem



Fonte: adaptado de Jesus (2006, vol. I: 147)

A motivação relacionada com a clausura (34%) é, sem dúvida, aquela que sobressai no leque dos motivos para a saída do recolhimento. Registam-se 28 casos de mulheres que abandonaram o recolhimento para ingressar em instituições conventuais, assim como cinco que saíram do recolhimento do Anjo para ingressar noutros recolhimentos. Ainda que os dados sobre este tema não sejam abundantes, a análise qualitativa permite compreender a existência de redes de sociabilidade em clausura. A Norte de Portugal sobressai a cidade do Porto, com mulheres a entrar no Convento de Madre Deus de Monchique, no Convento de São Bento das Freiras, no Convento de Santa Clara e no Mosteiro de Corpus Christi, em Vila Nova de Gaia. Também o Mosteiro de Arouca, o Convento da Penha, em Braga, e o de São Bento de Bragança são mencionados. Além disso, as regiões de Viseu, com o Convento do Tojal e o Mosteiro de Vairão, em Vila do Conde, são exemplos a mencionar.

Importa atender a alguns exemplos de mulheres que transitaram entre o Recolhimento do Anjo e outras instituições de cariz semelhante. Vitória da Cruz de Meneses ingressou no Recolhimento do Anjo a 20 de maio de 1694 e ocupou o lugar de regente entre 1694 e 1700. A 21 de fevereiro de 1707, saiu do recolhimento para reformar o Recolhimento de São Tiago, em Viana do Castelo, de onde era natural. Levou consigo a sua sobrinha, Antónia, com 31 anos de idade (Jesus, 2006: 14-29). A instituição, destinada a meninas e mulheres órfãs, casadas e viúvas de condição nobre, tinha sido fundada durante o século XVII e era administrada pela Misericórdia local (Magalhães, 2011).

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Além de Vitória de Meneses, importa destacar Francisca das Chagas Coutinho, mulher que ingressou no Recolhimento do Anjo a 8 de dezembro de 1697 e que desempenhou o cargo de regente pouco depois de Vitória da Cruz de Meneses, entre 1701 e 1705. Uma década mais tarde, voltou a assumir esta função, entre 1714 e 1716 (Jesus, 2006: 14). Abandonou o espaço para reformar, em conjunto com as suas três irmãs, o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Arrifana de Sousa, atual Penafiel. Era uma instituição destinada a mulheres honradas provenientes de camadas médias-altas da sociedade (Fernandes, 2022). As quatro mulheres – Francisca das Chagas Coutinho, Mariana de São Francisco, Catarina de Jesus e Ângela dos Serafins – abandonaram o Recolhimento do Anjo a 17 de dezembro de 1716. Eram filhas de Jerónimo Teixeira Cabral e de Maria de Lemos e Vasconcelos, todos naturais da freguesia de São João Batista de Miomães (Jesus, 2006: 38-39). Em Arrifana de Sousa, Francisca assumiu o cargo de regente da instituição, Mariana desempenhou o papel de provisora, Ângela de vice-regente e Catarina de porteira (Fernandes, 2022). Os cargos de oficiais da instituição foram delegados a quatro irmãs que, em conjunto, governaram o espaço.

Não obstante, dentro dos recolhimentos, houve também exemplos de mulheres que fizeram carreira na estrutura orgânica destes espaços. Evidenciamos uma outra faceta destas instituições: espaços de permanência para quem não podia ter, ou não desejava ter, outro destino. Além das mulheres mencionadas, o Recolhimento do Anjo notabilizou-se por possuir uma série de recolhidas que, paulatinamente, ocuparam os cargos de governo da casa, ascendendo na estrutura orgânica da instituição. Helena de Jesus desempenhou a função de vice-regente do Recolhimento do Anjo entre 1701 e 1703 e entre 1706 e 1710, tendo-se tornado regente até 1711. O mesmo cenário sucedeu com D. Luísa de Santo António, vice-regente em 1705 e regente entre 1717 e 1727.

Também os casos de D. Luísa Maria Pereira e de Teresa Angélica de São Bernardo evidenciam a permeabilidade das fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs. A primeira, natural da cidade de Braga, da freguesia de São Tiago da Cividade, ingressou pela primeira vez no Recolhimento do Anjo a 18 de março de 1719, abandonando em maio de 1731 o espaço para ser a primeira regente do Recolhimento das Órfãs, com 40 anos de idade<sup>5</sup>. Em conjunto, Teresa Angélica de São Bernardo, de 18 anos, natural da rua dos Mercadores do Porto, abandonou o Recolhimento do Anjo para ocupar a função de primeira

---

<sup>5</sup> Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (doravante AHSCMP), livro 2794, fls. 2-3.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

mestra no Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança<sup>6</sup>. Contudo, a estadia destas primeiras oficiais não foi longa, pelo que ambas se ausentaram dois anos depois, em 1733, entrando de novo no Recolhimento do Anjo (Jesus, 2006: 44-46). Entre 1751 e 1757, D. Luísa Maria Pereira acabou por ocupar o cargo de regente, desta vez no Recolhimento do Anjo (Jesus, 2006: 15).

Não podemos deixar de fazer um breve apontamento sobre a segunda regente do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. D. Mariana Rosa Josefa de Jesus, de 50 anos, era proveniente do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Arrifana de Sousa<sup>7</sup>. Permaneceu na função cerca de trinta anos, até ao seu falecimento, em 1762<sup>8</sup>. As considerações tecidas refletem e materializam a mobilidade na hierarquia interna de instituições desta natureza, demonstrando exemplos significativos de mulheres que construíram e progrediram na carreira governativa dos recolhimentos.

## 5. O Recolhimento das Órfãs: fundação e estatutos

Contrariamente às motivações apresentadas para a fundação do Recolhimento do Anjo, o das Órfãs apresenta características fundacionais e administrativas distintas. A 28 de agosto de 1718 faleceu o padre Manuel Passos de Castro, tesoureiro-mor da Colegiada de Cedofeita, deixando por testamenteiros Dionísio Botelho Pereira d'Almeida, chantre da colegiada, e António Pacheco Pereira, licenciado. A cláusula apresentada no seu testamento afirmava que o remanescente do seu legado devia ser aplicado numa obra de caridade, da responsabilidade dos testamenteiros. O Recolhimento das Órfãs do Castelo, em Lisboa, tinha sido fundado no século XVII, pelo que os referidos homens propuseram à Santa Casa da Misericórdia do Porto a fundação de uma instituição com o mesmo propósito: amparar meninas órfãs. A proposta, aceite pela irmandade portuense, desencadeou a necessidade de escolher um espaço para a construção da obra. Curiosamente, o primeiro pedido, indeferido, almejava a construção do Recolhimento das Órfãs na alameda da Cordoaria, junto ao Recolhimento do Anjo. O segundo local de preferência foi São Lázaro, em terrenos que pertenciam à Misericórdia do Porto. Os estatutos datam de 1725, tendo as primeiras recolhidas ingressado em maio de 1731 (Ferreira, 1979).

---

<sup>6</sup> AHSCMP, livro 2794, fls. 3-4.

<sup>7</sup> AHSCMP, livro 2794, fls.19-19v.

<sup>8</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 56.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Ao contrário do cenário traçado para o Recolhimento do Anjo, as plantas respeitantes ao Recolhimento das Órfãs do Porto datam do século XIX. A par da edificação do recolhimento, decorreu, a partir de 1743, a construção da Igreja de Nossa Senhora da Esperança<sup>9</sup>, terminada duas décadas depois. O complexo que reúne o antigo recolhimento, hoje colégio com o mesmo nome, assim como a Igreja mencionada, sofreu transformações na disposição interior durante o século XIX, ainda que permaneça atualmente na localização original (Ferreira, 1979). As iconografias existentes datam, pois, de Oitocentos<sup>10</sup> e permitem compreender as semelhanças quanto aos aspetos arquitetónicos deste espaço relativamente aos do Recolhimento do Anjo. A existência de janelas gradeadas, acompanhadas por gelosias, mecanismos que permitiam observar o mundo exterior sem ser visto do lado interior, são aspetos que caracterizam o espaço que as recolhidas do Porto habitaram; estas eram, de resto, características, geralmente, transversais a espaços desta natureza (Araújo, 2018).

Os estatutos da instituição, de 1725, referem que as meninas e mulheres ingressantes deviam ser naturais da cidade do Porto, ou dos seus arrabaldes, ou, caso tal não se verificasse, terem vindo para a urbe com menos de sete anos. Ora, aqui reside uma diferença substancial entre o Recolhimento das Órfãs e o do Anjo. Este último previa a existência de ingressos para mulheres não-naturais da cidade do Porto, alargando, pois, o horizonte do público que albergava. No caso do Recolhimento da Misericórdia, as órfãs, geralmente admitidas entre os 7 e os 14 anos, podiam permanecer na instituição até aos 25 anos<sup>11</sup>, idade em que legalmente deixavam de usufruir do estatuto mencionado (Machado, 2010).

Também outras diferenças podem ser apontadas. O Recolhimento do Anjo estipulava, de forma clara, nos seus estatutos que as mulheres ingressantes deviam ser de condição nobre, tal como comprova o seu perfil social. No caso do Recolhimento das Órfãs não foram estabelecidos critérios relacionados com a condição social das meninas e mulheres ingressantes, ainda que uma característica de maior, e evidentemente decisiva para o funcionamento da instituição, possa ser apontada. Se, por um lado, o recolhimento foi idealizado para o acolhimento de meninas órfãs, rapidamente se juntaram mulheres

---

<sup>9</sup> O debate sobre a autoria desta obra é vasto. Geralmente atribuída a Nicolau Nasoni (1691-1773), alguns autores discordam desta perspetiva pela escassez de documentação que comprove a efetiva autoria do italiano. Por sua vez, outros estudiosos reconhecem traços plásticos de pendor nasoniano, nomeadamente na fachada do edifício.

<sup>10</sup> Veja-se Costa (2024:99).

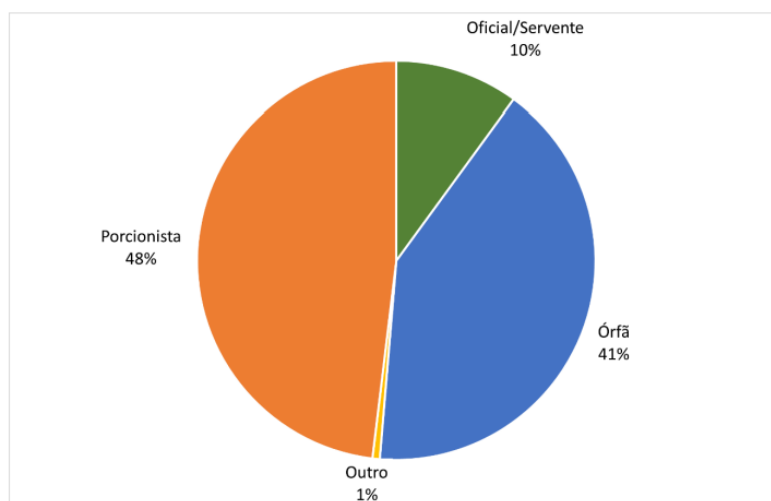
<sup>11</sup> AHSCMP, livro 2767, capítulos 18º e 19º.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

porcionistas que, quando analisada a composição do universo social desta instituição, superam o número de órfãs (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Universo feminino do Recolhimento das Órfãs (1731-1800), em percentagem



Fonte: Costa (2024:113).

Entre 1731 e 1800 deram entrada 338 mulheres e um menino no Recolhimento das Órfãs. Das 338, 140 (41%) eram órfãs e 163 (48%) porcionistas. A análise dos registos de entrada de órfãs e porcionistas evidencia que os valores das porções a satisfazer pelas mulheres do último estatuto eram, paulatinamente, ascendentes. Deste modo, coloca-se a hipótese de estas porções serem um dos meios de sobrevivência económico-financeira da instituição, o que explicaria a ocupação progressiva de mulheres porcionistas numa instituição destinada maioritariamente a meninas órfãs<sup>12</sup>.

## 6. O Recolhimento das Órfãs: perfil social das recolhidas

Se no caso do Recolhimento do Anjo foi apenas possível reconhecer a proveniência geográfica das recolhidas de acordo com a residência, o cenário para o Recolhimento da Misericórdia é distinto. A este respeito, conseguimos analisar tanto a residência, quanto a

<sup>12</sup> As transformações do Recolhimento das Órfãs devem ser devidamente contextualizadas de acordo com a evolução da instituição que o administrou: a Santa Casa da Misericórdia do Porto. Ainda que esse não tenha sido um dos objetivos que desencadeou o projeto desenvolvido, a hipótese mencionada pode apenas ser comprovada quando confrontada com dados referentes à vida económico-financeira da Misericórdia da cidade.

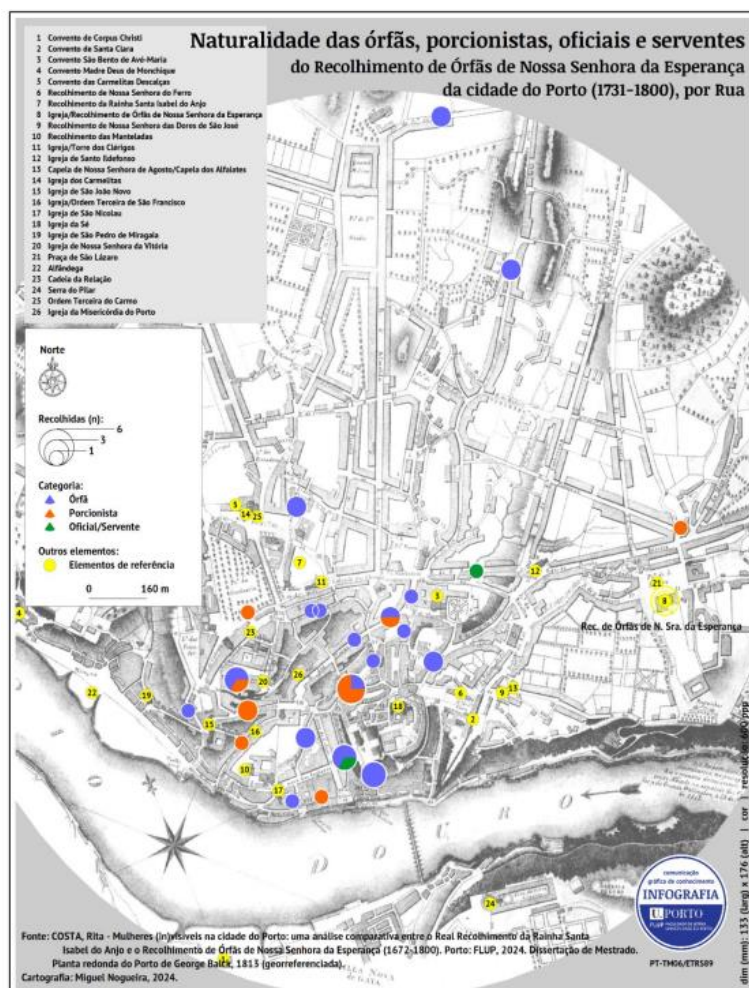
Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

naturalidade das recolhidas, bem como das respetivas relações sociais (pais, avós maternos e paternos (Mapa 2).

Os dados relativos à naturalidade das recolhidas evidenciam o Porto enquanto epicentro da naturalidade destas mulheres, com especial ênfase nas meninas órfãs que nasceram na cidade. Por seu turno, as porcionistas eram provenientes de outros espaços que, embora não fossem distantes, revelam uma dispersão mais ampla de localidades de origem. Regiões como Mesão Frio, Peso da Régua, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Celorico de Basto, Guimarães, Paços de Ferreira e Santa Marta de Penaguião são alguns dos locais a destacar. Fomos, ainda, capazes de fazer uma análise *micro*, ao nível da cidade do Porto, como atesta o Mapa 2.

Mapa 2 - Naturalidade das mulheres do Recolhimento da Misericórdia do Porto (1731-1800), por ruas da cidade do Porto



Fonte: Costa (2024: 117).

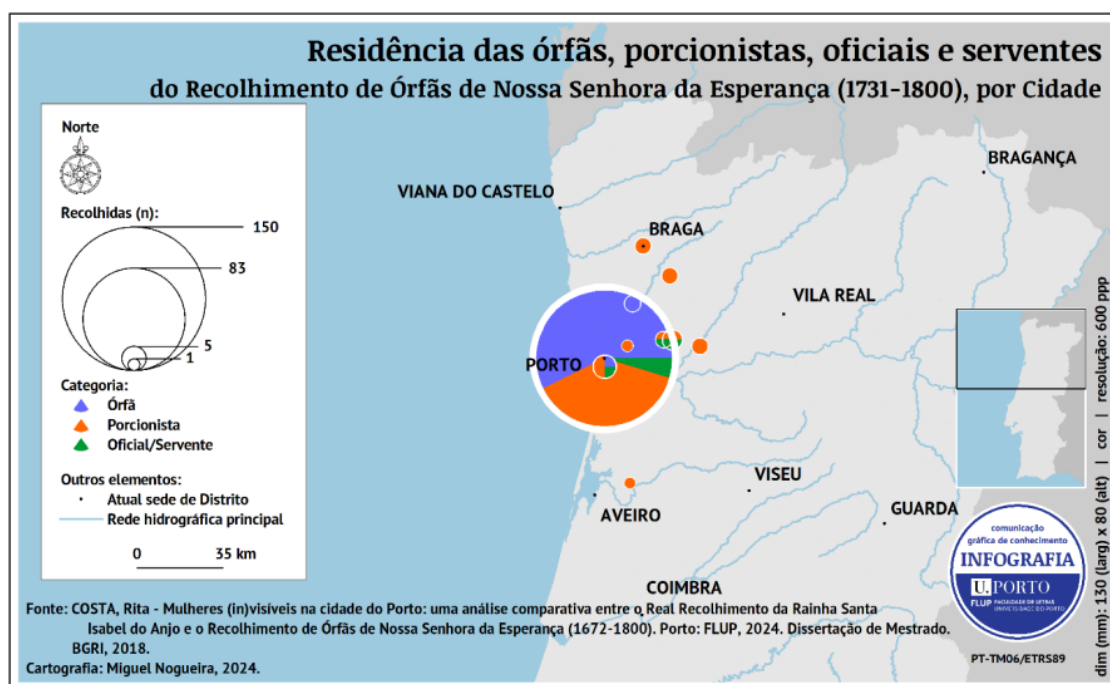
Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

As freguesias intramuros - Sé, São Nicolau e Nossa Senhora da Vitória - revelaram-se locais primordiais de origem de meninas e mulheres da Misericórdia do Porto. Em última instância, são dados que coincidem com os estudos existentes para a evolução demográfica do Porto durante a época moderna (Santos, 1978; Osswald, 2008).

Ao nível da residência, se o cenário é convergente em alguns sentidos, revela também aspetos dissonantes, como se percebe pelo Mapa 3.

Mapa 3 – Residência das mulheres do Recolhimento da Misericórdia do Porto (1731-1800), por cidade



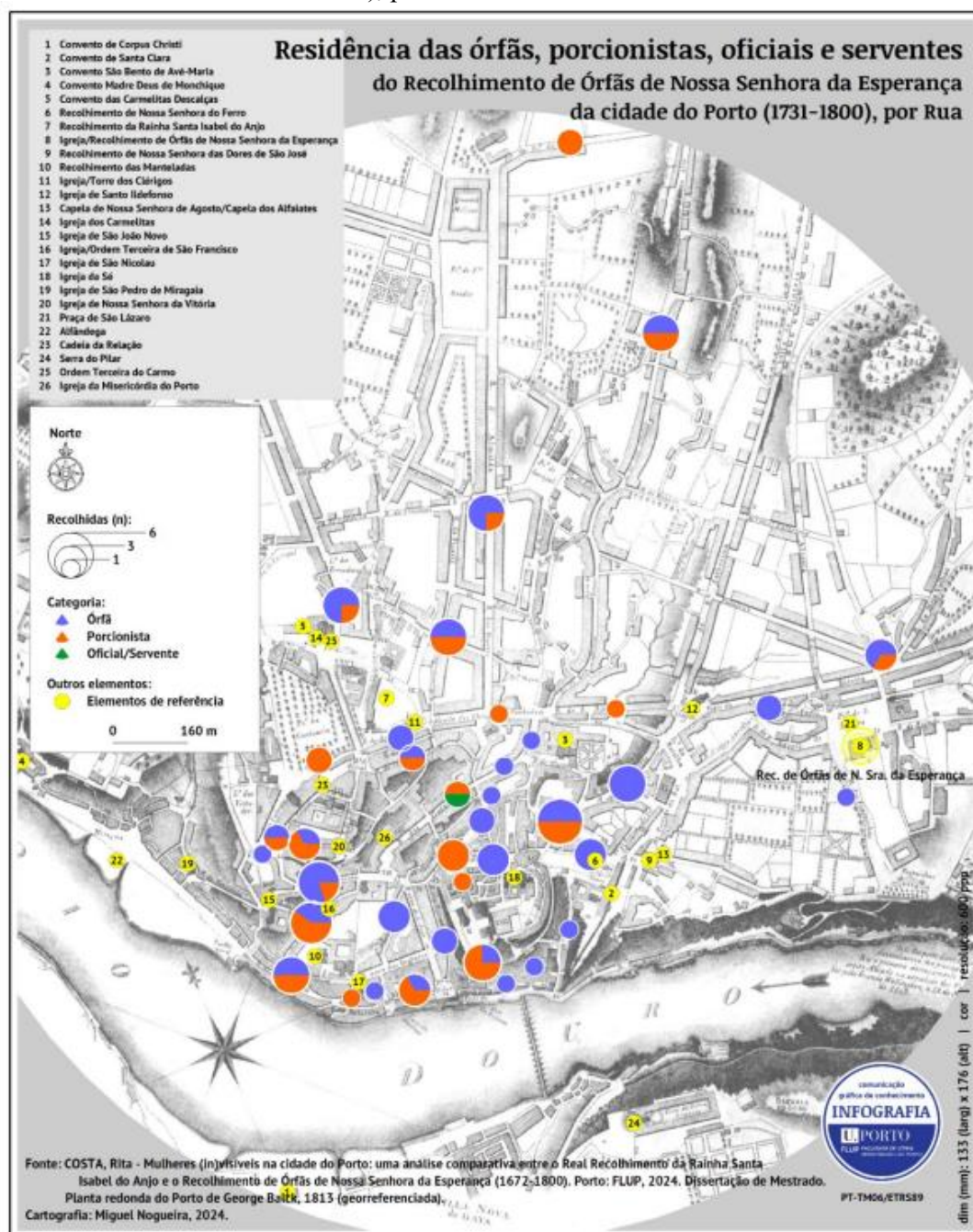
Fonte: Costa (2024: 119).

Novamente, a cidade do Porto foi, sem dúvida, o núcleo central, ainda que se encontrem novamente registos de outras localidades (Braga e Guimarães) providas de recolhimentos para mulheres honradas, como já mencionado. Ao nível da urbe portuense, fomos também capazes de analisar esta variável (Mapa 4).

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Mapa 4 – Residência das mulheres do Recolhimento da Misericórdia do Porto (1731-1800), por ruas da cidade do Porto



Fonte: Costa (2024: 125).

Se as freguesias intramuros da Sé, São Nicolau e Nossa Senhora da Vitória são, novamente, protagonistas, a freguesia extramuros de Santo Ildefonso ganha um progressivo

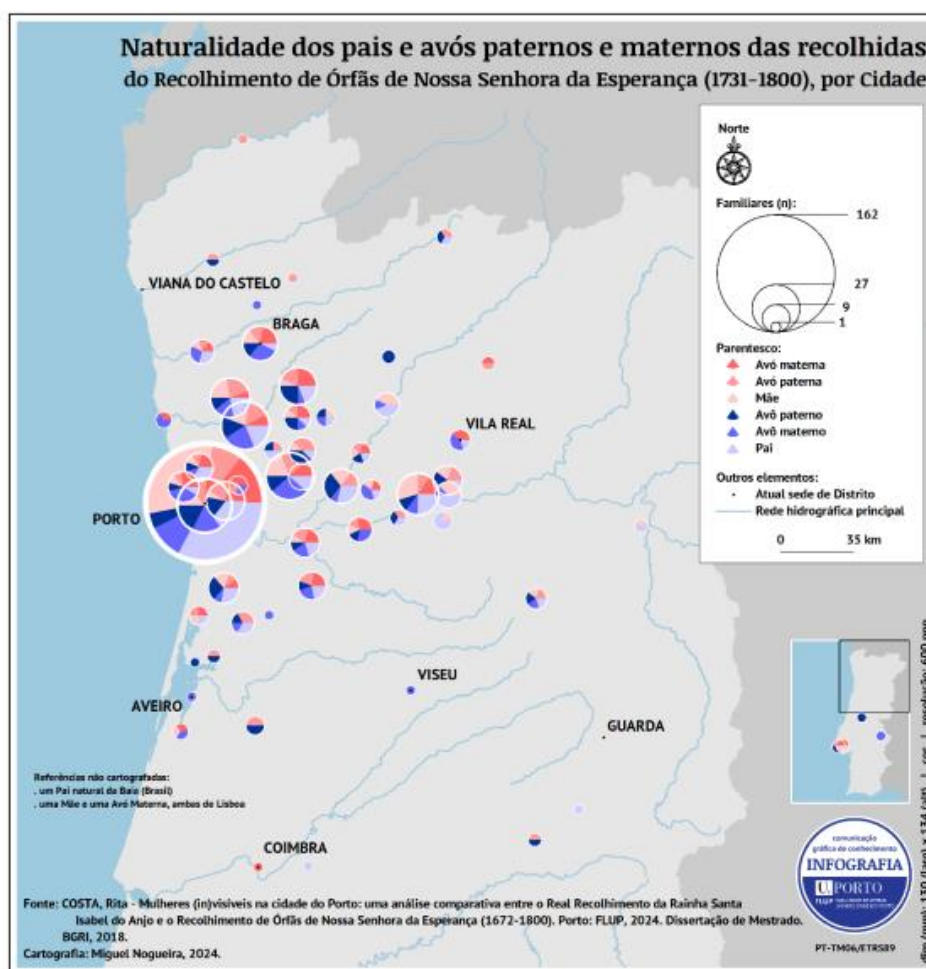
Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

destaque, concentrando também algumas evidências de meninas e mulheres da Misericórdia que residiam neste espaço.

Ao contrário do Recolhimento do Anjo, onde a escassez de dados não permite traçar a proveniência geográfica das suas relações sociais, o contexto é diferente para o Recolhimento das Órfãs. A evidência de migrações geracionais de curta distância afigura-se patente quando a naturalidade dos pais, avós paternos e maternos das recolhidas da instituição é analisada (Mapa 5).

Mapa 5 – Naturalidade das relações sociais das mulheres do Recolhimento da Misericórdia do Porto (1731-1800), por cidade



Fonte: Costa (2024: 127).

Se é verdade que a cidade do Porto é, novamente, nevrálgica, também outros espaços contabilizam parte dos dados a que nos reportamos. Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Paredes,

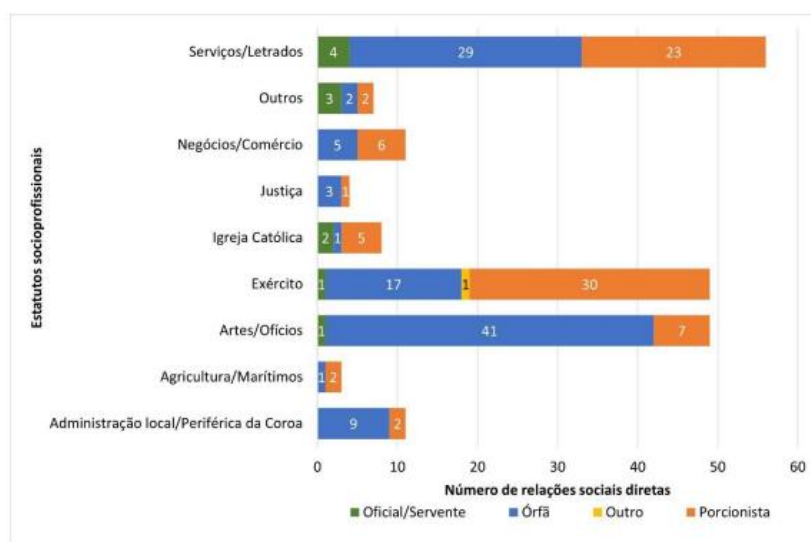
Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Mesão Frio, Vila Nova de Famalicão, Gondomar, Guimarães, Braga, Marco de Canaveses, Santa Maria da Feira, Matosinhos, Santa Marta de Penaguião e Castelo de Paiva são algumas das regiões que identificamos. A análise ao nível da urbe portuense denunciou, de novo, dados coincidentes com a naturalidade das recolhidas - uma concentração evidente nas freguesias intramuros da cidade. Ao nível da residência, também as informações disponíveis convergem para as considerações tecidas previamente. O Porto, apesar de central, dá lugar a regiões como Penafiel, Castelo de Paiva, Cinfães e Gondomar. De resto, também a análise detida à cidade portuense revela a existência de uma concentração de residência das relações sociais das recolhidas na freguesia da Sé, intramuros, ainda que Santo Ildefonso, extramuros, ultrapasse já Nossa Senhora da Vitória e São Nicolau.

A evidente ligação das meninas e mulheres do Recolhimento de Órfãs a indivíduos que desempenhavam funções nos serviços/letrados (56), no exército (59) e, ainda, nas artes/ofícios (49), denuncia os estratos sociais das quais as mesmas eram provenientes. Estavam, sem dúvida, relacionados com homens que desempenhavam funções no mundo do trabalho manual e da secretaria, distinguindo-se das mulheres provenientes de camadas altas do Recolhimento do Anjo (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Estatuto socioprofissional das relações sociais das mulheres do Recolhimento da Misericórdia (1731-1800), em números absolutos



Fonte: Costa (2024: 212).

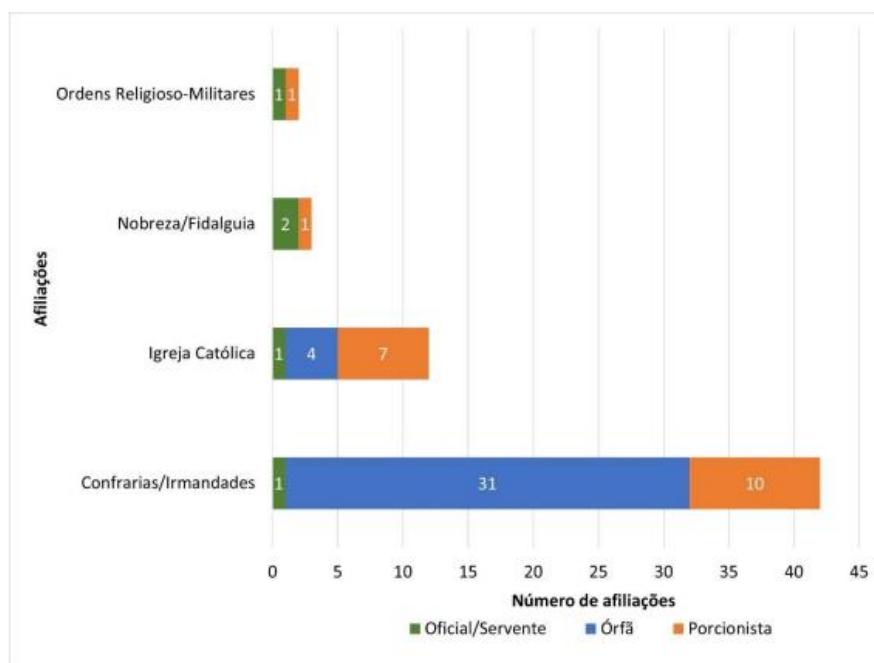
Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Se a análise geral identifica as considerações mencionadas, a análise por estatuto, isto é, averiguar as relações sociais das órfãs em comparação com as das porcionistas da mesma instituição, é sem dúvida uma mais-valia para compreender a mobilidade das fronteiras sociais destes espaços. As ligações entre as meninas e mulheres órfãs com homens que trabalhavam nas artes/ofícios e nos serviços/letrados é notória. Em contraposição, as relações sociais das porcionistas predominavam no exército. Do mesmo modo, também as considerações relativas aos fiadores se distinguem, dependendo do estatuto da mulher que estejamos a abordar. Se é verdade que os homens que exerciam estatutos socioprofissionais relacionados aos negócios/comércio e às artes/ofícios emergem, é no primeiro setor que encontramos os fiadores das porcionistas e no segundo os das órfãs.

A mesma análise deve ser tida em conta em relação às afiliações dos indivíduos relacionados com as recolhidas da Misericórdia do Porto (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Afiliações das relações sociais das mulheres do Recolhimento da Misericórdia (1731-1800), em números absolutos



Fonte: Costa (2024: 228).

Se, por um lado, as ligações à Santa Casa da Misericórdia do Porto, nomeadamente a irmãos de segunda condição, contribuem para a compreensão do perfil social das órfãs de

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

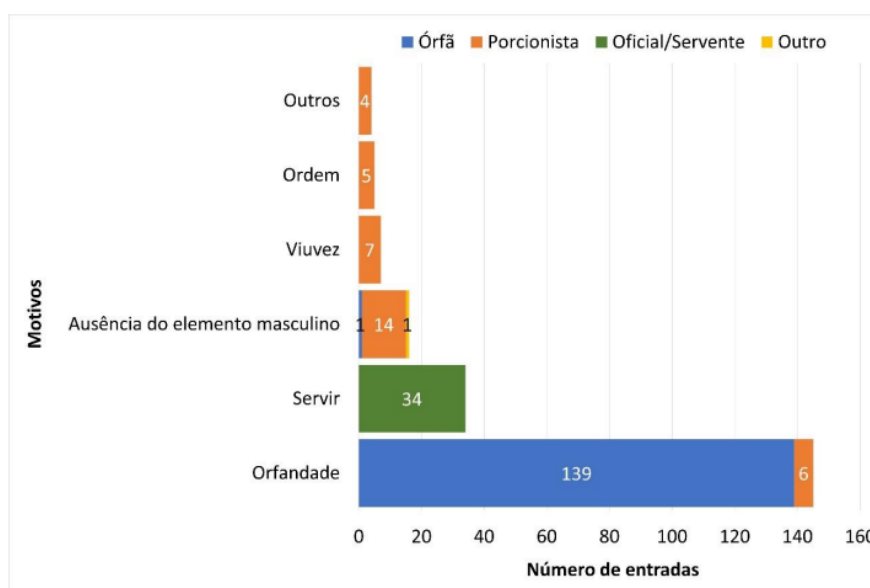
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Nossa Senhora da Esperança, é com ligação à Igreja Católica, nomeadamente a familiares do Santo Ofício, que as porcionistas da mesma instituição se notabilizam.

## 7. O Recolhimento das Órfãs: o destino das recolhidas

Se a orfandade foi o motivo de ingresso com um peso considerável no Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, a ausência do elemento masculino, no caso das porcionistas, esteve também presente (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Motivos de entrada das mulheres do Recolhimento da Misericórdia (1731-1800), em números absolutos



Fonte: Costa (2024: 142).

Alguns desses casos merecem especial atenção pela singularidade das vivências. Reportamo-nos à entrada de quatro irmãos - três meninas e um menino - e da respetiva tia, irmã do pai das crianças. Manuel Carneiro de Azevedo, capitão de Granadeiros na Oitava Companhia do Primeiro Regimento de Infantaria da Guarnição do Porto, tinha sido destacado para Espanha, ao serviço da coroa portuguesa, em 1793. Viúvo há dois anos, e tendo em conta a tenra idade dos filhos - D. Maria, com 15 anos, D. Rosa, com 9, D. Ana, com 6 e António, com 4 - apresentou uma petição a Sua Majestade para que os irmãos e a tia das crianças, D. Rosa de Melo, ingressassem no recolhimento. A Mesa da Misericórdia do Porto, depois de receber o aviso régio, prontamente o cumpriu, tendo a família entrado na instituição a 22 de

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

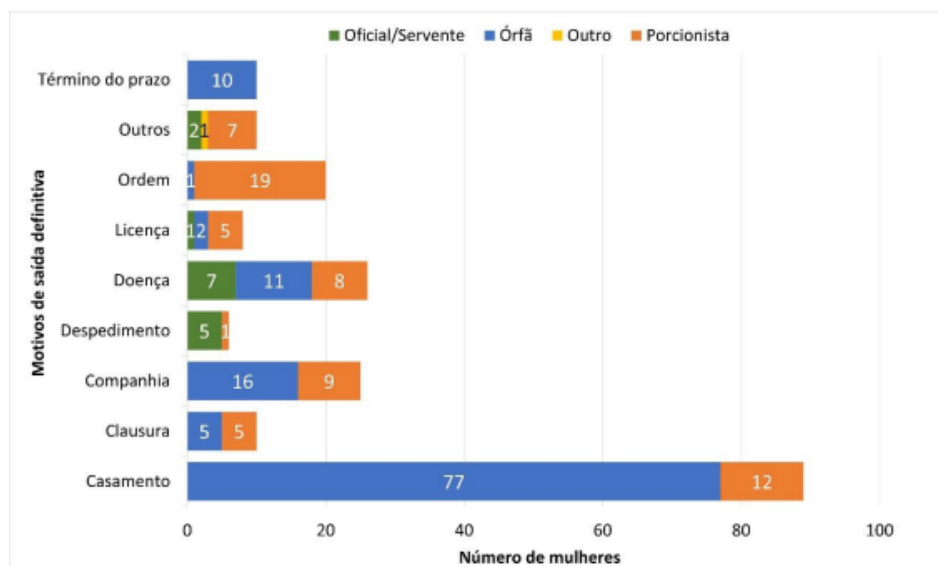
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

agosto de 1793<sup>13</sup>. O mesmo contexto teve Maria do Vale, porcionista, filha de José Pimenta de Sousa, cabo de esquadra da Oitava Companhia do Primeiro Regimento da cidade do Porto, e de uma meretriz. Destacado, também em 1793, para servir a coroa portuguesa em Espanha, a petição feita à coroa surtiu efeito<sup>14</sup>.

Além dos casos expostos evidenciam a dualidade de poderes existentes nos recolhimentos portuenses, demonstram também que a teoria nem sempre correspondia à prática. Além de uma evidente transgressão executada no espaço dedicado, única e exclusivamente, a meninas e mulheres, estes dados demonstram as várias facetas dos recolhimentos.

É, sobretudo, nos abandonos destas instituições que se compreendem outros aspetos que coincidem, em certa medida, com o Recolhimento do Anjo e que evidenciam a pertinência da análise comparativa em instituições desta natureza (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Motivos de saída das mulheres do Recolhimento da Misericórdia (1731-1800), em números absolutos



Fonte: Costa (2024:165).

Efetivamente, o casamento (89) foi a motivação com maior ênfase na instituição, nomeadamente no que respeita às saídas das órfãs (77). Não obstante, é também a partir de

<sup>13</sup> AHSCMP, livro 2798, fls. 36-36v.

<sup>14</sup> AHSCMP, livro 2798, fl. 38.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

casos numericamente inferiores, como a saída da instituição para ingressar na companhia de outrem (27), ou até mesmo na ordem de abandono emanada por diversos agentes (20), que somos capazes de traçar alguns fragmentos de vidas de mulheres que passaram pelo Recolhimento das Órfãs.

Relativamente ao casamento, apresentamos alguns casos com base no perfil social destas mulheres, partindo dos estatutos socioprofissionais dos indivíduos relacionados com as mesmas. No que respeita às artes/ofícios, registamos vários estatutos socioprofissionais<sup>15</sup>, dos quais sobressaem os ourives. O cruzamento destes dados com estudos relativos a estes indivíduos no Porto permitiu a reconstituição de retalhos de vida de algumas mulheres que abandonaram a instituição para se casar. Iniciemos estas considerações com um caso particular. Estevão Barbosa de Andrade, oficial de ourives, casou duas vezes com duas mulheres provenientes do Recolhimento das Órfãs. Filho de Manuel Leitão e de Iria Barbosa, nascido em 1729 (Sousa, 2005: 33), casou a primeira vez com Catarina Maria Rosa, órfã do Recolhimento da Misericórdia entre 1 de junho de 1744<sup>16</sup> e 17 de outubro de 1755<sup>17</sup>. Todavia, em abril de 1757, Catarina faleceu, depois de se ter tornado, em conjunto com o seu marido, Irmã Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Foi sepultada na Igreja dos Padres Carmelitas (Sousa, 2005: 33). A sua segunda esposa, Teresa de Jesus Maria, tinha também ocupado o estatuto de órfã na mesma instituição, onde entrou a 2 de fevereiro de 1746<sup>18</sup>. A 15 de janeiro de 1758, abandonou o recolhimento para se casar com o oficial de ourives<sup>19</sup>, nascendo o primeiro filho do casal, António, a 15 de setembro de 1758. Dois anos depois, nasceu José, o segundo filho, e, em 1762, Luís. A 29 de abril de 1766 faleceu o seu marido (Sousa, 2005: 33-34).

Josefa Maria, institucionalizada no Recolhimento das Órfãs a 29 de abril de 1778, abandonou o espaço para se casar, com 16 anos, com Manuel José Faria, ourives de prata, a 27 de novembro de 1783<sup>20</sup>. O noivo era natural de Braga, da freguesia de São Bartolomeu de Tadim. Dois anos após o casamento nasceu a primeira filha do casal, Maria, que veio a óbito

---

<sup>15</sup> Veja-se Costa (2024, p. 218).

<sup>16</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 37.

<sup>17</sup> AHSCMP, livro 2795, fl. 14v.

<sup>18</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 40.

<sup>19</sup> AHSCMP, livro 2795, fl. 17v.

<sup>20</sup> AHSCMP, livro 2799, fl. 31.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

um mês depois, tendo sido sepultada na Igreja de São Nicolau. Aparentemente, a tendência manteve-se. Entre 1786 e 1798, o casal concebeu mais oito filhos, dos quais apenas cinco sobreviveram. Manuel José de Faria faleceu em 1803, já viúvo, mas desconhecemos a data de falecimento de Josefa Maria, recolhida que ocupou a nossa atenção (Sousa, 2005: 195-197).

Outros casos de mulheres relacionadas com artífices são também ilustrativos. Josefa Maria de Assunção, ingressante no Recolhimento da Misericórdia a 2 de julho de 1743<sup>21</sup>, era órfã de Manuel Carneiro da Silva, ourives de prata. Os dados presentes na bibliografia disponível apontam, com bastantes reservas, que este homem era o autor do túmulo da rainha D. Mafalda de Arouca (Basto, 1964:510). A menina abandonou o recolhimento por sofrer de ataques epiléticos, tendo ingressado na companhia da sua mãe<sup>22</sup>.

O caso de Margarida Rosa é também elucidativo. Tinha sido institucionalizada a 9 de novembro de 1783, com 9 anos, era filha de Francisco Pereira Campanhã, mestre entalhador. O seu pai foi o executor do retábulo da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, no Porto (Basto, 1964: 91). Era irmã de Damião Pereira de Azevedo, arquiteto e escritor, que acolheu a menina na sua companhia quando a mesma abandonou a instituição, a 14 de fevereiro de 1799, já com 25 anos<sup>23</sup>. O seu irmão tinha apresentado, em 1768, o *risco* da sacristia da Igreja do Carmo, no Porto (Bastos, 1939: 300).

Gertrudes Maria de Jesus entrou no Recolhimento das Órfãs a 23 de janeiro de 1789<sup>24</sup>. Era filha de Damião José de Castro, ourives lavrante de prata, falecido em 1787, e de Rosa Maria de Jesus. Gertrudes foi a única de três filhos - Maria, Manuel e Maria - que sobreviveu aos falecimentos consecutivos dos irmãos entre 1780 e 1782 (Sousa, 2005: 92).

O caso de D. Maria Teresa Luísa é particularmente interessante pelos seus pais, João de Oliveira de Miranda e D. Luísa Margarida de Lima Lobo, terem acordado com a Mesa da Santa Casa portuense que a filha poderia exercer um período experimental no recolhimento. Parece que a clausura não agradou à porcionista, pelo que a mesma abandonou o espaço apenas um mês após a sua entrada<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 35v.

<sup>22</sup> AHSCMP, livro 2795, fls. 10-10v.

<sup>23</sup> AHSCMP, livro 2799, fl. 35v.

<sup>24</sup> AHSCMP, livro 2799, fl. 42v.

<sup>25</sup> AHSCMP, livro 2795, fl. 5.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Por último, dois casos de mulheres conectadas com fiadores que merecem atenção pelas dúvidas que suscitam. Maria da Soledade, porcionista, ingressou no Recolhimento das Órfãs a 5 de agosto de 1778, filha de João Bernardino de Sena, pintor. O seu registo de entrada indica que o seu fiador era Arnaldo Van Zeller<sup>26</sup>. Uma pesquisa superficial nos arquivos portuenses revelou a existência de uma linhagem desta família relacionada com o comércio do vinho na cidade do Porto, desde o século XVII (Miranda, 2024). No entanto, as datas de ingresso da recolhida não coincidem com o conhecimento de um indivíduo do mesmo nome nascido em 1784 e falecido em 1860. Este facto levanta uma série de questões. Seria Arnaldo Van Zeller pertencente à família mencionada? Em caso afirmativo, quais as razões para se assumir fiador da porcionista? Seria próximo ao núcleo familiar da mulher? Além disso, o seu estatuto socioprofissional não é mencionado. Seria o indivíduo tão conhecido na cidade que dispensava a menção a esta categoria?

Maria Benedita ingressou nesta instituição a 12 de agosto de 1799. Órfã de José de António de Araújo e de Isabel Joaquina, que assistia na casa do *Ilustríssimo* António Lopo de Sande<sup>27</sup>. A menina abandonou a instituição apenas em 1810, com 21 anos, ficando ao cuidado de D. Maria Preciosa, viúva do indivíduo mencionado<sup>28</sup>. A conexão dos pais desta menina e da mesma ao casal ainda se encontra por apurar.

Se muitas meninas e mulheres do Recolhimento da Misericórdia do Porto saíram para casar ou para ingressar na companhia de outrem, outras ausentaram-se por ordem de vários agentes. Foi o caso de Inácia Teresa de Jesus, porcionista, que tinha ingressado no espaço em 1731<sup>29</sup> e o abandonou um ano após a sua entrada, por ordem do marido, que se encontrava no Brasil<sup>30</sup>. Na verdade, o caso de D. Maria Eufrásia é exemplificativo da cooperação entre a Mesa da Misericórdia portuense e o poder régio. Filha ilegítima de António Bernardo Alves de Brito, escrivão da Santa Casa, entre 1766 e 1779 e, posteriormente, entre 1792 e 1798 (Amorim, 2018: 500-501), a mulher tinha sido ordenada a abandonar o recolhimento após o provedor e os irmãos da Mesa terem solicitado a sua expulsão a Sua Majestade. As desobediências da porcionista, assim como os castigos que o pai desejava ver empregues pelo recolhimento,

---

<sup>26</sup> AHSCMP, livro 2798, fl. 27.

<sup>27</sup> AHSCMP, livro 2799, fl. 51v.

<sup>28</sup> AHSCMP, livro 2799, fl. 51v.

<sup>29</sup> AHSCMP, livro 2796, fls. 2v-3.

<sup>30</sup> AHSCMP, livro 2797, fl. 2.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

divergiam da conduta da irmandade portuense<sup>31</sup>, pelo que, temendo a reputação da instituição, D. Maria Eufrásia acabou por ser expulsa a 4 de abril de 1781<sup>32</sup>. Também por ordem régia tinha sido D. Ana Joaquina de Santa Escolástica retirada deste recolhimento. Encontrava-se no espaço desde 1789, uma vez que o seu marido estava ausente no Rio de Janeiro. A porcionista chegou, efetivamente, a abandonar o Recolhimento da Misericórdia a 9 de setembro de 1793<sup>33</sup>, sendo a intenção ingressar no Recolhimento do Anjo. Porém, não existe qualquer registo da sua entrada na instituição.

A par do cenário traçado para o Recolhimento do Anjo, também órfãs e porcionistas abandonaram o espaço para ingressar em espaços de clausura, nomeadamente em conventos. Com uma maior ênfase a Norte de Portugal, salientam-se as regiões do Porto, com a menção ao Convento das Carmelitas; Vila do Conde, com o Mosteiro de Vairão; Caminha, com o Convento de Santa Clara; Guimarães, com o Convento das Capuchas e até Lisboa, com o Convento de São Salvador. Não deixa, no entanto, de ser elucidativo algumas mulheres institucionalizadas no Recolhimento das Órfãs terem abandonado o espaço para ingressar no Recolhimento do Anjo, ou casos ainda mais particulares, como o de Ana Claudina Rosa, órfã de Luís Pinto Rosa, que ingressou no Recolhimento do Anjo em 1773 (Jesus, 2006: 56). Com 13 anos, entrou no Recolhimento da Misericórdia, a 9 de julho de 1773<sup>34</sup>, passando a porcionista na mesma instituição em 1786<sup>35</sup> e reingressando no Anjo a 8 de agosto de 1793 (Jesus, 2006: 56), vinte anos após a sua primeira entrada.

Além disso, também existiram mulheres que solidificaram carreiras na estrutura governativa do Recolhimento das Órfãs. Claudiana Maria do Espírito Santo ingressou como porcionista no Recolhimento da Misericórdia do Porto em 1734<sup>36</sup>, passando, meses depois, a mestra da instituição, em 1735<sup>37</sup>. Rosa Caetana da Encarnação é outro exemplo - ingressou enquanto porcionista, em 1739<sup>38</sup>, passando a mestra em 1746<sup>39</sup>. Caso semelhante é o de D. Ana

---

<sup>31</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Ministério do Reino*, mc. 883, proc. 58.

<sup>32</sup> AHSCMP, livro 2797, fl. 29v.

<sup>33</sup> AHSCMP, livro 2798, fl. 34.

<sup>34</sup> AHSCMP, livro 2794, 74v.

<sup>35</sup> AHSCMP, livro 2798, fl. 32v.

<sup>36</sup> AHSCMP, livro 2796, fls. 7v-8.

<sup>37</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 23v.

<sup>38</sup> AHSCMP, livro 2796, fls. 15-15v.

<sup>39</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 54.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

Maria Joaquina, porcionista em 1776<sup>40</sup> e mestra em 1799<sup>41</sup>. Eufrásia Maria de Jesus ingressou em 1733 enquanto órfã<sup>42</sup> e tornou-se vice-regente em 1745<sup>43</sup>. Um percurso semelhante teve Ana de Jesus Teles e Meneses, órfã em 1733 e vice-mestra da instituição em 1745<sup>44</sup>. D. Josefa Margarida de Sousa e Meneses, porcionista em 1745<sup>45</sup>, tornou-se regente após o falecimento de D. Mariana Rosa Josefa de Jesus, em 1762<sup>46</sup>.

### Considerações finais

As considerações exploradas no presente artigo revelam a aplicabilidade do conceito de *fronteira*, nomeadamente na sua vertente social, à História das Mulheres e do Género em Portugal. Não objetivamos debater teoricamente o conceito referido, mas demonstrar a forma como a sua presença na vida de mulheres recolhidas foi transversal e constante.

Os resultados revelam as várias facetas dos recolhimentos femininos, nomeadamente a Norte de Portugal. Primeiramente, o facto de terem sido, para algumas mulheres, espaços de transição. Materializaram a fronteira social entre o século e a clausura, entre a vida mundana e o quotidiano recatado do espaço devoto à preservação d honra social. Esta é a fronteira mais evidente que instituições desta natureza revelam. No entanto, para outras mulheres, os recolhimentos assumiram-se como verdadeiros espaços de permanência, com fronteiras e mobilidades permeáveis entre recolhimentos e conventos. Desde a paulatina consolidação de carreiras no corpo de oficiais destas instituições ao ingresso de mulheres em conventos, os recolhimentos foram ascensores sociais, tanto nas camadas médias, como foi o caso do Recolhimento das Órfãs, instituição de acolhimento de mulheres relacionadas com os irmãos de segunda condição da Santa Casa portuense, como nos estratos médios-altos, como foi o caso do Recolhimento do Anjo, com evidentes ligações à nobreza e à fidalguia portuguesas.

Na verdade, pelos dados apresentados, consideramos que a fronteira, aparentemente estanque estabelecida nos estatutos, nomeadamente ao nível das idades de ingresso e das condições sociais de que as mulheres deveriam ser portadoras, foi, pois, flexível. Permitiu a

<sup>40</sup> AHSCMP, livro 2798, fl. 28.

<sup>41</sup> AHSCMP, livro 2799, fl. 52.

<sup>42</sup> AHSCMP, livro 2794, fls. 14v-15.

<sup>43</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 38.

<sup>44</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 73.

<sup>45</sup> AHSCMP, livro 2796, fl. 22v.

<sup>46</sup> AHSCMP, livro 2794, fl. 56.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

determinadas mulheres a deslocação entre os objetos de estudo, assim como a sua mobilidade noutros recolhimentos, onde chegaram mesmo a assumir funções relacionadas ao governo da casa. A experiência que tinham adquirido com a vivência quotidiana nestes espaços permitia que algumas supervisionassem o funcionamento de uma determinada instituição.

O ingresso de muitas outras mulheres em conventos revela também uma outra nuance dos recolhimentos - eram espaços que atestavam a pureza social das mulheres, separando-as daquelas que, por nunca terem passado por um espaço de natureza semelhante, corriam um risco mais elevado de corromper a sua honra e a do seu núcleo familiar. Se o conceito de fronteira, à partida, se refere a alguma circunstância separada de outra, acreditamos que o mesmo se pode aplicar desta forma aos recolhimentos, ainda que a sua dimensão de mobilidade e permeabilidade nas dinâmicas das recolhidas deva também ser colocada em evidência. No caso dos recolhimentos, é um conceito polissémico quando se aborda a cidade do Porto, espaço portuário. Recordemos, por isso, que estas cidades apresentavam circunstâncias específicas, problemas de natureza social, sobretudo no que respeita às mulheres e às condições em que se encontravam pela ausência do elemento masculino. Era a materialização da exclusão social feminina que, sem uma figura masculina protetora, se encontrava num elevado risco de perda de honra social. Salienta-se ainda o facto de os recolhimentos responderem a problemas sociais locais, ainda que esta circunstância não invalide a permeabilidade e a transposição fronteiriça que aqui evidenciamos.

A interpretação das mulheres enquanto seres sociais ativos na História originou a aplicação de uma metodologia comparativa que permitiu deslindar retalhos de vida femininos. Não só o estudo destas recolhidas é pertinente cientificamente, como em muito acrescenta às considerações existentes acerca da História local da cidade do Porto. O cruzamento de variáveis de análise amplamente estudadas, como os estatutos socioprofissionais dos homens, foi essencial para construir o perfil social das recolhidas, mas revelou uma questão metodológica que, além de significativa, é já conhecida desde o século XX. A escassez de fontes de informação diretas, produzidas por mulheres. Apesar de os registos de entrada e saída de recolhidas do Anjo serem executados por escritãs, os assentos da mesma natureza, no caso do Recolhimento das Órfãs, foram produzidos pelos escritães do recolhimento. São características das fontes de informação que levantam questões, mas que, acima de tudo, permitem a

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

reconstituição de retalhos, fragmentos e pequenas partes das vidas de algumas das mulheres que habitaram o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento da Misericórdia do Porto.

## Fontes

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP), *Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança*

- *Recolhimento das Órfãs Entradas de Meninas Oficiais e Serventes* (Maio 1731 a 1783 Março), livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001).

- *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004).

- *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002).

- *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003).

- *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administraçam da Santa Caza da Misericordia da Cidade do Porto*, livro 2767 (PT AHSCMP SCMP-M-022-0001).

- *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019).

- *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018).

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Ministério do Reino*

- Requerimento do Provedor e Irmãos da Misericórdia da cidade do Porto, solicitando a expulsão do Recolhimento das Meninas Órfãs de D. Maria Eufrásia, mç. 883, proc. 58 Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), *Reservados*.

- Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688, manuscrito 781.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

## Bibliografia

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de (2012), “Entre a proteção e abandono: recolhimentos femininos na cidade de Lisboa no Período Moderno” in Suely de Almeida, Marília Ribeiro e Gian Silva (eds.), *Cultura e Sociabilidades no Mundo Atlântico*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, pp. 287-303.

AMORIM, Inês (2018), “Anexos” in Maria Marta Lobo de Araújo, Helena Osswald (dirs.), Inês Amorim (coord.), *Sob o Manto da Misericórdia: contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Vol. II, Coimbra, Almedina, pp. 500-501.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2007), “Os recolhimentos femininos na Braga Moderna” in Laurinda Abreu (ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, pp. 293-314, [Consulta a 24/03/2024]. Disponível em

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8776?mode=full>

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2009), “En busca de la honra perdida: la “regeneración” de mujeres en Braga (siglos XVIII-XIX)” in Laureano M. Rubio Pérez (ed.), *Pobreza, marginación y asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*. León, Universidad de León, pp. 137-168, [Consulta a 11/05/2023]. Disponível em

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82331>

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2018), “O silêncio nas margens: vidas femininas em instituições de clausura na Braga Moderna” in Maria Marta Lobo de Araújo e Alfredo Martín Garcia (eds.), *Os marginais*. Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, pp. 127-145, [Consulta a 12/05/2023]. Disponível em

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/82213/1/O%20sil%20c3%a0aancio%20das%20margens.pdf>

BASTO, Artur de Magalhães (1943), “O Recolhimento do Ferro”, *Boletim Cultural*, vol. 4, n.º 3-4, pp. 272-308, [Consulta a 18/06/2024]. Disponível em [https://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/P-B-2035/P-B-2035\\_PDF/BPMP\\_P-B-2035\\_V6F3-4\\_Set-Dez1943.pdf](https://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035_PDF/BPMP_P-B-2035_V6F3-4_Set-Dez1943.pdf)

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

BASTO, Artur de Magalhães (1964), *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do séc. XV ao XVIII*, Porto, Câmara Municipal do Porto.

BASTO, Artur de Magalhães (1995-1999), *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto.

BASTOS, Carlos (1939), *Nova monografia do Porto*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.

BEAUVOIR, Simone de (1949), *Le Deuxième Sexe*, Paris, Gallimard.

CARASA, Pedro (2010), “Límites de la historia social clásica de la pobreza y la asistencia en España”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, pp. 569-591.

CARASA, Pedro (2017), “La asistencia social privada en la España Moderna y Contemporánea”, *Estudios de Historia de España*, vol. 19, n.º 2, pp. 193-220.

COATES, Timothy (1998), *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português: 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

COSTA, Rita Alexandra Ferreira (2024), *Mulheres (in)visíveis na cidade do Porto: uma análise comparativa entre o Real Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo e o Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança (1672-1800)*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CRAMPE-CASNABET, Michèle (1991), “A mulher no pensamento filosófico do século XVIII” in Georges Duby e Michelle Perrot (eds.), *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, pp. 349-407.

FARGE, Arlette (1990), “Família, honra e segredo” in Philippe Ariès e Georges Duby (eds.), *História da vida privada: do Renascimento ao Século das Luzes*, Porto, Afrontamento, pp. 581-617.

FERNANDES, Paula Sofia Costa (2022), “Alimentando o corpo e o espírito no recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Penafiel nos séculos XVIII e XIX” in Maria Marta Lobo

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

de Araújo (ed.), *Os recolhimentos femininos no Mundo Ibérico (séculos XVI-XIX)*, Braga, Lab2PT, pp. 128-149.

FERREIRA, J. A. (1979), *O Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança (fundado na cidade do Porto no séc. XVIII)*, Porto, Câmara Municipal do Porto.

FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da (2013), *O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814): clausura e destinos femininos*, Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho.

FOUCAULT, Michel (1994), *História da Sexualidade*, Lisboa, Relógio d'Água.

GANDELMAN, Luciana (2005), *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto - séc. XVIII)*, Tese de Doutoramento, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas.

GRIECO, Sara F. Matthews (1993), “O corpo, a aparência e sexualidade” in Georges Duby e Michelle Perrot (eds), *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, pp. 70-119.

HESPANHA, António Manuel (1995), “O estatuto jurídico na época da expansão” in *Actas do Congresso Internacional: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, pp. 53-64.

JESUS, Elisabete (2005), “As Manteladas: um espaço feminino de religiosidade dos Terceiros Franciscanos do Porto” in *Em torno dos espaços religiosos - monásticos e eclesiásticos: actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*, Porto, Instituto de História Moderna - Universidade do Porto, pp. 135-154.

JESUS, Elisabete (2006), *Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

JESUS, Elisabete (2022), “As Recolhidas do Anjo: a integração numa comunidade redentora?”, *História – Revista da FLUP*, vol. 12, n.º 1, pp. 63-84, [Consulta a 16/10/2023]. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/11471>

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

LEÃO, Indira (2020), *Entre transgressão e moralidade: Mulheres na Inquisição de Lisboa no Portugal Moderno (Século XVII)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

LIBERATO, Marco (2004), “Trento, a Mulher e Controlo Social: o Recolhimento de S. Manços” in Laurinda Abreu (ed.), *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica*, Lisboa, Colibri, pp. 275-289.

LOPES, Maria Antónia (1989), *Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias: segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte.

LOPES, Maria Antónia (2005), “Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres - uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)”, *Revista Portuguesa de História*, nº 35, pp. 189-229, [Consulta a 03/12/2023]. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12745>

LOPES, Maria Antónia (2010), *Proteção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

LOPES, Maria Antónia (2017), “Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)” in Maria Antonietta Rossi (ed.), *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*, Viterbo, Sette Città, pp. 27-44, [Consulta a 28/04/2023]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43352>

LOPES, Maria Antónia (2023), “Do outro lado da festa: a inflexível piedade barroca num recolhimento de Coimbra (Recolhimento do Paço do Conde durante o século XVIII)” in *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, Ouro Preto, C/Arte, pp. 1062-1074, [Consulta a 29/02/2023]. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/24029>

MACHADO, Maria de Fátima (2010), *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

MAGALHÃES, António (2011), “Um refúgio de «Mulheres nobres principaes»? O Recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX” in Carlota Santos (ed.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, pp. 223-234.

MARINAS, Maria Isabel Viforcós (1993), “Los recogimientos, de centros de integración social a cárceles privadas: Santa Marta de Quito”, *Anuario de Estudios Americanos*, vol. 50, n.º 2, pp. 59-92.

MURIEL, Josefina (1974), *Los recogimientos de mujeres – respuesta a una problemática social novohispana*, México, Universidad Nacional Autónoma de México.

OSSWALD, Helena (2008), *Nascer, viver e morrer no Porto de Seiscentos*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

OSSWALD, Helena (2015), “Em torno da História da família” in Otília Fernandes Monteiro, Carla Maia (eds.), *A família portuguesa no século XXI*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 13-28.

PAIVA, José Pedro (2004), “O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)” in Laurinda Abreu (ed), *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica*, Lisboa, Colibri, pp. 279-333.

PAIVA, José Pedro (2014), “A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas” in José Pedro Paiva, António Gouveia, David Sampaio (eds.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 13-40.

PÉREZ BALTASAR, Maria Dolores (1985), “Orígenes de los recogimientos de mujeres”, *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, vol. VI, pp. 13-23.

PERROT, Michelle (1984), *Une histoire des femmes est-elle possible?*, Marseille, Rivages.

PERROT, Michelle (1998), *Les femmes ou les silences de l'histoire*, Paris, Flammarion.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

REIS, Maria de Fátima Dias (2004), “Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência da época moderna: os Recolhimentos de Lisboa” in Laurinda Abreu (ed.), *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica*, Lisboa, Colibri, pp. 263-274.

RICE, Robin Ann (2019), “Recogimientos femeninos en la Nueva España y su papel como cárceles para mujeres marginadas”, *Edad de Oro: Revista de Filología hispánica*, n.º 38, pp. 235-248.

SÁ, Isabel dos Guimarães (2000), “Pobreza”, in Carlos Azevedo Moreira dir.), *Dicionário de História Religiosa (J-P)*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 456-461

SANTOS, Cândido dos (1978), “A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana”, *História – Revista da FLUP*, vol.1, pp. 281-349, [Consulta a 18/04/2023]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9417>

SCOTT, Joan (1988), *Gender and the politics of history*, New York, Columbia University Press.

SIXTO BARCIA, Ana Maria (2013), “Lugares de asistencia y recogimiento: las casas huérfanas y su irrupcion en el entramado urbano compostelano moderno” in José Manuel Aldea Celada, Carmen López San Segundo, Paula Ortega Martínez (eds.), *Los lugares de la Historia*, Salamanca, Asociación de Jóvens Historiadores, pp. 281-302.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2005), *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*, Porto, Civilização.

TILLY, Louise (1994), "Género, História das Mulheres e História Social", *Cadernos Pagu*, n.º 3, pp. 29-62, [Consulta em 08/11/2023]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722/1706>

TORREMOCHA, Margarita; RUIZ, Carlos (2013), “Asistencia social y cofradías en el antiguo régimen: historiografía, líneas de investigación y perspectivas”, *Chronica Nova*, n.º 39, pp. 19-46.

Rita Ferreira Costa – *Retalhos de vidas femininas - mobilidades e fronteiras entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento das Órfãs do Porto (1672-1800)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 41-76.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a3)

VAQUINHAS, Irene (2019), “História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais”, *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, pp. 37-55.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

**Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)**

**Between the Letter and the Arrow: Colonial ownerships and Indigenous Peoples on the Frontiers of the Sertões of the Captaincy of Bahia (1650-1680)**

**Entre la lettre et la flèche: Les seigneuries coloniales et les indigènes aux frontières des sertões de la Capitanie de Bahia (1650-1680)**

**Entre la carta y la flecha: Señoríos coloniales e indígenas en las fronteras de los sertones de la capitania de Bahía (1650-1680)**

Hélida Santos Conceição  
Universidade do Estado da Bahia  
helidas@gmail.com

Hiquel Moreira Dias  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
hiquel\_dias@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo investiga os conflitos e a dinamização das fronteiras nos sertões da Capitania da Bahia através do significativo aumento das concessões de sesmarias na década de 1670. Demonstra que a instalação de propriedades agrícolas na região do Rio Paraguaçu consolidou a formação de uma fronteira que serviu de escudo para manter os indígenas afastados das vilas e freguesias do Recôncavo. A guerra contra as nações indígenas tinha o objetivo de garantir aos colonos o acesso a caminhos e estradas que ligavam o recôncavo aos sertões, o estabelecimento de fazendas de criação de gado nas terras indígenas e a continuidade da conquista. Nessa acepção a fronteira é fruto das relações de poder entre os homens e o espaço, portanto, de natureza instável, reversível e contingente.

**Palavras-chave:** fronteiras; sertões da Bahia; sesmarias; senhorios coloniais; indígenas.

**Abstract:** This article investigates the conflicts and the dynamics of the frontiers in the Sertões of the Captaincy of Bahia through the significant increase in the granting of sesmarias in the 1670s. It demonstrates that the establishment of agricultural properties in the Paraguaçu River region consolidated the formation of a frontier that served as a shield to keep indigenous peoples away from the towns and parishes of the Recôncavo. The war against the indigenous nations aimed to ensure the colonists' access to roads and paths connecting the Recôncavo to the Sertões, the establishment of cattle ranches on indigenous lands, and the continuation of the conquest. In this sense, the frontier is the result of the power relations between humans and space, and thus, it is unstable, reversible, and contingent by nature.

**Keywords:** frontiers; *sertões* of Bahia; *sesmarias*; colonial ownerships; indigenous people.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

**Résumé:** Cet article explore les conflits et la dynamique des frontières dans les sertões de la Capitania de Bahia à travers l'augmentation significative des concessions de sesmarias dans les années 1670. Il démontre que l'installation de propriétés agricoles dans la région du fleuve Paraguaçu a consolidé la formation d'une frontière qui a servi de bouclier pour maintenir les indigènes éloignés des villages et paroisses du Recôncavo. La guerre contre les nations indigènes avait pour objectif d'assurer aux colons l'accès aux chemins et routes reliant le Recôncavo aux sertões, l'établissement de fermes d'élevage de bétail sur les terres indigènes et la continuité de la conquête. Dans ce sens, la frontière est le fruit des relations de pouvoir entre les hommes et l'espace, et elle est donc instable, réversible et contingente par nature.

**Mots-clés:** fronteiras; sertões de Bahia; sesmarias, seigneuries coloniales; indigènes.

**Resumen:** Este artículo investiga los conflictos y la dinamización de las fronteras en los sertones de la Capitania de Bahia a través del significativo aumento de las concesiones de sesmarias en la década de 1670. Demuestra que la instalación de propiedades agrícolas en la región del río Paraguaçu consolidó la formación de una frontera que sirvió de escudo para mantener a los indígenas alejados de las villas y parroquias del Recôncavo. La guerra contra las naciones indígenas tenía como objetivo garantizar a los colonos el acceso a caminos y rutas que conectaban el Recôncavo con los sertones, el establecimiento de haciendas ganaderas en las tierras indígenas y la continuidad de la conquista. En este sentido, la frontera es el resultado de las relaciones de poder entre los hombres y el espacio, por lo tanto, de naturaleza inestable, reversible y contingente.

**Palabras clave:** fronteras; sertones de Bahía; sesmarias; señoríos coloniales; indígenas.

## 1. Introdução

O sistema de concessão de terras em regime de sesmarias foi um dos principais expedientes de dinamização das fronteiras internas da América portuguesa na época moderna. Durante o período colonial a lei de sesmarias, estabelecida no início da colonização, consolidou-se não só como um expediente de acesso às terras, mas, sobretudo, como um sistema de recompensa que sustentava as práticas políticas da economia das mercês típicas de sociedades de Antigo Regime (Fragoso, Gouvêa & Bicalho, 2001). No que pese a centralidade da Bahia como cabeça política do Estado do Brasil, poucos foram os trabalhos que estiveram dedicados a compreender como ocorreu o sistema de distribuição de terras nesta capitania.

A proposta deste artigo é apontar um dos principais momentos no qual ocorreu a dinamização de fronteiras dos sertões da capitania da Bahia, através da análise dos pedidos e das doações de terras realizados pelos moradores da cidade de Salvador e seu

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

recôncavo nas décadas de 1650 até 1680<sup>1</sup>. A documentação compulsada para este artigo ficou registrada em cópias nos livros da Provedoria da Fazenda da Bahia (1671-1714) e atualmente encontra-se disponível nos volumes I e II do códice 427 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Utilizou-se também algumas cartas encontradas na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN) e na sistematização de doações de terras realizada por Felisbello Freire (1998[1906]). Esta documentação pode ser consultada digitalmente no site da Plataforma SILB - Sesmarias do Império Luso-Brasileiro<sup>2</sup>.

Nos últimos anos, tem havido um crescente interesse na pesquisa histórica sobre o tema das sesmarias. No geral, os estudos dedicados às doações de terras na Bahia privilegiaram a ideia de que o sistema de sesmarias foi trasladado de Portugal e adaptado às condições da colonização do Brasil. As doações foram tidas como o marco zero da colonização, propiciando a acumulação de terras nas mãos dos grandes sesmeiros, considerados como pioneiros na colonização do interior. Nestes trabalhos tem sido recorrente a menção às grandes sesmarias pertencentes à família dos Guedes de Brito e dos Garcia d'Ávila (Bandeira, 2000; Neves, 2005, 2008). O estudo realizado por Alexandre Bonfim traz uma inovação ao investigar um caso excepcional de doação de sesmarias localizadas nas ilhas de Itaparica e Tamarandiva, originalmente doadas em 1556 a Dom António de Ataíde, o 1.º Conde de Castanheira (Bonfim, 2016). Este trabalho indicou que famílias donatárias receberam poderes jurídico-administrativos para doar sesmarias, nomear oficiais nas alçadas de justiça, fiscalidade e aparato militar. A capitania de Ilhéus no século XVIII foi estudada por Rafael Barros (2015), que sublinhou a atuação dos índios Guerens e suas estratégias para obter vantagens relativas a demarcação de terras, alianças com administradores de aldeias e vantagens mobilizadas por meio da legislação indigenista. Os trabalhos citados produziram pesquisas parciais nas quais as doações de sesmarias não figuram como objeto principal

---

<sup>1</sup> Em 1680 não foi registrada qualquer doação de sesmaria.

<sup>2</sup> O projeto Rede SILB consiste numa plataforma de estudos agrários como projeto em Humanidades Digitais, coordenado pela Professora Dra. Carmen Alveal do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente, dispõe de quase 16 mil cartas de sesmarias concedidas em toda a América portuguesa e conta com a participação de professores universitários, pesquisadores, bolsista de graduação e voluntários. Disponível em: <http://www.plataformasilb.cchla.ufrn.br/banco>

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

da análise, mas como um apêndice de processos históricos mais amplos, sem que houvesse um levantamento sistemático sobre o total de sesmarias doadas na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. Nesse campo de estudos, destaca-se a contribuição trazida por Santos (2010) que analisou de forma sistemática o conjunto de cartas de sesmarias distribuídas entre os séculos XVII e XVIII nos sertões da Bahia, destacando as tendências, locais e ritmos de distribuição de terras em cada período, com ênfase nas implicações entre as sesmarias, como uma importante modalidade de ocupação e a dinamização das fronteiras.

Neste artigo, pretendemos retomar alguns pressupostos levantados por Santos (2010) e trazer mais dados sobre os expedientes de doações de terras e a configuração de fronteiras nos sertões do Recôncavo baiano. Pretende-se oferecer uma contribuição analítica e embasada em fontes primárias sobre como os proprietários do Recôncavo e o governo da capitania projetaram nas redes de comunicação política com a coroa a noção de que os descimentos dos índios de suas aldeias configuravam como uma ameaça à economia da capitania. No que pese o facto de que o avanço da fronteira perpetrado por colonos possuía recursos e riscos, os quais muitos estavam dispostos a correr, salienta-se que o sistema jurídico das sesmarias permitiu que a ideia de legitimidade da apropriação de terras funcionasse como um sistema mental, pois o estabelecimento de unidades agrícolas nas terras indígenas era oficializada através do recebimento das cartas de sesmarias. O uso operativo do conceito de senhorios coloniais<sup>3</sup> (Alveal, 2007: 102, 108) diz muito sobre como os colonos partiam da convicção de pertencerem à nobreza da terra, portanto entendiam que seu estatuto social lhes assegurava a prerrogativa de se apoderar das áreas indígenas, mesmo que esta ação fosse juridicamente improcedente (Alveal, 2023: 262).

A documentação que subsidia as principais hipóteses deste artigo foram as cartas de sesmarias concedidas na capitania da Bahia na segunda metade do século XVII, com especial atenção para as concessões realizadas entre os anos de 1650 e 1680. Antes de mais, devemos referir que na América Portuguesa, a carta de sesmaria era o documento

---

<sup>3</sup> Alveal (2023) cunhou o conceito de *Senhorio colonial*, o qual serve como título para o seu livro que analisou a aplicação da lei de sesmarias na América portuguesa. De acordo com a autora, este conceito “refere-se ao fato de que vários sesmeiros ou senhores de terra auto instituíam direitos de jurisdição, que não estavam previstos em lei, porém acabaram por forjar um costume permeado pela opressão e violência rural, que se pode afirmar perdura até hoje no Brasil” (Alveal, 2023: 33).

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

oficial que atestava uma doação de terra emitida pela maior autoridade da capitania, fossem governadores providos pelo rei ou capitães-mores com jurisdição para efetivarem as distribuições de terras. No caso da capitania da Bahia, cabeça política do Estado do Brasil, as cartas ficavam registradas no livro de sesmarias e cabia ao governador geral, após os pareceres do provedor-mor da Fazenda Real e do procurador da Coroa e Fazenda Real, atestar a doação. As cartas seguiam uma fórmula retórica que incluía a petição inicial do requerente, com informações gerais como nome, condição social, patentes, etc; uma justificativa, muitas vezes acompanhada por argumentos que reforçavam o merecimento e/ou serviços prestados pelo peticionário, finalizando com uma breve descrição e localização das terras requeridas, muitas destas mencionando a presença de aldeias indígenas. A petição era depois submetida aos pareceres do procurador e do provedor, seguida da concessão e dos deveres dos sesmeiros.

A lei das sesmarias esteve vigente por todo o período colonial, embora o ritmo e a dinâmica de doações tenham ocorrido de modo muito diverso nas capitanias que integravam o Estado do Brasil, o Estado do Maranhão e Grão Pará e a repartição sul da América portuguesa. Para o geógrafo Robert de Moraes (2001), a história territorial é imprescindível para pensarmos a formação de uma sociedade a partir da história de ocupação do seu território. Para ele, a colonização é a relação entre uma sociedade e os lugares onde ocorreu sua expansão. Assim, a “colonização é em si mesma a conquista territorial” (Moraes, 2001: 105). Na América portuguesa, esta conquista foi uma condição imprescindível para o povoamento e a fixação de unidades produtivas como engenhos de açúcar, fazendas de canas e criação de gado vacum e cavalari. A ocupação das terras, em grande medida, dependia das diversas condições geográficas, da disponibilidade de mão de obra (livre, escravizada ou cativa), das relações controversas com as populações indígenas e seus territórios e dos circuitos econômicos que viabilizavam a demarcação das fronteiras nos sertões. Portanto, a história do acesso à terra, da propriedade e da produção agropastoril na América portuguesa esteve marcada pela agência social dos atores envolvidos, nomeadamente oficiais régios providos nos postos na administração das capitanias, colonos e populações nativas.

Em 20 de junho de 1662 os homens nobres e da governança da cidade de Salvador da Bahia, encaminharam via Conselho Ultramarino um abaixo-assinado no qual

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

reclamavam que os assaltos que o “gentio bárbaro” faziam aos engenhos e propriedades eram a causa da grande estagnação econômica da capitania e que o melhor remédio era dar cumprimento a um alvará enviado por D. João IV, em 1645, para que se doasse em sesmarias todas as terras disponíveis na capitania “a quem as pedir”<sup>4</sup>. Este alvará, enviado ainda durante a ocupação holandesa no Nordeste, cumpria a função de animar os vassalos e estimular a recuperação econômica com o aumento do número de engenhos e da produção açucareira na Bahia. O abaixo-assinado conjugava um extenso diagnóstico sobre a situação econômica da capitania e a derrocada do comércio e da produção em função do despovoamento de unidades produtivas que estariam ameaçadas pela incursão dos indígenas às propriedades. Não surpreende a menção dos moradores ao supracitado alvará e a exigência de que o mesmo fosse colocado em prática.

O abaixo-assinado dos moradores de 1662 coincide justamente com o período no qual iniciou-se um aumento substancial de terras doadas com base na lei de sesmarias. Estas doações favoreceriam a formação de uma fronteira constituída por unidades agrícolas, leia-se, engenhos de açúcar, fazendas de gado e lavouras de subsistência, de modo a conter os assaltos e roubos que os indígenas faziam nas imediações das principais vilas do recôncavo açucareiro baiano. O aumento de doações na década de 1670 beneficiou os principais moradores da capitania, nomeadamente os proprietários e os que participaram de entradas militares aos sertões com o objetivo de investir contra as aldeias indígenas (Puntoni, 2002). A demarcação da fronteira serviria para conter as investidas das populações indígenas no Recôncavo e simultaneamente assegurar o funcionamento de estradas que estavam sendo abertas em direção aos sertões. As cartas de sesmarias foram lidas como um dispositivo normativo produzido sob circunstâncias históricas específicas, as quais incluíam não somente os pedidos de terras, mas também noticiavam a participação dos peticionários em expedições militares, que ficaram conhecidas como “jornadas do sertão”, mobilizadas nas décadas de 1650 e 1660 para combater o “gentio bárbaro” sob a justificativa da guerra justa (Puntoni, 1999, 2002).

Essas expedições, em sua maioria, foram patrocinadas pelo governo geral, o qual oferecia armamentos, homens e mantimentos para suprir as necessidades da tropa. Era

---

<sup>4</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU). Bahia. Luísa da Fonseca. *Representação dos moradores da Bahia queixando-se de ataques do gentio bárbaro que destrói os engenhos*. Bahia, 20 de junho de 1662. Cx. 16, doc. 1868.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

comandada por indivíduos providos com patentes e de reconhecida capacidade militar. Os comandantes das jornadas se guiavam por um regimento que especificava suas prerrogativas de mando e indicava os modos de condução da tropa. As jornadas tinham como objetivo conhecer o território, abrir novos caminhos em direção aos sertões “desconhecidos” ou “desocupados”, produzir informações sobre recursos socioecológicos (Gama, 2025) e mapear terras disponíveis para serem requeridas ao governo geral (Conceição, 2024). Portanto, em meados do século XVII, houve uma associação entre as jornadas do sertão e as doações de sesmarias, já que receber terras tornou-se uma das vantagens pecuniárias para os que participavam das entradas, além, é claro, de ganho de prestígio e acúmulo de serviços prestados. É por esta razão que a participação nas guerras contra os índios era mencionada nas petições inclusas nas cartas de sesmarias. O conjunto dessas informações certamente circulava nas redes clientelares dos poderosos locais e pouco a pouco colaborou na construção de um léxico que organizava as representações mentais dos sesmeiros e através das quais efetivavam os modos de ocupação nas fronteiras das conquistas.

A história das fronteiras e do povoamento da América portuguesa não pode ser escrita sem considerar a presença indígena, as estratégias nativas de lidar com o ambiente tropical e suas agências no que toca a políticas de alianças ou confronto aberto com os luso-brasílicos. No que pese o facto de que este artigo parte da percepção construída pelos senhorios coloniais sobre a ocupação das fronteiras no Recôncavo e nos sertões da Bahia, não podemos descurar de que as cartas de sesmarias nos trazem bons indícios dos expedientes de resistência indígena e dos conflitos com os colonos ocasionados pelo avanço da ocupação sobre suas terras. As fronteiras dos sertões baianos no século XVII não estavam determinadas, muito pelo contrário, a documentação e estudos mostram que fronteiras poderiam ser demarcadas através de diversas modalidades de ocupação, nomeadamente através dos caminhos, das sesmarias, da instalação de povoações, da fixação de postos militares e fiscais, mas também, e esse foi um expediente bastante utilizado, pela criação de missões religiosas que buscavam aldear indígenas e convertê-los em redes de alianças para o projeto colonizador (Silva, 1997; Dantas, 2000; Silva, 2006; Santos, 2010; Santos, 2011; Langfur, 2014; Barros, 2015).

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

António Manuel Hespanha (1993: 85), em um texto seminal sobre o espaço político, afirmou que “Fazer a história das divisões administrativas é fazer a história entre o poder e o espaço”. Dessa forma, tanto o poder quanto o espaço são realidades que têm uma história. Nos limites deste artigo e dado o caráter belicoso que marcou os contactos entre senhorios coloniais e indígenas, as fronteiras emergem como fruto das relações de poder e das agências interessadas na transformação do espaço, portanto de natureza instável, reversível e contingente. Assim, a fronteira tem sua própria história. Essa foi uma das principais conclusões trazidas no estudo realizado por Santos (2010) sobre a formação das fronteiras nos sertões da capitania da Bahia entre as décadas de 1650 e 1750. Para o autor, a ocupação luso-brasileira do espaço interior baiano não ocorreu de forma contínua e integradora, “mas como uma trajetória irregular, descontínua e, de certa forma, errática” (Santos, 2010:401). Isso quer dizer que a distribuição de sesmarias pode ser vista como um dado a mais na demarcação de limites e condicionantes fronteirios que apontam para tendências da ocupação territorial. A fronteira guarda em sua dinâmica a condição de reversibilidade, dado que a permanência e/ou longevidade da ocupação pode sofrer reverses, como por exemplo, a mudança de sítio de uma aldeia indígena, o abandono de uma fazenda de gado, a mudança de um arraial ou núcleo povoador, enfim, uma série de situações que denotam o caráter muitas vezes instável da ocupação. Além disso, tanto os assentamentos luso-brasílicos como as aldeias indígenas tinham o deslocamento como um traço marcante das dinâmicas migratórias que configuraram as sociedades da época moderna. As fontes coloniais frequentemente descreviam as sociedades indígenas como itinerantes, utilizando essa suposta mobilidade como argumento para deslegitimar suas formas próprias de organização social, territorial e cultural. Essa narrativa servia para justificar a ocupação das terras indígenas, negando a complexidade e a estabilidade de suas dinâmicas sociais.

Tamar Herzog (2018) no seu estudo sobre as divisões territoriais das conquistas americanas e da Península Ibérica apontou que a fronteira foi o resultado complexo de “milhares de interações diárias” efetivadas pelos indivíduos nos territórios. Assim, assentamentos de colonos conviviam muito próximos ou nas bordas dos espaços tapuias. Sem essa proximidade, não havia interações, nem disputas de fronteiras.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Diversas modalidades de ocupação construíram zonas de fronteiras que se sobrepõem e friccionam os limites geográficos, as questões identitárias e étnicas, o exercício dos poderes jurisdicionais, enfim, uma gama de regimes históricos estáveis (Duve, 2022) que configuram a relação do homem com o espaço.

As doações de terras através do sistema de sesmarias produziram um efeito jurídico de demarcador territorial, o que não garantia a ocupação efetiva imediata, mas revelava a intenção dos sesmeiros<sup>5</sup> de assegurar a proteção da região limítrofe de suas propriedades agrícolas face aos descimentos dos índios de suas aldeias. Por fim, e esse é um ponto sensível da análise, as doações tiveram um importante desdobramento político, pois atendiam à solicitação coletiva feita em 1662 pelas principais famílias que participavam da governança da cidade de Salvador e das vilas do recôncavo, as quais acusavam os índios de serem nocivos às suas propriedades e de colocarem em risco a economia da capitania. É justamente esse fenômeno que iremos analisar detidamente nas páginas seguintes.

## **2. As sesmarias como modalidade de fronteira nas décadas de 1650 a 1680**

A guerra contra os holandeses, iniciada em 1624 com a ocupação da cidade de Salvador, atingiu a zona açucareira da costa atlântica e se estendeu com ocupações mais prolongadas em Pernambuco e nas capitanias do norte até 1654. Esta conjuntura exigiu o emprego de forças contra o inimigo holandês, o que ocasionou um grande embaraço econômico para a coroa e para o Estado do Brasil. Do ponto de vista interno, havia os dispêndios financeiros exigidos nos custos da guerra, as epidemias e secas. No âmbito imperial, a coroa precisava achar soluções para lidar com o crescimento da concorrência com a ascensão da produção açucareira nas Antilhas. Estas e outras questões exigiram uma reorganização da coroa para tentar mitigar os custos materiais e simbólicos que a ocupação holandesa havia deixado no Estado do Brasil. Toda essa conjuntura afetou as elites da terra, de modo que, após a definitiva expulsão dos holandeses, as expedições de entradas ao interior, que haviam sido timidamente principiadas no início do século

---

<sup>5</sup> Na América portuguesa o título de “sesmeiro” era atribuído ao peticionário que recebia a terra de acordo com a lei de sesmarias (Motta, 2013).

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

XVII, foram retomadas e até agenciadas pelo governo geral do Estado do Brasil (Puntoni, 2002: 25). A lenta recuperação econômica das capitanias do nordeste dependia do aumento da produção e do comércio de açúcar e de outros produtos, como o tabaco, o couro e os alimentos.

O abaixo-assinado dos moradores de 1662 foi crucial para apresentar um diagnóstico da situação de decadência da capitania. Nessa conjuntura, o aumento das doações de sesmarias, uma das exigências do abaixo-assinado, começou a tomar forma na década de 1670, apresentando-se, por um lado, como uma ação direcionada para aumentar a produtividade através da ampla concessão de acesso às terras, mas, por outro, como um expediente geopolítico de estabelecimento de novas fronteiras com o intuito de afastar as aldeias indígenas. Igualmente, deve-se notar o facto de que os proprietários da Bahia que requisitavam terras não eram absenteístas, portanto, como moradores do recôncavo estavam em condições de proximidade das terras requeridas, processo diverso do que ocorreu nas capitanias do Ceará, Piauí ou Maranhão, nas quais o absenteísmo foi uma marca no processo inicial de avanço da fronteira pecuária (Maia, 2009). Os gráficos 1 e 2 demonstram a curva ascensional de doações de terras em regime de sesmarias na capitania da Bahia e nos seus sertões entre 1551 e 1719.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Gráfico 1 - Concessões de sesmarias na capitania da Bahia (1551-1719)

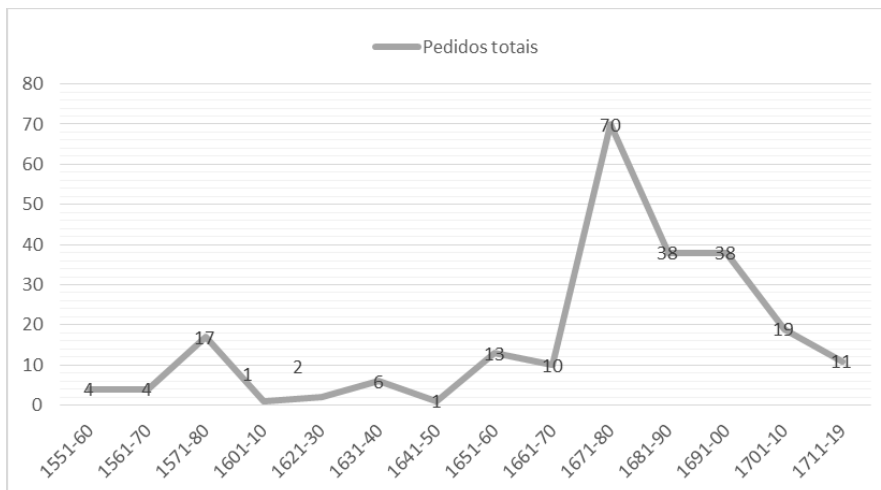
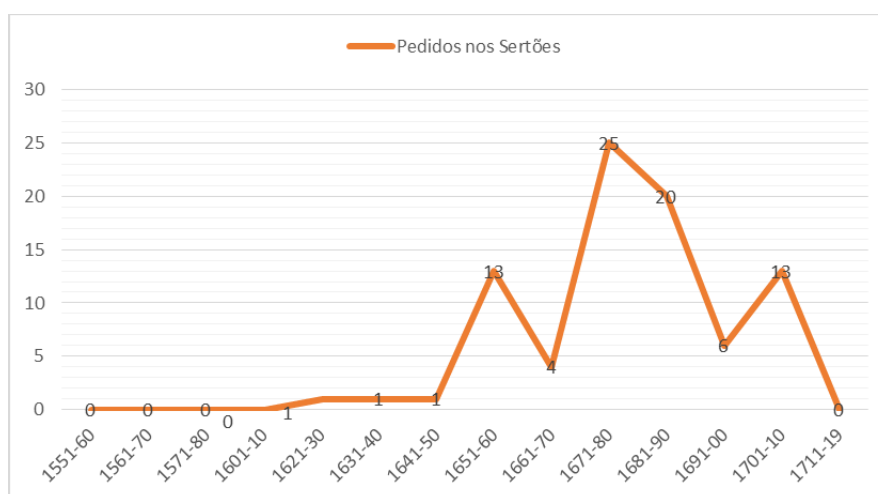


Gráfico 2 - Concessões de sesmarias nos sertões da capitania da Bahia (1551-1719)



Fontes: Elaboração feita com base nos dados do arquivo do códice 427 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), vols. 13-16; 18-22; 70; 80 e Freire (1998[1906]).

Os gráficos foram produzidos a partir da mensuração dos pedidos de sesmarias realizados entre as décadas de 1551 e 1719 para demonstrar a concentração das doações de terras em meados do século XVII. É possível perceber que a partir da década de 1650 até 1680 há uma tendência de aumento nas doações de terras, fossem em todo o

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

território da capitania ou nos seus sertões. Desse modo, entre 1650 e 1680, foram computadas 93 doações de sesmarias solicitadas em toda a capitania da Bahia, dentre as quais 42 doações foram feitas em áreas consideradas como sertões.

Portanto, o panorama de doações aponta que houve uma intensificação nos pedidos de terras nos campos gerais da bacia do alto e médio Paraguaçu. Este rio localizado no recôncavo baiano abrigava o porto fluvial da Vila de Cachoeira e São Félix e era o ponto de passagem mais importante entre o recôncavo e os sertões adentro. No século XVII, a conquista do Paraguaçu foi feita à custa da guerra contra os Maracás e os tapuias, populações indígenas que ocupavam a região e, com o avanço da colonização, passavam a disputar aquelas áreas com os colonos. Para melhor visualização das doações o Mapa 1 apresenta a espacialização das doações de terra em sesmarias nas décadas de 1650 a 1680, demonstrando a ocupação estratégica pelos sesmeiros no médio Paraguaçu, uma região de fronteira com os territórios indígenas, de modo a assegurar seus projetos de defesa e ocupação daquele território.



Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

O Mapa 1 demonstra os limites da capitania da Bahia com os seus sertões, as povoações e as principais bacias hidrográficas fundamentais para o acesso ao recôncavo e ao interior. Conhecer e ocupar as margens dos principais cursos fluviais era de extrema utilidade para os sesmeiros, uma vez que os leitos dos rios também serviam como principal referência para os pedidos de sesmarias. A representação foi construída com base nas concessões de sesmarias entre os anos de 1650-1680, de forma que as doações foram espacializadas e ordenadas com diferentes cores em cada uma das décadas. Nem todas as localizações das sesmarias são exatas, afinal, a demarcação como forma de assegurar os limites das terras constituía um problema no século XVII. Contudo, as cartas desta década apontam para a inflexão das dinâmicas de fronteiras mobilizadas através da instituição sesmarial. O mapa demonstra que, nas décadas de 1650 e 1660, os pedidos de sesmarias estiveram concentrados ao norte da cidade de Salvador da Bahia, nas regiões do Rio de São Francisco e Itapicuru. Essas sesmarias foram o resultado das entradas realizadas por famílias pioneiras na conquista dos sertões, como os Guedes de Brito e Garcia D'Ávila. A vultuosidade e imprecisão dessas sesmarias, assim como a falta de demarcação dessas terras, foram objeto de uma importante sindicância realizada pelo desembargador Sebastião Cardoso em sua visita à Bahia em 1675<sup>6</sup>.

A espacialização das sesmarias revelou que na década de 1670, havia um interesse claro por parte dos colonos na ocupação do alto e médio Paraguaçu. A questão é entender quem eram esses peticionários, como conseguiram as sesmarias, quais foram as justificativas apresentadas nas petições, quais as estratégias de ocupação e quais as vantagens econômicas tanto para os sesmeiros quanto para o governo da capitania. As terras, em sua maioria, foram concedidas em recompensa pelos serviços militares prestados na guerra contra os tapuias, na abertura de caminhos e na construção de uma fronteira de ocupação dos sertões do recôncavo do médio Paraguaçu. Esta área era estratégica de modo a permitir a abertura de vias para a passagem de carros de bois, pois a utilização do caminho constituía um marco e uma legitimação cotidiana da conquista.

---

<sup>6</sup> Carta do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio, 1675, in *Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro] ...*, 22/07/1676, AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 23, doc. 2737-2738. Em função da limitação de espaço neste artigo, sobre sindicância veja-se Santos (2010), Krause (2015), Conceição (2018) e Alveal (2022).

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Juntamente com o domínio dos acessos às vias fluviais, possibilitavam a chegada aos espaços mais remotos podendo firmar a ocupação na fronteira e mesmo viabilizar o acesso das tropas militares, de sertanistas, missionários, ocupadores pioneiros ou autoridades do governo. O ápice desse processo pode ser visualizado na década de 1670, a partir do apoio do governo da capitania e da reunião de esforços dos proprietários que almejaram demarcar áreas fronteiriças às terras indígenas.

### **3. O *making off* da fronteira e a conversão das terras indígenas em sesmarias**

Em novembro de 1669, o governador-geral Alexandre Sousa Freire enviou via conselho Ultramarino, uma carta à coroa informando que a entrada comandada pelos capitães Agostinho Pereira e Francisco Dias havia falhado e intentava enviar outra tropa sob o comando de Ascenso da Silva. Na missiva apontava que os índios estavam insolentes, fazendo assaltos, roubos e mortes; eram ligeiros em suas movimentações mato adentro, habilidades que os faziam entrar e sair das zonas sem serem vistos. O governador ainda revelou na carta as estratégias de resistência indígena que vinham, há muito, sendo utilizadas:

“É opinião geral de todos, pelas experiências, e conjecturas de vários casos, que das aldeias dos índios mansos, que entre nós vive procede todo este dano, pela comunicação secreta, que se diz ter com os bárbaros, e outras aldeias que com eles se meteram sendo domésticas, em tempo do governador Diogo Luís de Oliveira: e se afirma, que quando se fizeram as mais entradas, sempre estes índios os avistaram”<sup>7</sup>.

Ou seja, desde a década de 1630, durante o governo de Diogo Luís de Oliveira, já havia formas de comunicação articulada entre os índios “mansos” e os “insolentes”, que provocavam uma ação coordenada com estratégias bem definidas. Na década de 1650 tornou-se corrente os moradores das freguesias do recôncavo fazerem denúncias contra a movimentação dos grupos indígenas, identificados genericamente nas fontes como *tapuias*, que “desciam” de forma massiva de suas aldeias para fazer ataques às fazendas, povoações e propriedades. Nessas circunstâncias as “jornadas do sertão”, conforme já foi referido, tornaram-se uma frente de batalha permanente contra os índios. Na década de 1650 foram agenciadas pelo governo geral três expedições no recôncavo da Bahia,

---

<sup>7</sup> AHU, Bahia. Luísa da Fonseca. Cx. 20, doc. 2331.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

mais especificamente nos sertões do rio Paraguaçu. Em 1651 o sargento-mor Diogo de Oliveira Serpa armou uma entrada com o apoio de Garcia d'Ávila. Entre os anos de 1651 e 1654 o capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno e seu irmão Agostinho Pereira lideraram uma entrada que devia contar com homens brancos, mamelucos e índios aliados e arregimentados pelo principal da aldeia de Camamu (Puntoni, 2002: 94-95). A torre de Garcia d'Ávila devia contribuir com índios e mestiços armados com flecharia e prontos para integrar a jornada. Por fim, em 1656, uma expedição em direção ao interior do Paraguaçu foi armada pelo capitão-mor Tomé Dias Lassos<sup>8</sup>, e assim como as duas anteriores, não logrou o sucesso esperado pelo governo geral<sup>9</sup>.

As batalhas contra os tapuias ocorriam em condições agrestes, numa geografia totalmente desconhecida por grande parte dos colonos, o que em muitas circunstâncias gerava imensas vantagens para os índios. Alguns dos expedicionários apontaram as dificuldades de conquistarem as populações indígenas ou quilombolas daquela região, os quais faziam a guerra à sua maneira, sem domicílio certo, com constante mobilidade e ataques surpresa, sobretudo à noite, em detrimento dos confrontos diretos, como era costume para o tipo de guerra praticado na Europa (Puntoni, 2013: 175-182). Nos sertões as bases militares precisaram adaptar-se à guerra volante, com pontos de apoio construídos com madeira, de forma mais rústica e menos duradoura do que as casas fortes de pedra que faziam as defesas das cidades do litoral. Nesse contexto, as fortificações se tornavam menos importantes na estratégia militar e valiam mais os alojamentos de campanha ao longo das trilhas e arraiais (Santos, 2010: 102-104). As entradas para abertura de caminhos em direção aos sertões dependiam de suprimentos, o que tornava útil a existência de propriedades que servissem de base de apoio para suprir as eventuais necessidades das tropas de milícias que faziam as jornadas aos sertões. A fixação de roças, fazendas e pastos para gado era de fundamental importância para a médio e longo prazo fixar moradores. Receber terras era a condição básica para esse movimento. As concessões de sesmarias, como um dos principais expedientes de salvaguarda da região limítrofe entre a ocupação luso-brasílica e os territórios indígenas,

---

<sup>8</sup> Tomé Dias Lassos adquiriu cinco léguas de terra em sesmaria nos sertões do rio Paraguaçu em 1673, alegando sua trajetória expedicionária e a importância em ocupar uma região fronteiriça. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), Códice 427, vol.1, fls. 54-54v.

<sup>9</sup> Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (doravante DHBN), vol. 3, 4, 31.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

foram realizadas como um movimento intencional de demarcação de marcos de fronteiras.

Em 1653 e 1655, durante as jornadas do sertão, João Peixoto Viegas, sertanista e senhor de engenho, confirmou duas sesmarias que haviam sido compradas de João Lobo de Mesquita entre a banda norte do rio Jacuípe até a banda sul do rio Paraguaçu, estendendo-se até Itapororocas e Água Fria, nas imediações da vila de Cachoeira. As terras estavam “despovoadas e inabitadas havia 20 anos, pelos assaltos e mortes que nelas haviam feito e fazia muitas vezes o gentio bravo”. João Peixoto Viegas vinha de uma importante família da nobreza da terra e alegou no seu pedido de terras que nos últimos três anos:

“povoou de gados, escravos criados, moradores com armas, casas fortes de sobrado e pedra de cal e uma igreja, no que tem feito grandes despesas de Fazenda e dado muito crescimento às rendas de Sua Majestade e segurança aos moradores que lhe são vizinhos”<sup>10</sup>.

No final da carta, pode-se ler que Viegas conseguiu 20 léguas de terras em quadra, incluindo metade das terras que haviam sido doadas a Bernardo Vieira Ravasco, secretário de Estado, as quais nunca haviam sido povoadas por causa do “impedimento do gentio bravo”. Isto evidencia que o cenário de conquista e ocupação sertaneja não ocorria de forma linear e contínua, mas sim marcado pela intermitência e descontinuidade, como indicado por Santos (2010: 24). Esta carta, assim como muitas outras, é reveladora de que, a partir desta década, houve também um movimento de redistribuição de muitas sesmarias que haviam sido concedidas, mas que, por impossibilidade de serem aproveitadas em função da ostensiva presença indígena, ficaram devolutas e foram novamente requeridas. Demonstra também o esboço de uma agência sertanista mais arrojada, com uma clara intenção de avançar sertão adentro nos territórios indígenas.

Assim, a década de 1650 é o marco nas tentativas de sincronizar guerra brásilica, avanço territorial e doações de terras. O avanço sobre o território denota a intenção de montar um escudo de proteção do Recôncavo, que estava ameaçado, pois não possuía uma fronteira efetivada. Portanto, naquela ocasião, a concessão de terras parecia ser estratégica, conforme bem explicitou João Peixoto Viegas em sua petição de sesmarias,

---

<sup>10</sup> DHBN, vol. 18, pp. 351-354.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

na qual alegou que ele “suplicante ia povoando de gado com grande risco e despesa em razão do gentio bravo que os cercam e principalmente sujeitas do gentio brabo que as não deixa entrar nem descobrir”<sup>11</sup>.

Manuel Soares de Aguiar, ao requerer uma posse de terra em 1661 na conflituosa região do rio Jaguaripe, escreveu na sua petição que a área era “fronteiro ao gentio brabo onde há 23 anos vive com grande receio de sua pessoa e sua família”<sup>12</sup>. No seu pedido, alegava “querer aproveitar e cultivar por ter fábricas e abrir estradas para o sertão e trazer gente nos caminhos por onde o gentio brabo costuma descer”<sup>13</sup>. São por meio destas declarações que conseguimos identificar que há várias décadas os índios vinham resistindo e se assenhorando de caminhos, os quais passaram a ser requisitados pelos colonos. Portanto, a montagem das fronteiras passava também pelo controle dos caminhos, os quais deveriam ser vedados aos índios e assegurados aos sesmeiros. Dessa forma, as sesmarias cumpriam a função de assegurar aos colonos o acesso e manutenção dos caminhos, isto é, vias de passagens estratégicas para o acesso ao interior. Na década de 1660, a conquista continuava marcada por avanços e recuos, assim como pela continuidade de um incessante modo de ataque mantido pelo governo geral tanto com a contratação de paulistas, quanto a partir da coalizão com sertanistas, que contribuíam estrategicamente com recursos e homens para o aumento das tropas.

Uma carta de sesmaria chama atenção para o cotidiano de tensão nas zonas do recôncavo baiano e a reação indígena frente às tentativas de avanço das fronteiras por parte dos colonos. Em 1671, em meio às expedições, João da Costa Veloso e Baltazar Cerqueira, moradores da Cachoeira, obtiveram uma légua de terras à beira-mar pelo rio Jacuípe, costeando o rio Paraguaçu com quatro léguas de largura para o sertão. O provedor-mor endossava o pedido escrevendo em seu parecer que “por serem parte em que ficam mais próximos à serra do Orobó, que é sítio que se deve querer povoado, pela vizinhança dos bárbaros que nos fazem guerra”<sup>14</sup>. Por meio desta carta, nota-se o reforço estratégico dos oficiais régios em relação à ocupação do território em disputa nas últimas décadas. Na perspectiva do governo geral, as áreas já povoadas estavam

---

<sup>11</sup> DHBN, vol.18, pp. 351-354.

<sup>12</sup> DHBN, vol. 19, 1930, pp. 309-311.

<sup>13</sup> DHBN, vol. 20, pp. 309-311.

<sup>14</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fls. 4-4v.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

sendo ameaçadas em face da forte reação indígena. Essa carta elucida o olhar que se deve ter sobre a década de 1670, dado que, após os relativos insucessos das jornadas dos sertões, estabelecidas na década de 1650, o governo geral viu nas doações de sesmarias um expediente adicional que poderia garantir a continuidade da defesa de uma fronteira ainda instável através do reforço das petições dos colonos e a subsequente instalação de fazendas pecuárias.

Ademais, havia a promessa de que as terras indígenas conquistadas seriam repartidas entre os expedicionários contratados. Esse compromisso firmado na década de 1670 entre o governador e os moradores certamente impactou no aumento das cartas de sesmarias nesta década. Em 1669, o então governador-geral Alexandre de Sousa Freire remeteu aos paulistas uma proposta, na qual insinuava que “fazendo-se Guerra ao Gentio” seriam eles “cativos dos vencedores que nela ficassem vivos; e que pelos mesmos se repartissem as terras (conforme a qualidade e possibilidade de cada um) que se conquistassem possuídas do inimigo”<sup>15</sup>. Em 1683, Antônio Afonso Vidal se autointitulava como “capitão da conquista dos bárbaros do sertão desta capitania” e alegava que vinha de São Paulo para a conquista do gentio e “entre as capitulações que houve foi a principal, que as terras que se tomassem se darão de sesmaria aos que fossem àquela empresa”<sup>16</sup>. Este tipo de promessa realizada pelo governo da Bahia aos paulistas tem um efeito exponencial na mentalidade dos sesmeiros, os quais eram ciosos de suas posições nas hierarquias sociais e, por estarem ligados a redes de governança, também arrogavam para si o direito de expropriação violenta das terras.

Para compreender o aumento exponencial de concessões na década de 1670, a promessa feita por Sousa Freire é significativa. De toda forma, os dados de doações de terras em territórios indígenas devem ser compreendidos mais como uma estratégia de manutenção do conflito na fronteira do que como um movimento contínuo e ininterrupto de apropriação da terra. É preciso ter em vista que a sesmaria não significava a imediata ocupação efetiva. Em certa medida, a concessão é antecedida por entradas exploratórias, o que gera algum tipo de apropriação territorial (Santos, 2010: 65-66). O Gráfico 3 demonstra que na década de 1670 as doações de sesmarias em

---

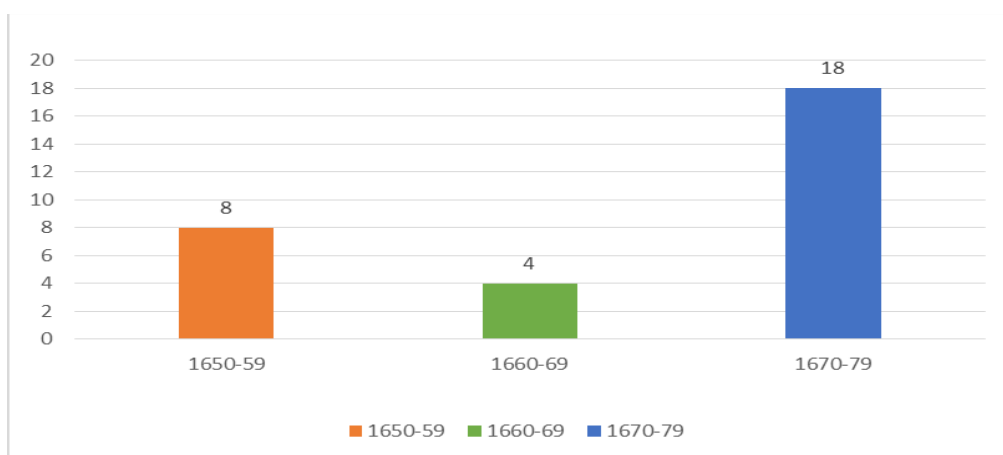
<sup>15</sup> *Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou* [sic], 1669. DHBN, vol. 5, pp. 207-216.

<sup>16</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 294v-295v.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

terras indígenas aumentaram de forma significativa em relação às décadas anteriores, apontando para um acúmulo de experiências dos senhorios em relação ao território, mas também colocando em ação a demarcação da fronteira defensiva no recôncavo.

Gráfico 3 - Cartas de sesmarias requeridas nas terras indígenas (1650-1679)



Fonte: veja-se Gráficos 1 e 2.

No que se refere à geografia das movimentações, importa ter noção acerca do espaço percorrido pelas expedições sertanistas. Das sesmarias da década de 1670 mensuradas no Gráfico 3, 16 estavam próximos aos principais rios do recôncavo baiano, como o Paraguaçu (9), Jiquiriçá (3), Capivari (1), Jaguaripe (1), Rio das Contas (1) e Rio das Velhas (1), locais de onde partiram a maior parte das expedições iniciadas na década de 1650.

Uma maior concentração pode ser percebida entre os rios Jiquiriçá e Paraguaçu, seguindo alguns dos afluentes deste, como o Paratigi e Capivari. Essas terras dizem respeito a uma importante conquista para os colonos, frente aos povos maracás. Estas ocorreram nos primeiros anos da década de 1670 e foram comandadas pelo sertanista Estevão Baião Parente, capitão-mor dos paulistas e nomeado em 1678 “governador de todo o gentio” (Puntoni, 2002: 122). Dessa forma, partes dessas terras foram distribuídas entre os participantes da entrada. Ainda como recompensa, muitas mercês foram concedidas aos chefes paulistas, com a concordância do governador-geral ao

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

pedido destes de se criarem duas povoações e que estas “servissem de pião” para contenção dos territórios limítrofes as aldeias de índios. Porém, apenas Baião Parente ficou na Bahia, fundando a vila Santo Antônio da Conquista.

Esse acordo ficou registrado em algumas cartas de sesmarias, como a do capitão Manuel de Hinojoza, que requereu em maio de 1673 quatro léguas de terra justamente entre os rios Paraguaçu e Jiquiriçá<sup>17</sup>. Nesta carta o provedor-mor Antônio Lopes de Ulhôa refere-se ao requerente como uma “das pessoas que mais tem trabalhado nesta guerra do sertão”. Na carta de confirmação, também lhe faz referência “por ser um dos capitães que, na conquista dos bárbaros, tem servido com satisfação”. Dessa forma, Ulhôa mencionou o “assento que se fez com os paulistas quando foram chamados para esta empresa”. Em concordância com o próprio Hinojoza, que cita a Companhia de Santo Antônio da Conquista na sua carta, o provedor-mor indicou que o capitão contribuiu para a expedição encabeçada por Baião Parente<sup>18</sup>. Meses após essa concessão e já estabelecido nessas terras, o capitão Manuel de Hinojoza foi promovido em outubro de 1673 a “capitão de toda a gente branca”<sup>19</sup>.

Conquistadas pelas expedições lideradas por Baião Parente, as terras das aldeias dos maracás também foram repartidas em outras concessões de sesmarias. Uma área de três léguas foi doada ao capitão Manoel da Costa da Câmara, e mais outra ao tenente-general da artilharia Luís Gomes de Bulhões, ambos descobridores do “sertão que ocupava o gentio bárbaro”<sup>20</sup>. Os religiosos do Convento da Nossa Senhora do Carmo também receberam quatro léguas. Como justificativa para aquinhoar parte dessas terras, alegaram tê-las descoberto e provido um membro da instituição que passou a atuar como capelão dos índios<sup>21</sup>.

Outra doação também citou nominalmente a terra dos maracás e o objetivo de ocupá-las. Trata-se da sesmaria de uma légua requerida coletivamente para Antônio de Sousa de Menezes, João da Costa e Pedro Rodrigues “que com a conquista que Vossa

---

<sup>17</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 222v-224v.

<sup>18</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fls. 222-224.

<sup>19</sup> *Patente do posto de capitão de toda a gente branca, da Vila e Povoação de Santo Antonio da Conquista, provida em Manuel de Inojosa [sic]*, DHBN, vol. 12, pp. 294-295.

<sup>20</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fls. 26-27.

<sup>21</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 32v-33v.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Senhoria mandou fazer ao gentio se descobriam”<sup>22</sup>. Uma década depois, os índios ainda representavam uma ameaça para os sesmeiros e a tomada de posse das terras das aldeias dos maracás feita por Manuel de Hinojosa garantiu que outros sesmeiros buscassem se estabelecer naquele território. Foi assim que, em 1683, Pedro Garcia Pimentel representou ao governo geral solicitando 12 léguas de terras próximas a aldeia dos maracás, confrontando com as sesmarias do capitão Manuel de Hinojosa. Apesar de a área requerida exceder o que era permitido pela resolução régia, a qual autorizava que se doasse cinco ou seis léguas para cada peticionário, tanto o procurador quanto o provedor-mor da Fazenda Real foram unânimes em afirmar que se deveria conceder o que se pede:

“porque o lugar em que se pede é fronteiro aos bárbaros, que até o presente infestam o Recôncavo desta Bahia, e corre muito risco toda a despesa que se fizer para povoar as tais terras, se a qualquer morador se podem dar as ditas 5 ou 6 léguas desimpedidas, e sem risco de perderem a fábrica que meterem para as povoar, não é muito onde houver o tal perigo se concedam mais léguas, particularmente concedendo no suplicante as razões certo próximas que aponta”<sup>23</sup>.

A construção das fronteiras sertanejas também pode ser mensurada através da estimativa dos colonos que justificaram os seus pedidos de sesmarias, estivessem localizadas em terras indígenas ou não, através da sua participação na confrontação das nações indígenas que resistiam nas zonas fronteiriças, conforme poderá ser visualizado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Sesmarias concedidas a peticionários que alegavam participação nas guerras contra o gentio (1650-1680)



Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Fonte: veja-se Gráficos 1 e 2.

O Gráfico 4 apresenta o momento no qual mais concessões foram feitas em recompensa aos serviços prestados por indivíduos implicados nos conflitos contra as nações indígenas. Não é coincidência que a promessa feita por Sousa Freire em 1669, na qual as terras indígenas seriam repartidas entre aqueles que mais as merecessem, pode ser demonstrada nas 29 doações feitas na década de 1670, comprovando que houve um forte incentivo por parte do governo geral em recompensar os súditos que colaboraram no avanço das fronteiras luso-brasílicas sobre os territórios indígenas.

A estrutura retórica utilizada pelos peticionários para solicitar as sesmarias aponta claramente seus serviços nos combates contra os povos indígenas. Nas petições, os sesmeiros expressaram suas modalidades de participação, lembrando ao governo geral que eram merecedores das terras por terem feito “casas e armazéns para recolherem os mantimentos”<sup>24</sup>, por “descobrir no sertão os gentios bárbaros”<sup>25</sup>, por “ter vindo de São Paulo para a conquista do sertão”<sup>26</sup>, dentre outras alegações. Em algumas cartas, pode-se flagrar que as terras requeridas estavam localizadas “no sertão que hora [se]

---

<sup>24</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fls. 28-29v.

<sup>25</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fs.130-131v.

<sup>26</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fls. 36-37.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

conquistou do gentio bárbaro”<sup>27</sup> ou por ser “fronteira ao gentio bravo”<sup>28</sup>, portanto, havia uma clara percepção de que aquela área era uma região típica de fronteira.

Algumas trajetórias dos peticionários podem nos dar uma noção sobre como, nestas circunstâncias, a reiteração das lógicas subjacentes à economia do dom através da prestação de serviço militar era não somente valorizada, como também estruturava uma ação política do governo geral em relação à territorialização e fixação dos colonos nas terras indígenas. Acontece que esses serviços não podiam ser realizados individualmente, no que pese o facto de que nem todos os homens que participavam das entradas eram recompensados igualmente, mas de acordo com sua qualidade social. Isso nos leva a refletir sobre o peso e a importância das redes clientelares para o funcionamento das jornadas ao sertão. Ademais, essas redes também apareciam nos pedidos de sesmarias feitos coletivamente. Na década de 1670, das 42 petições apresentadas ao governo da Bahia, 13 tratavam de pedidos coletivos que envolviam dois ou mais concessionários e que reuniram um total de 27 indivíduos. Na impossibilidade de mencionar todos os casos, apresentaremos apenas duas situações emblemáticas que demonstram os expedientes de atuação e as redes clientelares estabelecidas entre os sesmeiros. O capitão-mor Agostinho Pereira Bacelar alegou “lutar contra a guerra que se faz ao gentio brabo, e anda ocupado na condução das farinhas que Vossa Senhoria manda conduzir ao sertão para aquela guerra”<sup>29</sup>, e assim requereu terras na Barra do rio Paratigi. O sertanista participou das tropas nas jornadas do sertão desde 1651 ao lado do seu irmão Gaspar Rodrigues Adorno e foi justamente nesta região que recebeu as terras. Novamente em 1669, com a patente de capitão-mor, liderou tropas ao interior dos campos do Aporá, na margem sul do Paraguaçu, contra os tapuias que promoviam descidas e assaltos no recôncavo<sup>30</sup>. Sua notória carreira foi mencionada na carta de sesmarias, decerto para reforçar, se é que isso era necessário, seus méritos para receber as terras. Assim, escreveu que “tem servido a Sua Alteza muitos anos com sua pessoa e fazendas nas [jornadas] do sertão em todas as que se [apareceram], que é bem notório, sem até agora ter recebido satisfação alguma”. O secretário de Estado Bernardo Vieira

---

<sup>27</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 43-44.

<sup>28</sup> DHBN, vol. 18, pp. 339-341.

<sup>29</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 22v-23v.

<sup>30</sup> *Cartas Patentes*, julho e agosto de 1669. DHBN, vol.12, pp. 40-49.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Ravasco parecia estar ciente dos méritos de Agostinho Pereira e enfatizou que “o suplicante é pessoa que tem servido a Sua Alteza em muitas ocasiões, particularmente nesta guerra que se faz ao gentio brabo, e, de presente, anda ocupado na condução das farinhas que Vossa Senhoria manda conduzir ao sertão para aquela guerra”<sup>31</sup>. Em 1681, Maria Pereira, viúva do capitão, ao requerer mais terras na vargem da vila de Cachoeira, informou que seu marido expôs “muitas vezes sua vida na conquista do gentio bárbaro, em cujas mãos morreu violentamente”<sup>32</sup>, revelando aspectos dramáticos das investidas contra os territórios indígenas.

Manuel Fernandes Ferreira, ajudante na guerra ao gentio bárbaro na qual levantou “casas e armazéns para recolherem os mantimentos entregados [*sic*] aos cabos da conquista”, juntamente com o oficial maior da secretaria do Estado, Antônio Garcia, obteve 2,5 léguas de terras em agosto de 1673 no rio Paratigi. Essas terras tinham como referência as do capitão-mor Agostinho Pereira, citado anteriormente. A documentação ainda informa que o sesmeiro participou “por segunda e terceira vez a jornada do sertão” ao “gentio bárbaro pelos roubos que faziam aos moradores deste recôncavo”<sup>33</sup>. Possivelmente, trata-se das jornadas que ocorreram na década de 1650, pois Manuel Fernandes, dentre outros expedicionários que serviram naquelas jornadas, foi mencionado pelo potentado Antônio Guedes de Brito na sua declaração de terras, na qual informou que suas fazendas deram suporte às primeiras tropas luso-brasílicas levantadas contra os “índios que habitavam o sertão” (Santos, 2010: 127).

O capitão-mor e sertanista Tomé Dias Lassos, em 1656, comandou tropas nas jornadas do sertão que afligia o recôncavo e, em 1662, liderou a expedição na guerra do Orobó. Juntamente com Francisco Barbosa Leal, requereu sesmarias à beira do rio Paraguaçu sob a justificativa de estar “[...] presente nos expedientes das tropas de guerra que Vossa Senhoria mandou contra o gentio brabo estes 3 anos [...]” e mencionou “poder povoar as ditas terras dentro do tempo que depõem o regimento por causa dos assaltos, que dava o gentio bravo por aquelas partes”, indicando, além da participação em expedições, a condição fronteira da terra requerida<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fls. 22v-23v.

<sup>32</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 203-204.

<sup>33</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 28-29v.

<sup>34</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fls. 53-54.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

São inúmeros os exemplos dos indivíduos que fizeram questão de colocar nas suas petições os serviços prestados nas guerras de conquistas. Este ato retórico deixa à mostra que o *making off* da fronteira era feito de serviços militares, redes clientelares e da difusão de uma memória histórica dos atos daqueles indivíduos, que ficaram registrados nas petições de sesmarias. O resultado pode ter sido a demarcação de um escudo de defesa do recôncavo baiano em relação às ofensivas indígenas. A iminência da perda desses territórios era alarmante frente às reações dos grupos tapuias. Isto fazia com que a administração colonial fosse estratégica em relação à ocupação das fronteiras para a proteção dos assentamentos dos sesmeiros. Dessa maneira, a posse da terra foi a recompensa política para aqueles que atuaram na guerra contra os povos indígenas.

Esta dinâmica de conquista e expulsão dos indígenas de suas terras também trouxe benefícios para outros pleiteantes a sesmeiros, mesmo que estes não estivessem envolvidos diretamente nas guerras contra os tapuias. A análise minuciosa das cartas revela o funcionamento de uma rede de informações que circulava entre os peticionários, de modo que o afastamento das nações indígenas deixava o terreno livre para aqueles que tinham interesses e cabedal para expandir suas propriedades. O pedido feito pelo alcaide-mor da cidade da Bahia, Francisco Félix Meneses, em 1683, nas terras dos maracás e, novamente, próxima à sesmaria de Manuel de Hinojosa, confirma a circulação de informações e a concepção de que “se povoando se evitava o dano que o gentio bárbaro fazia às terras circunvizinhas”<sup>35</sup>. Este sesmeiro também recebeu dez léguas de terras no rio Jiquiriçá, portanto, nesta como em outras cartas de sesmarias, há evidências de que a conquista dos maracás, seguida pela doação oficial das terras, tinham sido um fator de peso para assegurar aos senhorios coloniais o acesso aos territórios que um dia foi dos indígenas.

De mesma forma, Francisco Rebelo de Macedo, seus filhos Francisco Rebelo, Maria e Inácia, assim como o sobrinho Vasco Marinho Pereira, indivíduos da mesma família e pertencentes à açucarocracia baiana, solicitaram oito léguas em quadra nas “proximidades do rio Paraguaçu [...] nos campos ao poente desta cidade, no sertão que hora se conquistou do gentio bárbaro”<sup>36</sup>. Os irmãos Domingos Afonso Sertão e Julião

---

<sup>35</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 220-221.

<sup>36</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 43-44.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Afonso Serra também solicitaram 3,5 léguas em quadra para cada um no rio das Velhas, na “terra que ocupa o gentio brabo em um rio chamado Guarem, pela língua do gentio”<sup>37</sup>.

Estes exemplos chamam atenção para a agência dos sertanistas na dinamização das fronteiras, expressando bem a ideia de que havia um espaço para tais jogos de poder. Os sertanistas foram indivíduos comprometidos em grande medida em fazer funcionar uma administração periférica que ia além do poder dos oficiais régios. Os sertanistas compreendiam a importância de sua atuação nas áreas “periféricas”, como um canal para os fluxos globais de governança, administração e aumento das receitas para a coroa, fomentando uma maior possibilidade de diálogos entre governo local e a coroa (Conceição & Bieber, 2022; Conceição, 2024). Como foi abordado, o *making off* nas fronteiras sertanejas certamente implicava convergências que mobilizavam indivíduos de posições e qualidades sociais diversas. As cartas de sesmarias mostram que os requerentes estavam em ação no território, ou seja, não se tratava de proprietários absenteístas que faziam solicitações de terras que conheciam virtualmente, ao contrário, estavam disputando cada pedaço de chão e, apoiados pelos oficiais régios, insistiam na ocupação das terras e no avanço da ocupação em territórios indígenas. Por fim, a dinamização das fronteiras sertanejas, intensificada após o fim da guerra holandesa e início das expedições da década de 1650 foi uma resposta frente a necessidade de diversificação econômica e fortalecimento da governabilidade por parte da administração colonial. Através das redes clientelares, sesmeiros de estatuto social mais elevado puderam se beneficiar, consolidando seu prestígio e poder local. Assim, o sertão deixou de ser apenas uma fronteira geográfica e tornou-se um espaço de construção de poder (Conceição, 2018).

#### **4. Povoar a fronteira com gado**

Para além do claro objetivo das sesmarias em povoar o território ou torná-lo útil através do cultivo, a criação de gado apareceu como uma finalidade econômica recorrente nos requerimentos de sesmarias da década de 1670. O gado constituía um

---

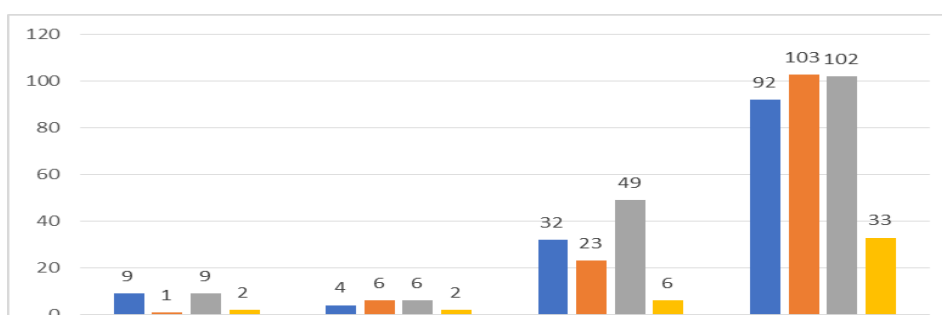
<sup>37</sup> ANRJ, Códice 427, vol.1, fls. 69-70v.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

artigo de boa rentabilidade econômica, tendo em vista que todos os rolos de tabaco que se embarcavam para qualquer parte do Atlântico eram enviados encourados. O gado ainda era bastante útil nas moendas dos engenhos e servia para movimentar os carros de bois, equipamento indispensável na lavoura, pois facilitava o transporte dos fardos de cana de açúcar, mandiocas e a exploração das madeiras. Por fim, era recurso essencial na alimentação das freguesias de toda a capitania e das tropas em guerra. A definitiva ampliação da criação de gado para os sertões esteve diretamente conectada à abertura da fronteira, pois, através da concessão de sesmarias, permitiu a formação de uma vasta rede de propriedades em meados do século XVII. A finalidade e as intenções para o aproveitamento das terras são informações que aparecem com frequência nos pedidos de sesmarias, de modo que consideramos relevante mensurar as intenções mais recorrentes dos peticionários nas décadas analisadas. Contudo, uma advertência se faz necessária. A finalidade de uso da terra explicitada nas petições dos sesmeiros não exprime de forma literal a produção econômica advinda da ocupação e nem tampouco há garantias de que houve uma imediata produção, fosse para o comércio ou subsistência. Trata-se muito mais de dar sentido ao pleito da terra e torná-la útil, um dos princípios da legislação sesmarial.

Note-se que, com frequência, os peticionários indicam mais de uma finalidade para o uso da terra, o que nos levou a fazer uma harmonização das categorias para compreender quais foram os termos mais recorrentes que justificavam os pedidos. Dessa forma, verificou-se que “povoar, lavrar a terra e criar gado”, “povoar e criar gado”, “povoar e lavrar a terra”, “povoar e cultivar”, foram as intenções que apareceram com mais frequência nas petições. Para além de uma fórmula normativa, essas intenções expressam uma gramática social corrente no contexto de dinamização das fronteiras. Em várias situações, o peticionário já estava efetivamente ocupando a área, sobretudo com gado, e o pedido buscava oficializar a posse e assegurar os direitos de uso da terra (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Finalidades de uso da terra mencionadas nas cartas de sesmarias (1551-1719)



Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Fonte: veja-se Gráficos 1 e 2.

Observa-se que na contabilização geral das doações de sesmarias registradas no período (1551-1719), os termos mais recorrentes foram cultivar (103) e povoar (102), seguidos da criação de gado, que foi mencionada 92 vezes no conjunto de 234 cartas concedidas entre 1551 e 1719. Por fim, o termo “aproveitar” aparece em 33 justificativas de solicitação de terras. Essa conjuntura de alegações muda na década de 1650, tendo o gado mais proeminência, seguido do povoamento. Posteriormente, a década de 1660 apresenta o cultivo e o povoamento como as finalidades mais citadas e, na década de 1670, o povoamento e o gado se constituíram nas finalidades mais recorrentes nas cartas. A similaridade entre a década de 1650 e 1670 também nos faz refletir acerca do início das expedições ao sertão e a sua intermitência, portanto, aponta para a natureza instável da conquista. As resistências indígenas constituíram um dos principais entraves aos senhorios, fazendo diminuir, sobretudo no sertão, o número de sesmarias concedidas na década de 1660. Na década seguinte, após a organização de entradas militares patrocinadas pelo governo geral com vistas a fortalecer a expulsão do gentio, a justificativa de instalar propriedades para criação de gado torna-se substantivamente recorrente. Portanto, na década de 1670, “povoar e criar gado” apareceu 32 vezes nas intenções de uso da terra, uma média acima de qualquer outra década. Esta recorrência evidencia que a implantação de currais de gado foi um dos expedientes de ocupação de frentes pioneiras, portanto, como elemento formador de fronteira (Santos, 2010: 218).

A criação de gado em larga escala demandava algumas especificidades, dentre elas a necessidade de criar os animais em áreas extensas, o que resultava no facto de que os criadores tendiam a ocupar regiões mais interioranas, nas quais fosse possível deixar

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

o gado em pastos abertos, já que a proximidade do rebanho junto às plantações de cana, mandioca e tabaco poderia comprometer a produção. Ademais, uma das queixas dos moradores eram os frequentes roubos que os índios faziam aos rebanhos, portanto, cada vez mais os requerentes argumentavam a necessidade de obter mais terras para criar o gado. As regiões próximas aos rios do Recôncavo eram as mais utilizadas como locais de paragem e engorda dos rebanhos que desciam dos sertões do rio de São Francisco e da Jacobina. Portanto, os pastos deviam ser próximos de fontes de boas águas, recurso natural imprescindível para a subsistência dos homens e dos comboieiros.

Para exemplificar essa assertiva, todas as cinco cartas relativas ao supracitado povoamento de Santo Antônio da Conquista, território maracá conquistado sob a liderança de Estevão Baião Parente e dividido entre os partícipes da guerra, estabelecem a criação de gado como uma das finalidades. Decerto não era a única finalidade, como alegou o capitão Manoel de Hinojoza, que solicitou terras com a intenção de “povoar e criar gados”<sup>38</sup>, no que foi seguido por Luís de Sousa de Marques, pelo Convento da Nossa Senhora do Carmo, pelo capitão Antônio de Sousa de Menezes, por João da Costa e Pedro Rodrigues Moreira, pelo capitão Manoel da Costa Câmara e o tenente general da artilharia, Luís Gomes de Bulhões, que enfatizavam suas intenções de “povoar, lavrar a terra e criar gado”<sup>39</sup>.

Francisco Rebelo Macedo, lavrador e proprietário de fazenda de canas e escravos, requereu em 1673, para si, seus três filhos e sobrinho, oito léguas em quadra, sob a finalidade de “povoar e criar gado”. Na carta, mencionou que o território “nos campos ao poente desta cidade, no sertão que hora se conquistou do gentio bárbaro”, tratava-se de um espaço de fronteira<sup>40</sup>. O capitão Sebastião Gonçalves Aranha, lavrador e de uma tradicional família pertencente à açucarocracia baiana, requereu em 1673 três léguas nas “terras no sertão que hora se conquistaram ao gentio bravo” sob a finalidade de povoar e criar gado<sup>41</sup>. O curral de gado foi elemento de fronteira, quando por vezes foi a principal via de abertura de caminhos e fixação de povoamento, daí o uso de “povoar e criar gado”, expressão que na maioria das situações apontava para a ocupação do território

<sup>38</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 222v-224v.

<sup>39</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 31-34v.

<sup>40</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 41v-42.

<sup>41</sup> ANRJ, Códice 427, vol. 1, fls. 45-46.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

em disputa, já que a reação das populações indígenas colocava constantemente os moradores numa condição de entrincheiramento e vulnerabilidade. Ademais, o mercado de gado surgiu nessas circunstâncias como uma economia em expansão. A consolidação desses circuitos foi efetivada nas décadas seguintes, quando, no século XVIII, o preço do gado vacuum era superior ao valor das terras, que, por sua vez, também eram valorizadas em função de benfeitorias realizadas para a manutenção dos rebanhos (Ribeiro, 2009: 262). Portanto, o pasto e a criação de gado foram centrais para a dinâmica de ocupação dos sertões baianos no século XVII, funcionando como vetores de expansão territorial na construção de uma malha que conectou o sertão da Bahia às capitanias do norte, especialmente à capitania do Piauí e Maranhão. Funcionou também como fonte de abastecimento e cumpriu a função de demarcar zonas de fronteiras entre territórios luso-brasílicos e indígenas. Esse processo, contudo, veio acompanhado de conflitos, subutilização das terras e desafios relacionados à governança de áreas vastas e escassamente povoadas.

## 5. Considerações finais

A análise das cartas de concessão de sesmarias na capitania da Bahia entre os anos de 1650 e 1680 suscita questões sobre a natureza conflituosa e contingente dos marcos de fronteiras, permeadas pelas práticas normativas de doações de sesmarias e suas adaptações às realidades locais. O artigo pretendeu dar visibilidade as décadas de conflitos de terras entre colonos e nações indígenas que remontam ao início do século XVII, mas que teve na década de 1670 o momento de maior inflexão com o aumento exponencial de doações de sesmarias realizadas pelo governo geral para a montagem de marcos de fronteiras nos sertões da Bahia. Esse processo envolveu afastar os indígenas dos caminhos que conectavam as várias áreas do recôncavo, assegurar aos peticionários o acesso aos principais rios do recôncavo e instalar unidades de criação de gado.

Nas disputas para assegurar os marcos de fronteiras, as notícias sobre as resistências indígenas nos chegaram através dos relatos dos colonos e dos documentos produzidos pelo governo geral. As petições inclusas nas cartas de sesmarias e os documentos produzidos pelos oficiais régios fizeram circular das realidades locais para o centro político do império informações sobre as queixas dos moradores e a

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

contraofensiva dos índios. Embora as fontes utilizadas neste estudo tenham sido produzidas pelos colonos, temos importantes evidências de que as agências indígenas funcionaram conforme suas habilidades e recursos disponíveis. Assim foram recorrentes os relatos de que os “bárbaros” escondiam-se nos matos e utilizavam o arco e a flecha em emboscadas nos episódios de guerra brasílica. Muitas foram as queixas de que o “gentio bravo” agia com violência e seus assaltos e roubos provocavam prejuízos consideráveis às propriedades dos colonos. Além disso, souberam tirar vantagens quando buscavam secretamente informações com os índios “mansos” que viviam entre os moradores das vilas e freguesias do recôncavo. Por fim, estavam a todo tempo na condição de fronteirizos e de vizinhança dos enclaves luso-brasílicos, ou o que também parece ser plausível, viram seus espaços tapuias tornarem-se fronteira dos empreendimentos dos colonos, que constantemente queriam aumentar as áreas de suas propriedades.

As questões que emergem das disputas de fronteiras também aparecem quando analisamos os expedientes oficiais de concessões de terras. As doações de sesmarias transcenderam a simples aplicação da legislação e funcionaram como ferramentas políticas para o fortalecimento de alianças e reforço de redes clientelares entre os sesmeiros e o governo geral. Em diversas ocasiões, as autoridades régias na Bahia atuaram oferecendo suporte logístico e jurídico para a conquista de territórios a contrapelo das resistências indígenas. O estudo apresentado suscitou questões sobre como os pleiteantes a sesmarias transitavam entre a posição de sesmeiros – pois foram agraciados com as doações - e a de senhorio colonial, pois, sendo moradores, reivindicavam para si o direito de apropriação violenta dos espaços indígenas. Especialmente a partir de meados do século XVII, a doação das sesmarias seguia alinhamentos geopolíticos e as práticas relacionadas à posse e usos da terra estavam longe de serem uniformes ou plenamente reguladas. Sobretudo no contexto de expansão da conquista territorial as doações de terras emergem como recompensas por serviços militares prestados na guerra contra os índios, evidenciando estratégias emaranhadas entre as normas e as práticas sociais. Estes expedientes permitiram que indivíduos ou grupos influentes moldassem as políticas de terras de acordo com suas ambições, consolidando vastos latifúndios e fortalecendo posições dentro da hierarquia social.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Assim o extermínio e a escravização das populações indígenas não foram apenas consequências da expansão colonial, mas elementos estruturantes desse processo. Esses confrontos abriram espaço para a instalação de fazendas de gado nos sertões da Bahia, consolidando novas fronteiras econômicas e territoriais que vigoraram nas décadas seguintes.

## Fontes

### Banco de dados das cartas de sesmaria

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 427, vols. I-II.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. vols. 13-16; 18-22; 70; 80.

### Arquivo Histórico Ultramarino

Bahia. Luísa da Fonseca. Cx. 20, doc. 2331.

Bahia. Luísa da Fonseca. Cx. 23, Doc. 2737-2738.

Bahia. Luísa da Fonseca. *Representação dos moradores da Bahia queixando-se de ataques do gentio bárbaro que destrói os engenhos*. Bahia, 20 de junho de 1662.  
Cx. 16, doc. 1868.

### Fontes impressas

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1928-1955. 111 vols.

FREIRE, Felisbello (1998[1906]), *História territorial do Brasil*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

### Fontes eletrônicas

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

PLATAFORMA SILB. *Sesmarias do Império Luso – Brasileiro*. [consulta em 03/02/25]. Disponível em: [Plataforma SILB \(ufirn.br\)](https://www.ufirn.br/).

## Bibliografia

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira (2007), *Converting land into property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th century*, Tese de Doutorado, Baltimore, Johns Hopkins University.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira (2022), *Senhorios Coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa*, Niterói, RJ, Editora Proprietas.

BARROS, Rafael dos Santos (2021), *Os sertões em movimento: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia Colonial (1651-1720)*, Tese de Doutorado em «História Social», Salvador, Universidade Federal da Bahia.

BONFIM, Alexandre Gonçalves do (2016). *As capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu: administração, direito de propriedade e poder na América portuguesa (c1530-c16330)*, «Dissertação de Mestrado», Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 201 f.

BIEBER, Judy; CONCEIÇÃO, Hélida Santos (2022), “Beyond the municipal council: pluricontinental frontier towns in the hinterlands of Bahia and Minas Gerais” in MOTA, M. S.; ATALLAH, C. A.; DOMINGUEZ, R. C. (eds), *Portuguese colonial cities: local dynamics, global flows (c.1500-1900)*, Buenos Aires, Editorial Teseo, pp.151-172.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. (2018), *O Sertão e o Império: As vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII*, Tese de Doutorado em «História Social», Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos (2024), “A agência sertanista e a produção de uma gramática política das conquistas nas fronteiras da América portuguesa, século XVIII” in GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELO, Isabele de Mattos

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

Pereira de (eds.), *Brasil, África e Ásia na monarquia portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Mauad, pp. 405-429.

DIAS, Hiquel Moreira (2024). *Ocupação e conflitos de fronteiras nas concessões de sesmarias na capitania da Bahia*. «Monografia», Licenciatura em História, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas.

DUVE, Thomas (2022), “Legal History as an Observation of Historical Regimes of Normativity”, *Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory Research Paper Series No. 2022-17*, [Consulta em 09/02/2025]. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=4229345](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4229345).

FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Fátima (2001), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GAMA, Mailson Moreira dos Santos (2025), *Economia socioecológica da exploração de salitre nos sertões da Capitania da Bahia (1670-1808)*. «Dissertação» Mestrado em História, Programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas.

HERZOG, Tamar (2018), *Fronteiras da posse: Portugal e Espanha na Europa e na América*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

HESPANHA, António Manuel (1993), *La Gracia del derecho: Economía de la cultura en la edad moderna*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid.

KRAUSE, Thiago (2015), *A formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista*, Tese de Doutorado em «História Social», Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LANGFUL, HAL Hal (2014), “Frontier/Fronteira: A Transnational Reframing of Brazil’s Inland Colonization”, *History Compass*, vol. 12, n. ° 11, pp. 843–852, [Consulta em 07/02/25]. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/hic3.12200>.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

MAIA, Lígio de Oliveira (2009), “Índios a Serviço d’El Rei: manutenção da posse das terras indígenas durante o avanço da empresa pastoril na capitania do Ceará (c. 1680-1720)”, in PALITOT, Estevão Martins (org.), *Na mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza, Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, pp. 61-85.

MATTOS, Waldemar (1953), *Contribuição ao estudo das sesmarias no Brasil*. Centro de Estudos bahianos, Salvador-Bahia.

MORAES, Antonio Carlos Robert de (2001), “Bases da formação territorial do Brasil”, *Revista Geografares*, n.º 2, pp. 105-113, [Consulta em 07/02/2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.7147/GEO2.1145>.

MOTTA, Márcia (2013), “Sesmeiro”, in José Vicente Serrão, Marcia Motta, Susana Munch Miranda (Dirs.), *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL.

NEVES, Erivaldo Fagundes (2005), *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil. Alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*, Salvador, EDUFBA; Feira de Santana, UEFS.

NEVES, Erivaldo Fagundes (2008), *Uma comunidade sertaneja da sesmaria ao minifúndio. (Um estudo de história regional e local)*, 2º ed. revista e ampliada, Salvador, EDUFBA; Feira de Santana, UEFS.

PUNTONI, Pedro (2002), *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp.

PUNTONI, Pedro (2013), *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)*, São Paulo, Alameda.

RIBEIRO, Alexandre Vieira (2009), *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750-c.1800)*, Tese de Doutorado em «História Social», Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Hélida Santos Conceição, Hiquel Moreira Dias – *Entre a carta e a flecha: Senhorios coloniais e indígenas nas fronteiras dos sertões da capitania da Bahia (1650-1680)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 77-113.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a4)

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos (2010), *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*, Tese de Doutorado em «História Social», São Paulo, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Solon Natalício dos (2011), *Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)*, Dissertação de Mestrado em «História Social», Salvador, Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Teixeira da; Carlos Francisco (1997), “Pecuária e formação do mercado interno no Brasil – colônia”, *Revista Estudos, sociedade e agricultura*, n.º 8, pp. 119-156,

[Consulta em 25/01/25]. Disponível em:

<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/108/104>.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

**Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a  
Guerra de Espanha**

**Bridges without borders: memory and solidarity in the Minho region during the  
Spanish War**

**Ponts sans frontières : mémoire et solidarité dans la région du Minho pendant la  
guerre d'Espagne**

**Puentes sin fronteras: memoria y solidaridad en la región del Miño durante la  
Guerra de España**

Duarte Viana  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
duarteviana2002@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho propõe uma aproximação ao significado da Ponte Internacional de Valença na História, a partir do processo de fundação dos estados nacionais e, especialmente, na Guerra Civil de Espanha. Concomitantemente, contrapõe-se uma memória pública de guerra que, no contexto do conflito e de agudização da repressão, contou uma história alternativa a partir da memória. A solidariedade prestada aos refugiados da guerra nesta região estabelece uma identidade modelada por um processo de socialização política. A ponte internacional é, neste sentido, um vínculo mediador entre história e memória, abrindo um leque de potencialidades para uma escrita da história que abarque diferentes perspetivas.

**Palavras-chave:** fronteira, práticas de resistência, Guerra Civil de Espanha, memória.

**Abstract:** This paper proposes an approach to the significance of the Valença International Bridge in history, starting from the process of founding nation states and especially during the Spanish Civil War. At the same time, it opposes a public memory of the war which, in the context of the conflict and the intensification of repression, told an alternative history through memory. The solidarity given to refugees from the war in this region establishes an identity shaped by a process of political socialisation. The international bridge is, in this sense, a mediating link between history and memory, opening up a range of potentialities for writing history from different perspectives.

**Keywords:** border, resistance practices, Spanish Civil War, memory.

**Résumé :** Cet article propose une approche de la signification du pont international de Valença dans l'histoire, à partir du processus de fondation des États-nations et en particulier pendant la guerre civile espagnole. En même temps, il s'oppose à une mémoire publique de la guerre qui, dans le contexte du conflit et de l'aggravation de la répression, a raconté une histoire alternative de la mémoire. La solidarité accordée aux réfugiés de la guerre dans cette région établit une identité façonnée par un processus de socialisation politique. Le pont international est, en ce sens, un lien médiateur entre l'histoire et la mémoire, ouvrant un éventail de potentialités pour écrire l'histoire à partir de perspectives différentes.

**Mots clés :** frontière, pratiques de résistance, guerre civile espagnole, mémoire.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

**Resumen:** Este trabajo propone una aproximación a la significación del Puente Internacional de Valença en la historia, a partir del proceso de fundación de los estados nacionales y especialmente durante la Guerra Civil española. Al mismo tiempo, se opone a una memoria pública de la guerra que, en el contexto del conflicto y del endurecimiento de la represión, contó una historia alternativa desde la memoria. La solidaridad prestada a los refugiados de la guerra en esta región establece una identidad moldeada por un proceso de socialización política. El puente internacional es, en este sentido, un vínculo mediador entre la historia y la memoria, abriendo un rango de potencialidades para escribir la historia desde diferentes perspectivas.

**Palabras clave:** frontera, prácticas de resistencia, Guerra Civil española, memoria.

## 1. Introdução

Elemento legitimador da soberania, a relação entre o Estado e a Nação, em consonância com a sua definição territorial e soberana sobre um «Povo» constitucionalizado, assentava na delimitação fronteiriça - a hifenização do Estado-Nação (Thiesse, 2000). A fronteira, como apontam Paula Godinho (2009) e Dulce Simões (2016), dadas as circunstâncias de afastamento entre as necessidades locais e a legislação central, é uma estratégia de sobrevivência perante o processo de centralização estatal. Pautada por discursos, mais ou menos conflituivos, entre o Estado Central e as comunidades locais, a fronteira é, nesta aceção, um espaço de várias histórias.

Segundo estes pressupostos, visa-se uma análise da ponte internacional de Valença do Minho. A fotografia retrata, desde a perspetiva do observador, a travessia para o Estado espanhol. Por cima do espetador, o tabuleiro superior da ponte destinado ao tráfego ferroviário e, olhando em frente, a aparente travessia do tabuleiro inferior, destinado a peões e automóveis, para território espanhol onde se pode denotar a antiga estrutura dos funcionários do estado vizinho, nomeadamente, da entidade aduaneira.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)



**Figura 1:** ponte internacional de Valença do Minho. Fonte: Acervo pessoal, 27/12/2024

A ponte é, por um lado, símbolo de modernização política e económica. A inserção do projeto de modernização dos meios de comunicação enquadra os alvares da revolução industrial portuguesa e, de igual modo, as diferentes etapas das relações diplomáticas entre os estados da península ibérica, tal como a definição dos limites jurídicos da soberania estabelecidos pelo Tratado de Lisboa de 1864.

Por outro lado, subvertendo os princípios da hifenização dos estados nacionais e dos canais autorizados de comunicação entre ambos, as populações raianas, durante as suas decisões quotidianas, propuseram novas práticas de organização social (Godinho, 2009). É a memória de uma «cultura de orla» ou uma «cultura de fronteira» que se visa integrar na história a partir dos atores sociais que, cruzando a fronteira de forma mais ou menos ilegal, no auxílio às povoações adjacentes nos momentos convulsos, preservaram uma memória contra-hegemónica da «história dos vencedores» (Benjamin, 2017). O contrabando, o trapiche e as redes de solidariedade são o seu apanágio, integrando a história e a memória da ponte Internacional de Valença do Minho durante os sucessos da Guerra de Espanha.

São três os momentos de análise: em primeiro lugar, contextualiza-se a construção da ponte internacional de Valença e o seu enquadramento económico e político, conferindo o seu significado nos inícios da modernidade e na fundação de uma «cultura de fronteira»; seguidamente, caracteriza-se como se desenvolve a Guerra Civil de Espanha na localidade; por último, associado ao ponto anterior, analisa-se a memória

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

pública da localidade raiana, a sua inserção teórico-metodológica e a sua relação com a história, através da ponte internacional.

Propõe-se como eixo orientador, seguindo os preceitos benjaminianos (Benjamin, 2010), que a história deve ser contada nos modelos da crónica, ou seja, valorizando tanto os eventos políticos referentes ao Estado, quanto os pequenos acontecimentos do quotidiano. Esta abordagem procura dissolver hierarquias entre acontecimentos históricos, enfatizando que ambos são basilares para uma compreensão do passado. Assim, este ensaio não visa uma síntese integral da história da ponte sobre o Minho, mas a sua problematização enquanto elemento mediador da história e da memória. A crónica, neste sentido, torna-se um meio de resgatar narrativas subalternas e perspectivas esquecidas, promovendo um deslocamento na pesquisa histórica.

## **2. Fronteiras das múltiplas pertenças**

Valença do Minho é um dos sete concelhos do distrito de Viana do Castelo que estabelece fronteira com o estado espanhol. É pela sua geografia, localizada nas margens do rio Minho, uma fronteira definida segundo as vias fluviais que circunscrevem a norte, o território português e galego, concretamente, a província de Pontevedra.

O empreendimento da ponte, foi acordado entre os dois estados em 1879, findas as negociações em 31 de maio de 1881, cabendo ao Estado Espanhol a construção dos seus estribos e pilares, enquanto o Estado português se encarregava da construção dos tabuleiros da ponte. As obras, iniciadas a 15 de novembro de 1881, foram terminadas no ano de 1884 e submetidas a testes de resistência dinâmica, concluídos para inauguração em março de 1886 (Neves, 1990). O projeto enquadra a segunda fase (Mendes, 1992)<sup>1</sup> de uma, não pouco ambígua, revolução industrial portuguesa. As alterações estruturais que esta propiciou, como o desenvolvimento dos transportes, a modernização das instituições e o alargamento ou aperfeiçoamento dos mercados da terra, do trabalho e capital (Reis, 1992), marcam uma vertente económica e política do projeto da ponte sobre o rio Minho, não esgotando os seus múltiplos significados.

---

<sup>1</sup> Sobre as diferentes fases da Revolução Industrial Portuguesa, veja-se Mendes, 1992.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

A ponte marcou o advento da modernização económica e institucional de Portugal no século XIX, aperfeiçoando as vias de comunicação do território e as suas ligações a mercados externos. Concomitantemente, é a marca indelével das ligações institucionais autorizadas dos estados ibéricos, da definição de uma economia nacional e a sua apoteose no ano de 1864, com a assinatura do Tratado de Limites. Não obstante, o significado da imagem é também de um confronto entre as pretensões do poder territorial dos Estados-Nação, especialmente em tempos de crise, com a circulação informal e a artificialidade dos seus limites que, subvertidos pelas comunidades raianas do noroeste da península (Godinho, 2021; Simões, 2016, 2009), habitam o tabuleiro inferior da ponte internacional de Valença do Minho. São estas pistas do passado que, ocultas pela superação dos tempos, revelam um esforço cosmético no qual o Estado moderno se fundava, a soberania intemporal sobre o território (Thiesse, 2000).

Como propunha Peter Sahlins: “a criação de um Estado territorial é uma das componentes do Estado-nação moderno” (Sahlins, 1996 *apud* Simões, 2009: 217). A delimitação da fronteira, no plano nacional, é assinalada pelo Tratado de Limites de 29 de setembro de 1864. Este surge, no século XIX, como uma reivindicação dos Estados Modernos, contínuos e indivisos, exercerem a soberania sobre um povo e um território, através das linhas que o demarcam - a fronteira.

Justificado pela necessidade da superação de conflitos de comunidades locais e da supressão das economias informais, nomeadamente o contrabando, o Tratado transparece três discursos discerníveis. Em primeiro lugar, dos agentes locais em oposição aos Estados Centrais e à arbitrariedade da fronteira; o discurso dos técnicos e peritos que ordenam o território, cartografando-o; e por último, o discurso centralista que afirma a clarificação da fronteira para a defesa dos interesses do Estado, numa ótica central (Godinho, 2009: 85). Não coincidentes, estes discursos revelam a conflitualidade entre o discurso do centro e as práticas da periferia latentes nas regiões limítrofes mostrando, como assinala Benedict Anderson (2005), que a nação repousa numa «comunidade imaginada» submetida à dialética entre o local e o central. Este último, com uma forte tendência de homogeneização.

Assim, a fronteira enquadra estratégias associadas às formas de apropriação do espaço limítrofe definido segundo uma «fronteira política» (Marcusi Férrea, 1999 *apud*

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

Simões, 2009), remetida para o discurso centralista, e uma «fronteira quotidiana» assente nas práticas e decisões das populações locais. Tal como apontam Wilson e Donnan (1998 *apud* Simões, 2016: 127) a fronteira é constituída por três elementos: a fronteira legal que separa e une os Estados; pelas estruturas organizacionais do Estado (pessoas e instituições de coerção) que o demarcam territorialmente; e pelas populações que aí residem e encerram múltiplos significados associados à pertença a nações ou estados, desenvolvendo práticas específicas de sobrevivência. Estes modos específicos são derivados de uma mediação entre Estado e fronteira, na qual a ponte e a sua construção se enquadram neste processo. Aproveitada pelos cidadãos raianos, através de formas subtis e quotidianas de resistência, da ironia e da dissimulação, predominantes em períodos

“de transição entre as formas de organização pré-capitalista, prevaletentes na prática ou na memória dos habitantes desta zona da raia, e a modernidade, com o cessar dos tributos feudais e uma perseguição acrescida às modalidades de função comunal da terra” (Godinho, 2009: 86).

A fronteira e a construção da ponte representam a dominação do Estado sobre um território político-administrativo que modela as estratégias de resistência das populações locais (Godinho, 2009). A relação da Raia e das suas populações com o Estado central é sempre submetida a uma dialética específica, obedecendo a ciclos conjunturais que pautam a atuação do Estado e dialogam com as práticas locais para a sua subsistência. Durante a década de 1930, a resistência e a solidariedade local desafiaram o discurso central, emanado de um Estado fascizante, no auxílio aos refugiados espanhóis.

### **3. A guerra na fronteira do Minho**

O ano de 1936 foi fundamental para a consolidação do regime, marcando o momento de rendição dos militares liberais conservadores nas Forças Armadas ao setor político das direitas salazaristas, que se afirmaram hegemónicas desde 1933 (Rosas, 2013). Simultaneamente, o eixo orientador das relações diplomáticas luso-portuguesas sofreu uma alteração paradigmática, como aponta Manuel Loff (2008). O discurso do centro adotou, para justificar o apoio ao lado franquista, a tese da bolchevização da

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

Espanha, sob o pretexto de que daí decorreria uma «ameaça vermelha» ou o «perigo espanhol» com tendências federativas, culminando na anexação do território português (Loff, 2008).

O refugiado espanhol, figura derivada de um fluxo de «emigração política» originado pela guerra civil <sup>2</sup> (Rubio, 1979 *apud* Simões, 2009: 221), é, numa conceção de Estado, portador de um ideário marxista, capaz de subverter a ordem instituída e de gerar uma «contaminação ideológica» no território nacional (Loff, 2008). Neste contexto, Fábio Faria (2018) sublinha a diminuição das travessias fronteiriças, resultado da atividade repressiva do Estado Novo nestas regiões, voltada para a figura do refugiado espanhol.

A repressão passou a desempenhar um duplo propósito: apoiar os franquistas através de apoio logístico na eliminação de bolsas de resistência nos territórios recentemente ocupados (Lanero Táboas *et al.*, 2009), sem que, no entanto, houvesse um reconhecimento *de jure* (Oliveira, 1987); e impedir a «contaminação ideológica» do território nacional, mantendo o processo de consolidação do regime. Dulce Simões (2016) designou este processo como «dois pesos, duas medidas».

À escala nacional, a «fronteira política» (Marcusi Férrea, 1999 *apud* Simões, 2009: 217) constituiu uma preocupação do novo regime, resultando na reorganização da Guarda Fiscal e da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, e na formação da sua Secção Internacional (Cunha, 2006). No período anterior à guerra, já havia um reforço dos postos fronteiriços (Simões, 2016), seguido de um aumento da presença militar durante o conflito na região Minhota<sup>3</sup>.

A estes organismos somaram-se as instituições e administrações locais na regulação das travessias da fronteira (Faria, 2018), sendo evocada a necessidade de cumprimento assíduo do Tratado de Limites. Dias depois da tomada da vila tudense, na margem oposta do rio Minho, o Presidente da Comissão Administrativa de Valença do Minho endereçou

---

<sup>2</sup> A problemática da emigração e do refúgio a que nos referimos é de interesse histórico, mais do que diplomático, enquadrando-as a partir da lente discursiva do regime fascista português.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Interior - Gabinete de Ministros. Correspondência recebida e expedida pelo Gabinete do Ministro 1917/ 1936. Correspondência recebida e expedida sobre a guerra civil de Espanha 1936. Dois aviões sobrevoaram Valença. Mç. 481. 26 de julho de 1936.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

uma carta ao novo *Alcalde* de Tui, agora sob uma junta de comandos militares (Rodríguez Gallardo, 2008), solicitando a vistoria dos marcos de fronteira das margens do rio Minho, conforme o artigo 25º do referido tratado<sup>4</sup>. Tratava-se de um processo de extensão do Estado às regiões mais afastadas dos centros de poder, confinadas às zonas limítrofes.

Esta presença, militar, paramilitar e administrativa, teve impacto nas práticas quotidianas da raia, ou seja, na «fronteira quotidiana» (Marcusi Férrea, 1999 *apud* Simões, 2009: 217), que se viu obrigada a adaptar-se às novas circunstâncias do conflito. Lanero Táboas (2009) sublinha que, entre 1936 e 1945, uma série de medidas dos estados ibéricos introduziu novas estratégias de reprodução económica nas povoações raianas. Também a presença de refugiados foi uma novidade com repercussões sociais, políticas e económicas no funcionamento dessas comunidades

O contrabandista, figura típica da fronteira, passou a desempenhar uma nova função no plano conjuntural. Solicitados como *pasadores*, eram portugueses a trabalhar em terras galegas ou espanhóis a trabalhar no norte de Portugal. Aproveitaram-se das redes de sociabilização bem estabelecidas no trabalho clandestino, exigido pelo contrabando, para a transferência de refugiados. Daqui decorreram alterações económicas, com a presença e permanência de refugiados no território português, através das remessas pagas pelos refugiados e pelo fim da contingência política com a presença habitual de agentes anti-franquistas no território (Táboas *et al.*, 2009).

A documentação do estado permite descobrir peças de histórias incompletas e silenciadas que uma memória pública preenche. A 26 de Julho de 1936 o general Augusto Manuel Farinha Beirão transmite, ao Ministro do Interior, o telegrama enviado pelo comandante da 5ª Companhia do Batalhão nº 4 da Guarda Nacional Republicana estacionado em Valença. Nele constam relatos de fogo de metralhadora e artilharia, uma canhoneira republicana fundeada no rio Minho de bandeira branca hasteada. Ao largo da ponte, barricadas eram levantadas no posto fronteiriço de Tui. A Companhia de Infantaria

---

<sup>4</sup> Arquivo Municipal de Valença (AMV), Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 30 de julho de 1936, pp. 37.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

3 era mobilizada para a praça de Valença perante o conflito no lado adjacente da fronteira<sup>5</sup>.

No Governo Civil e na Comissão Administrativa a correspondência expedida, interpretada segundo os critérios de Fábio Faria (2018) sobre o papel da vigilância administrativa, e cruzada com os estudos de Angel Gallardo e Lanero Táboas<sup>6</sup>, indica uma mediação das instituições na aplicação da repressão. É a partir destas instituições que se procede à reorganização das forças de vigilância na fronteira. A análise da documentação sublinha o papel mediador da Comissão Administrativa na aplicação das normativas de Estado e o seu papel central na reorganização das forças de segurança na fronteira.

A partir de 24 de julho de 1936, a administração da vila endereça uma comunicação à PVDE, assegurando «o melhor desejo de cooperação quanto dependa do âmbito das minhas legais atribuições»<sup>7</sup>. Em agosto, estão transitados os processos burocráticos para a anexação do baluarte da Lapa ao quartel da Guarda Nacional Republicana na vila. Este processo de mobilização das instituições locais mostra a sua preponderância na negociação entre o arrendatário do baluarte e o Conselho Administrativo dos comandos do batalhão nº4 da GNR, estacionados no Porto e com atividade na região<sup>8</sup>. A linha ferroviária passaria a ser fiscalizada, responsabilizando-se o presidente da Comissão Administrativa pela construção de uma barraca alfandegária na estação, com vista ao controlo do tráfego transfronteiriço<sup>9</sup>.

A nível distrital, é importante sublinhar a função do Governo Civil, que, durante a Guerra, se encarrega da criação de sistemas de impedimento legal à entrada de

---

<sup>5</sup> ANTT, Ministério do Interior - Gabinete de Ministros, Correspondência recebida e expedida sobre a guerra civil de Espanha 1936, Dois aviões sobrevoaram Valença, Mç. 481, 26 de julho de 1936.

<sup>6</sup> Ángel Gallardo (2008) e Lanero Táboas (2009) falam das “batidas” que visavam a caça de refugiados espanhóis em território português, articulando as forças de segurança lusas e nacionalistas. Concomitantemente, a estrutura de controlo da fronteira espanhola sofre reorganização nos anos 50, contando, do lado português, com uma estrutura organizada e eficiente (Lanero Táboas *et al.*, 2009).

<sup>7</sup> AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 24 de julho de 1936, p. 34.

<sup>8</sup> AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 4 de agosto de 1936, p. 39.

<sup>9</sup> AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 22 de agosto de 1936, p. 44.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

refugiados espanhóis conotados com a Frente Popular<sup>10</sup>. Os entraves administrativos a este nível eram associados à negação de vistos de residência. Os entraves legais “aos súditos espanhóis, indocumentados pelas suas autoridades consulares ou vice-consulares, que se declarem refugiados políticos<sup>11</sup> visavam assim a seleção do perfil ideológico do refugiado.

Chegava a guerra à raia e ressoava, no ano de 1936, o som dos combates da margem tudense do rio Minho. A documentação pouca referência faz aos tempos subsequentes, aos impactos na vivência das populações da raia e à sua atuação durante o conflito. A guerra civil de Espanha marcou o advento de novas formas conjunturais de imposição do Estado e de resistência. Uma metodologia de História Oral (Cardina, 2012)<sup>12</sup> e a análise das memórias familiares permite enquadrar as suas práticas e as intenções dos seus atos durante o período em escrutínio.

A memória insurge como um mecanismo de resistência contando práticas alheias à atuação do Estado e fazendo da ponte um lugar de memória pensado além da identidade nacional. O seu resgate, especificamente as que remetem a ponte durante a Guerra Civil de Espanha através do contrabando e do acolhimento de refugiados, é ilustrativo de uma história oposta àquela que oficialmente é contada e o seu cruzamento dá conta de processos complexos que oscilam entre a atuação de Estado e das populações raianas. Estes sujeitos históricos individuais, locais e comunitários atravessaram a ponte contando algo mais que um princípio de modernização político, social e económico ou entendem os refugiados do conflito como uma ameaça, tal como o Estado Novo os definira.

#### **4. Memórias da guerra entre-linhas**

Memória e escrita da história partilham estruturas comuns (Catroga, 2001). É a memória que orienta os princípios chave da escrita da História ditando o que deve, ou

---

<sup>10</sup> César Oliveira (1987) propunha que a seleção dos refugiados espanhóis que poderiam entrar no país era feita na base de preceitos ideológicos. Apenas se reivindicavam refugiados aqueles que eram perseguidos pelas instituições nacionalistas, ou seja, os militantes e apoiantes da Frente Popular.

<sup>11</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC), Governo Civil de Viana do Castelo, 8.52.4.2 - 15, Correspondência Recebida respeitante a estrangeiros, 30 de julho de 1937, p. 39.

<sup>12</sup> Sobre metodologia de História Oral veja-se Cardina, 2012: 21 - 43.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

não, ser recordado socialmente (Traverso, 2012). É no quadro de um processo de «socialização política»<sup>13</sup> que, nos contextos de repressão e nas práticas que contra ela se desenvolvem, se enquadram as memórias recolhidas. Estas compõem o que Robert Frank (2004) definiu como memória pública. Esta é parte integrante da memória coletiva, representando

“essa parte difusa, indefinível e flutuante da memória colectiva ou, se preferirmos a expressão de Henry Rousso, com a ‘memória difusa’ é a aposta fundamental dos portadores das outras memórias acima referidas, ou seja, as memórias organizadas, que tudo fazem para a procurar, influenciar e conquistar” (Frank, 2004: 132).

Para Enzo Traverso (2012: 71), há uma divisão entre memórias fortes e memórias fracas. A primeira integra o discurso oficial, das instituições e do Estado, enquanto as segundas são escondidas e interditas compondo uma memória que, durante o Estado Novo, havia sido subalternizada pela memória forte da «guerra de libertação da Espanha», encobrindo os rastros da vivência raiana durante o conflito. A relação dialógica entre memória e História, associando os conceitos, permite o resgate das memórias fracas da guerra civil, típicas de lugares raianos. Catroga (2001) propôs que a memória é um ato de alteridade que concatena a vertente social e individual que compõem a vivência do sujeito o que envolve ter em conta a memória forte e a memória fraca da guerra, na formação de uma memória pública raiana que delimita o seu processo de ressignificação.

A criação de práticas de resistência ao Estado e, a elas adjacente, a memória tornam-se um fenómeno paralelo à sua totalização e instituição de uma memória oficial do conflito, dentro dos parâmetros definidos por James Scott (1985) de «armas dos débeis»<sup>14</sup>. Este processo de fundação identitária, baseado na oposição a uma entidade

---

<sup>13</sup> “A expressão socialização política é usada para indicar o conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições. Tendências, emoções, atitudes perante os vários objetos da política, aptidões cognitivas e expressivas necessárias ao agir político, tudo isto é, portanto, considerado como resultado de um processo de formação-aprendizagem social [...]” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998: 1202 - 1203).

<sup>14</sup> Por «armas dos débeis» o autor enquadra as práticas quotidianas de resistências das populações rurais e industriais que “no ridículo, na truculência, na ironia, nos pequenos actos de incumprimento, no arrastar das raízes, na dissimulação, na mutualidade resistente, na descrença nas homilias elitistas, nos esforços constantes e esmerados para se manter contra as adversidades - um espírito e uma prática que evitam o pior e prometem algo melhor” (Scott, 1985: 383).

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

política, ou seja, através de um processo de «socialização política», entende a formação de uma memória pública, que permeia a memória forte da guerra que, apesar da falta de um estudo sistematizado, foi abordado por Manuel Loff (2006) no âmbito historiográfico.

A censura de obras publicadas, em Portugal, referentes à Espanha de Franco e à guerra civil perdurou até à queda do regime em abril de 1974 e o cunho das publicações sobre o tema durante este período “foram prolíferos na publicação de obras mais ou menos memorialísticas de autores portugueses, na sua grande maioria jornalistas, que relatavam empolgadamente aquilo que, enquanto salazaristas, entendiam ter sido a «Guerra de Libertação de Espanha»” (Loff, 2008: 3). Na década de 1980, pelo ex-dirigente salazarista, Franco Nogueira, e no final do século, pelas declarações de Veríssimo Serrão, há uma mudança, operada pelo setor neosalazarista, que assentava no negacionismo da cumplicidade do Estado Novo com o lado franquista (Loff, 2008). Deste modo, a memória da Guerra de Espanha serviu, em inúmeras ocasiões como elemento instrumental, da direita à esquerda, em diversos debates políticos.

Não obstante, em Barrancos (no Baixo Alentejo) e em Cambedo da Raia (na fronteira transmontana), foram criados mecanismos de apoio aos refugiados, enquadrados pelas autoras Dulce Simões (2016) e Paula Godinha (2021) nas práticas de resistência e solidariedade. Os estudos de Ángel Gallardo (2008) e Lanero Táboas (2009), sobre a região da raia luso-galega, defendem posições análogas, na territorialização da raia luso-galega, utilizando a posição privilegiada do contrabando na subversão económica, social e política durante o conflito. A história oral, e a seleção de memórias permitiu, nestes casos, detetar uma memória fraca circunscrita às localidades a que se referem.

A ausência de um processo de ressignificação histórica impediu a análise, seja ela coesa ou fragmentada das memórias da localidade minhota. Sem embargo, foi possível subtrair elementos que se enquadram nas práticas de resistência, trazendo novas perspetivas associadas à conceptualização da memória e ao potencial da sua natureza. Numa primeira instância, interpreta-se a prevalência do contrabando na região, obedecendo a fatores conjunturais (Lanero Táboas *et al.*, 2009) de identificação coletiva com a prática, como nos indicam os testemunhos de Ilídio Rocha (Rocha, 1984: 40-57) e

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

Cristina Pedrosa. A última define concretamente o tipo de produtos contrabandeados, com ênfase no transporte de farinha, café, ovos e açúcar<sup>15</sup> com uso de mandranas<sup>16</sup>.

O autor Lanero Táboas (2009) entende que o contrabando obedece a fatores conjunturais de desenvolvimento, associados tanto a questões económicas e de subsistência, quanto a fatores sócio-políticos ao nível da infrapolítica. Apesar de ser demonstrado como um fenómeno de cariz económico, em períodos como a Guerra Civil de Espanha, o contrabando compôs um elemento de resistência política, através de uma identidade local que, neste contexto de conflito, se demarca da memória portuguesa amplamente vinculada à narrativa da «guerra de Libertação da Espanha» (Loff, 2006: 16) e ao negacionismo neosalazarista.

Foi, no entanto, nos trilhos secundários, desconhecidos à maioria, que se criaram percursos de auxílio à fuga de refugiados, fixando redes de solidariedade que se estendiam por todo o território nacional (Godinho, 2021; Lanero Táboas, *et al.*, 2009; Simões, 2016). A fronteira revelou-se mais permeável do que se poderia supor, permitindo a recordação das práticas e do conflito.

A «cultura de fronteira» praticada no quotidiano das populações raianas subverte a «fronteira política», da legalidade e das instituições (Wilson & Donnan, 1998 *apud* Simões, 2016: 217) através da formação dessas redes de sociabilidade, familiares e de amizade, como no caso familiar de Cristina Maria Pedrosa. Foi do lado materno que o avô galego e a mãe portuguesa apoiaram a fuga de muitos familiares que desertaram do serviço militar no bando franquista, o que, como assinala César Oliveira (1987), foi central no contexto do refúgio após 1937. Permanecendo na casa da família durante parte do conflito

“O tio Daniel foi para o Brasil, mas antes de ir para o Brasil ele alistou-se no exército, era da cavalaria e um dia caiu partiu um braço e ficou em casa e depois desertou porque não queria e então fugiu aqui para Valença, para a casa da irmã, a minha avó. [...] Eu conheço pessoas, já faleceram, mas conheci, que se instalaram aqui em Valença fugidas da guerra.

---

<sup>15</sup> “Portanto a minha avó paterna trabalhava em... no trapiche, podemos considerar trapiche naquela altura era contrabando, que era um contrabando de farinha, café, ovos, açúcar. Tanto de cá para lá, como de lá para cá vinha o peixe. Nessa altura era considerado tudo contrabando.” Entrevista a Cristina Maria Pedrosa (Valença, dia 5 de Janeiro de 2024).

<sup>16</sup> As mandranas, símbolo do contrabando (ou trapiche, como é denominado localmente) no noroeste da península, eram aventais compartimentados para ocultar a passagem de bens alimentares como os descritos anteriormente.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

O café dos galegos, foram dois irmãos que fugiram, eram da zona de Ourense, e vieram para aqui, montaram um café e o outro montou uma tasquita e a partir daí nunca mais voltaram, fixaram-se aqui” (Entrevista a Cristina Maria Pedrosa, realizada em Valença, dia 5 de janeiro de 2024).

São também mencionados outros casos de fixação residencial em Valença durante a Guerra Civil. Gaspar da Silva indicou, na entrevista recolhida, que também ele conhecera galegos *fluxidos*<sup>17</sup> ao conflito e fixados em território raiano, com quem desenvolveu uma relação de amizade no período posterior<sup>18</sup>. Neste contexto, Paula Godinho (2021) sublinhou que o estabelecimento da residência em Portugal era, em primeiro lugar, um ponto de partida para a deslocação a outras partes do mundo em busca de exílio.

Tornam-se evidentes as fraturas ou incapacidades do Estado em manter as diretrizes do governo central, assim como a convivência das instâncias locais com a fuga e fixação de certos grupos de refugiados. Estes elementos são essenciais para a sobrevivência e subsistência das comunidades locais, apontando também para prenúncios de resistência e subversão da «fronteira política» por uma «fronteira quotidiana», nomeadamente nos momentos convulsos da Guerra Civil de Espanha. O contrabando ou o trapiche, como forma de sobrevivência no mundo rural ou de alcançar uma vida melhor, o apoio prestado aos refugiados galegos e a travessia da fronteira num período convulso, foram formas de resistência quotidiana durante o conflito. Um processo de «socialização política» em curso através da formação identitária em oposição à atuação de uma entidade política delimitada subsiste na interação entre «fronteira política» e «fronteira quotidiana». Esta interação tem, como se propõe, expressões dinâmicas consoante circunstâncias históricas. A agudização da repressão é central na compensação e reformulação das práticas quotidianas permitindo, durante o conflito, a modelação de uma memória contra o discurso institucional que compõe a memória forte da Guerra Civil Espanhola. É este quadro de interações que a memória desvenda como elemento de resistência que orienta para o futuro através da sua transmissão (Seligmann-Silva, 2023)

---

<sup>17</sup> Denominação dos refugiados galegos da Guerra Civil Espanhola.

<sup>18</sup> Entrevista a Gaspar da Silva (Depoimento: Valença, dia 9 de março de 2024).

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

## 5. Conclusão

A ponte internacional de Valença do Minho representa não apenas um limite geográfico, mas também um espaço de resistência e adaptação das comunidades locais. Ao longo da história, especialmente durante a Guerra Civil Espanhola, as fronteiras tornaram-se locais de solidariedade, contrabando e resistência, onde as populações raianas desafiaram as imposições estatais. A memória dessas práticas, muitas vezes silenciada, revela a importância das ações locais na preservação da identidade e na construção de alternativas de convivência, desafiando a centralização do Estado. Assim, a ponte simboliza um elo entre as memórias fracas assentes em dinâmicas de resistência das populações locais frente às imposições do Estado.

Deste modo, uma análise detida da ponte internacional de Valença revela como a materialidade pode ser uma ferramenta para contar diversas narrativas, desafiando a história oficial alavancada por uma memória forte instituída pelo salazarismo. Em vez de considerar o papel dos objetos materiais na ressignificação da memória, este trabalho propõe uma relação inversa: é através das memórias das pessoas que viveram neste contexto que se revela o papel da ponte como um espaço de múltiplas vozes. Este, cruzando a história da fundação dos estados nacionais e da Guerra de Espanha numa memória mais focalizada, permite a composição da crónica proposta por Benjamin.

Pensar nos espaços comuns que compõem a fronteira quotidiana é também refletir sobre como os objetos e lugares podem resistir ao esquecimento e construir novas formas de pensar o passado além da perspetiva nacional, questionando memórias fortes através da introdução das memórias fracas no domínio da História.

### Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, Ministério do Interior - Gabinete de Ministros. Correspondência recebida e expedida pelo Gabinete do Ministro 1917/ 1936.

ANTT, Ministério do Interior - Gabinete de Ministros, Correspondência recebida e expedida sobre a guerra civil de Espanha 1936.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

Arquivo Municipal de Valença

AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 30 de julho de 1936, pp. 37.

AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 24 de julho de 1936, p. 34.

AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 4 de agosto de 1936, p. 39.

AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 22 de agosto de 1936, p. 44.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

ADVC, Governo Civil de Viana do Castelo, 8.52.4.2 - 15, Correspondência Recebida respeitante a estrangeiros, 30 de julho de 1937, p. 39.

## **Bibliografia**

ANDERSON, Benedict (2021), *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão dos nacionalismos*, Coimbra, Edições 70.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (1998), *Dicionário de Política* (11ª ed., vol.1), Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

CARDINA, Miguel (2012), “História Oral – caminhos, problemas e potencialidades”, in Paula Godinho (org.), *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 27-43.

CATROGA, Fernando (2001), *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto.

CUNHA, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Dom Quixote.

FARIA, Fábio Alexandre (2018), “Refugiados em Portugal: Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Revista Portuguesa de História*, 48, pp. 61–84, [consulta em 7/12/2024]. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_48\\_3](https://doi.org/10.14195/0870-4147_48_3).

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

FRANK, Robert (2004), “La memoria y la historia”, *Historia del Presente*, 3, pp. 129-134.

GODINHO, Paula (2008), *Ouvir o galo cantar duas vezes: Identificações locais, culturas de orla e construção de nações na fronteira entre Portugal e a Galiza*, Lisboa, Tigre de Papel.

GODINHO, Paula (2009), “Discursos palacianos e Resistências locais: o Tratado de Limites entre Portugal e Espanha 1864”, in Heriberto Cairo Carou; Paula Godinho; Xerardo Pereiro (org.), *Portugal e Espanha. entre discursos de centro e práticas de periferia*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 73-92.

GODINHO, Paula (2021), “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, in *Cambedo da Raia. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Lisboa, Tigre de Papel, pp. 69-164.

LANERO TÁBOAS, Daniel *et al.* (2009), “La «raia» galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)”, in Dulce Freire; Inês Fonseca; Eduarda Rovisco (eds.), *Contrabando na fronteira luso – espanhola: práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Nelson de Matos, pp. 57-87.

LOFF, Manuel (2006), “A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa”, *Ler História*, 51, pp. 77-131.

LOFF, Manuel (2008), *O Nosso Século é Fascista! O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1939)*, Porto, Mundo das Letras.

MENDES, José Amado (1992), “Etapas e Limites da Industrialização”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de leitores, pp. 354-367.

NEVES, António Manuel (1990), *Valença na História e na Lenda*, Valença do Minho, Câmara Municipal de Valença do Minho.

OLIVEIRA, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O jornal.

REIS, Jaime (1993), *O atraso económico português em perspetiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel (2008), “A represión franquista no concello de Tui”, in Xosé Maria Álvarez Caccamo *et al.*, *O Miño, unha corrente de memória*, Pontearreas,

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5)

Alén Miño, pp. 83-109, [consulta em 8/12/2024]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316940396\\_A\\_represion\\_franquista\\_no\\_conc\\_ello\\_de\\_Tui](https://www.researchgate.net/publication/316940396_A_represion_franquista_no_conc_ello_de_Tui).

ROSAS, Fernando (2013), *Salazar e o Poder - a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China.

SCOTT, James C. (1985), *Weapons of the weak. Everyday forms of peasant resistance*, New Haven, Yale University Press.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (2022), *A Virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, Campinas, Edições UNICAMP.

SIMÕES, Dulce (2009), “Ambiguidades e Ambivalências na fronteira Luso-Espanhola: o caso dos refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos”, in Heriberto Cairo Carou; Paula Godinho; Xerardo Pereiro (org.), *Portugal e Espanha. entre discursos de centro e práticas de periferia*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 215-235.

SIMÕES, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola: Resistência, Solidariedade e usos da Memória*, Lisboa, Edições Colibri.

THIESSE, Anne-Marie (2000), *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e debates.

TRAVERSO, Enzo (2012), *O passado, modos de usar: história, memória e política*, Lisboa, Edições Unipop.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

**Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial**

**Political alignments and editorial discourses: the Portuguese press, the Iberian Peninsula and the European border crisis in the prelude to the Second World War**

**Alignements politiques et discours éditoriaux : la presse portugaise, la péninsule ibérique et la crise des frontières européennes au préluce de la Seconde Guerre mondiale**

**Alineamientos políticos y discursos editoriales: la prensa portuguesa, la Península Ibérica y la crisis fronteriza europea en la antesala de la Segunda Guerra Mundial**

Paulo Cracel  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
ps14@edu.ulisboa.pt

**Resumo:** Este artigo analisa a construção discursiva da imprensa portuguesa no colapso de fronteiras na Europa de 1938, projetando a Península Ibérica como espaço simbólico e geopolítico. Apoiado num extenso *corpus* de jornais nacionais, o estudo realça diferenças nas linhas editoriais, revelando como os discursos da imprensa se ajustaram aos estímulos do Estado Novo. Centrado na cobertura dos eventos da anexação da Áustria e da crise dos Sudetas, serão evidenciados quadros noticiosos e a instrumentalização ideológica destes eventos para o reforço de uma unidade nacional envolta em valores de ordem, tradição e autoridade. Nessa lógica, a imprensa não se limitou a informar, configurou-se como instrumento de mediação política e cultural, espelhando e reforçando as estratégias discursivas do Estado Novo face à incerteza de um continente à beira da guerra.

**Palavras-Chave:** Fronteiras; Relações Internacionais; Pangermanismo; Iberismo; Imprensa.

**Abstract:** This article examines the discursive formation of the Portuguese press in the context of the collapse of European borders in 1938, representing the Iberian Peninsula as a symbolic and geopolitical space. Considering a large corpus of national newspapers, we have pointed out the editorial divergences connected to its political alignment which demonstrates how press discourses adjusted to the ideological stimuli of the Estado Novo. Using an analysis of the reporting mechanisms on the Austrian annexation and the Sudeten crisis we demonstrated the narrative constructs and ideological instrumentalization of these events in creating a national unity founded on values of order, tradition and authority. In this process, the press did not only recount facts and remain neutral but became a potential vehicle of cultural and political mediation, demonstrating and reinforcing the discursive strategies of the Estado Novo in the European context leading to a continent on the brink of war.

**Keywords:** Borders; International Relations; Pan-Germanism; Iberism; Press.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

**Résumé :** Cette étude s'intéresse à la construction discursive effectuée par la presse portugaise dans le contexte de l'effondrement des frontières européennes en 1938, en envisageant la péninsule ibérique comme un espace symbolique et géopolitique sur fond de tensions nationalistes. Grâce à un corpus substantiel constitué de journaux nationaux, elle montre que les lignes éditoriales sont marquées selon les alignements politiques des publications, révélant comment les discours de la presse se sont sociologiquement ajustés aux stimuli idéologiques de l'État Nouveau. En centrant l'analyse sur la couverture de l'Anschluss de l'Autriche et la crise des Sudètes, on met au jour les cadres narratifs et l'instrumentalisation idéologique des événements pour en faire les éléments d'une forge politique des valeurs d'ordre, de tradition et d'autorité de la nation face à la menace étatique national-socialiste. Sécurisée dans cette logique, la presse ne sera pas simplement informative. Elle affirme son rôle de passeur politique et culturel avec la volonté de l'État Nouveau de s'implanter solidement dans le cadre des incertitudes d'un continent au bord de la guerre.

**Mots-clés :** Frontières; Relations internationales; Pangermanisme; Ibérisme; Presse.

**Resumen:** El presente artículo da cuenta de la construcción discursiva que realiza la prensa portuguesa en el contexto del derrumbe de las fronteras europeas en 1938, constituyendo en su interior el espacio simbólico-geopolítico de la Península ibérica. Con perspectiva en el análisis de un amplio corpus de periódicos nacionales, el artículo manifiesta la diferencia editorial a favor de sus respectivos alineamientos políticos, puesto de manifiesto a través de la manera en la que los discursos de la prensa se someten ante los estímulos ideológicos del Estado Novo. Tomando como base la cobertura de la anexión de Austria y la crisis de los Sudetes, los marcos narrativos y la instrumentalización ideológica de las noticias analizadas son capaces de mostrar la manera en la que se van a reforzar tanto la unidad nacional como los principios de la misma a partir de orden, tradición y autoridad. En definitiva, la prensa en este caso se ocupó de informar, pero también de convertirse en un instrumento de mediación política y cultural, pero también en ser una expresión de las estrategias discursivas del Estado Novo en un contexto de incertidumbre de un continente dinamitado por la guerra.

**Palabras clave:** Fronteras; Relaciones Internacionales; Pangermanismo; Iberismo; Prensa.

## Introdução

O conceito de fronteira, bem como tudo o que em si encerra, tornou-se progressivamente mais intrincado perante o aumento da complexidade nas relações internacionais, área, aliás, onde se encontra ancorado o nosso estudo. Neste paradigma, as fronteiras surgem como um critério estruturante das competências internas dos Estados, delimitando a jurisdição interna do Estado e impondo “a liberdade e acção no interior do Estado” (Moreira, 1999: 295) já que “nenhuma nação se imagina a si própria como tendo os mesmos limites que a humanidade” (Anderson, 2021: 27). Neste sentido, a “territorialidade constitui a competência jurídica dos estados e as regras para a sua salvaguarda encontram-se dependentes da assunção sobre a existência de um território nativo estabelecido e fisicamente circunscrito” (Santos & Ferreira, 2012: 45). A posição

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

geográfica constitui-se assim como uma dimensão do poder estadual, no sentido em que a “extensão das fronteiras e a conflitualidade da vizinhança” (Moreira, 1999: 227) impactarão continuamente os assuntos de Estado.

Por aproximação ao conceito de fronteira associa-se um outro de enorme relevância: a nacionalidade. Não sendo possível “reduzir a «nacionalidade» a uma única dimensão, seja ela política, cultural ou outra” (Hobsbawn, 2004: 12), a nacionalidade encontra-se, de forma geral, intimamente relacionada com o espaço e o tempo do nascimento. Assim, notamos que o *jus soli* constitui apenas um dos critérios de atribuição de nacionalidade, o que nos permite concluir que se “os critérios fixados para adquirir a nacionalidade dependem da política que o Estado decide conduzir em matéria de imigração, a visão que o Estado tem da nação não pode ser descurada” (Boniface, 1997: 218). Para fundamentar a análise a seguir, adotamos o conceito de nacionalidade conforme Adriano Moreira o define:

“A origem deste sentimento de nacionalidade, que dá unidade existencial ao grupo com interesses próprios exigindo um poder político do seu seio, atribuiu-a a uma pluralidade de causas, agindo cumulativamente ou separadamente, no todo ou em parte, designadamente à cinto, a língua, a religião, os limites geográficos, a história comum, o orgulho e a humilhação partilhados historicamente em conjunto” (Moreira, 1999: 314).

Também o conceito de «Nação» se presta a discussões idênticas, no entanto, na definição de Benedict Anderson encontramos uma abordagem que dá voz à expressão do indivíduo dentro da sua comunidade, numa aplicação pragmática:

“Assim, num espírito antropológico, proponho a seguinte definição da nação: é uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação mas ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (Anderson, 2021: 25).

Historicamente, o nacionalismo que caracteriza a modernidade política não teria já raízes nos ideais liberais e igualitários do século XIX, uma vez que estes se encontravam associados ao *Risorgimento* e à autodeterminação dos povos, mas numa forma mais restrita e excludente de identificação coletiva, o “nacionalismo integral” (Schulze, 1996: 247). Este novo *ethos* elevava o egoísmo nacional acima de qualquer valor universal, traduzindo-se numa mudança de paradigma onde a razão de Estado se confundia com um enfático posicionamento da identidade nacional e de uma vocação histórica, ultimando

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

na ideia de que “Estado e Nação precisavam cada vez mais um do outro, e a razão de Estado foi-se confundido cada vez mais com o egoísmo nacional” (Schulze, 1996: 247), ancorando esta deriva nacionalista numa tensão fundamental entre a ansiedade quanto às ameaças externas e a compensação simbólica de uma missão nacional.

De um ponto de vista psicossociológico, encontramos na obra de Benedict Anderson (Anderson, 2021) importantes reflexões, em particular sobre a relevância do jornal, essa “«forma extrema» do livro”. O periodismo terá um espaço considerável de influência no nosso estudo, mas por agora importa notar que é responsável por “uma cerimónia de massas extraordinária: o consumo («imaginação») quase precisamente simultâneo do jornal enquanto ficção” (Anderson, 2021: 56). Fruto da sua publicação, existe “uma clara consciência de que a cerimónia por si praticada está a ser replicada simultaneamente por milhares (ou milhões) de outros de cuja existência está certo, mas de cujas identidades não faz a menor ideia” (Anderson, 2021: 56).

No período entre guerras, a imprensa assumiu-se como um meio de expressão daquilo que Eric Hobsbawn define como o “nacionalismo pós-1918”, revestindo-se de especial amplitude dado o transporte “para fora das áreas tradicionais nos debates fronteiriços, das eleições/plebiscitos e das exigências linguísticas” (Hobsbawn, 2004: 136). No caso português, notamos que a criação do Secretariado da Propaganda Nacional, em 1933, releva os esforços de instrumentalização da imprensa, operando para a sua transformação num mecanismo de governo, embora não do governo. Uma vez que este órgão operava na dependência de Salazar, renovamos a ideia da elevada preocupação do regime em moldar o que era conhecido quanto à vida da nação, dando corpo ao mantra «só existe o que o público sabe que existe», justificado num discurso perante os dirigentes da União Nacional, em 1938, complementando, ainda, que “politicamente tudo o que parece é, quer dizer, as mentiras, as ficções, os receios, mesmo injustificados, criam estados de espírito que são realidades políticas: sobre elas, com elas e contra elas se tem de governar” (Salazar, 1946: 27). De forma simples, observa-se que a “comunicação política no Estado Novo baseou-se essencialmente na propaganda” (Silva, 2009: 3111), alocada aos desígnios de António Ferro. Na realidade, o regime imprimiu à imprensa um cunho patriótico, com o propósito de “unir todos os portugueses no desígnio do

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

proclamado ressurgimento nacional” (Correia, 2021: 21). Neste sentido, José Barreto densifica esta noção, esclarecendo que:

“A longo prazo, com efeito, o regime de Salazar propunha-se operar uma revolução mental, "curando" a opinião pública e a imprensa das "influências deletérias" do passado, de modo a erradicar definitivamente o "vírus do partidarismo" e das "paixões políticas". A partir de 1936, veio sobrepor-se ou acrescer a essa censura de regime uma censura de período de guerra, em sustentação do posicionamento português perante os conflitos espanhol e europeu, enquanto por todo o continente iam desaparecendo os últimos bastiões da imprensa livre e da liberdade de expressão” (Barreto, 1999: 292-293).

Este “aparelho de compressão do pensamento e manipulação da opinião pública” (Barreto, 1999: 286), o bastião da conceptualização do ideário estadonovista enquanto elemento definidor das ideias políticas, encontrava-se intimamente ligado a uma arquitetura política quanto à utilização da imprensa como elemento capacitador de “uma pedagogia nacionalista cujas metas são a formação política e a formação do gosto” (Veríssimo, 2003: 100). Deste modo, o poder cultural, como identificado por Adriano Moreira, traduz-se em várias aceções e campos de ação, nomeadamente com a capacidade de orientar a opinião pública recorrendo à possibilidade de esta poder ser “influenciada de longe” (Moreira, 1999: 231). O aperfeiçoamento e sistematização dos sucessivos órgãos de propaganda do regime serviram para atingir o “objectivo supremo do governo – «Saber Durar»” (Baiôa, 2012: 163).

O alinhamento entre jornalismo e a ideologia do Estado Novo inscreve-se, nos finais da década de 1930, num quadro sistemático de instrumentalização dos *media* enquanto mecanismos modeladores da estrutura política e social, assente num esforço sistemático de reconfiguração da esfera pública e da produção jornalística. Esta nova política de informação não reproduzia integralmente a propaganda dos regimes italiano e alemão, muito embora se note que:

“Salazar não pôde, no entanto, esquivar-se a utilizar a propaganda com uma dupla função: uma comedita mobilização política e ideológica; uma pedagogia nacionalista cujas metas são a formação política e a formação do gosto. Para isso, necessitou de recorrer às ferramentas comunicacionais disponíveis à época, das quais se destacam os jornais, sintetizadores de opinião que, quando devidamente controlados, se tornam unificadores de espíritos” (Veríssimo, 2003: 101).

Assim, a imprensa foi assimilada, e de certa forma cooptada, por esta lógica de homogeneização ideológica. Ainda assim, a relação de Salazar com a propaganda poderá ser considerada, na melhor das hipóteses, como uma relação de “sentimentos

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

contraditórios” (Rosas, 2023: 37) – embora outros autores enunciem uma “desconfiança visceral” (Garcia, Alves e Léonard, 2017: 16) –, aproveitando a capacidade de penetração do periodismo, que tenderá a ser vista como um vetor de homogeneização ideológica e um mecanismo auxiliar na unificação dos espíritos pela sua capacidade de propagar os discursos oficiais, legitimando a ideologia estadonovista através da instrumentalização dos circuitos informativos porque “a «informação» figurava agora como meio essencial para dar a conhecer a obra do regime e, ao mesmo tempo, visar a formação política pública no quadro de uma cultura popular tradicional” (Tengarrinha, 2017: 384). Empoderado pelo que Anderson apelidou de “nacionalismo oficial” (Anderson, 2021: 215), o Estado Novo incorporou progressivamente o paradigma de que a ideia de “«nação» está hoje firmada em praticamente todas as línguas de imprensa, e o factor nacional é praticamente inseparável da consciência política” (Anderson, 2021: 177). A política, enquanto discurso e ação mobilizadora, surgia agora como um imperativo contextual, não tanto como uma escolha deliberada de Salazar, que se mostrava avesso à procura das massas. Assim, “recorrer à «política» era, portanto, uma triste necessidade dos tempos conturbados em que o Estado Novo se implantava” (Rosas, 2023: 37).

Incorporada nos cinco fatores principais do «saber durar» enunciados por Fernando Rosas (Rosas, 2023), a censura prévia inscrevia-se no perímetro da engenharia política do regime destinada a promover a durabilidade da ditadura por meio de uma tentativa de moldar a sensibilidade coletiva, promovendo mitos e instalando uma certa pedagogia invisível que se submeteria aos valores da ordem, da autoridade e da tradição. A captura da imprensa não se limitou à supressão de oposição e dissidências; implicou a elaboração ativa de conteúdos ajustados aos valores do regime, que preconiza uma operação política cuja subtileza ideológica não deve ser subestimada, tomando nota que:

“Esta visão centralizada do exercício do poder, gerada pela desconfiança profunda de Salazar para com os media, traduz-se também na repressão da heterodoxia das práticas da escrita, da leitura e da imagem, e, ao mesmo tempo, na promoção — tanto no estrangeiro como em Portugal — de uma produção de livros, artigos de imprensa e emissões radiofónicas e televisivas, desde que partilhassem dos princípios oficiais do regime” (Garcia, Alves & Léonard, 2017: 17).

A prática da censura remete à perceção de uma prática repressiva institucionalizada, porém induz a um processo progressivamente mais danoso e pernicioso: a autocensura. Este processo mental, profundamente assimilados pelos profissionais da comunicação,

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

terá sido uma das mais eficazes ferramentas de silenciamento, sendo, naturalmente, incentivada explicitamente pelas autoridades:

“À auto-censura apelam, por vezes, os próprios responsáveis pelos Serviços de Censura. Por exemplo, numa Circular confidencial dirigida aos Directores dos jornais, em Outubro de 1945, e em referência à submissão à aprovação prévia dos comentários aos actos do Governo, de administração geral ou local, bem como à apreciação da legislação publicada, afirma-se que (...) se espera “mais da auto-censura dos jornais do que da própria Censura oficial, que naturalmente irá diminuindo na medida em que se for sentindo desnecessária” (Veríssimo, 2003: 39-40).

O “pecado da imprensa” – nos termos de Raul Rego (Rego, 1974: 52) — residia na sua capacidade de projeção transversal em todos os sectores de vida nacional, justificando, assim, o seu controlo pelo regime. Nesse sentido, é importante observar que “a Censura não é invenção do regime instaurado em 28 de Maio de 1926. Não é. Apenas requintou a maneira da sua aplicação” (Rego, 1974: 15), sofisticando os instrumentos de vigilância e a normalização discursiva, transformando-a num instrumento exclusivo dos sectores dominantes, denunciando um entendimento da imprensa como uma tecnologia e um instrumento de poder, um meio de determinação da opinião pública e um meio cujo grau de liberdade representava uma ameaça à estabilidade ideológica do regime. Como demonstram Graça Franco (Franco, 1993) e Alberto Aarons de Carvalho (Carvalho, 1973), o efeito mais duradouro da censura foi o silenciamento estrutural da divergência e a cristalização de uma cultura jornalística marcada pela prudência, pela opacidade e pela abdicação quanto a um papel interventivo na esfera pública.

É nesta lógica de racionalização da dominação que deve ser entendida a política de informação do Estado Novo. A instrumentalização dos *media* pelo Estado Novo não pode, portanto, ser entendida apenas como repressão, mas antes como parte de uma estratégia complexa do regime, partindo do reconhecimento que, no caso em apreço, os jornais, formavam um dispositivo estruturante da realidade social e um operador fundamental para a constituição da ordem política. Nesse sentido:

“A História não pode ignorar a relevância dos *media* como construtores da realidade, como constituintes e entidades comprometidas com o processo político, social e cultural, uma percepção que justifica o que aqui se propõe fazer: tomar os *media* como bússola na interpretação de uma história possível do Estado Novo” (Garcia, Alves & Léonard, 2017: 19).

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

Para o nosso estudo foram consultadas todas as publicações do ano de 1938 dos periódicos «A Voz», «Democracia do Sul», «Diário da Manhã», «Diário de Lisboa», «Diário de Notícias», «Jornal de Notícias», «Novidades», «O Comércio do Porto», «O Século» e «República», recolhendo dados provenientes do noticiário internacional por excelência, embora não tenhamos enfeitado a extração de dados noutras secções – quando justificável. Esta amostra providencia uma ampla margem de análise, cobrindo uma dimensão adequada do território de Portugal Continental, englobando periódicos com diferentes públicos-alvo (imprensa nacional e imprensa regional) e com diferentes graus de aproximação ou permeabilidade ao Estado Novo. Neste eixo, colocaremos o «Diário da Manhã», propriedade da União Nacional, e o nacionalista «A Voz» como expoentes da proximidade ao regime, opondo-se às edições do «Diário de Lisboa» e «República», notoriamente oposicionistas.

### **Portugal e Espanha: povos irmãos, mas cautelosos**

No relacionamento peninsular entre Portugal e Espanha sempre persistiu ao eixo político e económico “uma vincada dimensão sentimental de amores e de ódios, de encontros e distâncias, que enraizou de parte a parte estereótipos plurisseculares” (Sardica, 2013: 13), existindo um peso histórico associado à memória histórica e coletiva de ambos os lados da fronteira que influenciou decisivamente as políticas internas e externas dos dois Estados. Neste seguimento, nota-se que os nacionalismos, como subproduto da nação, “surgem sempre como emanações de um passado imemorial.” (Anderson, 2021: 33). Tendo em consideração a condução da política externa portuguesa, será notória a existência de constantes na atuação, nomeadamente:

“a percepção contraditória entre o oceano e o continente europeu, concretamente entre o Atlântico e a Espanha, ou seja, afastamento estratégico voluntário em relação ao poder terrestre fronteiriço e a afirmação da vocação marítima do País; decorrente dessa realidade geopolítica, um conjunto de movimentos de longa duração histórica materializados nas alianças privilegiadas com a Inglaterra e a procura constante de diversificação das alianças externas em relação à Espanha, intentando objectivar uma soberania plena no contexto peninsular” (Lousada, 2007: 83).

No entanto, tal não implicará a aceção histórica de uma divisão fronteiriça portadora de carácter perpétuo, uma vez que ao relacionamento conflituoso que marcaram sucessivas épocas nas relações luso-espanholas também se seguiram numerosos movimentos quanto

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

à promoção de uma união ibérica – conceitos e movimentos que se situavam na esfera do conhecimento dos Governos dos dois Estados.

No período entre guerras, existiu um forte pendor reacionário português quanto às mudanças políticas dos regimes espanhóis. Com o eclodir da «Revolução Nacional» que instaurou a Ditadura Militar em Portugal, em 28 de maio de 1926, assistiu-se a uma aproximação dos governos, destacando-se o início, em 1927, das “conversações que permitiram que o ministro dos Negócios Estrangeiros da ditadura militar portuguesa assinasse o primeiro Acordo sobre o Douro Internacional” (Oliveira, 1995: 32). O entendimento era de tal forma fluído que o General Ivens Ferraz e o seu congénere Miguel Primo de Rivera encontraram-se em, 1929, discutindo “pontos de vista comuns aos dois governos sobre a crise na Europa e sobre a necessidade de deter o avanço do «comunismo internacional” (Oliveira, 1995: 33). Nesta redescoberta bilateralidade jogava-se, agora, o “equilíbrio geopolítico do triângulo Lisboa-Londres-Madrid” (Teixeira, 2023: 156). Aliás, neste campo, Abílio Pires Lousada refere que as relações peninsulares estariam num nível de importância que, no período em apreço, as “mais constantes e fortes relações bilaterais de Portugal foram as desenvolvidas com a Espanha, tendo Madrid feito sempre parte do triângulo diplomático de Lisboa onde se incluía Londres/Washington” (Lousada, 2007: 84).

A implantação da república em Espanha, em abril de 1931, teve o condão de afastar profundamente os regimes políticos. A coexistência de dois regimes ideologicamente opostos representava um desafio para o governo português, agravado pelos fluxos migratórios, sendo que a emigração espanhola, sobretudo galega, própria da década de 20, representaria um fardo menor que os milhares de portugueses emigrados em Espanha. Estes, “somado à influência dos jornais republicanos, à capacidade de mobilização e organização dos anarquistas portugueses, cedo irmanados na Federação Anarquista Ibérica aos seus «irmãos espanhóis»” (Oliveira, 1995: 36) demonstrariam ser fonte de renovada preocupação para Salazar.

A este estado de coisas seguiu-se a total implosão no relacionamento dos governos entre as eleições espanholas, que devolviam o poder à esquerda, e o eclodir da guerra civil, em julho do mesmo ano. Este breve período foi caracterizado por um clima de hostilidade até à rutura de relações completa e oficial. Esta ação permitiu ao regime de

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

Salazar liberdade para apoiar os nacionalistas, tanto quanto a pressão das potências lhe permitia. Com a guerra civil, internacionalizada quase imediatamente, o «perigo espanhol» reformulou-se, apresentado características distintivas relevantes para a unidade nacional portuguesa. Com o perigo da internacionalização do comunismo, o medo da instauração de uma Federação de Repúblicas Socialistas Ibéricas tomou forma, precipitando o auxílio português aos *nacionales*.

### **A Europa em contagem decrescente para a conflagração**

O tenso clima político europeu do final da década de 1930, de elevada comoção sociopolítica, num contexto de “formidável convulsão”, deriva, essencialmente, das lições da Guerra, nomeadamente em como os “povos tinham sofrido muito e os políticos tinham aprendido pouco” (Martínez, 2015: 10), provocando “inevitáveis modificações profundas na economia, na vida social, na psicologia coletiva e, por fim, nas relações internacionais” (Duroselle & Kaspi, 2009: 23.). Em Portugal, num contexto pós-guerra pejado pelo desencanto da paz, surge “uma interpretação patriótica e uma imagem heroica da participação portuguesa na guerra de 1914-18” (Teixeira, 1998: 55). Seguindo esta ideia, enquadrámos assim o que Nuno Severiano Teixeira descreve como a entrada da beligerância na Grande Guerra “na galeria dos mitos nacionais” e que “acabaria por projetar-se na própria história” (1998: 55). Este, no entanto, não será um epifenómeno português, mas sim uma onda nacionalista pós-bélica assente em “ideias transnacionais, comuns a vários países” (Nye Jr., 2002: 85).

De um ponto de vista europeu, o *status quo* das relações internacionais é-nos caracterizado por Edward. H. Carr:

“The most important and persistent single factor in European affairs in the years following 1919 was the French demand for security. In the seventeenth and eighteenth centuries France rightly regarded herself as the strongest military Power in Europe; and this tradition survived the Napoleonic wars, when she succumbed only to a general European coalition against her. In 1870 the illusion of her strength was abruptly shattered by the Franco-Prussian war. A new Power had arisen in Central Europe whose national feeling was as strong and united as that of France herself, and whose natural resources were far greater” (1947: 25).

À ação francesa nas relações internacionais surge, combativa – com especial ênfase depois de 1933 –, a visão alemã. Concorrencial, opunha-se à rede de alianças francesa em

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

redor do território alemão. Da escola de Munique emergirá o conceito de espaço vital (*lebensraum*):

“O Estado não podia ser analisado independentemente do seu meio natural. Como tal, o Estado nasce, cresce e morre. Durante a sua existência, pode aliar-se a um conjunto, ter filhos (as colónias), ser colocado sob tutela (em benefício de um outro Estado), sofrer doenças de crescimento, e podem ser-lhe amputados alguns órgãos. O espaço influenciaria, portanto, a vida dos Estados” (Fernandes, 2008: 44).

Por entre a construção destes sistemas de segurança, a eclosão da Guerra Civil Espanhola, em 17 de julho de 1936, surge como um marco na política externa portuguesa, não só contiguidade geográfica, que “tornaria difícil a Portugal alhear-se das convulsões ocorridas no país vizinho” (Oliveira, 2023: 168), mas pelas igualmente importantes ações do regime. Durante os três anos de guerra, Portugal transformou-se numa fronteira segura para as tropas franquistas, ou, indo mais além, entre 1936 e 1939 assistiu-se a um “interregno de esbatimento físico das fronteiras” (Antunes, 2003: 391). Portugal revestiu-se, assim, de magna importância enquanto ponto logístico estratégico na receção e distribuição de alimentos e material de guerra. O paradoxo ideológico de uma península de fronteiras simbolicamente atenuadas pela causa nacionalista não deixará de se fazer sentir. Tem sido explorada pela historiografia a inoportunidade de uma neutralidade portuguesa face ao conflito, restando ao regime português a opção do menor dos dois males, apoiando o movimento dos generais espanhóis. A implantação bolchevique na vizinhança ibérica deveria ser evitada por todos os meios necessários, dimensão fundamental no apoio de Salazar aos sublevados:

“Logo em julho, propriedades privadas no Alentejo foram convertidas em aeródromos, onde os Junker-52 cedidos por Hitler realizaram várias escalas técnicas para o transporte de tropas provenientes de Marrocos. Graças ao apoio de vários empresários simpatizantes da causa franquista, e com a cooperação ativa de entidades oficiais, vários portos, estradas e vias ferroviárias portuguesas tornaram-se linhas vitais para o abastecimento dos exércitos rebeldes. De navios chegados a Leixões, Lisboa e Setúbal, quantidades substanciais de material de guerra foram despachadas para as frentes de batalha nas primeiras, e cruciais, semanas do conflito. Usando a embaixada alemã em Lisboa como base operacional, os agentes de Franco puderam realizar importantes contactos para a aquisição de armamento, munições e outro equipamento, contando para tal com facilidades de crédito concedidas por instituições bancárias portuguesas” (Oliveira, 2023: 171).

Ainda em 1935, Salazar definia a vontade de manter Portugal fora da agitação continental, configurando-o como “potência atlântica, vinculada à Aliança luso-britânica, à amizade peninsular e ao não envolvimento na política europeia continental” (Gomes,

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

2017: 87). Contudo, esta intenção de neutralidade coabitava com ataques mediáticos organizados já que as relações com Espanha se pautaram por uma lógica de choque ideológico, tendo em conta que “a imprensa dos dois países peninsulares havia sido utilizada pelos respetivos governos para desunir o adversário com a vontade de produzir um clima de instabilidade política” (Pena-Rodríguez, 2017: 103). Com a deflagração da guerra civil, alguns dos principais periódicos portugueses alinharam-se com o projeto estadonovista, nomeadamente:

“o Diário de Notícias, O Século, o Diário de Lisboa, o governamental Diário da Manhã, o diário de tendência católica A Voz e o principal periódico do Porto, O Comércio do Porto, converteram-se em instrumentos de uma campanha anticomunista, antirrepublicana e contra o governo de Madrid, impulsionada pelo Secretariado da Propaganda Nacional” (Pena-Rodríguez, 2017: 104–105).

A imprensa consolidava o seu valor enquanto instrumento ativo de poder e do poder, com especial exaltação para com os revoltosos enquanto condenava qualquer simpatia republicana. Como observou o embaixador espanhol em Lisboa, “a censura jornalística, que neste país é estreitíssima, castiga inexoravelmente qualquer notícia favorável ao Governo de Madrid” enquanto promove “toda a campanha de falsidades e ataques ao governo legítimo” (Pena-Rodríguez, 2017: 107). Os protestos à atuação da imprensa portuguesa não surtiram qualquer efeito:

“As queixas do governo da II República pela atitude dos meios de comunicação portugueses foram constantes. Mas serviram de muito pouco. Ao serviço dos interesses do salazarismo e do franquismo, os jornais portugueses de referência defendiam os revoltosos, fazendo campanha intensa contra o governo legítimo espanhol” (Pena-Rodríguez, 2017: 111).

A adesão ideológica do Estado Novo ao nacionalismo franquista resultava de uma lógica de autodefesa política “contra o chamado ‘novo perigo espanhol’, ao qual atribuía ambições territoriais sobre Portugal” integrando a convicção de que a “fundação de um regime autoritário em Espanha garantiria a sobrevivência do seu projeto político em Portugal” (Pena-Rodríguez, 2017: 124).

### **O ano de todas as decisões e o seu impacto na imprensa portuguesa**

O ano de 1938 inicia-se embebido num contexto internacional de grande turbulência, este provaria ser um ano em que a noção de fronteiras físicas adquiriria uma

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

menorização, face ao expansionismo autorizado pela política de apaziguamento. Neste sentido, o uso de meios agressivos para a libertação do povo alemão, contido em fronteiras não alemãs e, por extensão, fronteiras que lhes seriam inferiores, surge como um meio necessário e legitimado. A nova configuração territorial deveria garantir ao *Reich* o seu *lebensraum*, nomeadamente, a “definição territorial que desse ao povo alemão o espaço vital necessário” (Moreira, 1999: 143), conceção radicada no «Programa dos 25 Pontos», apresentado em 1920, sendo consolidada no pensamento de Hitler, como é visível no *Meine Kampf*, sendo “dogmaticamente formulado” e, em sede do Poder de Estado, estabeleceu-se como “método de acção que foi fanaticamente obedecido” (Fernandes, 2008: 49).

O expansionismo alemão manifestou-se na anexação da Áustria e na ocupação parcial da Checoslováquia, em março e outubro de 1938, sendo seguido da invasão completa da Checoslováquia e da Polónia em março e setembro do ano seguinte. A questão das fronteiras e das minorias nacionais era particularmente complexa na Europa Central, onde as delimitações territoriais nem sempre coincidiam com os limites etnográficos, um contexto que a Paz de Versalhes intensificou e ampliou. As relações sociopolíticas tensas entre a população e os governos dos territórios em que estavam inseridas foi explorada pelo regime nazi, que utilizou, por um lado, a defesa dos interesses dos alemães sob os governos estrangeiros e, por outro, a ideia de um pangermanismo superior a qualquer noção de fronteira nacional. Combinando elementos raciais, geopolíticos e estratégicos para legitimar a sua política expansionista e belicista, a doutrina hitleriana elevou conceito de *lebensraum* a fundamento para a expansão territorial do *Reich*, o qual será abordado de forma variada pelo discurso jornalístico português.

A questão austríaca foi marcada, em 1938, por uma cronologia concentrada de eventos determinantes. No entanto, a precipitação de eventos sucedeu-se a um ritmo acelerado e toda a crise será compartimentada num espaço de três meses. No universo jornalístico português, a situação encontra-se devidamente refletida, tendo estes factos políticos sido assimilados como factos mediáticos. Estes eventos podem ser elencados, numa perspetiva cronológica, como começando no dia 12 de fevereiro com a famosa conferência entre Hitler e Schuschnigg até ao último grande evento público, que surgirá

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

no dia 10 de abril, com a realização do plebiscito de confirmação retrospectiva do *Anschluss*, já depois da invasão das tropas alemãs no dia 12 de março. Olhando à distribuição noticiosa, é possível aferir imediatamente que os assuntos austríacos, embora presentes, ocupam um espaço marginal no conjunto da imprensa portuguesa, com a exceção destes meses de tensão. A menção deste tema surge de forma intensa, mas efémera, embebendo-se numa certa formulação própria de um acontecimento decorrente da espuma dos dias. Perante o crescimento da influência e da política expansionista alemãs, é nítida a ausência de interesse desta questão pela imprensa portuguesa.

Nesta construção, ressaltamos o tratamento de alguns dos periódicos em apreço, merecedores de distinta atenção. O jornal «A Voz», diário situacionista de forte componente nacionalista, apesar de uma reação noticiosa desvinculada de um acompanhamento permanente e intenso, construirá o seu universo noticioso relativo à questão austríaca alinhado com a perspetiva do regime nazi, seja por via de editoriais de apologia ao pangermanismo nacional socialista, seja pela formulação, em artigos noticiosos, de epítetos de engrandecimento patriótico ligando essa qualidade à ideologia nacional-socialista, não se coibindo de noticiar a “expansão alemã” e fazendo eco da posição alemã em que se “considera o plebiscito como a mais eloquente resposta a Versalhes e a Saint-Germain”. Por sua vez, o «Novidades», o órgão de imprensa do Episcopado, o qual, apesar do seu regenerado contexto de proximidade com o poder político português em 1938, não se coibirá de atacar em grande alarde, as posições alemãs, classificando-a com “Alemanha Racista”, alertando para as estratégias de manipulação discursiva da imprensa alemã e denunciando a agitação dos nazis austríacos, enquanto advoga por uma “Áustria independente e cristã”. O «Novidades» demonstrou o seu repúdio quanto à penetração nazi no quadro político austríaco desde cedo, quando, no dia 16 de fevereiro, escreve que “a entrada de um nazi no governo equivaleria à completa subordinação da Áustria à Alemanha”, enquadrando o seu noticiário no âmbito da conservação da integridade territorial e política da Áustria. O “Drama da Áustria” será continuamente noticiado num tom predominantemente negativo, de comiseração e com a preocupação de revelar a perseguição aos bispos católicos austríacos após o *Anschluss*.

O «Diário da Manhã», órgão da União Nacional, representa o expoente mais radical da linha editorial nacionalista. Na cobertura da questão austríaca é notória a adequação

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

da realidade a uma construção maquinada pela linha editorial deste periódico, nomeadamente no contexto das relações entre os Estados austríaco e alemão. No momento final deste confronto, o tom geral será de elogio alemão, afirmando que a marcha das tropas alemãs em território austríaco ocorreu em “conformidade com o pedido feito ao Governo do Reich pelo novo Chanceler”, reiterando, depois de 15 de março, a ideia da anexação como “factos consumados” e em como “A Alemanha tornou-se a grande Alemanha”.

No que se refere à crise checo-sudeta, a cronologia dos eventos apresenta-se de forma consideravelmente distinta, especialmente pela existência de movimentos de tensão de curta duração e de média intensidade, aos quais surgiam respostas de pacificação. Esta abundante sucessão de desenvolvimentos iniciou-se em março, em confluência com a crise austríaca, e marcará grande parte do noticiário internacional da imprensa portuguesa até ao momento posterior à Conferência dos Quatro em Munique – que culminou na assinatura do Acordo de Munique – entrando, depois, num ciclo de desvanecimento lento até ao término do ano. Sendo certo que os movimentos de tensão, logo seguidos da sua pacificação, brotaram em largo número durante o ano em apreço, o regresso da guerra ao território europeu surge assinalado como “um cataclismo que se avizinha mas que ninguém pode deter”, como refere o «Democracia do Sul», na sua edição de 30 de agosto. Esta visão tornar-se-ia mais aparente e partilhada entre os periódicos nacionais, os quais, prosseguindo com o período noticioso do conflito, editaram as manchetes que acompanharam o clima de tensão, não se coibindo em ressoar o clima internacional com notáveis manchetes, tais como “As graves provações do momento”, “Horas de grave inquietação no momento internacional” ou “Um horizonte sombrio... duas grandes forças - da paz e da guerra - travam neste momento a maior batalha de que há memória e que a história registará nas suas páginas eternas”. Se até 30 de setembro, data de assinatura do Acordo de Munique, os epítetos eram semelhantes aos supramencionados, depois dessa data assiste-se a uma viragem absoluta, com laudos entusiásticos à paz duradoura desejavelmente alcançada. No decorrer dos dias seguintes, estas manchetes foram gradualmente substituídas, revelando uma redução progressiva do tom triunfalista, enquanto recrudesciam as referências ao novo desenho da Europa.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

«A Voz» adquirirá um tom especialmente crítico, num novo perímetro de ação, quando comparado com o seu percurso de análise à questão austríaca. Após a assinatura do Acordo de Munique os editoriais deste periódico não mais abandonaram o elogio a Hitler, aclamando a política externa da potência alemã como o caminho para a paz. Esse exercício alternava com críticas aos Estados Unidos pela intromissão nos assuntos europeus, à França pelos tratados com a Checoslováquia e Rússia e pela sua linha governativa e, até, a Chamberlain por se deixar influenciar pela França no denominado arrastamento para a guerra no continente. O perigo comunista, era, no entanto, por esta altura, o principal alvo do periódico, que assegurou ao leitor a existência de uma conspiração contra a paz na Europa protagonizada pelo *Comintern*. Também na caracterização dos confrontos nas zonas sudetas o tom crítico quanto ao lado checo aumentava. Tal era alcançado pela responsabilização do governo checo, vitimizando o lado germânico e referindo em múltiplas ocasiões a existência de elementos comunistas como atizadores de conflitos.

O «Diário da Manhã», partilhando característica com «A Voz», nomeadamente na colagem das posições soviéticas às posições checas quanto ao conflito, salientou-se pela exploração da espectacularização e sensacionalismo dos temas em análise, alimentado pelo uso preferencial da agência alemã D.N.B. enquanto agência de informação. Esta opção denota uma posição ideológica, claramente complementada com as peças jornalísticas da autoria da própria redação portuguesa. A construção de um Estado Checoslovaco enquanto entidade inimiga, perigosa e a ser abatida foi nitidamente desempenhada por este jornal.

O «Novidades» será o periódico responsável pela primeira referência à questão checa, quando, no dia 18 de fevereiro, refere que os jornais franceses consideram os acontecimentos da Áustria “uma ofensiva contra a Checoslováquia”. Em contraponto com o que vimos de outros periódicos, mas mantendo as indicações que já vinham do caso austríaco, o «Novidades» mantém a sua proximidade e solidariedade com a causa checa, apelidando os resultados deste acordo como “Tragédia Checoslovaca” e definindo esta nação como “A grande sacrificada pela causa da paz”.

Do tratamento jornalístico português quanto às crises provocadas pela expansão pangermanista da Alemanha Nazi denotamos que, em primeiro lugar, existiu uma

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

divergência muito acentuada na forma como as questões austríaca e checoslovaca foram alvos de tratamento. A cobertura da disputa austro-alemã indicia um descomprometimento geral da questão, com flutuações marginais. Ainda que assuntos relacionados com o desenrolar do processo do *Anschluss* sejam recuperados pontualmente, este tornar-se-á um tabu em geral. Tal não se verificará, pelos menos de forma tão abrupta, no caso checo, uma vez que, mesmo após a resolução da disputa pelo Acordo de Munique, o noticiário internacional continuou a ocupar-se das ondas de choque desse acontecimento, encerrando o ano com um número considerável de referências.

Em segundo lugar, note-se que o surgimento das tensões austro-alemãs desencadeou uma intensificação da cobertura noticiosa sobre esses eventos, tendo também alavancado a emergência do noticiário sobre o tema checo. Ainda que em situações distintas na sua forma de resolução, a assinatura do Acordo Munique não provocou semelhante flutuação quanto aos assuntos austríacos na imprensa portuguesa. À parte de alguns artigos de índole generalista e de algumas considerações esporádicas quanto ao apetite expansionista da Alemanha Nazi, não existiu, de facto, um levantamento geral e direccionado dos periódicos portugueses quanto à assimilação austríaca no *Reich*. O título de “facto consumado”, quanto à descrição dos eventos de março na Áustria, talvez seja um bom epíteto para descrever a receção do *Anschluss* na imprensa portuguesa. Mais do que uma proibição em noticiar a questão austríaca existe um claro desapego pela situação austríaca. O tratamento desta questão, sem a forte contextualização quanto à política expansionista alemã, a qual surge em confronto direto com os tratados de paz e com a equilíbrio de poder no continente, relegou este acontecimento para um assunto de interesse pontual e diminuto.

Por último, como terceiro ponto, para lá da análise estatística às fontes, o conteúdo noticioso torna evidente o afastamento explícito à causa checa de um grupo de periódicos. O tema checoslovaco evidencia de forma nítida um investimento político na linha editorial de parte dos periódicos, constituindo um marcado fosso entre um pequeno grupo de jornais e os restantes. Os constantes ataques às posições checas, a seleção de fontes jornalísticas diferenciadas, personalizadas e adequadas à manipulação da informação, a sugestão de alianças ideológicas não verificadas, a forma tendenciosa de noticiar eventos

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

de tensão na fronteira checo-alemã e a propagação de rumores em peças noticiosas prenuncia um claro modo de experienciar o caso checo que diverge do caso austríaco.

### **A projeção da ideia de unidade nacional**

A anexação da Áustria e a crise dos Sudetas desencadearam, como vimos, diferentes respostas na imprensa portuguesa, que se apresentam a reflexão quanto à sua natureza diversa. O processo, as ideias e os valores que culminaram no *Anschluss* suscitam reflexões sobre os paralelismos na relação entre Portugal e Espanha. A ideia de “povos irmãos”, presente no discurso sobre Áustria e Alemanha, mostrava-se problemática no contexto ibérico. Portugal, dentro do seu quadro de soberania e de ação governamental, resistia a qualquer possibilidade de unificação, enfatizando sua “absoluta independência” no quadro da aliança luso-britânica (Diário da Manhã, 16 de fevereiro de 1938), não ignorando, ainda assim, a realidade internacional e os apetites anexionistas de quadrantes da Falange espanhola. A construção de um ideário nacionalista, unitário e respeitador da soberania portuguesa e das suas fronteiras peninsulares assumiu, neste ano, especial importância, por comparação com os acontecimentos da Europa Central. Talvez remetendo para a ideia de que o “nacionalismo exige demasiada crença naquilo que patentemente não o é” (Hobsbawn, 2004: 16), os discursos de Salazar a tensão entre a prudência diplomática e as pressões externas. Será de crer que, à data, “o ditado diplomático de que as relações entre Portugal e Espanha, como vizinhos quase irmãos, só podem ser excelentes ou péssimas” (Sardica, 2013: 14), se mantivesse no pensamento da estrutura diplomática portuguesa. Atendendo que só em 1939 será assinado o Tratado de Amizade entre Portugal e Espanha, ao Governo português assistiu uma realidade compósita de ameaças fronteiriças, como resultado da necessidade portuguesa “de «amarrar» mais vinculadamente a Espanha à obrigatoriedade de consultas com o Governo Português” (Rosas e Brandão de Brito, 1996: 978).

Para além da resistência às tentativas de imiscuidade fronteiriça das potências do Comité de Londres, da noção em como se tornava “cada vez mais claro que a União Soviética deseja alargar o conflito a Portugal” (Oliveira, 2009: 115), também os movimentos encabeçados por motivações iberistas preocupavam Salazar. Nesse sentido

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

recordamos que Teotónio Pereira, aquando da primeira vez que foi recebido por Franco, referiu:

“a sua preocupação pelo «sindicalismo já ultrapassado» da Falange, que se harmoniza mal com o «clima moral da Espanha e os laços de fraterna amizade com Portugal», já que os falangistas «levavam as suas fantasias até ao ponto de cortarem dos mapas da Península a fronteira com Portugal, «que se considera a mais antiga da Europa»” (Cruz, 2013: 237).

Uma dimensão do conflito espanhol que se afigurava como volátil e, observado de longe, fomentaria preocupação terá sido a guerra verdadeiramente fratricida, promovida por Franco nos moldes de uma *Reconquista* da era contemporânea. Aliás, num contexto mais abrangente, Paul Preston refere que:

“A instrução, utilização e estrutura das forças armadas espanholas foram sempre mais viradas para a ação contra a população nacional do que para o inimigo externo, o que estava absolutamente de acordo com o pensamento do *Caudillo*, expresso em 1937, de que se estivera a travar uma «guerra de fronteira»” (Preston, 2020: 318).

A noção de uma completa amoralidade na beligerância contra conterrâneos terá avivado, certamente, junto de Salazar a ideia de que Franco facilmente poderia ceder à fação anexionista, desencadeando uma guerra contra o povo irmão, especialmente tendo em conta que com a “SDN fora de jogo desde 1936, as relações internacionais pareciam agora inteiramente transformadas num salve-se quem puder de características darwinianas. O ambiente era de contar espingardas e distinguir amigos de inimigos” (Oliveira, 2023: 177).

O apaziguamento destas questões surgirá no discurso de Salazar, tanto em picos de tensão:

“Alguns estavam ansiosos de ver, aliás em melindrosas circunstâncias, a demonstração prática de como fôra errada a política do Governo em relação à Espanha nacional; e os mesmos com outros entendiam ser mais conveniente para os nossos interesses termos fronteiras comuns com os vermelhos, inimigos da nossa independência e em todo o caso da nossa tranquilidade, a termo-las com o Governo amigo do Generalíssimo Franco. Parece que houve ainda quem visse alucinadamente tropas de terceiras potências a avançar pelo nosso território, vindas de Espanha, para ocuparem as principais bases das costas portuguesas. E meteu-se muito medo... às crianças com esta Invasão.” Discurso “Proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para a constituição da nova Assembleia, em 27 de Outubro de 1938” (Salazar, 1946: 111).

Como já em 1939, onde esta vertente propagandística continuará nos moldes da manutenção das fronteiras peninsulares:

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

“Longe do seu principal teatro, com fronteiras secularmente estáveis, um só vizinho na metrópole, sem problemas de raça ou de língua, mistura de populações ou dependências eco- nómicas destas que arrastam as dependências políticas, a um canto da Europa, quási desligado dela e projectado ousadamente sôbre o mar, país atlântico por excelência, como só a Inglaterra pode pretender sê-lo, e como ela com os maiores interesses e a tarefa mais pesada noutros continentes e mares — Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossêgo geral.” Discurso “Na Assembleia Nacional, em 22 de Maio de 1939, em sessão a autorizar o Chefe do Estado a visitar a União Sul-Africana” (Salazar, 1946: 138-139).

Também a imprensa portuguesa refletia a complexidade das tensões geopolíticas. O «Diário de Lisboa» alertava para a dificuldade de conter a Alemanha dentro das suas fronteiras naturais, uma vez que “A guerra representa para ela um rumo, uma mística e um orgulho” (14 de março de 1938). O receio da instabilidade europeia era evidente. O «Jornal de Notícias» previa que “de reclamação em reclamação, chegar-se-ia fatalmente à guerra” (1 de janeiro de 1938), numa visão partilhada pelo «Comércio do Porto»: “Se os acontecimentos continuassem a marchar segundo estas diretrizes, a guerra seria inevitável” (2 de janeiro de 1938). Sempre crítico à expansão alemã e às violações fronteiriças, ressaltamos as palavras deste editorial do «Diário de Lisboa»:

“Os Estados Totalitários não podem admitir nem paragens nem suspensões na sua actividade febril: para fixar a paixão das turbas tem que mantê-la em temperatura alta. (...) Isto representa ao mesmo tempo paz ou guerra. Nem todos os acontecimentos dependem de Hitler, porque os naipes em jogo são variados e adversos. As nações armam-se e esperam. Os fados movem-se a ocultas. Fazemos votos para que, nesta ansiosa expectativa, Hitler seja vencedor pacífico da sinistra loucura que se desenha” (Diário de Lisboa, 11 de fevereiro de 1938).

Por fim, a imprensa portuguesa enfatizava a continuidade histórica da identidade nacional e da unidade interna como resposta às ameaças externas. O «Jornal de Notícias» resumia esse sentimento ao afirmar que “antes de tudo, urge que a Nação, plenamente organizada, forme completa unidade moral e social” (11 de fevereiro de 1938). Esse discurso de coesão nacional funcionava não apenas como instrumento de defesa política, mas também como uma reafirmação simbólica de soberania num contexto de crescente instabilidade europeia. Num paralelismo desses eventos com a política e fronteiras peninsulares João Ameal, em esforço nacionalista e de união, escreverá, por entre os sinais do reavivar do pangermanismo:

“O orgulho justo da nacionalidade é uma das determinantes fundamentais da psicologia colectiva. (...) E não se diga que nos encerramos em quadros demasiado estreitos, que levantamos um obstáculo mesquinho às aspirações continentalistas ou universalistas! Universalista foi sempre o nacionalismo português – evangelizador e

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

descobridor. Mas, antes de tudo, urge que a Nação, plenamente organizada, forme completa unidade moral e social – para se entregar depois livre de perigos, a um melhor convívio (sem conflito possível...) com as outras nações do Universo” (Jornal de Notícias, 11 de fevereiro de 1938).

Neste seguimento, ilustrando esta preocupação, o «Diário da Manhã», reafirmará a centralidade da aliança com o Reino Unido, deixando claro que a “nossa absoluta independência nunca poderia estar em causa – e agora menos do que nunca” (16 de fevereiro de 1938).

Face ao exposto, o sensacionalismo, cujos exemplos foram abundantes, é notado como uma estratégia aplicada por alguns dos periódicos, com especial ênfase em acontecimentos relevantes para a sociedade nacional. A tentativa de formação de uma corrente na opinião pública é evidente e a representação dos conflitos governamentais e diplomáticos nos periódicos portugueses é demonstrativo do *status quo* português.

### **Conclusão**

O ano de 1938 demonstrou de forma incontestável que o conceito de fronteiras se encontrava sujeito a uma avaliação dinâmica por parte dos Estados onde, como provou o Acordo de Munique, as reconfigurações fronteiriças poderiam ser decididas e negociadas por terceira parte e de acordo com a força política e militar. No caso português, garantir a integridade das suas fronteiras significava promover a unidade e coesão nacional e manter-se afastado da política expansionista alemã, do regime franquista e do comunismo internacional.

A análise da imprensa portuguesa durante o ano de 1938 revela um cenário composto, caracterizado pela rede complexa de relações entre jornalismo, política e relações internacionais, marcado pela influência do Estado Novo na construção de narrativas sobre os principais acontecimentos internacionais. O estudo sobre a cobertura noticiosa da anexação da Áustria e da crise dos Sudetas mostra diferenças significativas no tratamento desses eventos, sugerindo que a imprensa portuguesa teve um papel estruturante na construção discursiva na formação da opinião pública e na consolidação da identidade nacional. O regime de Salazar utilizou a imprensa como um instrumento de controlo da informação, moldando a perceção pública e reforçando a sua legitimidade

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

discursiva e institucional. Em última análise, a fronteira, enquanto construção simbólica dinâmica, desempenhou um papel central nesse contexto. Mais do que uma linha geográfica, representou um elemento simbólico, uma barreira contra influências externas na sua tentativa de desestabilizar a ordem interna. Salazar soube instrumentalizar essa dinâmica no reforço do nacionalismo e a lealdade ao Estado Novo perante a ameaça de um mundo em guerra.

### Fontes impressas

Jornal «A Voz», 1938, Ano XI, número 3900 a 4256.

Jornal «Democracia do Sul», 1938, Ano 37.º, número 6058 a 6363.

Jornal «Diário da Manhã», 1938, Ano VII, número 2406 a 2762.

Jornal «Diário de Lisboa», 1938, Ano 17.º, número 5430 a 5787.

Jornal «Diário de Notícias», 1938, Ano 74.º, número 25826 a 26185.

Jornal «Jornal de Notícias», 1938, Ano 50.º, número 1 a 356.

Jornal «Novidades», 1938, Ano LIV, número 13375 a 13731.

Jornal «O Comércio do Porto», 1938, Ano LXXXIII, número 1 a 357.

Jornal «O Século», 1938, Ano 57.º, número 20041 a 20383.

Jornal «República», 1938, Ano XXVII, número 2537 a 2894.

### Bibliografia

ANDERSON, Benedict (2021), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.

BAIÔA, Manuel (2012), “A censura como factor de formação e consolidação do Salazarismo: o caso do noticiário sobre política internacional na imprensa (1933-1935)”, in Fernando Martins (coord.), *A formação e a consolidação política do Salazarismo e do Franquismo: as décadas de 1930 e 1940*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS-EU / Universidad Complutense de Madrid, pp. 155-193.

BARRETO, José (1999), “Censura”, in António Barreto; Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Porto, Figueirinhas, pp. 275-284.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

- BONIFACE, Pascal (1997), *Dicionário das relações internacionais*, Lisboa, Plátano.
- CARR, Edward Hallett (1947), *International relations between the two world wars, 1919-1939*, Nova Iorque, Harper & Row Publishers.
- CARVALHO, Alberto Arons (1973), *A censura e as leis da imprensa*, Lisboa, Seara Nova.
- CORREIA, Rui (2021), *Salazar em New Bedford*, Lisboa, Guerra e Paz Editores.
- CRUZ, Manuel Braga da (2013), *Raízes do presente*, Lisboa, Altheia Editores.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste; KASPI, André (2009), *História das relações internacionais de 1945 aos nossos dias*, 15.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Texto & Grafia.
- FERNANDES, António José (2008), *As relações internacionais e Portugal: da Europa do mundo ao mundo da Europa*, Lisboa, Prefácio.
- FRANCO, Graça (1993), *A censura à imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa / Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- GARCIA, José Luís; ALVES, Tânia; LÉONARD, Yves (2017), “Salazar, o Estado Novo, e os media: introdução a uma nova agenda de investigação”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 9-23.
- GOMES, Joaquim Cardoso (2017), “A censura no Estado Novo: o caso da imprensa de província (1936-1945)”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 69-100.
- HOBBSAWN, Eric (2004), *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780 - programa, mito realidade*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Terramar.
- LEITÃO DE BARROS, Júlia (2017), “O cerco da guerra: propaganda, diplomacia e política de informação do Estado Novo (1940-1942)”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 127-148.
- LOUSADA, Abílio Pires (2007), *O exército e a ruptura da ordem política em Portugal: 1820-1974*, Lisboa, Prefácio.
- MARTINEZ, Soares (2015), *A ditadura nacional e as relações internacionais*, Porto, Almedina.
- MOREIRA, Adriano (1999), *Teoria das relações internacionais*, 3.<sup>a</sup> Edição, Porto, Almedina.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

NYE JR., Joseph S. (2002), *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história*, Lisboa, Gradiva.

OLIVEIRA, César (1995), *Cem anos nas relações luso-espanholas*, Lisboa, Edições Cosmos.

OLIVEIRA, Luís Soares de (2009), *Guerra civil de Espanha: intervenção e não intervenção*, Lisboa, Prefácio.

OLIVEIRA, Pedro Aires (2023), “Portugal no mundo”, in António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *História das relações internacionais contemporâneas: Portugal 1808-2000*, Lisboa, Penguin, pp. 159-204.

PENA-RODRÍGUEZ, Alberto (2017), “Salazar contra o «Terror Vermelho»: a imprensa portuguesa e o corte das relações diplomáticas com Espanha em 1936”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 101-125.

PRESTON, Paul (2020), *A guerra civil de Espanha*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Edições 70.

REGO, Raul (1974), *Horizontes fechados*, 3.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Editorial Inquérito.

REIS, Bruno C. (2019), “Olhando para dentro – 1930-1960”, in António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *História das relações internacionais contemporâneas: Portugal 1808-2000*, Lisboa, Penguin, pp. 213-264.

ROSAS, Fernando (2023), *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China.

*Dicionário de história do Estado Novo* (1996), Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (dir.) Vol. I (A-L) e Vol. II (M-Z), Círculo de Leitores, Lisboa.

SALAZAR, António de Oliveira (1946), *Discursos e notas políticas. Vol. II: 1935-1937*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Coimbra Editora.

SANTOS, Víctor Marques dos; FERREIRA, Maria João Militão (2012), *Sociedade civil transnacional: atores e forças de pressão nas relações internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SARDICA, José Miguel (2013), *Ibéria: a relação entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa, Altheia Editores.

SCHULZE, Hagen (1997), *Estado e nação na história da Europa*, Lisboa, Editorial Presença.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

SILVA, Célia (2009), “A comunicação como estratégia política da Ditadura e da Democracia”, in *6.º Congresso SOPCOM*, pp. 3110-3121.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1998), “Portugal na “Grande Guerra” 1914-1918: as razões da entrada e os problemas na conduta”, in Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a guerra: história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 55-69.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2023), “Do império ameaçado à intervenção na grande guerra (1890-1930)”, in António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *História das relações internacionais contemporâneas: Portugal 1808-2000*, Lisboa, Penguin, pp. 121-157.

TENGARRINHA, José (2017), “Breves considerações sobre o Estado Novo de Salazar e os media”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 381-388.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo (2003), *Os jornalistas nos anos 30/40: elite do Estado Novo*, Coimbra, Minerva.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

### **Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória**

### **Pedro Braga: frontiers between orality, writing, history, and memory**

### **Pedro Braga: fronteras entre oralidad, escritura, historia y memoria**

### **Pedro Braga : frontières entre oralité, écriture, histoire et mémoire**

Valdir Macedo Neto  
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)  
eu@netomacedo.com

**Resumo:** O artigo analisa a atuação de Pedro Braga enquanto mediador na fronteira entre oralidade, escrita, memória e história, focando em seu papel como preservador da cultura do Povoado do Vau, situado em Diamantina, no estado brasileiro de Minas Gerais. Embora tenha tido acesso limitado à educação formal, Braga dedicou-se a registrar por escrito histórias orais, tradições e memórias coletivas da comunidade, utilizando cadernos para fixar eventos e práticas culturais transmitidas oralmente. O artigo enfatiza a importância de Braga como figura que transita entre mundos distintos, preservando, reinterpretando e garantindo a continuidade das narrativas culturais do Vau, mesmo em um contexto de declínio da tradição oral.

**Palavras-chave:** entrelugar; oralidade; escrita; memória; história.

**Abstract:** The article analyzes Pedro Braga's role as a mediator at the intersection of orality, writing, memory, and history, focusing on his work as a preserver of the culture of the Povoado do Vau, located in Diamantina, in the Brazilian state of Minas Gerais. Despite his limited access to formal education, Braga dedicated himself to recording oral histories, traditions, and collective memories of the community, using notebooks to document events and cultural practices passed down orally. The article emphasizes Braga's significance as a figure who navigates between distinct worlds, preserving, reinterpreting, and ensuring the continuity of Vau's cultural narratives, even in a context of declining oral tradition.

**Keywords:** in-between place; orality; writing; memory; history.

**Résumé:** L'article analyse le rôle de Pedro Braga en tant que médiateur à la frontière entre oralité, écriture, mémoire et histoire, en se concentrant sur son rôle de préserveur de la culture du Povoado do Vau, situé à Diamantina, dans l'État brésilien de Minas Gerais. Bien qu'il ait eu un accès limité à l'éducation formelle, Braga s'est consacré à consigner par écrit des histoires orales, des traditions et des mémoires collectives de la communauté, utilisant des cahiers pour fixer des événements et des pratiques culturelles transmises oralement. L'article met en lumière l'importance de Braga en tant que figure qui navigue entre des mondes distincts, préservant, réinterprétant et assurant la continuité des récits culturels du Vau, même dans un contexte de déclin de la tradition orale.

**Mots-clés :** entre-lieu ; oralité ; écriture ; mémoire ; histoire.

**Resumen:** El artículo analiza el papel de Pedro Braga como mediador en la frontera entre oralidad, escritura, memoria e historia, centrándose en su función como preservador de la cultura del Povoado do Vau, situado en Diamantina, en el estado brasileño de Minas Gerais. A pesar de su limitado acceso a la educación formal, Braga se dedicó a registrar por escrito historias orales, tradiciones y memorias colectivas de la comunidad, utilizando cuadernos para fijar eventos y prácticas culturales transmitidas oralmente. El artículo enfatiza la importancia de Braga como figura que transita entre mundos distintos, preservando,

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

reinterpretando y garantizando la continuidad de las narrativas culturales del Vau, incluso en un contexto de declive de la tradición oral.

**Palabras clave:** lugar intermedio; oralidad; escritura; memoria; historia.

Olhe: uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o fato escrito<sup>1</sup>  
*Filme “Narradores de Javé”, 2004*

## 1. Introdução

Filho de José Elias Braga e Henriqueta de Oliveira, Pedro Braga foi um destacado narrador e guardião da memória cultural do Povoado do Vau, situado entre os municípios de Diamantina e Serro, no estado brasileiro de Minas Gerais, onde nasceu em 28 de março de 1917 e viveu até sua morte, em 2000. Além de sua atuação como carpinteiro e garimpeiro, o que chama atenção é o facto de, apesar de ter vivido isolado por toda sua vida no Vau e ter estudado somente até os 9 anos de idade, ao contrário de outros narradores orais da região, também se dedicou ao *registro escrito* e à preservação das tradições locais, escrevendo em cadernos a história do povoado, uma autobiografia em versos, além de contar casos e lendas que chegaram até ele por meio “dos antigos”, como ele se referia a seus antepassados.

Além de sua atuação local, Braga manteve correspondência com pessoas de fora do Vau, ampliando seu papel como uma espécie de mediador do povoado. Essa interação com o mundo exterior também atraiu o interesse de pesquisadores e artistas, inspirando obras, como uma dissertação de mestrado sobre a sua literatura e, até mesmo, um longa-metragem, o filme “Narradores de Javé”<sup>2</sup>.

Este artigo tem como principal objetivo analisar a atuação de Pedro Braga nas fronteiras entre oralidade, escrita, memória e história. A proposta não é validar ou discutir a veracidade histórica das narrativas e escritos de Braga, mas analisar como ele se posicionou como um mediador de diferentes campos.

---

<sup>1</sup> Trecho de uma fala do personagem Antônio Biá, do filme (Narradores de Javé, de 2004).

<sup>2</sup> Filme brasileiro em coprodução com a França (2003), do gênero drama, dirigido por Eliane Caffé.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

## 2. Às margens do Rio Jequitinhonha, um narrador decide escrever

A posição isolada e o contexto do Povoado do Vau – onde o Sr. Pedro nasceu e se criou – são importantes para entender sua atuação. Por isso, é necessário descrever o contexto em que viveu. À época que tomei conhecimento de sua história, percorria de bicicleta um dos trechos da Estrada Real<sup>3</sup> que compreende as regiões entre o município de Diamantina e o município de Serro. Os 26 quilômetros que separam Diamantina (sede do município, com aproximadamente 50 mil habitantes) do Povoado do Vau são marcados por um relevo bastante acidentado, permeado de aclives e declives acentuados.

Figura 1 — Fotografia aérea do Vau. À direita do Rio Jequitinhonha, fronteira natural entre os municípios, o lado diamantinense; à esquerda, o território pertencente ao município de Serro



Fonte: Valdir Macedo Neto

Nesta viagem, em 2012, fiz uma curta parada no Vau, no estabelecimento de José Evaldo Braga (que atende por Zé Braga), filho mais novo de Pedro Braga. Por trás do

---

<sup>3</sup> A Estrada Real, com mais de 1.630 quilômetros de extensão, surgiu em meados do século XVIII, quando a coroa portuguesa decidiu oficializar os caminhos para o trânsito de ouro e diamantes na capitania das Minas do Ouro (atual Estado de Minas Gerais) até os portos do Rio de Janeiro. As trilhas traçadas pela realeza ganharam o nome de Estrada Real, hoje gerida pelo Instituto Estrada Real, ligado ao sistema FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), sendo hoje a maior rota turística do país, repleta de cidades de imenso valor histórico e cultural.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

balcão, ao contar sobre o curioso caso de seu pai, fez um desabafo sobre os jovens, que hoje em dia não dão grande valor às histórias locais, enquanto me apresentava os cadernos do senhor Pedro. Chamou atenção o facto de um homem simples, nascido no início do século XX, em um local bastante isolado, com pouca educação formal, ter se dedicado a escrever memórias pessoais, poemas e a história oral do povoado – as *certas tradições*<sup>4</sup> que *alcançou*<sup>5</sup> por meio do contato que teve com os “antigos” desde criança.

À época da minha viagem de bicicleta pude vivenciar a dificuldade do trecho, todo de terra e cascalho, com diversos pontos com escarpas, desfiladeiros e uma belíssima paisagem ao redor. Na maior parte do período em que Pedro Braga viveu, o Vau era uma comunidade de difícil acesso, com comunicação precária com o mundo exterior e de tradição eminentemente oral. Desde sua infância, ele se preocupou em aprender com os moradores mais velhos a história oral da região.

A reverência a essas tradições demonstra como ele valorizava a continuidade e preservação desses elementos constitutivos da história do vilarejo. Em uma visita ao povoado do Vau em 1988, o professor Reinaldo Martiniano Marques, em entrevista, pôde inquiri-lo sobre essas tradições:

Entrevistador: Essas histórias, esses casos, o senhor pegou isso de...

Pedro Braga: De meus tios, pais, que viveram no século passado..., pelo menos muita tradição lá da Fazenda Delgado, contada pela minha mãe. O bisavô dela foi proprietário da Fazenda das Abóboras, Antônio dos Santos [...] tudo o que passava na Fazenda Delgado, a mãe, minha avó, sabia tudo e transmitia p'ra minha mãe (Entrevista com Pedro Braga em 1988 realizada por Reinaldo Martiniano Marques).

Conforme podemos ver acima, o senhor Pedro Braga utilizou como fonte de informação as tradições transmitidas oralmente por seus pais e avós, ato comum em culturas onde a oralidade desempenha um papel crucial na preservação das tradições. Segundo Fernando Catroga (2001: 26), a transmissão de conhecimento de geração em geração, especialmente no contexto das memórias coletivas e individuais, reflete a importância da memória na construção e manutenção da identidade cultural de uma comunidade. Catroga explica como a memória é uma atividade que articula o passado com o presente, criando um sentido de continuidade e pertencimento. O autor ainda nos ensina que a memória não é uma simples reconstituição do passado, mas um processo

<sup>4</sup> Termo que o senhor Pedro Braga usava para se referir, sempre com reverência, a um conjunto de práticas, valores e histórias transmitidas de geração em geração dentro de sua comunidade.

<sup>5</sup> O termo “alcançar”, que aparece inúmeras vezes nos escritos e na fala do sr. Pedro, parece ser usado no sentido de obter ou receber conhecimento e tradições passadas oralmente de geração para geração.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

ativo de ressignificação que envolve o esquecimento e a lembrança em uma dialética constante (2001: 30), um processo vital para a manutenção das tradições e identidades culturais, uma vez que permite às comunidades se situarem no tempo e no espaço, reforçando seus laços internos e distinguindo-se dos “outros”.

Alguns trabalhos já citam ou tomam como objeto de pesquisa os relatos do Sr. Pedro Braga. Dentre estes trabalhos, podemos citar o livro “O Artesão da Memória no Vale do Jequitinhonha”, de Vera Lúcia Felício Pereira, que se dedicou a explicar o fenômeno dos narradores orais em diversas cidades espalhadas por essa região<sup>6</sup> – Pedro Braga incluso. Segundo ela, a figura do narrador assume a forma de memória viva do grupo, mantendo a unidade e a história com a autoridade de quem testemunhou e experimentou os eventos (Pereira, 1996: 13). No caso do senhor Pedro Braga, este testemunho era comprovado por meio do seu contato com seus antepassados, já que “têm certas tradições que a gente vê que aconteceu, não é? Então o que eu gosto de escrever é justamente o que pode ser comprovado” (Entrevista com Pedro Braga em 1988 realizada por Reinaldo M. Marques). Sobre seu encontro com Pedro Braga, Pereira nos conta que ele era:

“um contador que merece um estudo particularizado. No seu objetivo de não deixar que sua terra caia no esquecimento total, ele registra cuidadosamente nos seus cadernos toda a história do lugar. As lendas referentes aos pontos topográficos, as famílias proprietárias e sua descendência e os casos dos escravos, cantando o Vau em prosa e versos. Os cadernos de Seu Pedro são preciosidades à espera de estudiosos que, admitindo o espaço da diversidade e do conflito, sempre presentes, queiram dar-lhes agora a voz” (Pereira, 1994: 21).

Há, na performance oral de Pedro Braga, uma preocupação evidente em definir e confirmar os alicerces de suas histórias, de comprovar a longevidade de suas narrativas e a sua importância como veículo capaz de transmitir a tradição local. Testemunhos repassados de pais para filhos, de avôs para netos, que se põe como alicerce da memória coletiva da comunidade.

Catroga (2001: 18) define memória coletiva como um fenômeno que transcende o simples ato individual de lembrar, situando-se no âmbito das práticas e rituais sociais que compartilham e constroem uma memória comum dentro de uma comunidade. A atuação

---

<sup>6</sup> O Vale do Jequitinhonha abrange uma extensa área do estado de Minas Gerais e destaca-se por sua diversidade cultural e beleza natural. Ao longo de sua trajetória, o rio Jequitinhonha percorre toda a região. A presença de elementos culturais herdados das tradições indígenas, africanas e europeias compõe o rico mosaico identitário da região. No século XIX, a abundância de ouro e diamantes despertou o interesse de diversos viajantes estrangeiros, como Auguste de Saint-Hilaire, Spix e Martius, que registraram suas impressões sobre o território.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

do Sr. Pedro contribuiu para a perpetuação de uma memória coletiva. As histórias e tradições que ele registrou não são apenas lembranças pessoais, mas compartilhadas, se tornando, então, uma ponte entre o passado e o presente, garantindo que as narrativas culturais e históricas de sua comunidade sejam lembradas, reinterpretadas e passadas para as futuras gerações.

A pesquisa de Vera Lúcia Pereira também intuiu do discurso do Sr. Pedro – e de outros narradores – uma crítica velada ao sistema de ensino e à escola que, segundo eles, mantêm as crianças presas por longos períodos nas salas de aula, enchendo sua cabeça de “coisas” demais (1996: 40), desviando o interesse dos jovens da sabedoria transmitida pelos contadores. Segundo a autora, as transformações graduais trazidas pelo progresso afetaram o prestígio da arte dos narradores e ameaçam o desaparecimento de um patrimônio oral. A autora percebeu, no entanto, um movimento de resistência dos narradores frente ao declínio dessa tradição. Uma tentativa consciente de encontrar maneiras de perpetuar suas tradições em face das influências externas e de algum modo obter a adesão de outras pessoas que se interessam em preservar essa cultura (1996: 25). No caso de Pedro Braga, esta resistência fica evidente em sua atuação na busca de reconhecimento em um meio que privilegia uma ordem diversa daquela que é usada na tradição oral: a escrita.

À época da visita da autora ao Povoado do Vau, no início da década de 1990, o sr. Pedro já atuava como agente voluntário dos Correios, distribuindo cartas pela região e escrevendo cartas para aqueles que não dominavam a escrita. Segundo ela, ao se deparar com a possibilidade de fechamento do posto de Correios da localidade, devido ao baixo movimento das correspondências, ele se via na obrigação de trabalhar para a sua manutenção. Em entrevista realizada em 2018, Zé Braga (filho) nos conta sobre como isso se deu:

“Ele tava sabendo que o correio ia fechar, que tava com pouca correspondência. Ele começou escrever as cartas pra ele mesmo, e pro pessoal mandar as correspondências. Ele sentiu que ia fechar. Mas ele conseguiu lutar e... fazer essa reviravolta toda pro correio não fechar” (Entrevista com José Evaldo Braga em 2018).

A fala de Zé Braga expressa claramente a percepção de que seu pai tinha uma intuição aguçada sobre o futuro incerto do correio. Devido à sua reputação como guardião das memórias locais, muitas pessoas procuravam o sr. Pedro, atraídas por essas histórias. Ele pedia aos visitantes que fornecessem seus endereços, na esperança de que, ao enviar

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

e receber muitas cartas, pudesse evitar o fechamento do único meio de comunicação que mantinha o povoado conectado ao mundo exterior.

“Amiga Vera, a senhora talvez não sonha quanto senti feliz em receber a sua preciosa carta, pois mais fequei sienta que alcancei a ter amigos a senhora e o saudoso Reinaldo” (carta de Pedro Braga à autora. Pereira, 1996: 29).

O exemplo acima evidencia como, na ausência de jovens para ouvi-lo, o senhor Pedro usou sua habilidade em cruzar a fronteira entre o mundo pequeno e isolado do Vau e o vasto mundo exterior. Ao utilizar a escrita para cultivar amizades e manter o fluxo de comunicação, Braga rompeu com as limitações impostas pela geografia e pelas condições de infraestrutura de sua comunidade. Ele transformou o ato de escrever em um ato de resistir ao isolamento, fortalecendo o vínculo do Vau com o mundo maior, destacando-se como um ponto de diálogo com esferas mais amplas.

### **3. Entrelugar: fronteiras entre História Oral, História Escrita e Literatura**

A partir do que foi exposto, podemos situar Pedro Braga como um sujeito posicionado em um *entrelugar* que conecta as dimensões da oralidade, da história e da literatura. O conceito de entrelugar, conforme exposto por Cláudio B. Ferraz (2010: 19), refere-se a um espaço de fronteira que, ao mesmo tempo em que separa e delimita, também permite o contato e a aproximação entre diferentes mundos. Nesse sentido, o sr. Pedro vive, narra e escreve em uma região limítrofe onde essas três dimensões se entrelaçam de forma única.

Essa posição é caracterizada pela sua capacidade de conectar e transitar entre os campos da oralidade, da história e da literatura, atuando como um mediador, criando pontes entre esses diferentes domínios, já que, além de “contar histórias”, escreveu em cadernos de numerosas páginas boa parte do que sabia sobre a formação do povoado. Esta pesquisa teve acesso a seis destes cadernos<sup>7</sup>, que foram escritos entre o ano 1988 e 1997, digitalizados e transcritos pela pesquisadora Lúcia Nascimento e Josiley Francisco de

---

<sup>7</sup> Josiley de Souza, que realizou sua pesquisa em um período temporal mais próximo da morte do sr. Pedro, afirmou (2006: 109) que teve acesso a 14 cadernos, mas que este número não corresponde à totalidade da produção de Braga, visto que sua família afirmava, já à época, que muita coisa havia se perdido após sua morte no ano de 2000.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

Souza entre 2001 e 2002. No trecho abaixo, retirado do caderno nº 06<sup>8</sup>, Pedro Braga escreveu sobre a formação do distrito.

“Outros detalhes vou deichar eu Pedro Cordeiro Braga as partis historica di Vau escrita conformi as tradições di meus pais *tradozida* di seus avós sendo na era do séculos fims do ceculo 16 a princípio do ceculo 17 foi criada a Vila do principi houji a çidadi do Serro. Temdo esta linha di comunicação di Vila Rica a tradicional cidadi di Ouro Prêto. Semdo disbravado pelos bandeiranti até o local ondi foi elevada a historica cidadi di Diamantina. Semdo o único trêcho do rio Jequitemhonha que conceguiram travessar foi em Vau ficando esti nomi di origem pela passagem” (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 90. Grifo nosso).

A referência ao “fim do século XVI e princípio do século XVII” como o período de criação da Vila do Serro e o papel dos bandeirantes na região contradizem os registros históricos estabelecidos, que situam esses eventos no século XVIII. De acordo com o pensamento de Portelli (1997: 30), esta discrepância não necessariamente desacredita o relato de Braga, mas destaca como a memória coletiva pode oferecer uma “verdade diferente”, emocional ou simbólica, que fala mais sobre as percepções e as realidades vividas pela comunidade do que sobre os factos objetivos. No caso do sr. Pedro, sua narrativa pode revelar como a comunidade do Vau percebe sua origem e sua importância histórica, vendo na ideia de o povoado possuir uma história muito antiga, um elemento central e nobre da fundação do local.

Este trecho do caderno de anotações também serve como exemplo icônico de sua atuação como mediador na fronteira entre a história e a memória. Ele contextualiza, a partir da tradição que *alcançou*, o momento histórico, descrevendo a formação do povoado e criando uma relação entre o período de exploração do Brasil colonial e importantes cidades históricas de Minas Gerais, como Serro – na época chamada Vila do Príncipe – e Ouro Preto. Essa narrativa, mesmo apresentada em uma linguagem simples, reflete detalhes sobre o desenvolvimento econômico e social da região, como as descobertas de ouro e diamante e a fundação de diversas fazendas<sup>9</sup>. A menção aos bandeirantes, personagens importantes no desbravamento e ocupação da América Portuguesa, expandindo as fronteiras para o interior, situa o Vau como local de importância estratégica.

<sup>8</sup> A numeração dos cadernos não necessariamente representa sua ordem cronológica de escrita por Pedro Braga, mas sim uma numeração escolhida pela pesquisadora Lúcia Nascimento, quando realizou o trabalho de digitalização e transcrição dos mesmos.

<sup>9</sup> Apesar do uso da palavra *fazendas*, na verdade, terras dedicadas à mineração de diamantes no leito dos rios por meio de trabalho escravo.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

Outro ponto de destaque, exemplo de sua atuação como mediador em outra fronteira, a da oralidade e da escrita, é o facto do uso que faz das letras ser claramente influenciado pela oralidade, o que reflete a autenticidade de sua voz e a forma como a história é contada em sua comunidade. Sua escrita não segue rigidamente as normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa, mas sim a expressão sonora das palavras, refletindo a linguagem falada de sua comunidade (Souza, 2016, p. 101)<sup>10</sup>.

Mesmo assim, além da literatura, o trabalho de *tradução* da oralidade para a escrita envolve mais do que a mera transcrição de palavras; é uma interpretação das vivências, valores e contextos históricos que moldaram sua comunidade. Segundo Portelli (1997: 32), documentos como esses produzidos por Pedro Braga são oriundos de uma tradição oral e podem complementar a história oficial, oferecendo perspectivas alternativas e muitas vezes negligenciadas sobre o passado. Nesse sentido, suas obras não são apenas literárias, mas também historiográficas, pois documentam e interpretam o passado do povoado de uma maneira que ressoa com a prática histórica.

À vista disso, podemos situar Pedro Braga em um *entrelugar*, um espaço liminar onde literatura e historiografia, oralidade e escrita, se encontram e se fundem. Ele opera nos limites dessas disciplinas, fazendo uso da narrativa poética para dar vida à história e utilizando o registro histórico para conferir autenticidade à sua literatura.

Jacques Le Goff (1990: 437) argumenta que a memória é formada por múltiplas camadas, representando diferentes momentos do passado que se entrelaçam no presente. Sua produção envolve a transmissão contínua de conhecimento e lembranças ao longo do tempo, papel crucial desempenhado por Pedro Braga na narração oral de histórias e na escrita dos cadernos. Adicionalmente, Le Goff faz uma distinção entre *memória oral*, que é transmitida oralmente, e *memória escrita*, que é registrada por escrito. A *memória oral* está intimamente ligada à cultura popular e ao cotidiano das comunidades, mantida através de rituais, celebrações, narrações e performances. Ela é dinâmica e pode ser alterada ou adaptada ao longo do tempo, refletindo as mudanças na sociedade e no contexto cultural. Já a *memória escrita* refere-se à documentação e registro do conhecimento através de textos escritos, permitindo uma forma mais estática e duradoura

---

<sup>10</sup> Na dissertação de mestrado de Josiley Francisco de Souza (2006) no campo dos Estudos Literários, de título “Pedro Braga: uma voz no Vau”, o autor concentrou-se em realizar uma análise de seus escritos.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

de armazenamento, oferecendo a possibilidade de um acesso mais preciso e detalhado ao passado.

Ao “traduzir” a oralidade para a escrita, Pedro Braga se posiciona como um mediador na fronteira entre esses dois mundos. Essa atividade de tradução implica uma adaptação e interpretação das narrativas orais em um formato escrito, mais estático, visando assegurar que a memória coletiva e a história do povoado não se perca com o passar do tempo.

A distinção entre história e memória é um tema amplamente explorado na historiografia. Lucília Delgado (2006: 17-21) oferece uma análise aprofundada dessas diferenças. A memória, como descrita por Delgado, é um fenômeno subjetivo, pessoal e íntimo, que se enraíza na experiência individual ou coletiva, sendo moldada pelas emoções e pela identidade cultural de um grupo. A memória é fluida, vulnerável ao esquecimento e à reinterpretação ao longo do tempo, sendo frequentemente influenciada pelo contexto social e político em que se manifesta. Por outro lado, a história busca ser uma narrativa mais objetiva e crítica do passado. Ela se baseia em métodos rigorosos de pesquisa, utilizando fontes documentais e outros vestígios materiais para construir uma interpretação baseada em evidências.

Apesar dessas diferenças, Delgado destaca que memória e história não são opostos, mas sim complementares. A memória fornece à história uma rica base de dados, emoções e experiências, enquanto a história oferece à memória uma estrutura crítica que pode legitimar ou questionar as lembranças coletivas. Nesse sentido, a história busca transcender as limitações da memória, ao mesmo tempo em que reconhece sua importância.

Sua atuação evidencia que o reconhecimento por parte de Braga que as memórias são essenciais para manter viva a identidade cultural do Vau e, ao registrá-las, não apenas as preservou, mas também transcendeu as limitações impostas pela oralidade e pelo tempo, cumprindo o papel da história ao buscar uma narrativa que perdure.

### **3.1. Transição da oralidade para a escrita**

O senhor Pedro, pela maior parte de sua vida, habitou uma comunidade de tradição eminentemente oral. Em sua infância, teve acesso a estudo formal somente até os 9 anos de idade. A transição da oralidade para a escrita representa uma mudança significativa na

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

forma como o conhecimento e as informações são transmitidos e armazenados e deve ser compreendida não apenas como um deslocamento técnico, mas como um fenômeno cultural e histórico que envolve profundas transformações na forma de pensar, memorizar, narrar e preservar o conhecimento. Segundo Walter J. Ong (1998: 23), a oralidade e a escrita não são apenas modos distintos de expressão: são formas cognitivas e sociais radicalmente diferentes. Em culturas orais, o conhecimento é preservado na memória e transmitido por meio da repetição, do ritmo e da performance; já a escrita promove uma externalização da memória e inaugura formas de distanciamento crítico, análise linear e acúmulo documental.

Pedro Braga, ainda que imerso em uma comunidade de tradição oral, apropriou-se da escrita de maneira funcional e simbólica. Sua prática evidencia o que Paul Zumthor (1997: 148) define como oralidade secundária – aquela que, mesmo atravessada pela escrita, mantém os traços e marcas da performance oral, como a espontaneidade, a repetição e o caráter interativo da linguagem. Nos escritos de Braga, nota-se a persistência da cadência oral, da pronúncia fonética, da gramática informal, além da valorização da memória ancestral como fonte de autoridade narrativa. Seus cadernos, portanto, não são simples registros escritos, mas sim prolongamentos da oralidade em suportes materiais.

Sua intimidade com o ato de escrever – antes a serviço da comunidade, e depois voltada para o registro de suas memórias e reflexões – foi sendo construída em meio à prática cotidiana, no voluntariado dos Correios, na redação de cartas, no intercâmbio com moradores e pesquisadores. Os cadernos escritos por Braga entre 1987 e 1997 resultam desse percurso singular, em que a oralidade não desaparece, mas se infiltra nos modos de escrever, transformando a escrita em um entrelugar de enunciação.

Nesse sentido, a prática escritural de Pedro Braga pode ser compreendida como um exemplo concreto do que Cláudio Ferraz (2010: 19) nomeia como entrelugar – espaço de trânsito e de hibridismo cultural, onde saberes, formas e temporalidades se encontram e se transformam mutuamente. Ao traduzir a palavra falada para o papel, Braga não apenas documenta o Vau: ele reelabora a própria memória da comunidade, reconfigurando o passado em chave poética, histórica e afetiva.

Para explicitar o contexto em que Pedro Braga decide se voluntariar como carteiro e escritor de cartas, vamos usar como suporte o depoimento de dois personagens moradores de São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito do município de Serro distante 7 quilômetros do Vau, que conheceram pessoalmente Pedro Braga: dona Helena Siqueira

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

Torres<sup>11</sup>, 84 anos, que sempre morou na localidade sem nunca ter de lá saído e que também se ocupou de escrever e enviar cartas para moradores da comunidade; e Ademil Sebastião Ribeiro<sup>12</sup>, de 71 anos, proprietário de um conhecido armazém e restaurante, também em São Gonçalo do Rio das Pedras.

Pedro Braga, conforme descrito por Ademil Sebastião Ribeiro, era uma figura multifacetada. Sua principal ocupação, além de carpinteiro, era o garimpo de diamantes, atividade comum na região devido à sua riqueza mineral. A falta de comércio local no Vau obrigava Pedro a viajar até São Gonçalo do Rio das Pedras, onde trocava as gemas garimpadas por alimentos e outros suprimentos. Esta viagem geralmente ocorria aos sábados:

“porque aí o dono do comércio costumava levar mercadoria pra ele lá no Vau, no sábado. Ele trabalhava a semana toda no garimpo, dava no sábado, trazia os diamantes, vendia pro moço aqui, comprava os alimentos que ele precisava e o moço ia levar lá no Vau pra eles” (Entrevista com Ademil Sebastião Ribeiro em 2024).

Segundo o sr. Ademil, a infraestrutura de transporte na região era precária, o que dificultava ainda mais a vida dos moradores. As estradas eram, em grande parte, de terra e frequentemente intransitáveis para veículos comuns, limitando o transporte a tração animal e, mais tarde, veículos como *Jipes* e *Rurais*<sup>13</sup>, com capacidade para trafegar em condições adversas. Esta dificuldade de acesso fazia com que qualquer forma de comunicação e o transporte de mercadorias fosse um grande desafio.

“Olha... aqui, há muitos anos atrás, as cartas vinham no lombo do burro. Tinha um senhor aqui, eu já conheci ele... cheguei a conhecer ele... Antes dele já tinha outros, né? (...) Aí o moço trazia uma vez por semana a mala, e levava também mala uma vez na semana. Ele vinha do Serro aqui trazendo a mala e levava no mesmo dia a mala pro serro” (Entrevista com Ademil Sebastião Ribeiro em 2024).

No Vau, o acesso a serviços básicos como correios era limitado, levando Pedro Braga a assumir um papel crucial na manutenção desse serviço. O sr. Ademil nos conta que:

“como tinha muita gente da roça que tinha dificuldade pra escrever uma carta e tudo mais, ia atrás dele até pra ele mesmo escrever a carta, né? Ele escrevia a carta pra

<sup>11</sup> Dona Helena também é conhecida por ter atuado como escritora de cartas. Ela conta que, antigamente, escrevia cartas a pedido de pessoas do distrito, como esposas cujos maridos mudavam de cidade para trabalhar.

<sup>12</sup> O sr. Ademil também é outra figura célebre de Serro. Recepciona turistas e viajantes em seu restaurante, onde vende diversos tipos de vinhos e licores de fabricação própria, enquanto compartilha histórias e causos sobre a região.

<sup>13</sup> Veículos altos, de forte motor, com tração nas quatro rodas.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

pessoa, a pessoa explicava o que que queria, e ele expunha na carta. (...) A pessoa mora na roça, não sabe escrever nem nada e tal. Ia atrás dele "oh seu Pedro, precisava mandar um recado pra meu filho lá em São Paulo, ou lá no Belo Horizonte, tudo mais, tal e tal. Será que tem jeito do senhor fazer uma cartinha e mandar pra mim?". "Ah, pois não! Vem pra cá. Vem cá e tal. Vamos tomar um café, vamos bater um papo. O que que você quer?" (...) Às vezes, a pessoa... chegava a carta pra ela, ela não sabia ler a carta, "ah, então Sr. Pedro, o senhor lê pra mim?", "leio, uai", e lia a carta pra ele" (Entrevista com Ademil Sebastião Ribeiro em 2024).

Observa-se, do relato do senhor Ademil, a afabilidade e boa vontade com que Pedro Braga recebia as pessoas, na maioria velhos conhecidos, ajudando-os na escrita e leitura das cartas. As cartas eram escritas em um contexto de comunidades rurais onde a comunicação escrita era uma necessidade fundamental devido à falta de acesso a outros meios de comunicação. Em São Gonçalo do Rio das Pedras, inclusive, tal qual Pedro Braga, dona Helena Siqueira Torres era um exemplo de pessoa procurada para escrever cartas para outros moradores. Segunda ela:

“eles trazia o papel e o envelope e eu ficava... perguntava... Qual é o assunto que você quer? Se é namorado, é namorado (...). Pedido de casamento, pêsames, visita, tudo tinha... Eu costumava juntar umas 5 cartas pra escrever de uma vez. Porque a gente, naquele tempo, a situação era muito difícil (...).” (Entrevista com Helena Siqueira Torres em 2024).

Neste cenário descrito por ela, as cartas serviam para uma variedade de propósitos, desde pedidos de casamento até mensagens de pêsames. O ato de escrever cartas era uma forma crucial de manter laços sociais e familiares, especialmente em um período onde as opções de comunicação eram limitadas e a educação formal era escassa.

Assim como dona Helena desempenhava esse papel em São Gonçalo do Rio das Pedras, o senhor Pedro era uma figura central para a escrita de cartas no povoado do Vau. Pedro Braga também se destacou como voluntário no serviço de correio. Segundo o senhor Ademil, ele não recebia pagamento por seu trabalho, mas desempenhava um papel vital na recepção e distribuição de cartas na comunidade. As cartas eram um meio essencial de comunicação, especialmente para aqueles que viviam em áreas rurais e tinham familiares ou amigos em outras localidades. Assim:

“Como no Vau não tinha ninguém pra trabalhar no Correio e tudo mais, ele foi um voluntário. Ele trabalhava de graça e não recebia nada pra isso (...). A gente vindo no ônibus, muitas vezes, ou a gente passando de carro, ele tava lá recebendo o malote, lá no ponto parado esperando o malote chegar pra poder ele receber as cartas” (Entrevista com Ademil Sebastião Ribeiro em 2024).

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

As motivações de Pedro Braga para realizar esse trabalho voluntário parecem ser enraizadas em um profundo senso de compromisso com sua comunidade. De acordo com Ademil, Pedro Braga chegou até mesmo a escrever cartas para si mesmo, para garantir a sobrevivência do serviço de correio local.

Figura 2 — O posto comunitário dos Correios onde Pedro Braga desempenhava trabalhos como voluntário que escrevia, recebia e distribuía cartas



Fonte: Valdir Macedo Neto

A linha de raciocínio traçada nos leva a crer que, sua intimidade com o ato de escrever, antes para a comunidade, e depois, durante sua atuação como voluntário nos correios, escrevendo, enviando e recebendo cartas, pode ser um dos fatores que o levou a registrar também seus próprios pensamentos e as histórias do Vau em cadernos, cuja data mais antiga encontrada é a do ano de 1987. Sua profunda conexão com a comunidade como escritor de cartas, recebedor e transmissor de tradições indicam uma transição natural para a escrita. Conhecedor de uma vasta gama de histórias e tradições locais, sua prática constante de escrever cartas para outros pode ter despertado nele o desejo de preservar essas narrativas de forma mais duradoura. A escrita em cadernos permitiu a Pedro documentar as histórias que ouvira e vivenciara, garantindo que as memórias coletivas do Vau não se perdessem no tempo, mas fossem preservadas para as futuras gerações, complementando sua atuação como narrador oral.

Todas as histórias registradas em áudio na entrevista realizada por Reinaldo Martiniano Marques em 1988 foram também encontradas na versão escrita. Isso nos

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

indica como Pedro Braga atuava não apenas como um contador de histórias, mas também como um memorialista, consciente da importância de documentar essas narrativas para a posteridade.

A atuação de Braga pode ser vista sob a perspectiva de Catroga (2001: 30), que aborda a fronteira entre história e memória, com ênfase na memória como um fenômeno social que envolve a relação com a alteridade. Braga, além de preservar e relatar as memórias dos outros, também as traduz para o formato escrito, garantindo que essas narrativas não sejam perdidas. Assim, se posiciona como uma ponte entre o passado e o presente, conectando indivíduos através do compartilhamento de memórias comuns.

A existência dos cadernos, guardados cheios de registros manuscritos, destaca a profundidade da figura de Pedro Braga, que entendeu a posição que ocupava na sociedade que vivia e adotou para si a tarefa de ser a ponte sobre a fronteira que separava o mundo externo do povoado do Vau.

#### **4. A fronteira entre a Eutopia e a Utopia**

Em seu Caderno nº 06, Pedro Braga nos oferece um retrato de sua própria vida quando escreveu sua biografia em versos. Em meio às descrições de eventos e memórias pessoais, um tema que emerge de maneira recorrente é o da saudade de um passado que não retorna mais. Esses trechos são marcados por uma melancolia profunda, onde o autor expressa seu desejo de retornar a tempos mais simples, ao convívio com entes queridos já falecidos e a uma comunidade que, ao seu ver, estava desaparecendo diante de seus olhos:

“Neste dia nas *margem do saudoso regato*  
O céu já estava em bela amplidão  
Junto de mim passaram tristes  
Dois passarinhos que entoavam triste canção  
Eu disse *benditas águas mornas apressadas*  
Me dissei onde está aquele alguém  
O meu coração de saudades está ferido  
Esperando pela última dor que ainda vem”  
(Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 46. Grifo nosso).

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

O texto acima remete a uma intertextualidade com o Salmo 137<sup>14</sup>, da Bíblia, que é conhecido pela lamentação do povo hebreu exilado na Babilônia. No Salmo, os hebreus, sentados à margem dos rios da Babilônia, choram ao lembrar-se de Sião, sua terra natal, que não podem mais retornar<sup>15</sup>. De maneira semelhante, o senhor Pedro, em seu poema, evoca a saudade de um lugar e de alguém que lhe são profundamente queridos, enquanto se encontra à beira de um regato<sup>16</sup>. Assim como os hebreus penduram suas harpas nos salgueiros, Braga também dialoga com a paisagem natural ao se perguntar sobre “aquele alguém” e expressar sua dor de maneira melancólica.

A inspiração pode ser intencional, visto que Braga, um católico fervoroso, participava ativamente das tradições religiosas (Souza, 2006, p. 82). Ambos os textos utilizam a natureza como cenário para uma meditação sobre a ausência, a saudade e a busca por um lugar que parece distante.

O conceito de *eutopos* e *utopos* na filosofia grega oferece uma ótica interessante sob a qual podemos analisar o sentimento de Pedro Braga em relação ao Vau. O *eutopos* refere-se ao “bom lugar”, um espaço de harmonia e realização que é acessível e idealizado como um lugar real, embora perfeito (Sousa, 2016: 17). Por outro lado, *utopos* é um lugar que não existe, um “não-lugar” ou uma utopia inalcançável. Nos versos de Pedro Braga, o regato representa uma espécie de eutopos, um espaço concreto ao qual ele sempre esteve ligado, que nutriu sua vida e sua identidade. No entanto, à medida que sua vida chega ao fim e ele enfrenta a impossibilidade de retornar ao Vau de suas lembranças, o regato se transforma em uma espécie de utopos — algo que simboliza a perfeição do passado, mas que, na realidade, já não pode mais ser acessado.

Essa delicada fronteira habitada por Braga – entre o lugar idealizado de suas memórias e o lugar impossível que nunca poderia alcançar – torna-se motor de sua tentativa de preservar e fixar o Vau do passado, lutando contra o desaparecimento simbólico do lugar que amava.

---

<sup>14</sup> “Junto aos rios da Babilônia, ali nos assentamos e choramos, quando nos lembramos de Sião. Sobre os salgueiros que há no meio dela, penduramos as nossas harpas”.

<sup>15</sup> Luís de Camões, em sua recriação do Salmo 137, também fala do exílio e da saudade em termos semelhantes, acentuando a dor de estar separado de um lugar querido. Sua versão, “Sôbolos rios que vão/ por Babilônia, m’ achei/ onde sentado chorei/ as lembranças de Sião/ e quanto nela passei”.

<sup>16</sup> Uma corrente de água pouco volumosa e de pequena extensão; ribeiro, riacho, córrego.

## 5. Na fronteira entre a realidade e a ficção

Como já foi demonstrado anteriormente, a atuação de Pedro Braga ultrapassou as fronteiras do Vau, sendo admirada e respeitada por pessoas que habitavam círculos externos. Um elemento que comprova este fato é o filme *Narradores de Javé*, produzido pela diretora Eliane Caffé em 2003, cuja história foi inspirada em sua atuação como carteiro-escritor no povoado.

Caffé soube da história do Sr. Pedro quando terminava seu primeiro filme, *Kenoma*, filmado no Vale do Jequitinhonha, quando trocou com ele correspondência e, depois, conhecendo-o pessoalmente. Ao trocar correspondências com a diretora do filme, Braga transcendeu as barreiras geográficas e sociais de sua comunidade. Sua narrativa pessoal serviu de inspiração para uma obra cinematográfica de relevo, que alcançou um público muito mais amplo. Esse intercâmbio trouxe visibilidade à importância dos narradores locais na preservação e transmissão de memórias e tradições. A transformação de sua atuação em um filme – mesmo que livremente inspirado – é uma prova contundente de como Braga atuava como uma ponte na fronteira de mundos muito distantes.

Na história do filme, o progresso chega à pequena cidade de Javé, povoado incrustado no interior do estado da Bahia, com a notícia de que o lugar seria extinto com a chegada de uma barragem que inundaria toda a região para a implantação de uma usina hidrelétrica. Após comoção geral, o povo da comunidade se reúne para encontrar uma forma de manter vivo o lugarejo e suas tradições. A única solução encontrada foi a de transformar a pequena vila em patrimônio histórico, de maneira que, sendo este patrimônio tombado, não pudesse mais ser destruído pelas águas.

Após calorosa deliberação, Javé escolheu como objeto de salvação as histórias orais de fundação e povoamento do Vale de Javé. Essas tradições, segundo a comunidade, possuíam grande valor e ressaltavam a nobreza do lugar. O grande problema residia no fato de que, tal qual o povoado do Vau do passado, a maioria dos seus poucos moradores não sabiam escrever. Em reunião, a comunidade decide que o carteiro, Antônio Biá – cuja atuação foi inspirada na atuação do sr. Pedro –, único possuidor da habilidade de escrita, seria o responsável por transpor para o papel as tradições, contos e mitos repassados desde tempos imemoriais.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

Figura 3 - Antônio Biá, personagem inspirado em Pedro Braga, interpretado por José Dumont em *Narradores de Javé*



Fonte: Quadro do filme “Narradores de Javé” (citado em Fontes cinematográficas ao fim do artigo)

Antônio Biá se encarregou então de ouvir morador por morador, tomando notas de tudo que lhe era dito, e começou a construir o documento em que registrava a nobre e desconhecida história de Javé.

Uma das potencialidades da narrativa cinematográfica é a de permitir a analogia entre realidade e ficção. Antônio Biá e o Sr. Pedro Braga podem ser vistos como mediadores simbólicos de suas comunidades, já que assumem a função de representar, falar e agir em nome da pequena Javé/Vau, da sua memória e da sua história.

Assim como Antônio Biá, Pedro Braga desempenhou o papel de guardião das histórias e memórias de sua comunidade no Vau. Ele se empenhou na coleta detalhada dos eventos e pessoas do passado. Não satisfeito em memorizar e contar as histórias, diante do curso inexorável da vida – “*sei que brevi partirei*”<sup>17</sup> – e motivado pela percepção do declínio da tradição oral, se dedicou a preservar as memórias de sua comunidade.

No caso de Antônio Biá, foi delegada a responsabilidade de lutar para que o povoado de Javé não fosse inundado por uma represa. Pedro Braga, por sua vez, se depara com um tipo diferente de ameaça à sobrevivência de seu povoado – não física, mas simbólica. Ao perceber que a tradição oral do Vau estava se perdendo e que os jovens não

<sup>17</sup> É comum encontrar em meio a vários textos de Pedro Braga frases onde ele indica que tem ciência da proximidade do seu fim, devido à idade.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

se interessavam em dar continuidade a essa forma de preservação da história, decide escrever – e portanto, preservar – a história e as memórias da comunidade. Sua escrita, assim como a de Biá, visa proteger a identidade do lugar e transmitir sua importância para além das fronteiras.

“Meu amados filhos  
Aqui vou deichar meu pedido  
Não dispresas nosso tradicional Vau  
Para sempri é meu sonho preferido”  
(Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 68).

Assim como a comunidade de Javé, do filme, Pedro Braga viu seu espaço e identidade ameaçados. Isso é notório no trecho acima, quando ele pede que seus filhos não desprezem o “tradicional Vau”. No caso do Vau, um dos fatores que podem ter causado um receio parecido era a perda da agência dos correios, único meio de contato com o mundo exterior e, em certa medida, a perda de parte da própria identidade, já que:

“nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes” (GIDDENS, 1990, pp. 37-38 *apud* HALL, 2015, pp. 14-15).

É interessante notar que, diante da ameaça de aniquilação do seu modo de vida, a escolha da população de Javé é, ao invés de pegar em armas para se defender do avanço do inimigo aniquilador, fazer uso das letras para documentar sua própria história, como se dissessem ao mundo "nós estamos aqui; nós existimos". De acordo com Gontijo:

“escrever é uma "atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” [...] O exercício de escrever e trocar cartas é uma das práticas culturais modernas de *produção de si*” (Certeau, 1994 *apud* Gontijo, 2005. Grifos nossos).

A autobiografia e os outros escritos de Braga são um claro exemplo dessa “escrita de si”. Nota-se o uso da escrita para refletir sobre suas próprias experiências e desafios, construindo uma narrativa pessoal que se entrelaça com a história coletiva do Vau. Este processo de auto-reflexão e registro é uma forma de afirmar sua identidade e de se posicionar como um guardião da memória e da cultura de sua terra.

Portadores da habilidade da escrita, técnica que os alçou à condição de salvadores locais, Antônio Biá e Pedro Braga se tornam porta-vozes com poderes para agir como

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

mediadores na fronteira que separa o mundo da oralidade do mundo da escrita, representando os valores, visões de mundo e demandas da comunidade.

Ao final do longa-metragem, a comunidade de Javé é, inexoravelmente, submergida pelas águas da represa. Na comunidade do Vau também o correio foi fechado, “submergido” pelas “águas do progresso”. Talvez como uma espécie de sinal que as coisas sempre mudam, independentemente se lutamos contra a mudança ou se simplesmente a abraçamos.–

## **Conclusão**

Pedro Braga escreveu o que os antigos contaram, escutou o que viveram e preservou o temeram perder. Transitou entre a palavra dita e a palavra escrita; entre a memória coletiva e a história registrada; entre o Vau do passado e o Vau sonhado. Em seus cadernos, misturam-se o rigor do historiador popular, a emoção do memorialista e a sensibilidade do poeta.

Na ausência de escola, fundou um arquivo. Na ausência de público, construiu um legado. Na ausência de jovens ouvintes, escreveu para os que ainda viriam. Sua atuação se deu na fronteira entre o dizer e o calar, entre o lembrar e o esquecer, entre o resistir e o desaparecer. No fim das contas, o que Braga construiu não foi apenas um conjunto de cadernos – foi um lugar simbólico onde a oralidade, a escrita, a história e a memória se encontram, se atravessam, se reconhecem.

## **Fontes escritas**

BRAGA, Pedro Cordeiro. Escritos do Sr. Pedro Braga (Caderno 06). Digitalização e transcrição por Lúcia Nascimento em 2001/2002 (236 páginas). Vau, 1988.

## **Fontes orais**

BRAGA, Pedro Cordeiro [71 anos]. [abril de 1988]. Entrevistador: Reinaldo Martiniano Marques. Povoado do Vau, Diamantina, MG, abril de 1988.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

BRAGA, José Evaldo [59 anos]. [março de 2018]. Entrevistador: Valdir Macedo Neto. Povoado do Vau, Diamantina, MG, março de 2018.

RIBEIRO, Ademil Sebastião [71 anos]. [julho de 2024]. Entrevistador: Valdir Macedo Neto. São Gonçalo do Rio Preto, Serro, MG, julho de 2024.

TORRES, Helena Siqueira [84 anos]. [julho de 2024]. Entrevistador: Valdir Macedo Neto. São Gonçalo do Rio Preto, Serro, MG, julho de 2024.

### Fontes cinematográficas

CAFFÉ, Eliane (2004). *Narradores de Javé*. Direção: Eliane Caffé. Produção de Bananeira Filmes, Gullane Filmes, Laterit Productions, Riofilme. Brasil: Riofilme.

### Referências Bibliográficas

CATROGA, Fernando (2001), *Memória, História e historiografia*, Coimbra, Editora Quarteto.

DELGADO, L. de A. N. (2009). “História oral e narrativa: tempo, memória e identidades”, *História Oral*, v. 6, pp. 9-25. <https://doi.org/10.51880/ho.v6i0.62>. [consultado em 03/01/2025].

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira (2010), “Apresentação”, *Entre-lugar*, v. 1, n. 1, pp. 15-31, [consulta em 15/09/2024]. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/issue/view/33>

LE GOFF, Jacques (1990), *História e memória*. 1924. Tradução de Bernardo Leitão, Campinas, SP. Editora da UNICAMP (Coleção Repertórios).

PEREIRA, Vera Lúcia Felício (1996), *O Artesão da Memória no Vale do Jequitinhonha*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.

ONG, Walter J. (1998), *Oralidade E Cultura Escrita: a tecnologização da palavra*, Campinas, SP, Papyrus,.

PORTELLI, Alessandro (1997), “O que faz a história oral diferente”, *Projeto História*, 14, pp. 25-39.

Valdir Macedo Neto – *Pedro Braga: fronteiras entre oralidade, escrita, história e memória*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 157-178.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a7](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a7)

SOUSA, Cidoval Morais de (2016), *Utopia, ainda que tardia* in Cidoval Morais de Sousa – *Um Convite à Utopia*. Campina Grande, EDUEPB, vol. 1, pp. 15-28, [consulta em 18/08/2023]. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kcdz2>.

SOUZA, Josiley Francisco de (2006), *Pedro Braga: uma voz no Vau*, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ZUMTHOR, Paul (1997), *Introdução à poesia oral*, Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida, São Paulo, Hucitec.

# **Outros Estudos**

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

## **Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)**

## **Blas Piñar na Direção do Instituto de Cultura Hispânica (1957-1962)**

## **Blas Piñar's Leadership at the Institute of Hispanic Culture (1957-1962)**

## **La Direction de Blas Piñar à l'Institut de Culture Hispanique (1957-1962)**

Eva Gómez Fernández  
 Universidad de Cantabria  
 evagomezfer22@gmail.com

**Resumen:** El artículo ahondará en la labor que desempeñó Blas Piñar en el Instituto de Cultura Hispánica (ICH), cargo que ostentó entre 1957 y 1962. Durante su mandato reformuló la concepción de la Hispanidad para que España colaborase política, intelectual y militarmente con Iberoamérica. Con las fuentes de la Fundación Blas Piñar (FPB) se remarcará que el Instituto fue un proyecto personal que no se entendería sin su trayectoria biográfica ni sin su espíritu combativo que estuvo ligado a la palingenesia social.

**Palabras clave:** Blas Piñar; Instituto de Cultura Hispánica; Extrema derecha; anti-España; Hispanidad.

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo explorar o papel desempenhado por Blas Piñar no Instituto de Cultura Hispânica (ICH) durante seu mandato de 1957 a 1962. Sob sua liderança, ele reformulou o conceito de Hispanidade para promover a colaboração política, intelectual e militar da Espanha com a América Latina. Com base em fontes da Fundação Blas Piñar (FPB), este estudo destaca como o Instituto foi um empreendimento profundamente pessoal, inseparável de sua trajetória de vida e de seu espírito combativo, intrinsecamente ligado à ideia de renovação social.

**Palavras-chave:** Blas Piñar; Instituto de Cultura Hispânica; extrema-direita; anti-Espanha; Hispanidade.

**Abstract:** This article aims to explore the role Blas Piñar played at the Instituto de Cultura Hispánica (ICH) during his tenure from 1957 to 1962. Under his leadership, he reimagined the concept of Hispanidad to foster Spain's political, intellectual, and military collaboration with Latin America. Using sources from the Fundación Blas Piñar (FPB), this study highlights how the Institute was a deeply personal endeavor, inseparable from his life story and his combative spirit, which was intrinsically linked to the idea of social renewal.

**Abstract:** Blas Piñar; Institute of Hispanic Culture; Extreme-right; anti-Spain; Hispanicity.

**Résumé:** Cet article vise à examiner le rôle joué par Blas Piñar au sein de l'Institut de Culture Hispanique (ICH) pendant son mandat de 1957 à 1962. Sous sa direction, il a réimaginé le concept d'Hispanité afin de promouvoir la collaboration politique, intellectuelle et militaire de l'Espagne avec l'Amérique latine. En s'appuyant sur les sources de la Fundación Blas Piñar (FPB), cette étude met en évidence que l'Institut était une entreprise profondément personnelle, indissociable de son parcours biographique et de son esprit combatif, intrinsèquement lié à l'idée de renouveau social.

**Mots-clés:** Blas Piñar; Institut de Culture Hispanique; Extrême-droite; anti-Espagne; Hispanité.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

La Hispanidad es la gran obra de España.  
 Una Obra llena, impregnada de catolicidad<sup>1</sup>.

## Introducción

Blas Piñar definió así la supuesta naturaleza proselitista del Instituto de Cultura Hispánica (ICH) en su discurso de toma de posesión como director de este el 04 de enero de 1957. Su dirección estuvo marcada por un intento de consolidar la confraternidad hispánica y cultural entre España e Iberoamérica. Aunque sostenía que la Hispanidad fuera “la mayor obra de España”, debía construirse un frente anticomunista que actuase contra la llamada la anti-España (Preston, 2022) conformada – según él – por los nacionalismos periféricos, el ateísmo, el comunismo, la masonería y la democracia (Piñar, 2002: 31-32).

. El protagonista de estas páginas fue un actor clave dentro de la extrema derecha nacional. En 1958, José Solís Ruiz, entonces secretario general del Movimiento, se puso en contacto con él para trasladarle que Franco tenía intención de nombrarle consejero nacional del Movimiento. Piñar pasó a formar parte del grupo conocido como los Cuarenta de Ayete<sup>2</sup>.

Su pensamiento se vertebró en torno a la Hispanidad, la preservación de los Principios del 18 de Julio<sup>3</sup>, la Cruzada contra la anti-España y el anticomunismo. Estos ejes eran indisolubles de la misión histórica que debían desarrollar los “Caballeros de la Hispanidad”<sup>4</sup>, es decir, personajes hispanos que difundían mensajes católicos y heroicos que estaban encaminados al sacrificio individual y personal<sup>5</sup>. Esta dinámica, que sería desarrollada por el político rumano naturalizado español, Horia Sima fue bautizada como “Batalla por el Destino”, una concepción milenarista cristiana que imbricaría con la palingenesia social (Sima, 1980: 71).

<sup>1</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Toma de posesión como director del Instituto de Cultura Hispánica*, 04 de enero de 1957.

<sup>2</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Director del Instituto de Cultura Hispánica*, 31 de enero de 1958.

<sup>3</sup> Los Principios del 18 de Julio fueron el conjunto de fundamentos ideológicos oficiales del régimen franquista, proclamados formalmente en 1958. Reciben su nombre del 18 de julio de 1936, fecha del inicio de la Guerra Civil Española y símbolo del “Alzamiento Nacional”. Estos principios sintetizaban los valores que el régimen de Francisco Franco consideraba esenciales para el orden político, social y espiritual de España.

<sup>4</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Aguinaldo: héroe de la Hispanidad*, 20 de febrero de 1964.

<sup>5</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Antonio Rivera en el Recuerdo*, 29 de noviembre de 1961.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

Esta concepción presentaba las etapas del ciclo de vida del individuo desde su génesis y madurez hasta su muerte y posterior resurrección. En el fascismo histórico<sup>6</sup>, este ideal justificaba en cierto modo el culto exacerbado a la violencia que no tardó en asumir la Guardia de Hierro rumana (Iordachi, 2016:139-169) y, en el caso español, la línea palingenésica la encarnaría un nuevo Cid Campeador (Piñar López, 1978:22-26). Ese líder contemporáneo sería Blas Piñar.

Esto explicaría por qué los militantes y simpatizantes de la formación política que fundó durante la Transición, Fuerza Nueva (FN), se referían a él como “Caudillo Piñar”. Esta visión ahonda sus raíces en el mito del “Caudillo del Tajo”, una profecía que preconizó en la segunda mitad del siglo XIX Bug de Milhas quién aseguraba que en un futuro estallaría una guerra europea liderada por un “Caudillo” católico e ibérico que surgiría del Tajo (Sánchez de Toca y Catalá, 2009:149). Blas Piñar no tuvo dificultades en cultivar esa imagen pues había nacido en Toledo – a la que siempre presentaba como “Ciudad Imperial”<sup>7</sup>–. En las siguientes páginas se responderá a los siguientes interrogantes:

1. —¿Qué papel desempeñó como presidente del Instituto de Cultura Hispánica?
2. — ¿Cuál fue el nexo que estableció Blas Piñar entre la Hispanidad y el militarismo?

Esta investigación ahondará en el perfil biográfico de esa figura que ha pasado desapercibida en el academicismo español. Para llevar a cabo este trabajo, se ha recurrido a metodología archivística. La base documental procede, especialmente, de la Fundación Blas Piñar (FBP) que ha sido una fuente inédita hasta el día de hoy. Las referencias proporcionadas en las notas a pie de página se han apuntado de la forma más concreta posible. Se ha consultado el Archivo General Militar de Segovia (AGMS). El protagonista de este escrito no fue militar. Sin embargo, su abuelo paterno, Blas Piñar Rodríguez (1850-1902) – y su padre, Blas Piñar Arnedo (1891-1960) – sí lo fueron.

Se han analizado dos tomos que componen sus memorias, tituladas *Escrito para la Historia*, así como también sus discursos, varias de sus publicaciones y numerosos

---

<sup>6</sup> El fascismo histórico hace referencia a los regímenes y movimientos políticos que surgieron en Europa entre las dos guerras mundiales (1918–1945) y que constituyen los modelos originales del fascismo. El término se utiliza para diferenciar estas experiencias concretas – especialmente el fascismo italiano de Benito Mussolini y el nacional socialismo alemán de Adolf Hitler – de otros movimientos posteriores o derivados, como el neofascismo, el nacionalcatolicismo español o el Integralismo Lusitano.

<sup>7</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Declaraciones a Alfonso Paso*, 4 de mayo de 1971.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.*  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

artículos que escribió en diversos medios de prensa. Ligada a su obra, la familia ha impulsado la Colección Centenario que, por el momento, ha publicado cinco libros. En el trabajo se ha usado únicamente el volumen elaborado por Margarita Cantera Montenegro, ya que los restantes no aportan información relevante sobre su gestión al frente del Instituto. Finalmente, se tendrán en cuenta las fuentes secundarias de la hemeroteca de diarios de distinto signo ideológico.

### **Breves apuntes biográficos**

Para entender hasta que punto el Instituto fue un proyecto personal de Piñar, se realizará una semblanza biográfica que ayude a comprender cuál fue su formación ideológica.

Blas Piñar López nació en el seno de una familia humilde en el Toledo de 1918. Su familia paterna procedía del sector castrense pues su abuelo paterno había sido teniente de infantería y fue destinado a Filipinas. Su padre había luchado en el Protectorado de Marruecos, pero también ejerció como profesor en la Academia Militar de Toledo<sup>8</sup>. Por el contrario, su familia materna regentaba una sombrerería masculina que estaba especializada en tocados militares<sup>9</sup>.

Pasó su infancia a caballo entre Toledo y Cartagena, pero su conciencia católica se configuró en Alicante cuando, unos meses después de la proclamación de la II República, presencié la quema de conventos y el saqueo del Colegio de los Maristas – centro en el que estudiaba –<sup>10</sup>. Este episodio condicionó su carácter y en 1932 ocupó la tesorería de la Federación de Estudiantes Católicos (FEC) de dicha provincia. Un año más tarde, volvió a su ciudad natal donde conoció a Antonio Rivera apodado “Riverita” – quién, por aquel entonces, era el presidente de la FEC toledana, pero perteneció también a la Juventud de Acción Católica (JAC) a la que se unió Piñar poco después de haberlo conocido.

<sup>8</sup> Cuestionario realizado a Blas Piñar Gutiérrez el 21 de enero de 2022.

<sup>9</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Toledanos*, 11 de abril de 1973.

<sup>10</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Pasado reciente. Declaraciones solicitadas por los profesores de Historia Francisco Javier González Martín y Alfonso Rojas Quintanilla*, 06 de abril de 2000.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

Cuando estalló la contienda fratricida Piñar partió con su madre y con su hermana hacia Madrid donde desempeñó su labor en la V Columna de Falange<sup>11</sup>. A mediados de abril de 1939 regresó con su familia a Toledo donde continuó con sus estudios de Derecho, pero nunca desatendió sus actividades de militancia católica. En septiembre de ese mismo año pronunció un discurso en el Teatro Rojas que tituló *Universitarios de la Hispanidad*. La intervención tuvo una notable repercusión y le granjeó la simpatía de Enrique Plá y Deniel – que dos años más tarde sería nombrado arzobispo de esa ciudad – (Cantera Montenegro, 2021:37).

La familia se trasladó a Valencia en 1940<sup>12</sup> y, poco después, por mediación de Hernán Cortes y Pastor, Piñar se reunió con el expresidente diocesano de la JAC, Alfredo Sánchez Bella (Díaz Hernández, 2018: 113-120) que estaba al frente de la emisora que Unión Radio operaba en esa provincia valenciana<sup>13</sup>. Esa amistad floreció hasta tal punto que, en 1945, cuando Sánchez Bella era el director de *Ediciones y Publicaciones Españolas*<sup>14</sup>, se puso en contacto con Piñar – que en aquel momento estaba trabajando en la notaría de Cieza – para asegurarle que desempeñaría un lugar destacado en la política exterior:

Estamos tratando de embarcarte en alguna cosa de altura y ¡Ahí la bomba!: anteayer, el Ministro de Asuntos Exteriores me dijo, en vista de mis continuas insistencias respecto a tu nombre<sup>15</sup>.

En 1949, Piñar se estableció definitivamente en Madrid después de haber aprobado las oposiciones a notario. Allí entró en contacto con la diáspora de estudiantes rumanos que se alojaban en el Colegio Mayor Universitario Ximénez Cisneros. Con ellos compartió un sentimiento anticomunista y misticista cristiano que imbricaba con la Hispanidad<sup>16</sup>.

Sánchez Bella – que a partir de 1948 presidía el ICH – en vista de ese traslado, le insistió reiteradamente en que formase parte del Consejo Asesor de Cultura Hispánica, algo que se convirtió en realidad a partir del 12 de noviembre de 1951 cuando le nombró

<sup>11</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Testimonio: El final de la Guerra. Entrevista para Diario 16*, 26 de marzo de 1989.

<sup>12</sup> Archivo General Militar de Segovia (AGMS), *Hoja de servicios de Blas Piñar Arnedo*, 5-15

<sup>13</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Director del Instituto de Cultura Hispánica*.

<sup>14</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Mis recuerdos y contactos con... Sánchez Bella*.

<sup>15</sup> Archivo General de la Universidad de Navarra (AGUN), *Fondo documental de Alfredo Sánchez Bella/25, 15-25-297*, 03 de diciembre de 1945.

<sup>16</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Uscatescu y Rauta: Dos grandes amigos rumanos*, 22 de julio de 1995.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

vocal de su Junta de Gobierno del Instituto<sup>17</sup>. En 1956, Sánchez Bella fue nombrado embajador de la República Dominicana – cargo que no pudo compaginar con la dirección de dicha institución – por lo que recomendó al ministro de Asuntos Exteriores, Alberto Martín Artajo, que tuviera en cuenta a Piñar para desempeñar ese cargo<sup>18</sup>. A modo de periodo de prueba, nombró subdirector del centro a nuestro biografiado el 08 de noviembre de 1956, pero unos días más tarde le ofreció oficialmente la presidencia. Piñar buscó asesoramiento en Fernando Martín-Sánchez Juliá y en Pedro Laín Entralgo – que habían formado parte del Consejo de la Hispanidad, un organismo dependiente del Ministerio de Asuntos Exteriores que estuvo activo entre 1940 y 1945 –, quienes le recomendaron aceptar el cargo. Así lo hizo, y el 4 de enero de 1957 juró oficialmente como presidente.

Cuando el arzobispo Plá y Deniel se enteró de la noticia le envió una carta en la que le ofrecía todo su apoyo (Piñar, 2000: 15-17). Como la presidencia del Instituto le permitió viajar constantemente a Toledo, desde Madrid pudo colaborar con el toledano Antonio Cano de Santayana y Batres para impulsar el Capítulo Hispanoamericano de Caballeros del Corpus Christi. Tras cosechar esa idea en 1958 presentó al cardenal de Toledo el proyecto de esta iniciativa quién, el 18 de noviembre de ese año, lo aprobó canónicamente<sup>19</sup>. En este órgano colegiado ingresaron casi todos los embajadores, así como también diplomáticos y cónsules, de Iberoamérica y de Filipinas. En todas las reuniones portaban el hábito verde del Capítulo que tenía impresas tres cruces aterciopeladas. Esta estética tuvo como finalidad rendir tributo a las velas de los tres navíos – La Pinta, La Niña y la Santa María – que llegaron a América en 1492 para llevar a cabo el proceso de colonización (Cantera Montenegro, 2021:37).

Ese año también fue designado Consejero Nacional del Movimiento por el dictador Francisco Franco, pero no tardó en ganarse enemistades y en adoptar un rol victimista. En primer lugar, por los ataques mediáticos que recibió de *Arriba* y de *Pueblo*<sup>20</sup>. En segundo lugar, por su cese como director del Instituto en 1962<sup>21</sup>.

<sup>17</sup> Cuestionario realizado a Blas Piñar Gutiérrez el 21 de enero de 2022.

<sup>18</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Declaraciones al periodista Juan Carlos Rodríguez. Suplemento dominical del diario El Mundo*, 07 de marzo de 2.003.

<sup>19</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Director del Instituto de Cultura Hispánica*.

<sup>20</sup> Fundación Nacional Francisco Franco (FNFF), *Carta de Blas Piñar a Franco quejándose de las injurias de que es objeto en los diarios ARRIBA y PUEBLO*, 4521, Rollo: 60, 20 de noviembre de 1970, 1-9.

<sup>21</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Pasado reciente. Declaraciones solicitadas por los profesores de Historia Francisco Javier González Martín y Alfonso Rojas Quintanilla*.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

En 1964 apartado de su cargo, con el Concilio Vaticano II y con la llegada de los tecnócratas al gobierno, adoptó una postura inmovilista dentro del franquismo, pero fuera de las instituciones<sup>22</sup>. Ese carácter contrarrevolucionario le valió para que en 1966 fundara la Editorial Fuerza Nueva tras haber realizado un retiro espiritual en el Convento de San Miguel de las Victorias en Priego, Cuenca. El proyecto fue respaldado por sus correligionarios rumanos y poco después nació la revista de carácter semanal, *Fuerza Nueva*. Ante el inminente desmembramiento de la dictadura franquista en los años setenta, Piñar creó una organización de índole católico-cultural que recibió el nombre de Fuerza Nueva y que no se oficializó como partido político hasta 1976 (Piñar López, 2002:436).

Durante la Transición Fuerza Nueva actuó como una *orden religiosa y política de su tiempo* a fin de preservar los Principios del 18 de Julio sobre los que se había construido el franquismo (Casals i Meseguer, 1996: 40). Su agrupación política movilizó a una juventud que se sentía atraída por su retórica agresiva y por su autoridad carismática que tanto se asemejaba a los líderes nazi-fascistas de la Europa de entreguerras<sup>23</sup>, pero ello no fue suficiente para conseguir apoyo electoral. Junto a Falange Española de las JONS (FE de las JONS) y los Círculos José Antonio (CJA) se impulsó la coalición Unión Nacional (UN) que solo consiguió un diputado en las elecciones de 1979, pero perdió el escaño en 1982.

Tras ese fracaso se disolvió Fuerza Nueva, pero cuatro años después, animado por su contacto con el dirigente ultraderechista francés, Jean Marie Le Pen, el político toledano creó otra alternativa partidista a la que bautizó como Frente Nacional español (FNe). El grupo político fracasó porque mantuvo la misma tendencia ideológica que FN (Casals i Meseguer, 2000: 147-175).

Desde los años noventa hasta que falleció en 2014 cuando contaba con noventa y cinco años, Piñar se convirtió en el presidente honorífico del partido político Alternativa Española (AES). También apareció en programas de televisión y siguió pronunciando discursos todos los 13 de enero para conmemorar la muerte de los voluntarios rumanos – Ion Moța y Vasile Marin – en Majadahonda en 1937. La muerte de esos combatientes rumanos constituyó un culto a la violencia y al sacrificio pues, en palabras de Piñar, esta

<sup>22</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Director del Instituto de Cultura Hispánica*.

<sup>23</sup> Archivo Gunther (AG), *A Fuerza Nueva rally in Córdoba. The principle speaker Blas Piñar*, 04 de junio de 1978, 1-3.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

suponía un vínculo entre España y Rumanía como países hispanos para liderar una ofensiva cristiana contra el comunismo ateo.

### **El Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)**

El Consejo de la Hispanidad se disolvió en 1945 porque reforzaba la representación de una plataforma imperialista en un periodo en el que habían sido derrotadas las fuerzas nazi-fascistas. Además, España tuvo que hacer frente al aislacionismo que le había impuesto en la conferencia de Potsdam Estados Unidos, Gran Bretaña y la Unión Soviética, las tres grandes potencias vencedoras de la Segunda Guerra Mundial. Así, Alberto Martín Artajo contó con varios socios de la Asociación Católica Nacional de Propagandistas (ACNdP) para presentar una iniciativa que conjugase los valores del catolicismo hispánico (Cañella Mas, 2014: 77-91). Dos de los propagandistas que lo asesoraron fueron Joaquín Ruiz-Giménez y Sánchez Bella. Con ellos tuvo su génesis el Instituto de Cultura Hispánica que tuvo como base los estatutos fundacionales de la ACNdP, así como también la estructura de la Pax Romana – que fue una asociación católica que celebraba congresos para resignificar en plena Guerra Fría una política anticomunista, católica e hispana –.

El Instituto se proponía fomentar un diálogo entre Iberoamérica, Filipinas y España a través del intercambio cultural – con becas de estudiantes –, de mentalidades – a través de certámenes literarios, dramáticos y cinematográficos – y de militares de los dos lados del Atlántico con el fin de afianzar un sentimiento hispano. En esos años llegaron numerosas obras sociales, históricas y jurídicas – estas últimas incentivadas por Piñar<sup>24</sup>(Piñar López, 1992). Este organismo, en definitiva, estaba ligado a un proyecto teológico-político de matriz católica lejos de cualquier pretensión de neutralidad ideológica.

Antes del nombramiento de Piñar, sus dos predecesores fueron Ruiz-Giménez, que ocupó el cargo entre 1946 – fecha de su fundación – y 1948, y Sánchez Bella que lo presidió hasta 1957. Sánchez Bella fue quien estableció unas políticas internacionales colaboracionistas con el mundo hispano dado el breve mandato de Ruiz-Giménez. Al igual que sus antecesores, Piñar había formado parte de la ACNdP, pero durante su

---

<sup>24</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Siete semanas, nueve países*, 09 de noviembre de 1957.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

presidencia reformuló la Hispanidad para amoldarla a su cosmovisión particular<sup>25</sup>. Él patrocinó la construcción de los colegios mayores argentino y colombiano, así como la Casa do Brasil. Esto fue importante porque supuso la colaboración entre ambos países y la posterior integración de Brasil en lo que sería la “Comunidad Hispánica”<sup>26</sup>. Por último, fundó el “Hogar Hispánico” que fue una asociación destinada a acoger a los españoles que, tras haber vivido durante años en Iberoamérica, regresaban a España<sup>27</sup>.

A continuación, se plasmarán los aspectos que más desarrolló durante su mandato hasta que la redacción del artículo *Hipócritas* precipitó su declive en la política institucional.

### *Hispanidad, “madre” de los pueblos hispanos*

Su vocación por la Hispanidad despertó en su infancia cuando leyó *La emoción de España* de 1923 de Manuel Siurot y *Defensa de la Hispanidad* de 1931 de Ramiro de Maeztu (Piñar, 2002:12). A ello hay que sumarle el culto que su padre les había inculcado a su hermana y a él por la mística nacional imperialista dado que su abuelo, Blas Piñar Rodríguez había sido destinado a Filipinas y al regresar de la contienda con problemas de salud, murió dejando a su familia desamparada<sup>28</sup>.

Su concepción de Hispanidad era deudora de los postulados que había popularizado entre 1931 y 1939 el medio de prensa *Acción Española* (AE) – en el que colaboraron columnistas iberoamericanos, portugueses e italianos (Morodo, 1985: 15-25) proclives al antisemitismo y al anticomunismo – (Chislett, 2013:115). En este semanario se impulsó la noción paternalista de que la Monarquía Hispánica y de que el Reino de Portugal habían expandido la Civilización Occidental (Maeztu, 1941:25) a África, América y Asia a través del idioma, independientemente de las variedades lingüísticas existentes entre el castellano y el portugués, y el catolicismo (Marqués de Lozoya, 1934, 1206). Esto había sido posible gracias a una monarquía hereditaria, descentralizada – en términos administrativos – y cristiana (Maeztu, 1931:3622-368). Una monarquía a la que Piñar definió como *católica, social y representativa* (Piñar López, 1980:5-10).

<sup>25</sup> El archivo de la asociación no ha querido proporcionar documentación sobre los años que Piñar militó en ella.

<sup>26</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Director del Instituto de Cultura Hispánica*.

<sup>27</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Acto de inauguración del Hogar Hispánico*, 12 de diciembre de 1957.

<sup>28</sup> Cuestionario realizado a Blas Piñar Gutiérrez el 21 de enero de 2022.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

El cristianismo serviría de base para instaurar un orden social teocrático que reimplantase el comunitarismo pre-moderno que había sido reemplazado con la ayuda de lo que Maeztu designó “Monstruo de Tres Cabezas”, es decir, el Renacimiento, la Reforma Luterana y la Revolución Francesa (Piñar López, 1975:56). En tal sentido, la “Patria Española” habría tenido su génesis en el siglo VI d.C con la conversión al cristianismo de los reyes visigodos Hermenegildo y Recaredo (Acción Española, 1933:455), pero el propio Piñar hizo una distinción entre lo que significaba ser “español”, ser “hispano” y la “hispanofiliación”. La “hispanofiliación” fue un concepto acuñado por el político argentino Juan Carlos Goyeneche para aludir al legado cultural que había transmitido la Monarquía Católica a las colonias iberoamericanas y que se aplicaba a los hispanos—los rumanos eran considerados hispanos<sup>29</sup>—. Desde esa perspectiva, el “ser español” implicaba poseer una identidad universal que se plasmaba en Iberoamérica a través de la Hispanidad. Sin este proceso – concebido como una empresa “civilizadora” – lo “español” carecería de una identidad hispana y lo “hispano” no existiría. Lo “hispano” sería fruto del mestizaje racial, cultural y espiritual<sup>30</sup>. La finalidad de su planteamiento fue constituir una “Comunidad Hispánica” que estuviera avalada por la jurisdicción al expedir la doble ciudadanía; la española y la del país de origen en el caso de los iberoamericanos. Cuando fue director del ICH esta reforma se concertó en Chile, Paraguay y Perú (Piñar López, 1959).

La “hispanofiliación” fue tan importante en su doctrina que Blas Piñar narraba emocionado un episodio de cuando era un adolescente. Con catorce años Antonio Rivera le animó a presidir una tertulia sobre el anticlericalismo gubernamental que había oficializado el presidente de la República de México, Plutarco Elías Calles. Esas políticas anticatólicas suscitaron revueltas en ese país que derivaron en la Cristiada – que fue una guerra civil que tuvo lugar entre 1926 y 1929 y que se revitalizó entre 1934 y 1938 –. Cuando concluyó su exposición recuperó la consigna de los cristeros “¡Viva Cristo Rey!”. La JAC había protagonizados enfrentamientos violentos con sus adversarios de la Federación de Universitarios Españoles (FUE) y esa reivindicación supuso otro altercado que provocó que los servicios policiales detuvieran al protagonista del acto por escándalo

<sup>29</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Los 500 años del Descubrimiento de América*, septiembre de 1989.

<sup>30</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Director del Instituto de Cultura Hispánica*.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.*  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

público. pagarse le impuso una multa que se cifró por valor de cien pesetas – una sanción que afectó al núcleo familiar, dado que el salario de su progenitor era exiguo –<sup>31</sup>.

Cuando presidía el Instituto recibió la visita de un grupo de escolares que pertenecían a la Asociación de Estudiantes Mexicanos quienes se encontraban en Madrid disfrutando de una de las becas que había ofertado el ICH. Estos pidieron una audiencia con él para entregarle el equivalente a pesos mexicanos de la multa que había pagado por aquel suceso<sup>32</sup>.

Dicho esto, la Hispanidad aspiró a crear una “Rumanía Europea” (Piñar López, 1958) que aglutinase a España, Francia, Italia, Portugal, Rumanía (Pemartín, 1934:1139), las repúblicas de América Latina, Filipinas e incluso la comunidad bereber porque, supuestamente, compartía una estructura comunal similar a la de los reinos hispánicos durante la Edad Moderna (Sardinha, 1940: 403). El ideal restaurador basado en el espiritualismo ibérico, propugnado por António Sardinha, con influencia en sucesivas generaciones, ejerció una duradera sobre Piñar, moldeando su concepción de la Hispanidad como misión providencial y su aspiración a una regeneración político-religiosa de España.

Con Piñar al frente del Instituto, también se integró a la comunidad sefardí – a la que se refirió como creación de la “Hispanidad Mediterránea” –con la pretensión de conformar un frente Hispano-Luso-Filipino<sup>33</sup>. Él explicó que esta hermandad de naciones hispanas debía entenderse como una relación maternofilial en la que España actuaría como madre de los territorios iberoamericanos. A este respecto, la catolicidad fue determinante para Piñar por la devoción que sentía hacia la mariología. La Virgen María estuvo presente en la obra de Piñar a lo largo de toda su vida. Cuando juró su cargo le dedicó estas palabras<sup>34</sup>:

Que Ella, Nuestra Señora Santa María me auxilie en la empresa que hoy me encomendáis: que la columna del Pilar me haga prudente, reposado y seguro y que la tilma del indio Juan Diego se transforme en mi vela mayor desplegada al viento de las más grandes ambiciones para que sea feliz esta nueva singladura.

En sus discursos remarcó que era la propia devoción mariana la que había forjado la Hispanidad porque veía en Santa María la protectora de la Hispanidad, en parte, por el

<sup>31</sup>Fundación Blas Piñar (FBP), *Toledanos*.

<sup>32</sup>Fundación Blas Piñar (FBP), *Declaraciones al periodista Juan Carlos Rodríguez*, 07 de marzo de 2003.

<sup>33</sup>Fundación Blas Piñar (FBP), *Solicitud a la Real Academia Española de la Lengua*, 10 de julio de 1963.

<sup>34</sup>Fundación Blas Piñar (FBP), *Toma de posesión como director del Instituto de Cultura Hispánica*.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

patronazgo mariano al que se acogieron – y se acogen hoy – muchos de los países hispanos<sup>35</sup>; desde Nuestra Señora de Luján en Argentina o Nuestra Señora de la Caridad del Cobre en Cuba hasta Nuestra Señora de Suyapa en Honduras o la Virgen de Caacupé en Paraguay (Piñar, 1965: 12-17).

Esta fijación por las advocaciones marianas y por la figura materna podría explicarse desde un punto de vista psicoanalítico ya que hubo tres grandes mujeres en su vida. Su madre que para hacer frente a la precaria situación a la que se enfrentaban, tuvo que comprar una máquina de coser de modelo Singer para ayudar a sus hermanas a confeccionar los tocados que se encargaban en la tienda de su padre. Románticamente relataba que su progenitora había estado ahorrando durante meses, aun estando mal de salud y sabiendo que no podría destinar el dinero de la máquina en víveres que le hicieran mejorar, para poder darles una vida mejor a su hermana y a él<sup>36</sup>. En segundo lugar, su profesora sor María Ángela – con quién mantuvo correspondencia hasta el día de su muerte –. En agradecimiento por sus cuidados, por su mimo y por sus métodos educativos que tanto le sirvieron para los años venideros, le regaló una fotografía suya cuando cursaba sus estudios superiores y la religiosa tuvo que solicitar permiso a la madre superiora de su congregación – las ursulinas – para llevarla<sup>37</sup>. Finalmente, su esposa Carmen – a quien conoció en unas dominicales que había organizado la JAC – fue uno de sus grandes apoyos. Prácticamente, asistía a todos los actos con él y viajó a América para apoyarlo.

A pesar de contar con estos referentes, asoció la virilidad con el catolicismo y con el espíritu militante y combativo. De ahí que el militarismo fuera un factor crucial para él y para las reformas que quiso llevar a cabo al frente del ICH.

### *Militarismo y espíritu combatiente*

Desde el fin de la Guerra Civil y de la Segunda Guerra Mundial el comunismo se había presentado como un enemigo que se debía combatir bajo el término de “sinarquía o conspiración sinárquica” (Maluquer Cueto, 1978:8-10). Piñar consideraba que había

<sup>35</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Siluetas espirituales es una generación española. Homenaje al prelado de la diócesis*, 05 de junio de 1948.

<sup>36</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Mi primer Recuerdo*, enero de 1969.

<sup>37</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Toledanos*.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

que colaborar para derrotar a ese adversario ecuménico. La Guerra de Indochina, la Guerra de Corea, la Guerra de Vietnam o la Revolución Cubana fueron conflictos bélicos que se iniciaron durante la Guerra Fría y que estuvieron capitaneados por líderes comunistas y marxistas. Como alternativa para evitar que los elementos comunistas se filtrasen en el ejército Piñar apostó por el intercambio de militares, soldados y altos mandos de los países que integrasen la “Comunidad Hispánica” para mejorar técnicas de contrainsurgencia que acabasen con la guerrilla marxista, así como también para afianzar los lazos espirituales de la “hispanofiliación”<sup>38</sup>.

Una de las primeras medidas que tomó fue recuperar la bandera de la Hispanidad— conocida también como Bandera de la Raza— que había diseñado en 1932 el capitán de infantería uruguayo Ángel Cambor. Su diseño estaba plagado de simbolismo. Había tres cruces latinas que simbolizaban las naves con las que Cristóbal Colón había arribado a América. Estas presentaron una tonalidad purpúrea que desde época del Imperio Romano representaba el color imperial. Sobre la cruz central se erigía un sol naciente que era una inspiración inca. Finalmente, la bandera sobre la que se insertaban estas cruces era blanca porque ese color está relacionado con la paz.

Esta referencia hizo que se confeccionaran materiales didácticos para que cuando los altos mandos militares acudieran a las escuelas militares del país hispano al que eran destinados, no explicasen únicamente las gestas heroicas de los militares de su país origen, sino que también relatasen las de los soldados que formaban parte de cualquier territorio de la órbita hispánica. También se destacaron los caudillos militares entre los que se hizo hincapié al Cid Campeador porque consideraba que, a través del conocimiento de estos líderes, la Providencia permitiría que el mundo hispano desempeñase un papel destacado en la geopolítica del momento a través de un liderazgo fuerte encabezado por el “Caudillo del Tajo” (Gómez Hernández, 1959).

Con todo ello se aspiraba a elevar a un plano principal la formación militar y la disciplina. En este contexto Piñar recomendó encarecidamente la lectura del *Libro de oro de la infantería* pues fue una obra que compilaba las listas de los soldados que habían muerto “defendiendo España” (Piñar López, 1961). Además, se creó una categoría de premios para condecorar a los primeros de la promoción que presentasen técnicas

---

<sup>38</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Mística y política de la Hispanidad*, 19 de abril de 1961.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

innovadoras para mejorar la estructura castrense en el ámbito terrestre, marítimo y aéreo (Piñar López, 1957).

La juventud, por otro lado, desempeñó un papel fundamental dentro de su imaginario. Blas Piñar militó desde la preadolescencia en círculos católicos donde se exaltó la imagen del monje soldado cristiano en el decenio de los treinta. Dentro de esta visión, la muerte del apóstata cristiano era vista como un sacrificio glorioso. Tal fue así que la esposa de Franco, María Carmen Polo Martínez-Valdés, remitió una misiva al coronel José Moscardó Ituarte—que había perdido a su hijo durante la Guerra Civil— donde expresaba que su muerte constituía “una lección gloriosa de nuestra historia para la juventud”<sup>39</sup>. El referente de mesilla de Piñar, Manuel Siurot, pronunció discursos a los cadetes que estaban en la Academia de Infantería de Toledo—centro en el que impartió clase de balística Blas Piñar Arnedo<sup>40</sup>— para animarlos a combatir al comunismo y siempre concluía con las siguientes palabras (Piñar López, 1975: 60):

soldados fuertes de la justicia y los maestros dulces de la verdad, los que enseñáis a los cobardes la lección de la muerte y enseñáis a los incultos la lección de la vida.

Para Blas Piñar el ejército representaba la columna vertebral de lo que entendía como “Patria” y consideró que la población civil debía remediar que algún compatriota ultrajase la Unidad Nacional o que profanase los símbolos nacionales<sup>41</sup>. La violencia se usaba como un método resolutivo también siempre que se vulnerasen los valores del dogma católico (Piñar López, 1978: 22-26). Mismamente, la Guerra Civil no fue presentada con ese rótulo, sino que se denominó “guerra preventiva” (Piñar López, 1975:55), es decir, como una “guerra justa” que sería determinada por una auténtica vocación militar (Piñar López, 1975:58-60).

Esta cooperación militar y de camaradería juvenil debía potenciarse exteriormente porque la “Comunidad Hispánica” debería garantizar paz y orden al servicio de la Cristiandad. Esto se debió a que Estados Unidos— a pesar de haber combatido contra la URSS— no había destinado todos sus recursos para neutralizarla<sup>42</sup>.

<sup>39</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Carta manuscrita de Carmen Polo sin fecha que forma parte de la Colección de la Familia Moscardó*.

<sup>40</sup> Archivo General Militar de Segovia (AGMS), *Hoja de servicios de Blas Piñar Arnedo*.

<sup>41</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Grabación para Televisión para el programa regional, 19 provincias. Se iba a retransmitir el día 17 de junio de 1977, pero se descartó, 04 de junio de 1977.-*

<sup>42</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Con Blas Piñar, Director del Instituto de Cultura Hispánica*.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

### *Antiamericanismo*

Estados Unidos compartía con la Hispanidad dos elementos; el militarismo – avalado por la Doctrina Monroe que legitimaba la intervención militar – y el anticomunismo. Este último se impulsó a partir de 1919 cuando tuvo lugar el Primer Susto Rojo y se agudizó en la segunda posguerra mundial con “la caza de brujas” que institucionalizó el senador republicano Joseph Raymond McCarthy para perseguir a los sectores comunistas, progresistas y al colectivo LGBTIQ+.

A pesar de estas concomitancias, la Hispanidad se situaba a las antípodas del fundamentalismo cristiano estadounidense. Con la creación del grupo racista Ku Klux Klan (KKK) eclosionó un sentimiento anticatólico que estuvo sustentado por el israelismo británico. Esta es la doctrina del fundamentalismo cristiano que defiende que los anglosajones son, en realidad, el pueblo elegido de Dios en lugar de los judíos (Chip; Lyons, 2000: 121). Esta visión providencialista de la Historia explicaba que los anglosajones formarían parte de diez de las doce tribus de Israel y escindió a los israelitas en dos pueblos: los herederos del Reino de Judá, que serían los judíos cuyo nombre deriva de la nomenclatura de esa tribu, y los sucesores de José, es decir, los israelitas británicos (Hine, 1902: 15). Los descendientes de este último, Efraín y Manasés, se identificarían simultáneamente con los británicos y con los norteamericanos (Allen, 1917:66-71).

Cuando Blas Piñar viajó a Estados Unidos lo hizo para visitar las zonas que tenían una base hispana y católica<sup>43</sup> porque consideraba que los orígenes de ese continente – incluso los de los territorios anglófonos – eran hispanos<sup>44</sup>. Durante su periplo intercambió libros con los distintos centros hispanos y cabe la pena destacar tres episodios. El primero, le conmovió que en la ciudad de San Francisco hubiera erigida una estatua para conmemorar al Cid Campeador. El segundo, el alcalde de Nueva Orleans le nombró ciudadano de honor cuando le entregó la llave de la ciudad y él, a cambio, le regaló unos azulejos que había encargado en Talavera de la Reina que tenían impresos la nomenclatura de las calles “españolas” que habían sido reemplazadas por nombres franceses cuando se produjo la compra de Luisiana en 1803. Finalmente, a Florida llevó un busto de Juan Ponce de León para que se colocase en el lugar donde se produjo el desembarco de La

<sup>43</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Diario de mi viaje a los Estados Unidos*, 1 de septiembre/8 de octubre de 1959.

<sup>44</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Director del Instituto de Cultura Hispánica habla para La Plana*, 21 de noviembre de 1959.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. *Historia*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

Florida y de islas menores. También proporcionó cintas magnetofónicas en castellano y en inglés para narrar las aventuras de los conquistadores. Finalmente, donó discos de flamenco y de folclore hispano, así como también documentales sobre las ciudades españolas<sup>45</sup>.

Fueron esas tiranteces teológico-políticas con Estados Unidos las que provocaron su cese en el Instituto porque, aunque dicho centro se creó con la intención de sobrevivir al aislacionismo, las relaciones entre el régimen franquista y Estados Unidos se fortalecieron en 1953 con los Pactos de Madrid que fueron tres acuerdos que garantizaban que en el país ibérico se instalasen bases militares estadounidenses a cambio de apoyo económico y militar (Moradiellos, 1999: 236-238). Además, dos años después España ingresó en las Naciones Unidas acabando con el aislamiento, pero eso no impidió que Blas Piñar se radicalizase cuando realizó su último viaje en calidad de presidente del ICH a Filipinas en diciembre de 1961.

El presidente filipino Diosdado Macapagal le invitó a participar en un homenaje que se hizo al escritor José Rizal con motivo de su nacimiento. Piñar fue nombrado *doctor honoris causa* por la Universidad de San Agustín donde fue recibido por el militar Emilio Aguinaldo que denunció que la administración estadounidense había “deshispanizado” el país y que esperaba que el ICH pudiera recuperar los lazos que unían a la ciudadanía con “La Madre España”<sup>46</sup>. Piñar descorazonado partió a casa, pero se detuvo en Japón. Allí comprobó que en los hospitales del ejército norteamericano se habían llevado a cabo miles de abortos desde el inicio de la Guerra Fría – algo que consideró un “genocidio” – y decidió escribir el artículo *Hipócritas*. En él expuso que la potencia americana perseguía los valores católicos para destruirlos porque quería concluir con la *Iglesia de Cristo* (Piñar López, 1962).

Su texto pasó dos procesos de censura, pero se publicó en el *ABC* y, aunque en un principio iba a salir reproducido en *Arriba*, no fue así por los ataques que había recibido su autor por parte de *Pueblo*. Según Piñar el nuevo ministro de Asuntos Exteriores, Fernando María Castiella, había sido el artífice de dichas vejaciones<sup>47</sup>. En Madrid, Piñar

<sup>45</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Informe sobre mi estancia en Florida*, 28 de septiembre de 1959.

<sup>46</sup> No hay más testimonios que atestigüen esa conversación, pero se debe recordar que Aguinaldo luchó en la guerra de independencia filipina y más tarde contra el imperialismo estadounidense. Fundación Blas Piñar (FBP), *Origen y consecuencias de un artículo titulado Hipócritas*, 06 de febrero de 2012.

<sup>47</sup> Fundación Blas Piñar (FBP), *Pasado reciente. Declaraciones solicitadas por los profesores de Historia Francisco Javier González Martín y Alfonso Rojas Quintanilla*.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.*  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

se reunió con el ministro para transmitirle que ese escrito había estado incentivado por la escasa ayuda económica que el ministerio había destinado al Instituto para contrarrestar la americanización que había experimentado Filipinas<sup>48</sup>. Castiella, a petición del embajador de España de la ONU, José Félix de Lequerica, lo cesó de su cargo para evitar que la embajada norteamericana presentase una protesta oficial a consecuencia del artículo que había firmado Blas Piñar<sup>49</sup>.

Piñar abandonó la política del régimen de forma oficial en enero de 1962, pero continuó trabajando extraoficialmente y denunció la falta de compromiso que tenía el ministerio con la Hispanidad pues había recortado los gastos al ICH a pesar de que el país gozaba de superávit después de que entrara en vigor el Plan de Estabilización en 1959 y que supuso la superación de la autarquía franquista. También acusó al ministerio de no haber cubierto los pagos de la II Bienal Hispanoamericana de Arte que tuvo lugar en Madrid antes de que él fuera nombrado presidente y se vio en la obligación de afrontar esos gastos con su propio dinero<sup>50</sup>.

Esta experiencia política le valió para que sus ideas germinasen en la organización cultural Fuerza Nueva, que nació a finales del decenio de los sesenta, le permitió configurar una imagen de mártir en la que se presentó como un “Caudillo del Tajo” que había luchado para defender los intereses de una España y una Hispanidad que estaban en peligro por los avances de la llamada anti-España.

## Conclusiones

Se pueden extraer tres conclusiones de sus gestiones en el Instituto. La primera, es indudable que la trayectoria biográfica de Blas Piñar determinó el transcurso de su vida, de su obra y de su legado. Sus años de adolescencia – previos a la Guerra Civil – condicionaron sus motivaciones políticas y su militancia seglar. Esta militancia adoptó la forma de un apostolado laico última fue un apostolado seglar que retomaba la figura que

<sup>48</sup>Fundación Blas Piñar (FBP), *Carta dirigida al sr. Ministro de Asuntos exteriores*, 11 de enero de 1962.

<sup>49</sup>Fundación Blas Piñar (FBP), *Pasado reciente. Declaraciones solicitadas por los profesores de Historia Francisco Javier González Martín y Alfonso Rojas Quintanilla*.

<sup>50</sup>Fundación Blas Piñar (FBP), *Preguntas sobre el Instituto*, 20 de junio de 1973.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

tomó la estructura combativa del monje-guerrero, heredada del imaginario medieval que se había transmitido durante el Medievo.

La segunda, es que el Instituto de Cultura Hispánica fue un proyecto que le sirvió para desarrollar su ideología y para allanar su camino dentro del ámbito parlamentario durante la Transición. La tercera, la lucha contra el comunismo y contra todo lo que representaba dicho fenómeno fue el revulsivo que le permitió establecer un vínculo entre la Hispanidad y el militarismo. La violencia política y el Ejército – entendido como uno de los grandes pilares de la nación – fueron dos rasgos fundamentales sin los que no podría entenderse su cosmovisión integrista católica.

La Hispanidad, el militarismo, el sentimiento anti-estadounidense y la violencia fueron cuatro factores que moldearon una palingenesia social que – siendo heredera del fascismo histórico – caló en Blas Piñar, sin lugar a duda, por sus incursiones como quintocolumnista y por sus relaciones con la diáspora rumana que se asentó en Madrid. El culto a la muerte, en ese sentido, por la defensa de la “Patria” frente al enemigo se convirtió en un reclamo de sus discursos que dio rienda suelta a la profecía que auguraba la llegada del “Caudillo del Tajo”, es decir, el advenimiento de un líder guerrillero que derrotaría a los adversarios de la Cristiandad. Este planteamiento entroncó con el misticismo cristiano de la primera posguerra mundial que potenció la Guardia de Hierro en Rumanía bajo el mando de Corneliu Zelea Codreanu apodado “Capitán” o *Căpitanul* que devino icono, no sólo de ese movimiento parafascista, sino también de la ultraderecha europea, después de su asesinato en 1938. Este, en parte por su ideología, en parte por la romantización de su muerte, fue elevado más tarde a la condición de mártir e inspiró al protagonista de este artículo. El propio Piñar valiéndose de ese recurso cultivó y propagó una representación propia de su supuesto martirio en nombre de la Hispanidad fue cesado por desobedecer las posturas proestadounidenses que representaba en aquel momento la Cartera de Asuntos Exteriores. Esa apariencia de víctima la siguió explotando hasta el día de muerte.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. *Historia*.  
Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

## Referencias

### Archivos

Archivo Gunther (AG), Madrid.

Archivo General de la Universidad de Navarra (AGUN), Navarra.

Archivo General Militar de Segovia (AGMS), Segovia.

Fundación Blas Piñar (FBP), Madrid.

Fundación Nacional Francisco Franco (FNFF), Madrid.

### Fuentes de la hemeroteca por orden alfabético del medio de prensa.

PIÑAR LÓPEZ, Blas (19 de enero de 1962), “Hipócritas”, *ABC*

PIÑAR LÓPEZ, Blas (18 de enero de 1958), “Sangre Rumana en Majadahonda”, *ABC*.

S.a, (01 de mayo de 1933). “Doctrina y acción”, *Acción Española*, nº29, 455.

Marqués de Lozoya (01 de marzo de 1934), “Balmes y los orígenes del separatismo catalán”, *Acción Española*, nº48, 1206.

PEMARTÍN, José (16 de febrero de 1934), “Vida y cultura”, *Acción Española*, nº47, 1139.

MAEZTU, Ramiro de (01 de agosto de 1931), “La nueva filosofía de la historia y el problema de la Hispanidad”, *Acción Española*, nº58, 362-368.

S.a (15 de abril de 1977), “Tirar de la manta”, *Diario 16*.

PIÑAR LÓPEZ, Blas (septiembre de 1957), “Ejército e Hispanidad”, *Ejército*, nº212.

PIÑAR LÓPEZ, Blas (02 de julio de 1959), “La Hispanidad en la mano. Declaraciones a Julián Navarro (Rincón Indiscreto)”, *El Alcázar*.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, Lucía (26 de julio de 1959), “Con Blas Piñar, director del Instituto de Cultura Hispánica”, *El Comercio*.

PIÑAR LÓPEZ, Blas (05 de julio de 1992), “Blas Piñar”, *El Heraldo*.

PIÑAR LÓPEZ, Blas (diciembre de 1961), “La familia castrense”, *Formación*.

MALUQUER CUETO, José (20 de mayo de 1978), “La sinarquía y España (I)”, *Fuerza Nueva*, nº 593, 8-10.

PIÑAR LÓPEZ, Blas (01 de abril de 1978), “España: ¡Abandona tu silencio de muerte!”, *Fuerza Nueva*, nº586, 22-26

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.*  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

### **Bibliografía**

- ALLEN, John Harden (1917), *Judah's scepter and Joseph's birthright*, Boston Mass, A. A Beauchamp.
- CANTERA MONTENEGRO, Margarita (2021), *Blas Piñar y la Hispanidad*, Madrid, SND Editores.
- CAÑELLAS MAS, Antonio (2014), “Las políticas del Instituto de Cultura Hispánica. 1947-1953”, *Historia Actual Online*, nº33, PP.77-91
- CASALS i MESEGUER, Xavier (2000), “La ultraderecha: Una presencia ausente (1975-1999)”, *Historia y política, ideas, procesos y movimientos sociales*, nº3, pp. 147-175.
- CASALS i MESEGUER, Xavier(1996), *¿Qué era?, ¿qué fue? El fascismo: Entre el legado de Franco y la modernidad de Le Pen (1975-1997)*, Barcelona, Destino.
- CHIP, Berlet; LYONS, Matthew (2000), *Right-Wing Populism in America: Too Close for Comfort*, New York, The Guilford Press.
- CHISLETT, William (2013), *Spain: what everyone needs to know*, Oxford University Press.
- DÍAZ HERNÁNDEZ, Onésimo (2018), *Posguerra. La primera expansión del Opus Dei (1939-1940)*, Madrid, Rialp.
- HINE, Edward (1902), *The British nation with the lost ten tribes of Israel*, London, Robert Bank and Son.
- IORDACHI, Constantin (2016), “Rumanía, España, Latinidad y Cristo” in Francisco Cobo Romero; Claudio Hernández Burgos; Miguel Ángel del Arco Blanco (dirs.) *Fascismo y modernismo: política y cultura en la Europa entreguerras (1918-1945)*, Granada, Comares, pp. 139-169.
- MAEZTU, Ramiro de (1941), *Defensa de la Hispanidad*, Madrid, Cultura española.
- MORADIELLOS, Enrique (1999), *La España de Franco (1939-1975)*, Madrid, Editorial Síntesis.
- MORODO, Raúl (1985), *Los orígenes ideológicos del franquismo: Acción Española*, Madrid, Alianza Editorial.
- PIÑAR LÓPEZ, Blas (1965), *María, Madre espiritual de América*, Madrid, Cultura Hispánica.
- PIÑAR LÓPEZ, Blas (1975), *Combate por España (I)*, Madrid Fuerza Editorial, S.A.
- PIÑAR LÓPEZ, Blas (1979), *¿Hacia una III República?*, Madrid, Fuerza Nueva Editorial S.A.

Eva Gómez Fernández – *Blas Piñar al frente del Instituto de Cultura Hispánica (1957-1962)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 179-199.  
[https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e1)

PIÑAR LÓPEZ, Blas (1980), *Hacia un Estado Nacional*, Madrid, Fuerza Nueva Editorial S.A.

PIÑAR LÓPEZ, Blas (2000), *Escrito para la Historia*, Madrid, Fuerza Nueva Editorial.

PIÑAR LÓPEZ, Blas (2002), *Fieles al 18 de Julio*, Madrid, Fuerza Nueva Editorial.

PRESTON, Paul (2022), *Franco y los artífices del odio: Arquitectos del terror*, Barcelona, Debate.

SÁNCHEZ DE TOCA Y CATALÁ, José María (2009), *Los Profetas de la Piel de Toro*, León, Ediciones La Crítica.

SARDINHA, António (1940), *La Alianza Peninsular*, Segovia, El Adelanto.

SIMA, Horia, (1980) *Técnicas de lucha contra el comunismo*, Madrid, Fuerza Nueva Editorial.

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

## **El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española**

**O Movimento Comunista (MC). Uma experiência maoísta na transição espanhola**

**The Communist Movement (CM). A Maoist experience in the Spanish Transition**

**Le Mouvement Communiste (MC). Une expérience maoïste dans la transition espagnole**

Ernesto M. Díaz Macías  
Universidad de Cádiz  
[ernesto.diaz@uca.es](mailto:ernesto.diaz@uca.es)

**Resumen:** esta investigación resume brevemente la historia del Movimiento Comunista (MC), una de las organizaciones maoístas radicales de la Transición española. Examina las interacciones entre su ideología (el maoísmo) y el contexto político (los distintos hitos de la Transición), demostrando que existe una fluctuación de sus referencias ideológicas según cambiaba el contexto.

**Palabras clave:** Comunismo, maoísmo, Transición, política, partido.

**Resumo:** Esta investigação resume brevemente a história do Movimento Comunista (MC), uma das organizações maoístas radicais da Transição Espanhola. Examina as interações entre a sua ideologia (o maoísmo) e o contexto político (os diferentes marcos da Transição), mostrando que há uma flutuação das suas referências ideológicas à medida que o contexto muda.

**Palavras-chave:** Comunismo, Maoísmo, Transição, política, partido.

**Summary:** This research briefly summarises the history of the Communist Movement (CM), one of the radical Maoist organisations of the Spanish Transition. It examines the interactions between its ideology (Maoism) and the political context (the different milestones of the Transition), showing that there is a fluctuation of its ideological references as the context changed.

**Keywords:** Communism, Maoism, Transition, politics, party.

**Résumé:** Cette recherche résume brièvement l'histoire du Mouvement Communiste (MC), l'une des organisations maoïstes radicales de la Transition espagnole. Elle examine les interactions entre son idéologie (le maoïsme) et le contexte politique (les différentes étapes de la Transition), en montrant qu'il y a une fluctuation de ses références idéologiques au fur et à mesure que le contexte change.

**Mots-clés:** communisme, maoïsme, transition, politique, parti.

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

## Introducción

Esta investigación ahonda en las transformaciones ideológicas del Movimiento Comunista (MC) a lo largo de su historia (1964-1991) (Díaz Macías, 2022b). A través del estudio de las fuentes producidas por el partido, demuestra cómo existió una relación inversamente proporcional entre el grado de ortodoxia que practicó la organización y su inserción en los procesos políticos e institucionales de su tiempo, de tal forma que los picos de mayor formalismo doctrinal coinciden con coyunturas de menor cercanía con los procesos institucionales de la Transición e inicios de la democracia en España.

Este artículo está inspirado en los marcos teóricos de la historia social que destaca el desarrollo histórico no solamente como resultado de las decisiones de las élites políticas, resaltando la relevancia de los acontecimientos sociales en la configuración de la realidad social (Erice, 2020). Esta corriente historiográfica otorga al conflicto socio-político el papel determinante en la conformación y mantenimiento de la democracia representativa. Esta corriente historiográfica anima a la recuperación de la memoria histórica de las agrupaciones (sindicales, políticas o sociales) que contribuyeron a forzar al franquismo a una reforma de las instituciones políticas. Algunos de estos trabajos se centraron en la recuperación de la memoria de los movimientos sociales (Quirosa-Cheyrouze, 2011; 2013). Otros, sin contradecir a los primeros, se han centrado en la recuperación de la memoria de organizaciones políticas radicales (Pérez Serrano, 2013; 2015; Caussa, 2014; Roca, 2014; Treglia, 2013; Wilhelmi, 2016). Mientras que otros investigadores han primado la recuperación del conflicto y de las organizaciones sindicales, tan relevante durante el periodo de Transición (Bravo, 2020; Molinero, 2011; Ruiz, 1993; Wilhelmi, 2021).

Entre la profusa producción sobre la izquierda radical española, los estudios académicos específicos sobre el MC son menos abundantes. En esta línea, resaltan fundamentalmente los escritos de Cucó i Giner (2008; 2010; 2016), Pérez Serrano (2017), Fernández Rincón (2024) y Díaz Macías (2022b). Trabajos que abordan síntesis generales del recorrido de la organización desde su fundación hasta su transformación en un colectivo de voluntarios sociales. Dentro de este espectro, el presente artículo realiza una aportación original en el estudio de los orígenes y desarrollos de la cosmovisión

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

ideológica del MC y más concretamente de su relación con el maoísmo. Además, realiza un estudio sobre las relaciones entre la fortaleza ideológica y la distancia respecto a las transformaciones institucionales que tuvieron lugar durante la Transición.

Esta investigación se ha realizado a nivel metodológico partiendo de las fuentes producidas por la propia organización, apostando por un estudio etnográfico que parta de la observación de la cultura política desarrollada por sus protagonistas. Las fuentes documentales que se han abordado son de una triple naturaleza. En primer lugar, de los documentos físicos que se encuentran en el Archivo Acción en Red (en adelante AAR) situados en Madrid, que tuve la posibilidad de consultar personalmente durante varias semanas. En segundo lugar, de los documentos digitalizados disponibles en el Archivo de la Transición (<https://archivodelatransicion.es/>) en el que se encuentra recopilada la mayor parte de las publicaciones regulares del partido. En tercer y último lugar, los libros (físicos y digitales) producidos por antiguos militantes y dirigentes del MC. Todos los documentos estudiados se han contrastado con las referencias bibliográficas de historiadores e historiadoras disponibles, con el fin de contextualizar la evolución del MC a lo largo de los procesos históricos en los que se inserta.

A nivel de estructura, el artículo se divide en seis apartados. En el primero, se realiza una explicación de la importancia que adquirieron los distintos ismos en los movimientos revolucionarios durante los siglos XIX y XX. En el segundo, se exploran los orígenes históricos del maoísmo del MC. En el tercero, se pone de relevancia la relajación de la formalidad doctrinal durante los últimos años del franquismo. En el cuarto, se demuestra cómo el fortalecimiento ideológico de la organización se dio en paralelo al distanciamiento de los acontecimientos políticos centrales que estaban teniendo lugar en la Transición. En el quinto, se observa el proceso de renuncia al maoísmo y el desarrollo de una ideología particular, ofreciendo en el último apartado unas conclusiones de conjunto.

**La trascendencia de los “ismos” en el movimiento revolucionario de los siglos XIX y XX**

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

Los simpatizantes de la izquierda contemporánea suelen estar fragmentados por diferencias relacionadas con el género, o por las iniciativas institucionales de tal o cual formación política. Sin embargo, durante los siglos XIX y XX, el principal vector diferenciador remitía a diferencias en el plano estratégico: la concepción de cuál era el camino que se debía emprender para edificar el socialismo. La experiencia acumulada dio como resultado el nacimiento de muchas concepciones a las que se les solían atribuir el sufijo *ismo*: marxismo, anarquismo, leninismo, luxemburguismo, consejismo, trotskismo, estalinismo, maoísmo, guevarismo, castrismo. Su relevancia histórica no es algo ni mucho menos auto evidente para las generaciones actuales que suelen insertarse en concepciones posmodernas de la política y la historia (Erice, 2020; Anderson, 2016). Pero en la historia sí tuvieron su importancia. Por ejemplo, para el leninismo el papel de un partido cohesionado y centralizado era la premisa para el triunfo de la revolución; para el trotskismo, el partido como dispositivo estratégico debía combinarse con una amplia democracia de consejos que evitase la burocratización de la revolución; contrario a las anteriores, el consejismo veía en un partido fuerte el principal peligro para que una democracia obrera derivase en una dictadura al uso... Estos ejemplos permiten valorar que las adscripciones individuales a una u otra corriente se realizaban valorando el encaje personal dentro de las posiciones mantenidas por las distintas corrientes.

Los *ismos* no solo operaban como divisores de los partidos. En la historia, los *ismos* permitían la inserción de los militantes en una comprensión concreta del pasado en relación al presente. Se puede mencionar las reflexiones de Lenin sobre la Comuna de París en relación a la Revolución Rusa (Lenin, 2009). En la política, permitían clarificar la posición de las distintas corrientes en relación a los acontecimientos vivos de su tiempo. Por ejemplo, el rechazo del luxemburguismo y del consejismo a las decisiones adoptadas por Lenin en relación a las restricciones de la democracia en las instituciones (Luxemburg, 2017; Pannekoek, 1977). A nivel estratégico, la identificación con algún *ismo* permitía a las organizaciones pensar un horizonte de largo plazo, subordinando la actuación política inmediata a unos objetivos abstractos. Estos son los casos del guevarismo y el “foquismo”, del maoísmo y la “guerra popular prolongada” o del trotskismo y la “revolución política” en la URSS (Bensaid, 2017). En definitiva, los *ismos* constituían anclajes a partir de los cuales las organizaciones interpretaban el mundo,

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

confeccionaban hipótesis estratégicas para cambiarlo, a la vez que suponía un patrón a partir del cual guiar la militancia cotidiana. Comprender la funcionalidad de los ismos es simplemente contextual: sin contemplarlo como factor funcional, muchas de las actuaciones históricas pueden parecer aleatorias. Entender su relevancia tiene una importancia histórica para comprender la cosmovisión revolucionaria en su tiempo. Tal es el caso de las relaciones que en este trabajo se abarca: el del MC y el maoísmo.

### **Los orígenes del maoísmo del MC**

Los fundadores del MC son hijos de la radicalidad juvenil y obrera de la década de 1960. Aunque sus concepciones pueden hundir sus raíces en el pasado, también participan de lo que terminó denominándose “Nueva Izquierda” (Hall, 2010) cuya pretensión era reinventar la transición hacia el socialismo respecto a las rutas trazadas por la URSS. Esta Nueva Izquierda estuvo lejos de ser homogénea o adanista: tendió a reforzar a las corrientes minoritarias del movimiento revolucionario que nacieron durante las primeras décadas del siglo XX y durante mediados del siglo: supuso el nacimiento del maoísmo, del castrismo y del guevarismo, así como del renacimiento del trotskismo (Pérez Serrano, 2013). Un reforzamiento de las facciones radicales que se nutrió de la incorporación de numerosos jóvenes a las filas de la resistencia antifranquista (del Río, 2023).

Durante sus primeros pasos, los militantes del MC se reconocían en el guevarismo y el castrismo. Pero con el paso del tiempo, colectivamente terminaron por desplazarse hacia el maoísmo. La irrupción de la Revolución Cultural jugó el rol determinante en su acercamiento a este ismo particular. Se puede pensar que esta adscripción les haría proclives a un entendimiento con el resto de organizaciones maoístas españolas. Pero no fue el caso. A diferencia de otros partidos como pueden ser la Organización Revolucionaria de los Trabajadores (ORT) o el Partido del Trabajo de España (PTE) (Díaz Macías, 2021a) el MC mantuvo, durante la mayor parte del tiempo, un perfil radical e independiente respecto a la reforma política que había iniciado el franquismo. Se diferencia así de otras organizaciones maoístas que aceptaron pragmáticamente los cambios que se operaban. De igual forma, mantuvo las distancias con aquellos maoístas que emprendieron la lucha armada como único medio de acción política, como pudo ser el Partido Comunista de España (marxista-leninista) (PCE-ml) (Terrés, 2007).

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

Cabe preguntarse por las características particulares del maoísmo en relación al resto de corrientes minoritarias. El maoísmo surge como resultado de los debates en el movimiento comunista internacional durante la década de 1960 entre el Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS) y el Partido Comunista de China (PCCh). Antes de esta década, los seguidores de Mao no constituyeron una corriente internacional delimitada, sino un partido comunista con rasgos particulares que fue capaz de culminar con éxito una revolución por sus propios medios. Las diferencias comenzaron a multiplicarse a raíz del XX Congreso del PCUS (1956). El congreso decidió dos cambios sustanciales con respecto a su orientación anterior. Por una parte, se emitió el informe secreto de Krushev en el que denuncia los crímenes de Stalin. Por otra, el congreso proclamó la coexistencia pacífica con el capital (Pérez Serrano, 2013: 250-251).

A diferencia del PCUS, el PCCh decidió mantener el legado de Stalin por bandera. Por otro lado, el partido chino rechazó la coexistencia pacífica y se postuló como continuadora de la revolución mundial, haciéndola más atractiva para las generaciones de revolucionarios jóvenes (Cucó, 2008: 78). Estas diferencias se incrementaron durante los inicios de la década siguiente, traduciéndose en el surgimiento de distintas organizaciones que se reconocían en las nuevas posiciones del PCCh y pudiendo hablar del maoísmo como una corriente política internacional diferenciada (Rupar, 2018: 575).

Los investigadores han dividido el maoísmo internacional en dos fases (Cardina, 2011). El primer maoísmo surgiría durante los primeros años de la década de 1960. Las organizaciones que nacieron en este contexto fueron resultado de escisiones de los partidos comunistas oficiales, leales al PCUS y al XX Congreso. La segunda fase se da durante la segunda década de 1960 de forma independiente a los partidos comunistas oficiales, identificándose con la Revolución Cultural (del Río, 2012: 237-240). El MC nace inspirada en esta segunda fase, ya que, al margen de lo que ocurriera realmente (se puede ver una interpretación crítica en Rousset, 2010), la versión oficial ofrecida por el PCCh argumentaba que se estaba produciendo una “revolución en la revolución”, un movimiento popular de corte antiburocrático en uno de los países más grandes del mundo (del Río, 2012: 242). Frente un PCUS que parecía anquilosado y burocratizado, esta versión ejercía una atracción potente para aquellos que se convertían en partidarios de la revolución mundial. La existencia de una revolución triunfante y que además se revelaba

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

contra la burocracia existente parecía un aliciente respecto a otras corrientes minoritarias del movimiento revolucionario, por ejemplo, el luxemburguismo o el trotskismo.

Pero el maoísmo del MC no fue un punto de partida, sino de llegada. Su bautismo ideológico fue híbrido y durante seis años, sus fundadores recibían influencias ideológicas de distintas tradiciones. Leninismo y guevarismo podían interpretarse como elementos no excluyentes respecto al maoísmo. Los primeros años de militancia de los fundadores se produjeron en el seno de ETA (1964-1965). En 1965 fueron expulsados de dicha organización, identificándose como ETA-Berri (1965-1969). Estos primeros años se caracterizaron por las recepciones ideológicas más variopintas. Sus principales dinamizadores, Patxi Iturrioz y Eugenio del Río, animaban a sus compañeros a leer tanto a Lelio Basso (del Partido Socialista Italiano), como a Ernest Mandel (dirigente trotskista europeo), André Gortz y Althusser, entre otros. Además, estudiaban asiduamente a Lenin como una de las referencias de máximo nivel y comenzaron el estudio de los escritos militares de Mao (Laiz, 1993: 33). Pero su máxima influencia durante esta primera etapa fue la Revolución Cubana (del Río, 2013: 71). La primacía de los cubanos sobre otras referencias guardaba relación con la identificación que los militantes de la “nueva izquierda vasca” (Pérez Serrano, 2015: 30) hacían con Cuba: según sus análisis, España era poco más que una colonia de Estados Unidos, por lo que la lucha contra el franquismo debería asemejarse a la guerra de guerrillas en el suelo español. La delimitación posterior hacia el leninismo se puede rastrear en el cambio del nombre de su periódico de referencia antes denominada *Zútik*, pasando a denominarse *Zer Egin?* (Bilbao, 1996: 48), cuya traducción (“¿Qué hacer?”) hace referencia a uno de los escritos más importantes de Lenin.

Entre 1970 y 1974 se produce una transición desde una polifonía ideológica hacia una reivindicación solemne del maoísmo. La organización, atraída por los acontecimientos internacionales ya descritos, comenzó a intensificar las lecturas de Mao, así como las producciones oficiales del PCCh. Esta evolución es rastreable en la producción documental de la propia organización que achacó a la URSS una transformación capitalista y un abandono del internacionalismo (AAR, Primeros Boletines, “Movimiento Comunista (marxista-leninista) de España. Grupo “El Comunista”). A esto hay que sumar el uso del adjetivo “marxista-leninista” para

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

autoidentificarse, lo que en el lenguaje del contexto era equivalente a reivindicarse maoísta.

Las referencias a Mao y al PCCh comenzaron a sistematizarse en las publicaciones del MC. A inicios de 1972, el título de su nuevo periódico (*Servir al Pueblo*) desprendía influencia china. En sus primeros números se pueden rastrear referencias a Mao y sus sentencias; artículos sobre la guerrilla popular; o artículos sobre la política internacional de la República Popular (*Servir al Pueblo*, 4, 1972: 1; *Servir al Pueblo*, 5, 1972: 2; *Servir al Pueblo*, 12, 1973: 1-2). El uso de la identificación adquirió, para uno de sus miembros, “un estilo formalista, escolástico [...] llenándose sus textos de citas de Marx, Engels, Lenin y Mao” (Bilbao, 1996: 57).

Los principios chinos empaparon también la cultura política del nuevo partido. Al igual que los miembros del PTE (Díaz Macías, 2021b), los miembros del MC afirmaron reiteradamente que su funcionamiento interno se regía por la versión maoísta del “centralismo democrático” que postulaba:

“la subordinación del militante a la organización [...]; la subordinación de la minoría a la mayoría [...]; la subordinación de todo el Partido al Comité Central. Quien viola estas reglas de disciplina, socava la unidad del Partido” (*Servir al Pueblo*, 2, 1972: 6).

Los miembros de MC trataban de replicar ciertas estrategias promovidas por el PCCh, como la supervisión y el rechazo de la ideología burguesa dentro del partido. No obstante, estas prácticas no resultaban en la violencia propia de la Revolución Cultural, aunque formaban parte de las normas generales sobre la vida interna.

La dirección del partido incentivó en varias ocasiones la lectura de los textos del “Gran Timonel” como una herramienta para fortalecer la organización interna. Para mejorar la estructura del partido, todos los militantes debían leer obras como “Sobre el fortalecimiento del sistema de Comités del Partido” y “Métodos de trabajo de los Comités del Partido”. Además de servir como referencia organizativa, estos escritos también funcionaban como una guía para el desarrollo del partido (AAR, Primeros Boletines, “Directivas concernientes a los métodos de dirección y de trabajo de los comités”).

Mantenerse al tanto de las discusiones internas del PCCh era una prioridad. Por ejemplo, cuando Mao se opuso a Lin Piao (otro dirigente chino), los militantes de MC decidieron dejar de promover la lectura de sus obras, las cuales habían sido recomendadas por la organización hasta ese momento (AAR, Primeros Boletines, “Carta Circular del

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

Comité de Dirección a todos los militantes”). Esta desautorización permitió que la dirección del partido profundizara en el análisis de las posiciones de Lin Piao, con el fin de eliminar cualquier vestigio de su influencia en la política del partido (AAR, Primeros Boletines, Boletín 3 “La línea ultraizquierdista de Lin Piao y su influencia en nuestro partido”).

La identificación con el maoísmo actuó como un impulso clave para llevar a cabo las primeras unificaciones con grupos fuera de Euskadi, territorio inicial del MC. El Movimiento Comunista Vasco (EMK, por sus siglas en euskera) logró fusionarse con otras organizaciones prochinas provenientes de Madrid o Asturias (*Servir al Pueblo*, 8, 1972: 2; *Servir al Pueblo*, 16, 1973: 1; *Servir al pueblo*, 75, 1977: 5).

Aun así, la solemnidad del MC nunca alcanzó el nivel de culto que se practicaba en la Organización Revolucionaria de los Trabajadores (ORT). En sus publicaciones, el líder chino y su secretario general, José Sanroma, eran idealizados de manera similar, siendo reproducida la fotografía del secretario general con el mismo estilo que la de Mao (Roca, 1994: 53).

### **El final del franquismo y la distensión doctrinal del MC (1974-1977)**

Después de cuatro años de un maoísmo solemne, la organización relajó temporalmente la identificación con su referente chino. Este fue un periodo en el que el MC empezó a flexibilizar parcialmente su ortodoxia, permitiendo un análisis más profundo de su realidad actual, disminuyendo la reflexión estratégica. La organización pretendió teóricamente hasta estos años promover una guerra popular prolongada contra el franquismo y el imperialismo estadounidense (Pérez Serrano, 2015: 105). Pero en julio de 1974, la dirección del partido admitió que la crisis del franquismo no conducía automáticamente a una revolución, reconociendo la opción de que se impulsara una reforma institucional. Por ello, los militantes de MC tomaron una decisión determinante: renunciar a su perspectiva guerrillera en beneficio de una lucha por la democracia sin descartar negociaciones con los sectores evolucionistas (AAR, Boletines Internos Repetidos, “La situación actual y nuestras propuestas”). Este cambio se intentó compatibilizar con el mantenimiento de la doctrina intentando reforzar la formación sobre

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

el marxismo-leninismo. No obstante, se puede afirmar que los temas doctrinales ocuparon durante este periodo un papel secundario en comparación con la lucha por la democracia.

El primer congreso del partido, celebrado en julio de 1975 (*Servir al Pueblo*, 43, 1975: 5), estuvo marcado por una doble perspectiva: la lucha por la democracia y una reivindicación del maoísmo con escasa funcionalidad. Durante el congreso, el partido continuó identificándose con el PCCh y su línea política (MCE, “Línea política e ideológica”), dedicando una parte significativa del encuentro a debates doctrinales. Sin embargo, si se analiza el impacto real de estas discusiones en las estrategias políticas inmediatas, queda claro que la prioridad del partido seguía siendo la lucha por la democracia.

La progresiva adaptación del partido a las posiciones mayoritarias de los organismos unitarios fue una consecuencia directa de su apuesta por la lucha democrática. Su inicial rigidez programática, reflejada en el rechazo a integrarse en la Junta Democrática de España (JDE) en 1974 (AAR, Documentos Teóricos, “Comunicado del Movimiento Comunista de España sobre la llamada Junta Democrática de España”), tuvo un recorrido limitado. Sin embargo, en junio de 1975, adoptó una postura más pragmática y se convirtió en una de las organizaciones impulsoras de la Plataforma de Convergencia Democrática (PCD), restando importancia a las diferencias programáticas (*Servir al Pueblo*, 41, 1975). Esta misma estrategia se replicaría más adelante con su adhesión a Coordinación Democrática (CD) y a la Plataforma de Organismos Democráticos (POD) (AAR, Primeros Boletines, “De cara al futuro”; *Servir al Pueblo*, 60, 1976). El paso desde la intransigencia programática a la aceptación sin reservas del funcionamiento de PCD, CD y la POD ocurrió en un lapso de apenas dos años. Hubo un terreno en el que nunca cedió: la negociación con los sectores evolucionistas debía realizarse conjuntamente. Por ello criticó las negociaciones impulsadas por los grandes partidos, que lograron su legalización individual y dejaron al margen al resto (*Servir al Pueblo*, 72, 1977).

Aunque el MC se opuso al referéndum para la reforma política (*Servir al Pueblo*, 67, 1976), éste fue aprobado en diciembre de 1976, allanando el camino hacia las elecciones de junio de 1977. La organización maoísta se vio forzada a enfrentarse a unos comicios que contaban con el respaldo mayoritario de la sociedad, pero en los que no podía participar abiertamente debido a su ilegalización. A pesar de haber cuestionado la conveniencia de los comicios (MC, 1979: 93), finalmente decidió concurrir bajo una

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

marca blanca que le sirviera de parapeto. Lo hizo sin una candidatura estatal y presentándose bajo distintas siglas. Pero, aun así, el MC confiaba en que su influencia social le proporcionara cierto grado de representación. No obstante, al sobreestimar su peso político, sufrió el mismo golpe que afectó a toda la izquierda revolucionaria. Sus resultados más significativos fueron en Euskadi, (7%). En el resto del Estado, solamente obtuvieron el 0,34% (Junta Electoral Central, “Elecciones Generales, Resultados”, 1977). El MC atribuyó sus malos resultados a la división de la izquierda y a las debilidades programáticas (AAR, Boletín Interno números 1 a 22. “Boletín 18”). El impacto de los resultados resultó en una desmoralización que la llevó a replantearse la orientación seguida desde 1974.

Más allá de la moderación de su perfil durante este periodo, el maoísmo siguió teniendo un papel relevante en la prensa y en los debates internos de MC. La organización mantuvo su interés en las guerrillas de inspiración maoísta, publicó emotivas esquelas en honor a dirigentes chinos y difundió recordatorios oficiales sobre la figura de Mao (*Servir al Pueblo*, 36, 1975: 12; *Servir al Pueblo*, 47, 1976: 7; *Servir al Pueblo*, 60, 1977: 7).

### **Reorientación política y reforzamiento ideológico a inicios de la Transición (1977-1979)**

La etapa anterior se definió por un doble proceso: una flexibilización ideológica y una adaptación parcial al enfoque reformista de los órganos de la oposición antifranquista. Como desenlace de este proceso, MC desarrolló expectativas excesivas en torno a los resultados de las elecciones de 1977, expectativas que pronto se transformaron en desmoralización al constatar la realidad. Los comicios dejaron al MC en una posición extraparlamentaria, un destino compartido con el resto de la izquierda revolucionaria.

Después de las elecciones, MC logró reorientarse con rapidez. Los resultados actuaron como un estímulo para dar paso a un proceso de reorientación. Esto contrastó con la situación de otras organizaciones del espectro maoísta, que, ante los malos resultados, se vieron profundamente desorientadas, y se enrocaron en una estrategia electoral sin salida (Díaz Macías, 2021a). La dirección del partido propuso en julio de 1977 una reorientación estratégica situando en el centro la:

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

“edificación organizativa, ideológica y política del Partido [...] [ya que] venimos de un periodo de dos años en el que hemos estado tocados por el practicismo, el localismo y el desdibujamiento de nuestras perspectivas revolucionarias (“Boletín 18...”: 14-15).

Estas directrices daban un giro de ciento ochenta grados poniendo fin al proceso de adaptación que les había caracterizado los últimos tres años. A partir de este momento, la organización comenzó a intensificar su trabajo ideológico, lo que derivó en un marcado reforzamiento de su perfil maoísta. Esta nueva orientación se reflejó tanto en sus publicaciones como en las formaciones y debates internos. Sin embargo, el refuerzo ideológico no se limitará a intensificar los debates doctrinales. Tendrá una consecuencia mucho más profunda: el endurecimiento del perfil radical de la organización. Esto llevará al MC a rechazar los principales acuerdos políticos y económicos que consolidaron la Transición, como los Pactos de la Moncloa a finales de 1977 (para un análisis crítico, véase Albarracín, 1987) y el referéndum constitucional de 1978. Respecto al primero de estos acontecimientos, MC se mantuvo firme en su rechazo. Desde su perspectiva, las medidas regresivas no podían ser la solución a la crisis, ya que solo favorecían el aumento de los beneficios y el poder del capital. En su lugar, se debía:

“aumentar los ingresos reales de los trabajadores [...] medidas eficaces para controlar los precios [...] reforma fiscal [...] revisión de la utilización del crédito barato de las cajas de ahorro [...] lucha contra la especulación, contra la fuga de capitales y contra la corrupción [...]” (*Servir al Pueblo*, 69, 1977: 4-5).

La dirección del MC trató de promover movilizaciones en contra de estos acuerdos (*Servir al Pueblo*, 81, 1977), pero la posición de CCOO, alineada con los pactos, imposibilitó en el corto plazo cualquier acción de protesta efectiva.

A lo largo de 1978, la nueva orientación política se afianzará con en el II Congreso del partido, celebrado en marzo bajo el lema “10 años de lucha por el socialismo” (*Servir al Pueblo*, 99, 1978). El congreso se centró principalmente en debates de carácter doctrinal, abordando temas como la sociedad socialista, los desafíos de la transición al socialismo, la evolución del PCUS y la URSS, y el rol del partido en el proceso revolucionario (MC, 1978). La organización también debatió su estrategia territorial e incorporó, por primera vez en un congreso, documentos feministas. Un aspecto novedoso que entroncaba con el nuevo activismo que mantenía en el sector desde al menos 1975. Este Congreso también marcó la consolidación del giro ideológico de la organización y el fortalecimiento de su perfil maoísta (MC, 1978: 76). Sin embargo, resulta significativo

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

que en este evento se evitara cualquier referencia a Stalin, lo que podría interpretarse como un primer distanciamiento parcial de uno de los pilares del marxismo-leninismo: la defensa íntegra de la III Internacional (Pérez Serrano, 2015: 103).

¿Qué interpretación se puede deducir de este congreso? Según Laiz, este congreso confirmaba que MC “ya está fuera de las condiciones de la participación y camina hacia el repliegue comunitario” (Laiz, 1993: 273). Aunque dicho repliegue es difícil de cuestionar, también es destacable que esta reorientación permitió al partido sobrevivir a la crisis que afectó a la izquierda revolucionaria en su conjunto.

A finales del mismo año, en diciembre de 1978, se llevó a cabo el referéndum sobre la Constitución. El MC criticó el secretismo que rodeó la negociación de su redactado (*Servir al Pueblo*, 83, 1977: 6), proponiendo la apertura del debate constitucional a toda la ciudadanía. Además, planteaba la inclusión en la Carta Magna de ciertos elementos que consideraba esenciales para una constitución democrática:

“una solución democrática [...] de la forma de Estado; un reconocimiento [...] de los derechos [...] a la autodeterminación de los pueblos del Estado español; una superación cabal de las secuelas del franquismo, llámense leyes, instituciones o personas incrustadas en el aparato estatal...” (*El País*, “¿Para qué el MC?”, 1978).

Ni el contenido ni el proceso se modificaron en el transcurso de su negociación, convocándose el referéndum para diciembre de 1978. En consecuencia, se opuso al proyecto, promoviendo la campaña por la abstención (Pérez Serrano, 2013: 270), e incluso lanzando iniciativas en la calle para presionar por un referéndum sobre la forma de Estado (AAR, Boletín Interno números 23 a 27. “Boletín 25”: 11).

Mientras que otros partidos celebraron su aprobación (el PCE la celebró como un avance hacia el socialismo, *El País*, “El Comité Central del PCE valora positivamente el anteproyecto constitucional”, 1978), para el MC, la Constitución significaba un paso en la restauración de la monarquía y el fin de las esperanzas republicanas. La opción más coherente ante el referéndum, según el MC, era la abstención. A diferencia de aquellas organizaciones que optarían por hacer campaña por el NO (como la LCR. Véase LCR, “VOTA NO”, *Combate*, 132, 1978), la abstención representaba, para los miembros del MC, una posición más crítica y firme frente al proceso (*Servir al Pueblo*, 111, 1978).

Pocas semanas después se realizó el III Congreso de MC. Con solo 11 meses de distancia respecto al anterior. Su principal objetivo fue fusionarse con la Organización de Izquierda Comunista (OIC), con la que mantenía una colaboración estrecha. La fusión se

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

festejó de manera doctrinal, celebrando el “triumfo del marxismo-leninismo” (*Servir al Pueblo*, 115, 1979). En el evento de fusión se debatieron únicamente dos documentos: los Estatutos de la nueva organización y otro titulado “Principios y concepciones fundamentales en lo ideológico, político y organizativo” (MC, 1979). El primero solamente eran una modificación parcial de los que el MC confeccionó en los congresos previos. El segundo documento abordaba aspectos generales de la doctrina maoísta, similar a los discutidos otras veces: la adhesión al Pensamiento Mao-Tsetung, el papel directivo del partido en la transición hacia el socialismo, la sociedad socialista como sinónimo de eliminación de opresiones sociales, incluyendo a la juventud, migrantes y mujeres (MC, 1979: 35-36).

El reforzamiento ideológico en este periodo se reflejó de manera muy concreta en la militancia diaria. El MC decidió priorizar la intervención en los movimientos sociales, al mismo tiempo que teorizó sobre la relativización de la lucha política en el ámbito electoral. Esta elección fue fundamental para que la organización pudiera sobrevivir a la crisis que enfrentaron muchas otras agrupaciones radicales en la Transición. Al reconocer los campos que favorecían su política y aquellos que eran hostiles, optó por fortalecerse en los espacios favorables y disminuir sus esfuerzos en los adversos. Reforzó su presencia en dos movimientos sociales clave en aquella coyuntura: el movimiento feminista y el pacifista. Además de estos dos movimientos, MC extendió su actividad en el ámbito sindical, tanto dentro como fuera de CCOO. Sin embargo, con el tiempo, se enfrentó a crecientes dificultades para intervenir en el movimiento obrero (Díaz Macías, 2022a).

En definitiva, el incremento del perfil ideológico que se realizó durante este partido radicalizó al partido después de haber atravesado un periodo de adaptación relativa a las tendencias reformistas de los inicios de la Transición.

### **Transformaciones ideológicas tardías: del maoísmo a la “autonomía de pensamiento” (1979-1991)**

Los historiadores españoles presentan diversas opiniones sobre el momento en que el MC renuncia al maoísmo. Según Wilhelmi, el MC abandona esta ideología en 1976, mientras que Roca también considera este año como fundamental para el cambio ideológico (Wilhelmi, 2016: 104; Roca, 1994: 53). En contraste, Pérez Serrano sostiene

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

que el distanciamiento ocurrió “en la segunda mitad de los 70” (Pérez Serrano, 2013: 270), sin precisar un año específico. De todas estas posturas, la de Pérez Serrano parece la más acertada, ya que el MC continuó identificándose oficialmente como una organización maoísta en los congresos de 1978 y 1979, y no dejó de referirse al maoísmo, tanto en público como en privado, hasta mediados de 1979.

A lo largo de nueve años, el maoísmo fue la principal referencia para los militantes del MC. El congreso de unificación con la OIC en 1979 se celebró bajo la bandera del “marxismo-leninismo”. Pero desde la mitad de 1979, el partido se distanció gradualmente de esta cosmovisión. El primer indicio de distanciamiento se aprecia en los contenidos de dos boletines internos de abril y mayo de 1979. En primero el MC cuestionó al partido chino, acusándolo de respaldar los movimientos revolucionarios a nivel mundial solo “en función de sus posturas sobre el imperialismo soviético” (AAR, Boletines Internos Repetidos, “Boletín 28”: 16). El boletín consecutivo ahondaba la distancia, acusando al partido chino de sostener una orientación “anti-socialista y anti-marxista” (AAR, Boletines Internos números 28 al 32. “Boletín 29”: 3). Afirmaciones como ésta impugnaban significativamente la identificación ideológica que el partido mantuvo durante casi una década. Seguidamente se realizaba un análisis detallado de las decisiones del PCCh después de la muerte de Mao. Se cuestiona la gestión que el partido chino llevó a cabo en su enfrentamiento con el “grupo de los cuatro” y criticaba el abandono de los métodos que se habían utilizado durante la Revolución Cultural. Además, la dirección del MC expresa dudas sobre el ascenso de ciertos funcionarios que habían sido degradados previamente por el propio Mao. Por último, el documento introduce una crítica parcial a la Revolución Cultural, señalando límites a la hora de concretar correctamente quien era el enemigo de la revolución (“Boletín 29...”).

Como se puede apreciar, el primer gesto de distanciamiento se expresó bajo formas ortodoxas: mientras que el PCCh implementaba cambios en su política, el MC asumía la defensa de los postulados oficiales de Mao años después de su muerte. No obstante, en el contexto de esta reivindicación también aparece una crítica inicial al sentido general de la Revolución Cultural, el hito por excelencia que atrajo a la militancia del MC hacia el maoísmo.

Éstos no fueron las únicas transformaciones ideológicas. A principios de la década de 1980 quedó en evidencia que este primer distanciamiento de las posturas oficiales del

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

PCCh no fue un hecho aislado. Al contrario, marcó el inicio de una serie de transformaciones que acabarían por romper definitivamente la identificación del MC con el maoísmo. El punto de inflexión definitivo se produce a finales de 1983 con la celebración del IV Congreso del MC. En este evento, el abandono del maoísmo se formalizó a través de cambios significativos. Uno de los más relevantes fue la modificación del artículo dos de los estatutos, que hasta entonces definía al partido como una organización marxista-leninista. Con la nueva redacción, el MC pasa a identificarse como marxista y leninista, marcando así una renuncia explícita a su legado maoísta. En este congreso, además, se cuestionó abiertamente que la República Popular China estuviera dando avances reales hacia el comunismo. Según el MC, la concentración del poder político y económico en una pequeña élite del partido imposibilitaba incluso hablar de socialismo. A partir de este momento, la organización redefine su criterio sobre la transición socialista, señalando que su rasgo fundamental no es solo la planificación económica, sino la socialización efectiva del poder (MC, 1984: 93). A esto hay que sumar la ausencia de menciones a Mao o al maoísmo en los textos congresuales (MC, 1984: 98-99). Además, la modificación estatutaria eliminaba la concepción maoísta del centralismo democrático – con su explícito énfasis en la disciplina – reflejando una modificación significativa. La inclusión del artículo 12 reconocía el derecho a las tendencias dentro del partido (MC, 1984: 128-129), acercando su modelo organizativo a la interpretación del centralismo democrático adoptado por la LCR, más flexible y pluralista.

La ruptura con el maoísmo exigía una alternativa, no tanto desde el punto de vista formal como desde el punto de vista operacional. ¿Qué coordenadas dirigirían la acción política de la organización tras ver debilitadas sus referencias fundamentales? Pérez Serrano se ha referido a esta nueva guía como “autonomía de pensamiento”, un principio ideológico “que alejaba al partido de las corrientes clásicas del marxismo” (2013: 270). La nueva ideología del MC tuvo un doble efecto sobre la organización. En primer lugar, alejó la perspectiva de la toma del poder como eje central de su estrategia, pasando a priorizar la construcción y consolidación de espacios de resistencia y transformación social. Esta nueva orientación le permitió mantener su influencia en los movimientos feminista y pacifista, así como en determinados sectores del movimiento obrero, adaptándose a las dinámicas de lucha que marcaron la década de los 80.

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

En definitiva, el proceso de transformación ideológica (en este último caso, su distanciamiento definitivo respecto al maoísmo) supuso el abandono progresivo de la lucha política institucional y una reconfiguración de la militancia del MC en términos de activismo social. A lo largo de los años 80, la organización se fue alejando de la concepción clásica de partido revolucionario, priorizando su intervención en movimientos sociales con un enfoque más horizontal y descentralizado. Esta evolución culminó en la década de los 90 con la creación de Acción en Red, una plataforma social que mantenía ciertos principios políticos, pero canalizados a través de un modelo de voluntariado y activismo social, alejándose definitivamente de la estructura partidista clásica.

## Conclusiones

Durante varios años de su existencia, el maoísmo proporcionó al MC un marco ideológico que, si bien fue fluctuante en su intensidad, le permitió articular una estrategia revolucionaria formalmente coherente durante una parte significativa de su trayectoria. En los momentos de mayor intensidad ideológica, el MC tendió a adoptar posiciones más radicales y rupturistas, mientras que los periodos de flexibilización ideológica coincidieron con etapas de mayor pragmatismo y adaptación al contexto político. Sin embargo, este patrón no puede extrapolarse de manera automática a otras organizaciones de izquierda, ya que cada una tuvo sus propias dinámicas internas y respuestas específicas a los cambios del contexto histórico.

Además, esta adscripción al maoísmo permitió al MC inscribirse dentro de una tradición revolucionaria con un alcance internacional, otorgándole una identidad política diferenciada dentro del espectro de la izquierda. A través de esta referencia, la organización pudo interpretar los procesos políticos y sociales desde una perspectiva propia, alineada con los principios del maoísmo, lo que a su vez influyó en su estrategia y en su forma de intervenir en la realidad política española.

Con el tiempo, el MC desarrolló una interpretación particular del maoísmo que le permitió hibridarse con otros movimientos sociales emergentes, como el feminismo y el pacifismo. Aunque inicialmente el maoísmo coexistió con estas corrientes, a medida que el MC profundizaba su implicación en sectores como el feminista y el pacifista, su

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

identificación con el maoísmo comenzó a disminuir. Esta evolución reflejó una adaptación estratégica de la organización, que buscaba ampliar su base social y fortalecer su presencia en luchas que resonaban con las preocupaciones de la sociedad de la época.

El fin de la referencialidad maoísta a lo largo de la década de los 80 llevó a la organización a distanciarse de la política convencional y de una perspectiva orientada a la lucha por el poder. Este cambio culminó en la transformación de su militancia comunista en un colectivo de voluntarios sociales que mantenía un cierto enfoque político. Esta nueva orientación permitió al grupo involucrarse en causas sociales, priorizando la intervención en movimientos de resistencia que buscaban mejorar las condiciones de vida de diferentes sectores de la población, aunque ello significara alejarse de sus raíces ideológicas originales.

### **Fuentes documentales**

AAR, Boletín Interno números 1 a 22, “Boletín 18”.

AAR, Boletín Interno números 23 a 27, “Boletín 25”.

AAR, Boletines Internos números 28 al 32, “Boletín 29”.

AAR, Boletines Internos Repetidos, “La situación actual y nuestras propuestas”.

AAR, Boletines Internos Repetidos, “Boletín 28”.

AAR, Documentos Teóricos, “Comunicado del Movimiento Comunista de España sobre la llamada Junta Democrática de España”.

AAR, Primeros Boletines, Boletín 3, “La línea ultraizquierdista de Lin Piao y su influencia en nuestro partido”.

AAR, Primeros Boletines, “Carta Circular del Comité de Dirección a todos los militantes”.

AAR, Primeros Boletines, “De cara al futuro”.

AAR, Primeros Boletines, “Directivas concernientes a los métodos de dirección y de trabajo de los comités”.

AAR, Primeros Boletines, “Movimiento Comunista (marxista-leninista) de España. Grupo «El Comunista»”.

BILBAO ARIZTIMUÑO, Kepa, *Crónica de una izquierda singular*. Disponible en internet <https://www.kepabilbao.com/wp-content/uploads/2020/04/Cronicas-copia2.pdf>

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

Del Río, Eugenio (2012), *De la indignación de ayer a la de hoy*, Madrid, Talasa.

*El País*, “El Comité Central del PCE valora positivamente el anteproyecto constitucional”. Disponible en internet

[https://elpais.com/diario/1978/01/08/espana/253062014\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1978/01/08/espana/253062014_850215.html)

*El País*, “¿Para qué el MC?”. Disponible en internet

[https://elpais.com/diario/1978/03/23/espana/259455619\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1978/03/23/espana/259455619_850215.html)

Junta Electoral Central, “Elecciones Generales, Resultados”, 1977.

LCR, “VOTA NO”, *Combate*, 132, 1978.

MC, *10 años de lucha por el socialismo*, Madrid, Movimiento Comunista, 1978.

MC, *De Franco a Juan Carlos I. El Movimiento Comunista en la transición política. 1975-1979*, Madrid, Revolución, 1979.

MC, *Hacia la unidad de la izquierda revolucionaria*, Madrid, Movimiento Comunista-Organización de Izquierda Comunista, 1979.

MC, *Una izquierda para la revolución*, Madrid, Movimiento Comunista, 1984.

MCE, “Línea política e ideológica”. Disponible en internet

<http://188.87.169.27/atom/uploads/r/archivo-historico-de-ccoo-de-andalucia/f/3/e/f3e6fd10f7da60c0839579615fd3272309b630de649104bbdcdded52eb91a420c/05.3.1.1.1.2r.pdf>

*Servir al Pueblo*, 2, 1972.

*Servir al Pueblo*, 4, 1972.

*Servir al Pueblo*, 5, 1972.

*Servir al Pueblo*, 8, 1972.

*Servir al Pueblo*, 12, 1973.

*Servir al Pueblo*, 16, 1973.

*Servir al Pueblo*, 36, 1975.

*Servir al Pueblo*, 41, 1975.

*Servir al Pueblo*, 43, 1975.

*Servir al Pueblo*, 47, 1976.

*Servir al Pueblo*, 60, 1976.

*Servir al Pueblo*, 67, 1976.

*Servir al Pueblo*, 69, 1977.

*Servir al Pueblo*, 72, 1977.

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

*Servir al pueblo*, 75, 1977.

*Servir al Pueblo*, 81, 1977.

*Servir al Pueblo*, 83, 1977.

*Servir al Pueblo*, 99, 1978.

*Servir al Pueblo*, 111, 1978.

*Servir al Pueblo*, 115, 1979.

### Referencias bibliográficas

ALBARRACÍN, Jesús (1987), *La onda larga del capitalismo español*, Madrid, Colegio de Economistas de Madrid.

ANDERSON (2016), Perry, *Los orígenes de la posmodernidad*, Madrid, Akal.

BENSAID, Daniel (2006), *Trotskismos*, Barcelona, El Viejo Topo.

BENSAID, Daniel (2017), *Estrategia y partido*, Barcelona, Sylone.

BRAVO SUESCUN, Carmen. (2020), *El resurgir del movimiento obrero y sindical (1951-2012)*, Oviedo, Unión Sindical de Comisiones Obreras de Navarra.

CARDINA, Miguel (2011), *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China.

CAUSSA, Martín. (2014), “Los orígenes de la LCR (1969-1973)” en Martín Causa, Ricard Martínez I Muntada (eds.). *Historia de la Liga Comunista Revolucionaria (1970-1991)*, Madrid, La Oveja Roja, pp. 17-34.

CUCÓ I GINER, Josepa (2008), “Recuperando una memoria en la penumbra. El Movimiento Comunista y las transformaciones de la extrema izquierda española”, *Historia y política*, 20, pp. 73-96.

CUCÓ I GINER, Josepa (2010), “De cómo un partido de la izquierda revolucionaria se convierte en una ONG” en Josepa Cucó I Giner, Beatriz Santamarina Campos (coords.), *Políticas y ciudadanía: miradas antropológicas*, Valencia, Germania, pp. 27-46.

CUCÓ I GINER, Josepa (2016), *De la utopía revolucionaria a l'activisme social del Moviment Comunista, Revolta i Cristina Piris*, Valencia, Universidad de Valencia.

DEL RÍO, Eugenio (2023), *Jóvenes antifranquistas (1965-1975)*, Madrid, Los Libros de la Catarata.

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.*  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

DÍAZ MACÍAS, Ernesto M. (2021a), “Un breve recorrido por la historia del Partido del Trabajo del España (PTE)”, *Hispania Nova*, nº 19, pp. 389-420.

DÍAZ MACÍAS, Ernesto M. (2021b), *Los últimos chinos. Historia del Partido del Trabajo de España (PTE) (1967-1980)*, Madrid, Dykinson.

DÍAZ MACÍAS, Ernesto M. (2022a), “Unitarians and revolutionaries. The trade unionism of the MC and the LCR in CCOO”, *Labor History*, Vol. 63 (6), pp. 757-773.

DÍAZ MACÍAS, Ernesto M. (2022b), *El Movimiento Comunista (MC). Historia de un partido (1964-1991)*, Madrid, Catarata.

ERICE, Francisco (2020), *En defensa de la razón: Contribución a la crítica del posmodernismo*, Madrid, Siglo XXI.

FERNÁNDEZ RINCÓN, Javier (2024), *El Movimiento Comunista (MC): organización y estrategia revolucionaria (1972-1991)*, UNED – Universidad Nacional de Educación a Distancia

HALL, Stuart, “Life and times of the first New Left”, *New Left Review*, 60, 2010.

LAIZ, Consuelo, (1993), *La izquierda radical en España durante la transición a la democracia*, Tesis presentada para la obtención del grado de doctor, Madrid en Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Disponible en internet <https://eprints.ucm.es/id/eprint/4115/1/T18924.pdf>

LENIN, V. I. (2009), *El estado y la revolución*, Madrid, Diario Público.

LUXEMBURG, Rosa (2017), *La revolución rusa*, Madrid, Akal.

MOLINERO RUÍZ, Carme. (2011), “Comisiones Obreras: de la lucha antifranquista a la acción sindical en un nuevo escenario económico y político” en Rafael Quirosa-Cheyrouze Y Muñoz (ed.), *La sociedad española en la Transición. Los movimientos sociales en el proceso democratizador*, Madrid, Biblioteca Nueva, pp. 147-160.

PANNEKOEK, Anton (1977), *Los consejos obreros*, Madrid, Zero S.A.

PÉREZ SERRANO, Julio (2013), “Orto y ocaso de la izquierda revolucionaria en España (1959-1994)” en Rafael Quirosa-Cheyrouze Y Muñoz (ed.), *Los partidos en la Transición: las organizaciones políticas en la construcción de la democracia española*, Madrid, Biblioteca Nueva, pp. 249-291.

PÉREZ SERRANO, Julio (2015), “Estrategias de la izquierda radical en el segundo franquismo y la Transición (1956-1982)” en Marie-Claude Chaput, Julio Pérez Serrano

Ernesto M. Díaz Macías – *El Movimiento Comunista (MC). Una experiencia maoísta en la Transición Española*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 200-221.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1e2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1e2)

(eds.), *La transición española. Nuevos enfoques para un viejo debate*, Madrid, Biblioteca Nueva, pp. 95-125.

PÉREZ SERRANO, Julio (2017), “«Servir al pueblo»: trayectorias del maoísmo en la península Ibérica”, *Berceo*, 173, pp. 199-216.

QUIROSA-CHEYROUZE Y MUÑOZ, Rafael (ed.) (2011), *La sociedad española en la Transición. Los movimientos sociales en el proceso democratizador*, Madrid, Biblioteca Nueva.

ROCA, José Manuel (1994), “Una aproximación sociológica, política e ideológica a la izquierda comunista revolucionaria en España” en José Manuel Roca (ed.), *El proyecto Radical. Auge y declive de la izquierda revolucionaria en España (1964-1992)*, Madrid, Los Libros de la Catarata, pp. 19-46.

ROUSSET, Pierre (2010), “Revolución y contrarrevoluciones en la República Popular de China”, Disponible en internet en <https://rebellion.org/revolucion-y-contrarrevoluciones-en-la-republica-popular-de-china/>

David. (dir.) (1993). *Historia de Comisiones Obreras (1958-1988)*. Madrid, Siglo XXI.

RUPAR, Brenda (2018), “El debate chino-soviético y la emergencia del maoísmo como corriente política diferenciada en el Movimiento Comunista Internacional”, *Historia Contemporánea*, 57, 2018, pp. 559-596.

TERRÉS, Jordi (2007), “La izquierda radical española y los modelos del Este: el referente albanés en la lucha antifranquista. El caso del PCE (m-l)”, *Ayer*, 67, pp. 159-176.

TREGLIA, Emanuelle (2013), “Apuntes sobre la ORT: de las Comisiones Obreras al Sindicato Unitario” en Manuela Aroca, Rubén Vega (dir.). *Análisis históricos del sindicalismo en España. Del franquismo a la estabilidad democrática (1970-1994)*, Madrid, Fundación Largo Caballero, pp. 248-270.

WILHELMI, Gonzalo (2016), *Romper el consenso. La izquierda radical en la Transición española (1975-1982)*, Madrid, Sligo XXI.

WILHELMI, Gonzalo (2021), *Sobrevivir a la derrota. Historia del sindicalismo en España (1975-2004)*, Madrid, Akal.

# **Recensões**

Flávio Miranda - BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 222-225.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r1)

**BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp.**

O livro *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, de Wim Blockmans, parte de uma premissa muito simples. Considerando que, nos últimos dois séculos, a Europa desenvolveu várias formas de representação política que deram origem aos sistemas de parlamentarismo democrático, o autor questiona de que forma os grupos sociais “burgueses e camponeses” participaram no fenómeno da *medezeggenschap* (participação política ou codecisão) na formação das sociedades, a todos os níveis possíveis — nacional, regional e local —, no espaço europeu, desde as suas primeiras manifestações visíveis, no século XII, até cerca de 1800.

A resposta a esta questão é desenvolvida ao longo de nove capítulos. O primeiro oferece ao leitor um enquadramento institucional e conceptual, seguindo-se um capítulo dedicado à geografia política das comunidades analisadas na obra. Os restantes capítulos são eminentemente temáticos; abordam os intervenientes e a formação de comunidades políticas (capítulo 3); a entrada dos não privilegiados na política, numa perspetiva comparativa que convoca estudos de caso do Norte da Europa, da Toscana, dos Estados Papais e do Sul da Europa (capítulo 4), numa lógica geográfica que se mantém na análise das “vozes das instituições” (capítulo 5).

Analisa, ainda, a relevância da igreja, religiões e poderes regionais, e o papel da reforma enquanto catalisador da emergência das camadas mais baixas da sociedade na participação política (capítulo 6); faz um balanço sobre os ganhos e perdas num período de declínio da representatividade nos séculos XVII e XVIII (capítulo 7) e detém-se na fase de consolidação (e de exclusão) de modelos político-institucionais modernos, numa comparação entre o sistema inglês e do Reino Unido, sueco, irlandês e norte-americano a partir do século XVIII (capítulo 8). No final deste penúltimo capítulo, Blockmans reflete sobre os “poderes ascendentes e descendentes” das sociedades, concluindo que os “interesses particulares” eram sempre o ponto de partida de qualquer negociação, surgindo o bem-estar geral apenas como um acessório de discurso retórico. A este respeito, talvez tivesse sido interessante uma análise de interesses pessoais e coletivos à luz da história institucional, que muito tem contribuído para este debate

Flávio Miranda - BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 222-225.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r1)

em tempos recentes (veja-se, por exemplo, as conclusões de Sheilagh Ogilvie em *The European Guilds*, publicado em 2019).

O capítulo 9 encerra o livro com uma reflexão sobre até que ponto essa participação se traduziu em eficácia política. As principais conclusões podem resumir-se em três ideias fundamentais: 1) o envolvimento progressivo dos não-privilegiados nos processos de tomada de decisão começou por volta do ano 1100, nos espaços mais densamente urbanizados da Europa; 2) esse processo conheceu três fases distintas, marcadas pela formação e desenvolvimento (1100–1350), consolidação e confrontação (1350–1600) e transformação em sistemas de representação constitucional ou em monarquias fiscais-militares (1600–1848); 3) as instituições e a cultura política das sociedades demoraram a aceitar a participação de grupos não-privilegiados, uma vez que as revoluções foram frequentemente acompanhadas por movimentos de reação e restauração, através dos quais as elites procuraram conservar os privilégios anteriormente detidos. Para além destas conclusões, Blockmans oferece uma análise refinada do pensamento político e da forma como este evolui nas sociedades. Ao discutir as culturas políticas, o autor sublinha que estas se constituem por “um conjunto de visões do mundo, valores, normas, conceitos abstratos e práticas sociais”. O que esta investigação demonstra é que as novas regras e instituições “não mudam a forma de pensar e o comportamento coletivo das pessoas” de um momento para o outro (p. 411).

Wim Blockmans consolida a conclusão ao interpretar as profundas diferenças nas culturas políticas europeias, enraizadas em contextos históricos diversos marcados por relações socioeconómicas, formas distintas de consciência histórica coletiva, valores religiosos e concepções de autoridade. Estes quatro pontos merecem ser destacados nesta revisão. Primeiro, começa por explicar que as relações socioeconómicas desempenharam um papel estruturante na formação dos sistemas políticos, condicionando o grau de participação popular e o tipo de autoridade vigente. Sociedades com maior densidade populacional, urbanização precoce e comércio favoreceram o aparecimento de formas mais abertas de mobilidade, contacto intercultural e circulação de ideias. Estas condições facilitaram, por exemplo, a emergência de universidades, espaços públicos e movimentos culturais mais participativos. Pelo contrário, em regiões marcadas pela ruralidade dispersa, como partes da Europa oriental e mediterrânica, persistiram formas de poder mais autocráticas e estruturas sociais mais rígidas.

Flávio Miranda - BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 222-225.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r1)

Segundo, a consciência histórica coletiva moldou-se pela acumulação de experiências sociais, tanto positivas como traumáticas. Esta memória partilhada influenciou a disposição das populações para aceitarem ou contestarem formas de autoridade. Onde os camponeses eram livres e participavam em assembleias, desenvolveram-se práticas de resistência e defesa coletiva. Já em regiões marcadas por servidão e repressão — como grande parte da Europa centro-oriental — a obediência era reforçada por narrativas religiosas e um imaginário social de submissão. Terceiro, os valores e a religião também exerceram uma influência duradoura. A Reforma e a Contrarreforma fragmentaram o continente em esferas culturais distintas. Em zonas católicas, como a Península Ibérica ou os Habsburgos, prevaleceu uma disciplina social rigorosa e uma teologia da obediência. Em contrapartida, nas regiões protestantes, destacou-se a leitura individual da Bíblia, a participação comunitária e a ideia calvinista de predestinação, favorecendo culturas políticas mais horizontais e participativas.

Finalmente, a cultura política emergiu da articulação entre estes fatores. Em contextos aristocráticos e com fraca penetração do comércio, a autoridade era exercida por elites distantes, sendo o poder público frequentemente fragmentado. Nos espaços onde se consolidaram o Estado de direito e a soberania negociada, como na Europa Ocidental, as normas políticas evoluíram para formas mais racionais e laicas, mesmo onde subsistiam elementos tradicionais. Esta multiplicidade de experiências explica os contrastes duradouros entre culturas políticas mais inclusivas e participativas e outras marcadas por autoritarismo, hierarquia e exclusão social. É este o enorme legado interpretativo historiográfico deste livro de Wim Blockmans.

Convém, porém, referir que este livro não surge de um vácuo. Wim Blockmans iniciou a sua carreira com uma tese de doutoramento sobre a representação popular flamenga durante o período borgonhês (1384–1506), defendida na Universidade de Gent, em 1973. Posteriormente, entre 1989 e 1992, dirigiu – em colaboração com o francês Jean-Philippe Genet – um projeto financiado pela European Science Foundation, intitulado *The Origins of the Modern State in Europe, 13th–15th Centuries*. Este projeto deu origem a sete volumes publicados pela Oxford University Press, que reúnem investigação de ponta sobre temas como a guerra e a competição entre unidades políticas, o indivíduo na teoria política e na prática, resistência e representação, elites e construção dos estados, legislação e justiça, iconografia e legitimação, bem como sistemas económicos e finanças estatais.

Flávio Miranda - BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 222-225.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r1](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r1)

Antes da publicação desta obra, Blockmans proferiu uma série de conferências em diversos países, nas quais discutiu aspetos específicos do livro. Uma dessas intervenções teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 12 de outubro de 2016, onde apresentou a palestra “Erosion and Emergence of Citizen’s Political Participation in Medieval Europe” – um evento que coorganizei com Amélia Aguiar Andrade –, na qual procurou inserir as cortes (o parlamento medieval português) num campo de análise comparativo. De facto, no que respeita a Portugal, a obra incide maioritariamente sobre as cortes, acrescentando pouco ao que Armindo de Sousa – amplamente citado – publicou ao longo da sua carreira. Talvez o elemento mais estranho nessa secção comparativa ibérica seja a designação das Guerras Fernandinas como *Ten Years’ War (1371–1380)* – um conceito totalmente ausente da historiografia portuguesa e com uma cronologia algo imprecisa, já que os conflitos se estenderam entre 1369 e 1382, com períodos de paz pelo meio. O caso português só volta a ser mencionado no capítulo 7, num curto parágrafo que refere a continuidade das cortes, com representantes dos três estados, após a Restauração de 1640, e a sua permanência até ao reinado de João V (r. 1707–1750). Esta crítica não retira mérito científico à obra; pelo contrário, a sua existência contribui para inserir a historiografia portuguesa e o caso português num cenário mais amplo de compreensão deste fenómeno à escala internacional.

Por tudo isto, não admira que esta obra se assuma como o corolário natural de décadas de projetos, investigação e debate sobre a temática. Trata-se de uma obra-prima que sublinha a importância do debate entre todos os membros da sociedade para a construção de um Estado de direito justo e eficaz – função académica e social do historiador que se revela vital, especialmente nestes tempos em que as inverdades e a manipulação procuram criar cisões e constranger negativamente as estruturas políticas e institucionais das democracias, cuja edificação demorou séculos a ser conseguida.

João Pedro Alves - NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 226-229.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r2)

**NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp.**

A Ordem do Templo está, com certeza, entre as ordens religioso-militares que maior interesse tem suscitado não só entre a comunidade científica, mas também junto de um público mais amplo, externo à academia. Como tal, conta com uma profícua e ampla bibliografia. Não obstante, a temática encontra-se longe de esgotada, e a mais recente obra de Rui Nobre, “*A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*”, é disso exemplo. Trata-se da sua tese de doutoramento, defendida em fevereiro de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação científica do Prof. Doutor Saúl António Gomes, vertida agora em livro com algumas alterações e correções pontuais.

A leitura inaugura-se com os prefácios de Saul António Gomes (Universidade de Coimbra) e Philippe Jossierand (Nantes Université), a que se segue a introdução, onde se enceta uma aturada, todavia não plenamente exaustiva, exploração do estado da questão e produção historiográfica em torno do Templo, recuperando as narrativas e escritos mais relevantes desde o século XV até tempos mais recentes, nas suas múltiplas vertentes. A estrutura interna da obra faz jus à tripartição definida pelo seu subtítulo, refletindo uma divisão centrada nas três grandes temáticas em estudo.

A primeira parte debruça-se sobre os “Homens” da milícia templária em Portugal. Numa primeira instância, analisam-se os dados coligidos com recurso à prosopografia, incidindo sobre matérias como o processo de recrutamento dos seus membros, uma interessante estimativa da dimensão demográfica dos templários em Portugal, o seu perfil socioeconómico e a estrutura hierárquica que regia a organização interna da milícia. Se, por um lado, se deve salientar as úteis cronologias dos mestres, procuradores, comendadores-mores e comendadores, por outro, fica-nos a impressão de que mais haveria para extrair do vasto volume de dados analisado, que poderia ter resultado numa análise mais profunda, reflexiva e original dos tópicos referidos. Na segunda secção do capítulo, é-nos apresentado o impressionante catálogo prosopográfico reunido, composto por 392 indivíduos. A exposição segue o modelo de notícia biográfica, dando primazia ao elemento narrativo; a sua disposição replica a hierarquia da milícia, iniciando-se no mestre e culminando no patamar mais baixo, sendo cada categoria apresentada de forma seccionada. À exceção da categoria dos mestres e

João Pedro Alves - NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 226-229.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r2)

procuradores, que surge organizada cronologicamente, as restantes obedecem à tradicional ordem alfabética.

O segundo capítulo aborda o “Património” da ordem templária, com foco em cadastrar e inventariar os bens urbanos e rurais detidos pela Ordem entre os séculos XII e XIV, com base nas inquirições régias e no acervo do cartório do Templo. Após uma breve caracterização dos bens imóveis acumulados por meio de compras, permutas e doações, o subcapítulo seguinte detém-se no perfil social dos doadores – a coroa e família real, nobreza, clero e “vilões”. Assim como os tipos de doação, dominados pela entrega de terras, mas onde também se elencam ofertas de rendimentos, direitos e inclusive de equídeos. O capítulo encerra com uma ampla discussão e mostra da distribuição geográfica do património templário no reino, organizada num primeiro nível à escala da rede diocesana pré-1415 e, dentro de cada diocese, uma divisão assente na atual rede concelhia. Consideramos que uma organização com base na rede comendatária teria sido uma opção melhor, pois esta divisão administrativa é a que melhor representa o núcleo patrimonial da milícia. É de louvar o esforço empregue na georreferenciação dos topónimos recolhidos e a sistematização dos dados em tabelas, quadros e da cartografia com um conjunto de 18 mapas que permitem uma leitura articulada e clara do enorme volume de informação arrolada.

Por fim, o terceiro e último capítulo versa sobre as diversas facetas dos “Poderes” acumulados pela milícia templária. Destaca-se o poder político-administrativo, com uma reflexão acerca das relações tecidas com a coroa, bem como o impacto dos alinhamentos políticos tomados pelos templários, a par dos avanços bélicos para sul, na modelação do seu senhorio territorial. Explora-se também o seu papel enquanto entidade dinamizadora do povoamento e fixação de população e sua ação administrativa nas terras que foram sendo colocadas sob seu domínio, com recurso extensivo às informações legadas pelos forais destes concelhos. Por outro lado, é equacionado o poderio militar à disposição do Templo, tido como a sua *raison d'être*, no que respeita à sua capacidade de mobilização, dimensão de contingentes, organização, cadeia de comando em batalha e armamento ao seu dispor. Partindo depois para a análise das estruturas militares defensivas sob a sua responsabilidade, como castelos, torres e atalaias, e o seu respetivo valor geoestratégico na defesa fronteiriça do reino.

A participação dos freires na “guerra justa” conduzida no espaço do reino português mereceu um sumário apartado próprio; ação bélica pautada por um período inicial de

João Pedro Alves - NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 226-229.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r2)

insucessos, tendência invertida por volta de 1145, mas que se manteve, porém, como uma missão secundária diante do foco principal de combate no Oriente Latino, contrariando assim a tese da precoce “nacionalização” do Templo. Há ainda uma breve, mas interessante, subsecção consagrada ao socorro da Terra Santa, tema olvidado pela historiografia portuguesa, onde se procura analisar o envolvimento do ramo português da Ordem nas guerras cruzadísticas do Médio Oriente e noutros lugares através do envio de homens e recursos, e os seus contactos com o convento central. No que concerne ao poder espiritual, foi ensaiada uma reconstituição da rede eclesiástica à disposição da Ordem, composta por 60 igrejas, e um detalhar dos direitos e privilégios eclesiásticos que permitiram o acesso a rendas, bens patrimoniais e a submissão direta à autoridade papal. Assim como um retraçar dos pleitos e conflitos entabulados com o clero regular e autoridades diocesanas em prol da defesa e manutenção desses privilégios e direitos. A última dimensão abordada reporta-se aos recursos económicos e às diversas fontes de rendimento à disposição da Ordem e à forma como estes eram explorados e dinamizados pelos homens do Templo.

A secção “Considerações Finais” contempla um resumo equilibrado dos temas e aponta os obstáculos responsáveis pelas limitações inerentes à investigação. Apesar do exemplar esforço de síntese, a obra ressent-se da ausência de uma conclusão propriamente dita, onde se promova uma reflexão mais aprofundada e problematizada sobre os resultados obtidos, assim como um reafirmar da argumentação tecida, que permitiria vincar as contribuições inovadoras oferecidas. Segue-se a lista de fontes e bibliografia, marcada pela ausência de alguns trabalhos de autores estrangeiros úteis a este estudo. Por fim, há um anexo com a listagem dos bens da Ordem em Portugal e sua correspondente localização e distribuição diocesana e por concelho atual, funcionando como legenda para os mapas.

Alicerçada num amplo, mas não exaustivo, *corpus* documental, dominado pelo latim e de difícil análise e interpretação, a obra apresenta um plano que abarcou diversas problemáticas, temas e hipóteses. O qual, embora meritório, impediu o autor de explorar com maior detalhe e em todo o seu potencial os dois temas que, a nosso ver, se destacam como os contributos mais significativos: o estudo do universo sociológico do Templo em Portugal e o refutar da narrativa nacionalizante em redor da Ordem em favor do destaque do seu cariz transnacional. No cômputo geral, pela abundância de dados e instrumentos de trabalho (tabelas, quadros e mapas), pela vasta panóplia de temas, espaços, cronologias, eventos e agentes

João Pedro Alves - NOBRE, Rui Manuel Figueiredo (2024), *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN: 9789895664269, 544 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 226-229.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r2](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r2)

explorados, e pela capacidade de renovar e acrescentar aos conhecimentos preexistentes sobre a presença templária no reino português, a obra de Nobre afirma-se e aconselha-se como leitura obrigatória para todos aqueles que se debruçam sobre o estudo da Ordem do Templo em Portugal.

Filipe Conceição - PIRES, Hélio (2024), *No tempo dos Vikings*, Estoril, Edições Saída de Emergência. ISBN 978-989-9138-84-1, 302 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 230-233.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r3)

**PIRES, Hélio (2024), *No tempo dos Vikings*, Estoril, Edições Saída de Emergência. ISBN 978-989-9138-84-1, 302 pp.**

Da autoria de Hélio Pires, doutor em História Medieval pela Universidade Nova de Lisboa, no *Tempo dos Vikings* tem como objetivo chegar a um público-alvo abrangente, utilizando para o efeito uma linguagem mais coloquial, mas sem perder o fito científico da obra. Aliás, se há algo que o autor demonstra ao longo das mais de 300 páginas que compõem o livro, é o de possuir um domínio claro sobre as fontes, sejam elas de âmbito literário, arqueológico ou pictórico, sejam elas provenientes do Norte da Europa, do Mediterrâneo Oriental ou do espaço atlântico. Ao longo de 16 capítulos, o autor procura dar resposta a uma miríade de tópicos, desde os mais “essenciais ou mesmo conceptuais a outros mais do domínio da cultura geral, de ideais antigas a debates mais recentes e até polémicos” (p. 14), sempre com uma palavra central: diversidade. Para tal, lança uma pergunta, seguindo-se uma análise de conceitos e elabora o seu pensamento acerca do tema, fechando o capítulo com uma pequena conclusão.

Estruturalmente, os três primeiros capítulos focam-se no que foi a *Idade Viking* - período entre os finais do século VIII e as últimas décadas do século XII -, na forma como se deu a expansão destes homens e mulheres pelo mundo (des)conhecido e qual o seu papel, e consequente impacto. Segundo Pires, tratou-se em larga medida de uma atividade bastante descentralizada e desorganizada face ao cenário político fragmentado da Escandinávia do período em estudo, sobretudo quando comparado com a expansão marítima portuguesa, promovida pela coroa (p. 18). Mas os seus efeitos foram muito além da pirataria e dos saques com que Hollywood os faz representar, tendo sido responsáveis pela colonização e urbanização de territórios como, por exemplo, a Islândia ou a Irlanda – como é o caso da base de apoio à pirataria nórdica que deu origem à cidade de Dublin -, bem como pelo estabelecimento de redes comerciais muito para além do mar Báltico.

Oriundos da Escandinávia, é importante referir que nem todos aqueles que aí viviam eram considerados Vikings. Um Viking tinha tanto de comerciante como pirata e guerreiro (p. 51), o que implicava, num e noutro casos, uma larga mobilidade, atividade à qual nem todos almejavam, pelos perigos que representava. Associado à sua imagem estão os barcos, principal

Filipe Conceição - PIRES, Hélio (2024), *No tempo dos Vikings*, Estoril, Edições Saída de Emergência. ISBN 978-989-9138-84-1, 302 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 230-233.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r3)

veículo de transporte, sinal de riqueza e prestígio, cujas tripulações incluíam ostracizados e desfavorecidos da sociedade. Tinham ainda um pendor multiétnico, sendo que todos os indivíduos tinham direito a receber parte dos despojos, mas também a pedir contas às suas lideranças. Em suma, é o que o autor, e outros antes dele, chama de “hidrarquia», ou seja, onde todos os membros da tripulação podiam substituir o comandante da embarcação, fosse qual fosse a causa que levasse a esse desfecho.

E é com base nestes conceitos, mas não só, que o autor de *Tempo dos Vikings* explora o que pode ser considerado um movimento expansionista descentralizado pelo ocidente europeu, com o foco em Inglaterra (capítulo 4), onde o “Grande Exército” (865-879) ou a conquista de Inglaterra por Guilherme da Normandia após a vitória em Hastings em 1066, foram momentos determinantes na organização social e política das ilhas britânicas. Esse movimento também se deu ora para Leste (capítulo 5), para os espaços de influência eslava e russa – esta última que deriva do termo “russ” – ora para o espaço mediterrânico, mais concretamente para o império Bizantino (capítulo 6), onde serviram diferentes imperadores enquanto membros da “Guarda Varanga”. Já a expansão atlântica (capítulo 7) desenvolveu-se por fases, começando pelas ilhas Faroé, seguindo-se a colonização da Islândia e da Gronelândia e, por último, por incursões exploratórias à Terra Nova.

Todos estes movimentos resultaram na produção de inúmeros vestígios arqueológicos. Numa sociedade predominantemente oral, as fontes escritas diretas eram escassas, salvo as runas e alguma legislação, que com o tempo começou a ser escrita. Para colmatar os vazios, o autor recorreu a fontes externas ao mundo nórdico. Haraldr Harðráði, também conhecido como o “último viking”, é um bom exemplo do manejo de diferentes fontes, já que para a sua descrição o autor recorre à História dos Arcebispos de Hamburgo-Bremen, da autoria de Adão de Bremen, e às coletâneas de sagas de reis, como a Morkinskinna, a Fagrskinna e a Heimskringla. Outra fonte que Pires utiliza é o Strategikon, manual escrito na década de 1070 por um general bizantino e que, segundo o autor, é uma das mais antigas e a melhor referência a Haraldr (p. 111-114), permitindo reconstituir o seu percurso da Escandinávia a Constantinopla, Sicília, Bulgária e o retorno à Escandinávia.

Os restantes capítulos (8-16) são dedicados à desmistificação e desconstrução de visões contemporâneas sobre os Vikings e o mundo nórdico. Um dos exemplos mais violentos é o mito da “águia de sangue”, descrito de várias formas conforme a fonte. No caso menos

Filipe Conceição - PIRES, Hélio (2024), *No tempo dos Vikings*, Estoril, Edições Saída de Emergência. ISBN 978-989-9138-84-1, 302 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 230-233.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r3)

expressivo, *Aella*, rei da Nortúmbria, teria as suas costas gravadas com uma águia. Já a descrição mais violenta é de que teria as costelas cortadas com uma espada e os pulmões extraídos pelas costas, destino que Hálfdan, filho do rei norueguês Haraldr hárfagri, teria também sofrido (p. 149). Porém, uma releitura das fontes indica tratar-se “cair sob as garras da águia ou do corvo (...) têm o sentido de animais necrófagos que comem o corpo de quem foi morto (...)”, sendo uma forma de dizer que “alguém caiu em combate”. Ou seja, trata-se de alusões e metáforas, não de referências diretas e literais, como defende o autor (pp. 150-151). Esta ambiguidade estende-se a outras componentes da sociedade nórdica, como a ideia de que eram anticristãos (capítulo 10), quando, na realidade, os deuses nórdicos eram multifacetados e apresentavam uma multiplicidade de papéis que, de certa forma, podiam relacionar-se com os santos cristãos (p. 183).

Não podemos deixar de evidenciar os capítulos 13 e 14, que abordam questões relacionadas com o sexo e o género, e o seu impacto no seio da sociedade nórdica, fugindo à visão binária de homem e mulher. E são múltiplas as histórias e lendas que exemplificam como os próprios deuses fugiam a estas convenções, como é o caso da Edda de Snorri em “Gylfaginning”, em que Loki assume a forma física de uma égua, com o objetivo de atrair o cavalo de um gigante com que Thor tinha feito uma aposta, com Loki a ter relações físicas e a engravidar do equídeo, do qual viria a dar à luz um potro de oito pernas, que mais tarde se veio a tornar o cavalo de Odin (pp. 221-222). Trata-se de um deus, masculino, que sempre que a circunstância o exigia mudava de género, quebrando as normas sociais. Podemos falar também das mulheres, deusas ou humanas, que adotavam papéis tradicionalmente masculinos, sobretudo no que diz respeito à guerra. É o caso das deusas Skaði e Freyja, das míticas Valquírias, ou das ossadas da campa Bj. 581, inicialmente (em 1879) identificadas como sendo de um homem enterrado com um número elevado de artefactos de guerra. Porém, uma nova análise osteológica, realizada na década de 1970, concluiu tratar-se de uma mulher, informação confirmada após nova análise genética e isotópica em 2017 (p. 244). Apesar das dúvidas levantadas, a sua ligação à guerra veio ajudar a “quebrar convenções ou papéis de género tradicionais” numa atividade dominada pelo género masculino (p. 248).

Em suma, esta obra procura aproximar o leitor de um mundo distante e muitas vezes envolto em mitos e manipulado por questões que transcendem a própria História. Ao abrir a discussão, com base num conjunto variado de fontes, Hélio Pires apresenta um trabalho

Filipe Conceição - PIRES, Hélio (2024), *No tempo dos Vikings*, Estoril, Edições Saída de Emergência. ISBN 978-989-9138-84-1, 302 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 230-233.

DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1r3](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r3)

rigoroso, aprazível e convidativo à leitura, sobretudo para aqueles que têm a História como um prazer e não um ofício.

## Notas biográficas dos autores

**António Rosa Marques** frequenta atualmente o primeiro ano do Mestrado em Estudos Medievais na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição na qual se licenciou em História em 2024.

**Duarte Viana** é aluno do Mestrado em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde também concluiu a licenciatura em História. A sua investigação centra-se na cultura política dos anos 30, com especial enfoque na Guerra de Espanha. Tratou temáticas como as dinâmicas do fascismo, resistência e memória durante a cronologia do conflito, com especial desígnio pelas regiões raianas. Atualmente, desenvolve a sua tese de mestrado sobre os combatentes antifascistas portugueses nas Brigadas Internacionais durante o conflito.

**Ernesto M. Díaz Macías (1990, Cádiz)** Es investigador posdoctoral en la Universidad de Cádiz. Ha realizado estancias internacionales y ha publicado varios libros en editoriales españolas de prestigio como Trea, Dykinson o Catarata. También ha publicado numerosos artículos científicos en revistas de prestigio académico como Historia Actual Online, Hispania Nova, o Labor History.

**Eva Gómez Fernández** es graduada en Historia por la Universidad de Cantabria y cuenta con un Máster Interuniversitario en Historia Contemporánea por la misma institución. Actualmente cursa el Doctorado en Historia Contemporánea y ha realizado una estancia de investigación en el Cañada Blanch Centre for Contemporary Spanish Studies de la London School of Economics and Political Science (LSE). Ha publicado numerosos artículos en castellano e inglés, así como capítulos de libro y ha participado como ponente en congresos nacionales e internacionales. También ha moderado mesas-taller en diversos congresos. Sus líneas de investigación abarcan la historia local, el análisis fílmico, la ultraderecha nacional e internacional y la documentación archivística.

**Filipe Conceição** é licenciado em História e mestre em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a dissertação “A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII”. Atualmente desenvolve o projeto de doutoramento "Vias Medievais. Entre o Sul da Galiza e o Norte

de Portugal (1220 a 1311)", em regime de cotutela entre a Universidade do Porto e a Universidade de Santiago de Compostela e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2021.05262.BD). É colaborador do CITCEM, no Grupo de Investigação "Territórios, Paisagens e Ambiente", tendo como área principal de investigação a rede viária medieval.

**Flávio Miranda** é professor auxiliar de História Medieval e investigador integrado no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS). Os seus interesses de investigação centram-se na história económica e institucional, na diplomacia comercial e na história urbana da Europa medieval.

**Hélida Santos Conceição** possui Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018), Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UNEB). Tem orientado projetos de investigação sobre o Império Português em perspectiva global na Época Moderna. Tem pesquisado temas sobre governo, justiça, formação das fronteiras e jurisdições na América portuguesa. Em 2025 iniciou um estágio de Pós-doutorado no Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa (CHAM/UNL) com a pesquisa intitulada "Governo, justiça e produção normativa na administração do vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses (1720-1735)."

**Hiquel Moreira Dias** é graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB-DEDC-II), onde foi bolsista CNPq de Iniciação Científica. Defendeu a monografia intitulada "Ocupação e conflitos de sesmarias na Capitania da Bahia (1650-1679)". Desde 2025 é aluno do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com bolsa CAPES. Atualmente é investigador do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) e colaborador da Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB).

**João Pedro Alves** é investigador integrado no Instituto de Estudos Medievais (IEM/NOVA FCSH). Licenciado em História (2018) e Mestre em Estudos Medievais (2021) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é atualmente estudante do Doutoramento em História – Área de especialização em História Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolve um

projeto centrado na administração da justiça, de carácter laico e eclesiástico, nos territórios das Ordens Militares de Avis e Santiago nos séculos XIV e XV, financiado por uma bolsa de investigação FCT (UI/BD/154667/2023).

**Paulo Cracel** é licenciado em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e frequenta o Mestrado em História, na especialidade de História das Relações Internacionais, da mesma instituição, onde também desempenha as funções de técnico superior. Tendo concluído o ano curricular, foca-se agora na investigação conducente à atribuição do grau académico de Mestre, especialmente dedicado ao estudo da política externa portuguesa no período entre guerras mundiais. As persecuções dos seus interesses académicos permitiram a apresentação de comunicações no X Colóquio Internacional - A Imagética da Violência, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em novembro de 2023; na 53.<sup>a</sup> Conferência Anual da Association for Spanish and Portuguese Historical Studies (ASPHS): From Lisbon to the World, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em julho de 2024; no Congresso sobre Periodismo Republicano: Perspectivas e Representações, na Biblioteca Municipal Camões, em Lisboa, em setembro de 2024.

**Ricardo Seabra** (Porto, 1988) licenciou-se em História pela Faculdade da Universidade do Porto em 2010, é mestre em História Medieval e do Renascimento (2012), e doutorado em História (2020) pela mesma instituição. Entre 2013 e 2015 foi bolseiro do projeto DEGRUPE (Dimensões europeias de um grupo de poder: o clero na construção política das monarquias peninsulares (Séculos XIII - XV), como investigador no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora. Entre 2015 e 2019 foi bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH / BD / 101542/2014), a sua tese “Tabelionato régio na cidade do Porto no século XV” foi galardoada com o Prémio CITCEM/Edições Afrontamento 2021. Neste momento é Professor Auxiliar no Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa.

**Rita Ferreira Costa** é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2019-2022) e Mestre em História e Património pela mesma instituição (2022-2024). Desde 2022 participa ativamente em congressos e colóquios, como os 16º e 17º Encontros de Investigação Júnior da Universidade do Porto e o VIII e IX Encontros de

Jovens Investigadores em História Moderna. Em 2024, apresentou a sua dissertação de mestrado no Colóquio comemorativo dos 525 anos da Santa Casa da Misericórdia do Porto e no I Congresso Feminista da FCSH da Universidade NOVA de Lisboa. Participou ainda como oradora no XLIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social.

**Valdir Macedo Neto** é fotógrafo, educador e mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com pesquisa voltada para memória e identidade. Atua também na área de fotografia documental e processos fotográficos analógicos.

**Ficha Técnica****HISTÓRIA. Revista da FLUP -IV Série. vol. 15 N. 1 (2025)**

**Editor:** Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

**Diretora:** Cristina Cunha

**Conselho Editorial:** Carla Sequeira, Maria Cristina Cunha, Jorge Cerdeira, Jorge Ribeiro, Lisbeth Rodrigues, Maria Antonieta Cruz, Maria João Oliveira e Silva, Sérgio Neto

**Conselho Consultivo:** Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Fernando Catroga (U. Coimbra), Gérard Le Bouëdec (U. Bretagne Sud), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Hartmut Kaelble (U. Humboldt) Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

**Coordenação do Dossiê Temático:** Cristina Cunha e Jorge Ribeiro

**Tradução do “call for papers”:** Carla Augusto e Álvaro Costa

**Contactos:** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

**Telefone:** 22 607 71 00

**E-mail:** revista.historia@letras.up.pt

**Webpage:** <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

**DOI:** 10.21747/0871164X/hist15\_1

**eISSN** – 2183-0479

Junho 2025

Revista com arbitragem científica

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores

## NORMAS EDITORIAIS

### Instruções para Autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

#### 1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam:

*i) Dossiê Temático*

*ii) Outros Estudos*

*iii) Recensões Críticas*

b) Submeter no sítio da Internet:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

#### **Passo 1. Registrar-se na plataforma**

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/user/register>

- "Registrar-se como" e escolher **todas (as 3)** opções: Autor; Leitor; Revisor;
- Uma vez registados, fazer login no próprio perfil;
- Clicar em "Nova submissão";

**Passo 2. Transferência do manuscrito:** depois de ter escolhido o ficheiro, clique em transferir para guardar o seu artigo na plataforma – ATENÇÃO, NUNCA COLOCAR O SEU NOME, NEM DAR QUALQUER INDICAÇÃO, AO LONGO DO TEXTO, QUE O IDENTIFIQUE COMO AUTOR;

#### **Passo 3. Metadados da submissão (Indexação):**

- em caso de submissão de artigo: indique o seu **nome apenas com as iniciais em maiúsculas**: ex. Inês Amorim; assim como no título do artigo ex. Os mosteiros da diocese do Porto (séc. XI)
- em caso de recensão, no campo do título, indique **só a obra OBJETO DE RECENSÃO**, nesta forma ex. MACEDO, Jorge Borges de (1989), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Gradiva. ISBN 9789726621263, 254 pp.

#### **Passo 4. Metadados da submissão (Indexação):**

- no campo Resumo insira os 4 resumos em Português, Inglês, Francês e Espanhol, nos quais **deve incluir, igualmente, os títulos nas respetivas línguas, assim como as palavras-chave.**
- indicar o **título** completo do texto em **Português, Francês, Espanhol e Inglês.**

## 2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações e estarem redigidos num dos seguintes idiomas: Português, Francês, Inglês ou Espanhol.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12**, em **formato Word for Windows ou compatível**, sem adicionar espaçamento antes ou depois dos parágrafos. As margens devem ser:

- superior e inferior: 2,5 cm
- esquerda e direita: 3 cm
- parágrafos com avanço na primeira linha: 1 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, deverão ser numerados de forma contínua e não podem ter uma largura superior à do corpo do texto

2.6. Estes elementos devem ser acompanhados dos respetivos **títulos e fontes** devendo estes últimos ser redigidos com corpo de letra 11 e espaçamento 1,15.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

2.9. No caso de uma nota de rodapé se encontrar junto a um ponto final ou a uma vírgula o número deverá aparecer antes desses sinais de pontuação.

3. As recensões críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

## 4. Citações e referências bibliográficas:

4.1. As **citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

- Apenas um autor - (Ribeiro, 2016)
- Apenas um autor com indicação da página - (Ribeiro, 2016: 344)
- Dois autores - (Rosas & Mariz, 2008: 350)
- Vários autores - (Pereira *et al.*, 2010)
- Autor referido no próprio texto - Amorim (2008)

As citações de excertos de textos devem ser integradas no corpo do texto, entre aspas curvas e sem itálicos. No caso de as citações terem **mais de três linhas** deverão ser redigidas em corpo de letra 11, com espaçamento simples, avanço à esquerda de 1,25 cm e avanço da primeira linha de 1 cm, entre as aspas curvas e sem itálicos.

4.2. As **referências bibliográficas** devem ser colocadas no **fim do texto e ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

**a) Livro com um autor:**

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Moraes Editores.

**b) Livro com mais de um autor:**

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

**c) Livro com mais de quatro autores:**

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

**d) Capítulo em livro:**

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. III Vol., No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 13-60.

**e) Artigo em publicação periódica:**

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337- 356.

**f) Artigo em publicação periódica online:**

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356, [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>

**g) Publicações online:**

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [consulta em 05/07/2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

**h) Comunicações em eventos científicos:**

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

**i) Teses:**

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L'évolution de la perception d'un grand quartier' affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

**j) Legislação:**

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

**k) Citações de documentos:**

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

**5.** Os autores devem cumprir o **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo **deve ser respeitada a ortografia original**.

**6.** Os autores cedem à **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.